

AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS: PARQUES MUNICIPAIS

REGIÃO SUL DE SÃO PAULO

VIVA O VERDE SP



Sobre este produto

Este relatório deve ser compreendido como uma continuidade à *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), uma vez que aprofunda em temas já diagnosticados na escala da cidade e desenvolve levantamentos específicos e complementares com foco na escala do parque e do bairro.

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020) é uma metodologia desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat que consiste em uma série de atividades e ferramentas com o objetivo de compreender a qualidade dos espaços públicos e sua área de influência, tendo como premissa a incorporação da participação social durante todo o processo.

Neste relatório são apresentados os resultados da aplicação da metodologia de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* para os parques Sete Campos, Jardim Prainha e Nascentes do Ribeirão Colônia. Espera-se que as informações qualitativas e quantitativas coletadas com a comunidade sirvam de suporte para a elaboração de recomendações de gestão, projeto e políticas públicas endereçadas a estes parques.

Esta Edição 2026 incorpora as revisões editoriais e gráficas realizadas no relatório publicado originalmente em 2025. As alterações estão detalhadas na errata apresentada no último anexo deste documento.



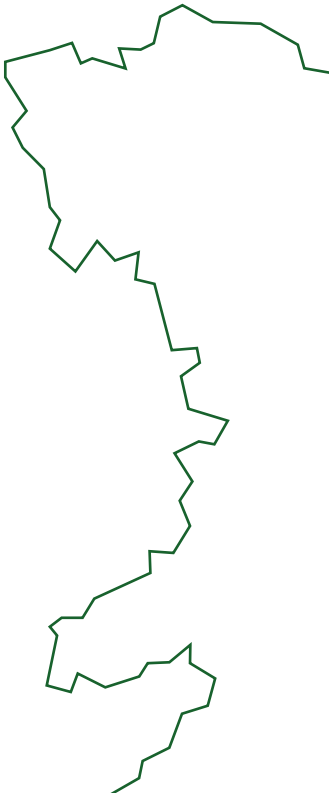
VIVA O VERDE SP



AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS: PARQUES MUNICIPAIS

REGIÃO SUL DE SÃO PAULO

Parque Sete Campos
Parque Jardim Prainha
Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Edição 2026

ONU-HABITAT

PREFEITURA DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes
Prefeito

Rodrigo Ravena
Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Wanderley de Abreu Soares
Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA)

Tamires Oliveira
Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche
Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Felipe de Albuquerque
Assessoria Jurídica (AJ)

Cleide Cremonesi
Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Tatiana Coelho
Coordenação de Administração e Finanças (CAF)

Christiane Ferreira
Coordenação de Licenciamento Ambiental (CLA)

Gabriela Chabbouho
Coordenação de Educação Ambiental (DEA)

Rodrigo dos Santos
Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA)

Liliane Arruda
Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC)

Juliana Summa
Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Rosélia Ikeda
Coordenação de Planejamento Ambiental (CPA)

Ana Lúcia de Jesus
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (NDTIC)

PREFEITURA DE SÃO PAULO

© Crédito da foto



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

Elkin Velasquez
Diretor Regional para a América Latina e o Caribe

Rayne Moraes
Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte
Gerente de Desenvolvimento de Programas, Monitoramento e Avaliação

Julia Caminha
Gerente de Gestão do Conhecimento

Leta Vieira de Sousa
Especialista de Resiliência e Mudança Climática

Tássia Regino
Especialista em Urbanização de Assentamentos Precários e Habitação Social

Aléxia Saraiva
Gerente de Comunicação & Advocacy

Daphne Besen
Gerente de Programas e Relações Institucionais

Maria Fernandes Caldas
Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Vanessa Tenuta de Freitas
Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques
Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva
Analistas de Dados

Flávia Scholz
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfico

Gabriela Güllich
Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello
Coordenadora Financeira

Jessica Blanco
Assistente Administrativa

Adriana Carneiro
Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira
Analistas de Operações

Mariana Assad
Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo
Motorista

ONU-HABITAT

© ONU-Habitat Brasil

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Jordi Sanchez-Cuenca
Coordenador de Programas

Bruna Leite | María Fernanda Godoy
Analistas de Programas

Julia Rocha | Laura Figueiredo
Assistentes de Programas

Guilherme Justino
Analista de Comunicação

Tiago Lourenzi
Assistente de Dados

REDAÇÃO

Bruna Leite
Julia Rocha
Laura Figueiredo
María Fernanda Godoy

REVISÃO FINAL

Julia Vilela Caminha
Patricia Eiko Aguchiku
Tiago Lourenzi

DIAGRAMAÇÃO

Camila Nogueira
Gabriela Güllich

ONU-HABITAT



© ONU-Habitat Brasil

AGRADECIMENTOS

Com sua reconhecida estrutura urbana e 11,5 milhões de habitantes, o que muitas pessoas não sabem é que São Paulo tem uma cobertura vegetal que abrange mais da metade do seu território.

A urbanização acelerada de São Paulo, como muitas outras cidades globais, demanda por espaços verdes públicos que garantam o exercício dos direitos humanos ao lazer, à saúde e ao meio ambiente para toda a população. Neste contexto, nos últimos anos, a capital paulista tem investido na ampliação dos parques, em formas de aprimorar os usos destes espaços e promover uma reaproximação da população com as áreas verdes.

A iniciativa Viva o Verde SP contribui para acelerar essa reaproximação do ponto de vista da população e da administração municipal ao aplicar ferramentas propostas pela Agenda 2030 e pela Nova Agenda Urbana, assim como ao trazer metodologias do Programa Global de Espaços Públicos.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

O Viva o Verde SP segue uma perspectiva interseccional, ou seja, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa elucidar a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

Este relatório nos aproxima da realidade local de dez parques municipais de São Paulo, permitindo que as ações nesses espaços respondam de forma precisa às particularidades do contexto e às necessidades da população vizinha e de visitantes, com ênfase nas mulheres e meninas, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados. Esse enfoque é fundamental para implementar as políticas públicas de forma eficiente e sustentável.

Neste documento apresentamos os resultados da aplicação da ferramenta global Avaliações Específicas dos Espaços Públicos do ONU-Habitat em dez parques municipais de São Paulo, priorizados a partir de uma metodologia baseada em evidência, buscando fortalecer a coesão social e a sustentabilidade ambiental dos bairros onde se inserem.

Desejamos uma boa leitura!



Rayne Ferretti Moraes

Chefe do Escritório do Brasil





© ONU-Habitat Brasil

ONU-HABITAT

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi criado em 1978 durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Habitat I, com o principal objetivo de promover cidades socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis. O ONU-Habitat trabalha em mais de 90 países para promover mudanças transformadoras através do conhecimento, assessoria em políticas públicas, assistência técnica e ação colaborativa. Realiza investigações inovadoras e capacitação, estabelece padrões, propõe normas e princípios, partilha boas práticas, monitora o progresso global e apoia a formulação de políticas relacionadas com cidades e assentamentos humanos sustentáveis.

O ONU-Habitat fornece assistência técnica a partir de sua experiência única em urbanização sustentável e resposta a crises. Implementa projetos para fornecer apoio personalizado e de valor agregado às parcerias locais e nacionais. Colabora com governos, agências intergovernamentais, agências da ONU, organizações da sociedade civil, fundações, instituições acadêmicas e o setor privado para alcançar resultados duradouros na abordagem dos desafios da urbanização.

Desde 2015, o trabalho do ONU-Habitat tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS são um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e promover vida digna para todas as pessoas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Com o objetivo de acelerar a implementação dos ODS, em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana, em 2016. O documento assessora os países a lidar com os desafios da urbanização e sugere como devem orientar seus esforços em prol de um desenvolvimento urbano sustentável. Também serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades. Além disso, representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e às oportunidades.





O ONU-Habitat trabalha na implementação da Nova Agenda Urbana e, especialmente, do ODS 11, a partir do estabelecimento de parcerias que têm como objetivo o fortalecimento das capacidades técnicas das entidades governamentais, em especial as locais. Essas colaborações visam a formulação de políticas e estratégias de renovação urbana que possam contribuir com o desenvolvimento das cidades.

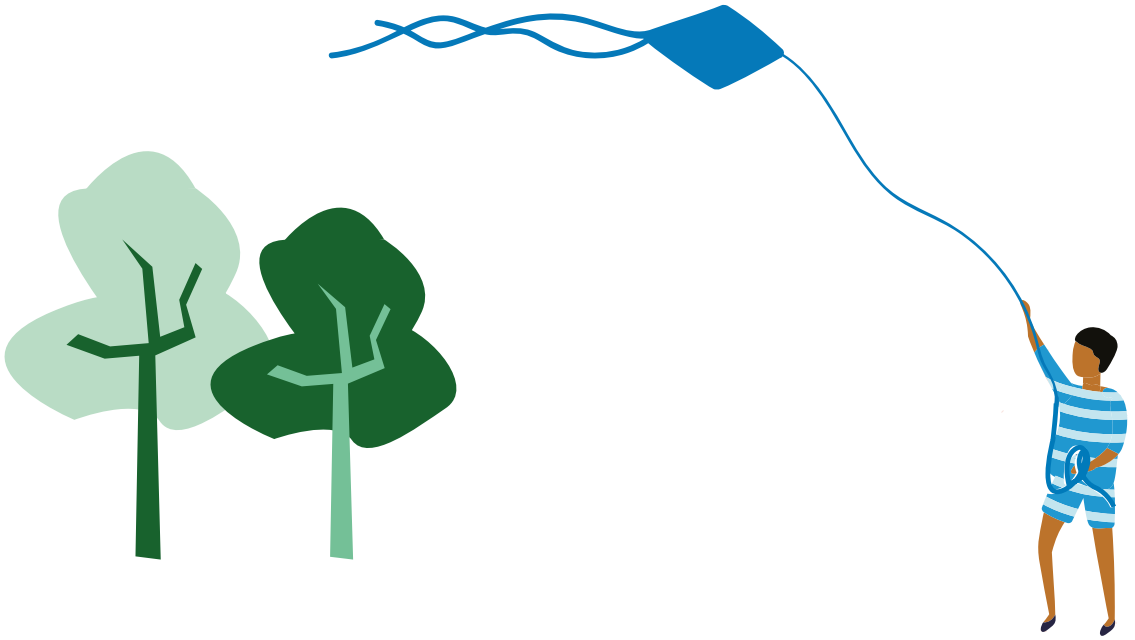
Sobre o Viva o Verde SP

A iniciativa Viva o Verde SP é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o ONU-Habitat, firmada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que tem como objetivo melhorar o acesso, a inclusão e a sustentabilidade dos espaços públicos verdes na cidade de São Paulo.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

Uma das premissas é o processo participativo, garantindo que a tomada de decisão considere diferentes pontos de vista. Para tal, conta com uma equipe do ONU-Habitat atuando junto à SVMA e com um Grupo de Referência consultivo, formado por representantes da sociedade civil, da academia e de especialistas técnicos. Além de capacitações, para que representantes do funcionalismo público e da sociedade civil possam contribuir, monitorar e replicar as metodologias da organização, as atividades do projeto também incluem diferentes níveis de avaliação dos parques, com equipes multidisciplinares e diversos grupos das comunidades do entorno, nos quais são realizados esforços para que grupos vulnerabilizados também participem das atividades.

O Viva o Verde SP adota uma perspectiva interseccional, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa fortalecer a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais, e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população. A iniciativa se fundamenta em metodologias desenvolvidas pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.



SUMÁRIO

1. Introdução 2

2. Proposta metodológica 6

3. Região Sul 12

4. Avaliação Específica dos Parques Municipais da Região Norte 14

PARQUE SETE CAMPOS 14
Entrevista 17
1. Sobre o Parque Sete Campos 18
2. Processo participativo 20
3. Avaliação 26
4. Diagnóstico das dimensões 58
5. Recomendações 60

PARQUE JARDIM PRAINHA 70
Entrevista 73
1. Sobre o Jardim Prainha 74
2. Processo participativo 76
3. Avaliação 82
4. Diagnóstico das dimensões 110
5. Recomendações 112

PARQUE NASCENTES DO RIBEIRÃO COLÔNIA 126
Entrevista 129
1. Sobre o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 130
2. Processo participativo 132
3. Avaliação 138
4. Diagnóstico das dimensões 168
5. Recomendações 170



5. Conclusão 180

6. Etapas seguintes 182

7. Glossário 184

8. Anexo 188

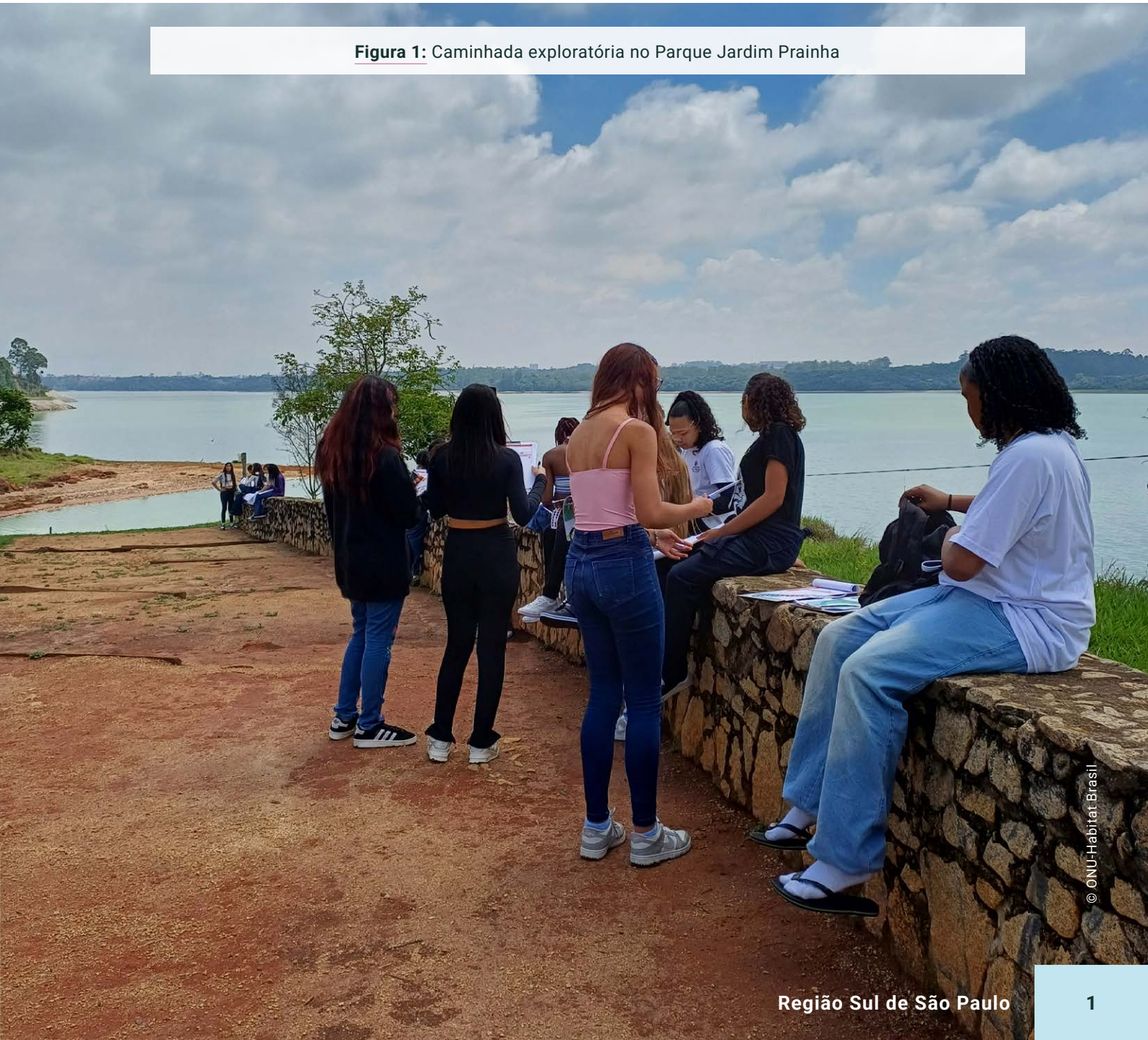


Figura 1: Caminhada exploratória no Parque Jardim Prainha

© ONU-Habitat Brasil

1 INTRODUÇÃO

O expressivo número de parques municipais na cidade de São Paulo é caracterizado por uma diversidade de tamanhos e formas, tipologias, contextos sociais e padrões urbanos entorno a estes locais. Essa diversidade pode ser benéfica, uma vez que permite aos parques atenderem a demandas específicas e cumprirem funções diversas, de acordo com cada contexto físico, social e ambiental no qual está inserido.

Contudo, para que estas demandas possam ser contempladas e a população possa ter suas necessidades atendidas, é necessária a condução de uma avaliação específica dos parques, que deve incluir levantamento técnico e escuta social. Isso permite o estabelecimento de prioridades para cada parque, otimizando recursos e orientando a formulação de políticas públicas, planos e projetos.

É nesse contexto que foi desenvolvida a **Avaliação Específica de Espaços Públicos.** Sucedendo a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a presente Avaliação dá continuidade à anterior, aprofundando em temas já diagnosticados na escala da cidade e desenvolvendo levantamentos específicos para a escala do parque e do bairro.

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* é uma metodologia desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat que consiste em uma série de atividades e ferramentas com o objetivo de compreender a qualidade dos espaços públicos e sua área de influência, tendo como premissa a incorporação da participação social durante todo o processo.

O resultado da Avaliação é um conjunto de informações qualitativas e quantitativas coletadas com a comunidade e que servirão de suporte para a elaboração de recomendações de gestão dos parques municipais e para o desenvolvimento de projetos urbanísticos específicos, conforme necessidade. Nesse processo, os municípios recebem orientação sobre como e onde alocar recursos para a melhoria dos espaços públicos, contribuindo para o alcance do ODS 11.7:

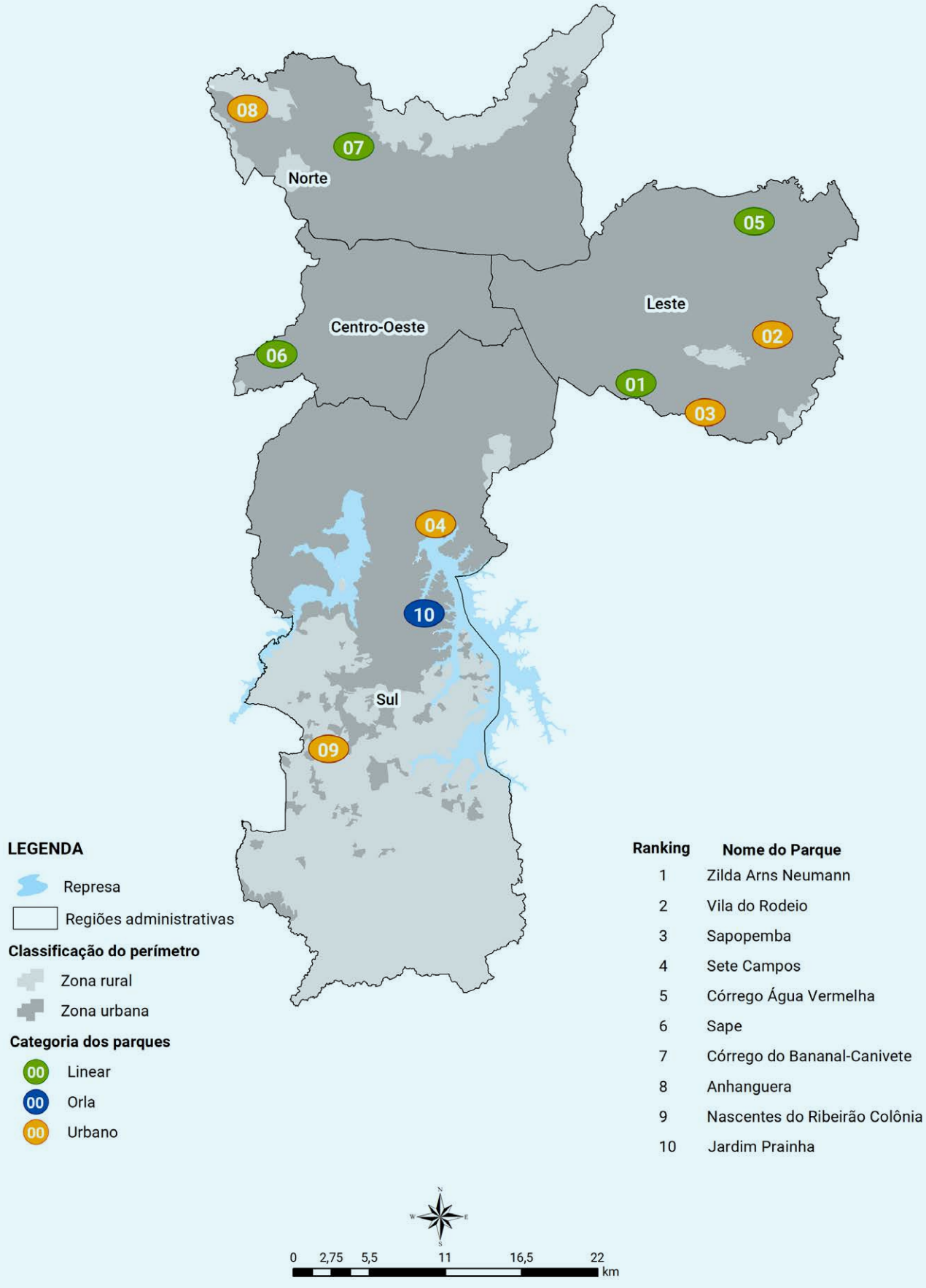
> **Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.**

Portanto, este relatório apresenta os resultados obtidos com a aplicação da ferramenta de Avaliação Específica de Espaços Públicos em 10 parques municipais de São Paulo (Mapa 1) e será dividido em quatro cadernos, de acordo com a região político-administrativa no qual o parque está situado: Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste.

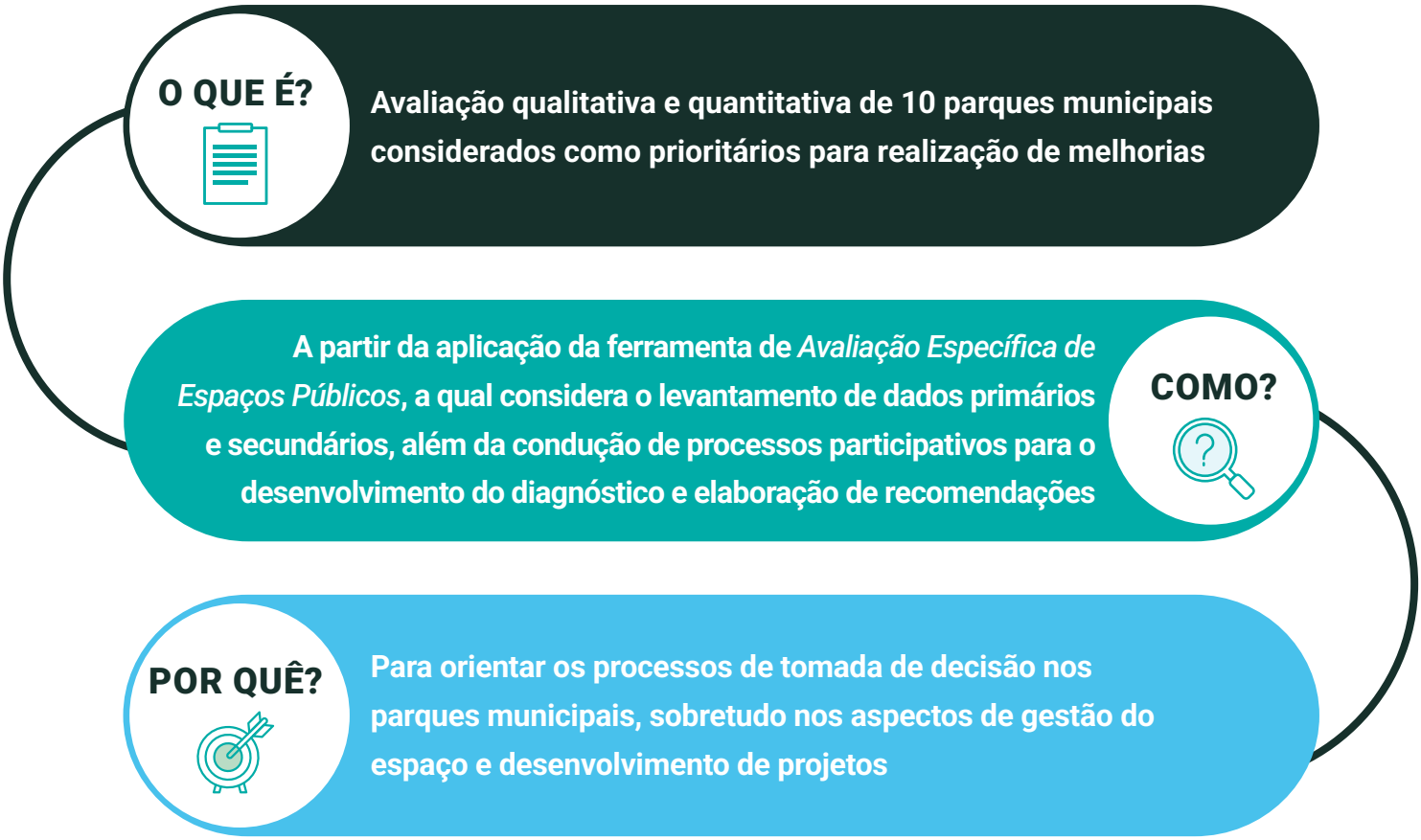
Cada caderno apresenta, em sua introdução, os principais elementos a serem priorizados por região de acordo com os resultados obtidos na Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024). Depois, são apresentados os resultados da aplicação da Avaliação Específica de Espaços Púbicos dos parques selecionados.

Como resultado, a Avaliação aponta para recomendações para os parques, de acordo com os elementos de diagnóstico identificados.

Mapa 1: Localização dos parques objeto da Avaliação Específica de Espaços Públicos



Elaboração: ONU-Habitat Brasil



1.1 Contexto

O relatório de Avaliação Específica dos Espaços Públicos sucede duas etapas importantes da iniciativa Viva o Verde SP: a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024) e a elaboração do Quadro de Priorização.

Ambos os relatórios foram desenvolvidos de forma a atender as diretrizes do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) (São Paulo, 2022). Dentre os princípios incorporados, destaca-se a importância de uma distribuição homogênea de parques e áreas verdes pela cidade, e a priorização de intervenções em localidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo:

A análise realizada nesta etapa da iniciativa Viva o Verde SP teve como objetivo verificar a situação atual dos parques municipais, na escala da cidade e das regiões administrativas, considerando aspectos espaciais, sociais e ambientais. A Avaliação se deu de forma a agregar informações em caráter quantitativo e qualitativo para fornecer um diagnóstico regional com objetivo de promover melhorias nos parques municipais, construir uma base de dados para a tomada de decisão de locais prioritários para realização de intervenções, e apresentar diretrizes para estes espaços.

Dentre os principais resultados da Avaliação, observou-se uma associação entre aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e qualificação dos parques, uma vez que as regiões com as maiores condições de vulnerabilidades (Leste e extremo Sul) são aquelas que demandam mais infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, e mostraram ser as que possuem os parques com

a menor classificação pelo Indicador de Parques (IP) (Fundação Aron Birmann, 2022). Além disso, foi observado um padrão socioespacial de periferização aplicado ao contexto dos parques, onde a região Centro-Oeste, de maior renda, apresentou melhores resultados gerais na avaliação quando comparada às regiões de menor renda, no Leste e extremo Sul.

Estes resultados reforçam a importância de priorizar intervenções em parques situados em regiões periféricas, algo que foi tido como prioridade para a seleção dos 10 parques objeto desta Avaliação Específica de Espaços Públicos a partir do Quadro de Priorização.

Os resultados regionais obtidos no relatório serão apresentados de forma compilada nos capítulos 3 e 5. Para acessar a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo e o Resumo Executivo:

Quadro de Priorização:

A partir dos indicadores adotados na Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024) foram selecionados 12 indicadores representativos e desenvolvida uma metodologia para pontuação e classificação dos 95 parques avaliados – parques municipais urbanos, de orla e lineares administrados pela SVMA. O objetivo do Quadro é fornecer justificativas técnicas para possibilitar a tomada de decisão com base em evidências.

A lista de classificação dos parques está disponível no Anexo 1.

Figura 2: Acesso Avaliação Específica de Espaços Públicos: Parques Municipais de São Paulo



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 3: Agente de coleta de dados fazendo a observação do Parque M'Boi Mirim para a Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade



Fonte: Acervo ONU-Habitat Brasil

2 PROPOSTA METODOLÓGICA

Para avaliar os parques priorizados, foram implementadas duas metodologias em 10 parques da cidade de São Paulo. A primeira é a *Avaliação Específica de Espaços Públicos,* desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat (ONU-Habitat, 2020). A segunda, o guia *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), que resulta de uma iniciativa conjunta entre o ONU-Habitat e a *The Shared City Foundation*. Ambas as metodologias são detalhadas ao longo deste capítulo. Na sequência, são apresentadas a estrutura da Avaliação e a descrição das partes interessadas, que desempenharam um papel central nos processos participativos associados a essas abordagens.

2.1 Avaliação Específica de Espaços Públicos

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* reúne um conjunto de ferramentas destinadas a avaliar a qualidade do espaço público e sua área de influência, estabelecendo recomendações de gestão e projeto para a melhoria desses espaços. O processo é estruturado em quatro fases, cada uma composta por atividades e ferramentas direcionados à análise de cinco dimensões e 20 indicadores.

Dependendo do contexto local, é possível adicionar e priorizar indicadores específicos. No caso da aplicação da Avaliação pelo Viva o Verde SP, foram analisadas sete dimensões e 25 indicadores apresentados sob a forma de texto, gráficos, tabelas, mapas e diagramas.

A primeira fase, chamada pré-avaliação, consiste na preparação do projeto e na pesquisa documental. Em seguida, ocorre a fase de coleta de informações, que envolve a obtenção de dados primários por meio de ferramentas como observações, entrevistas e caminhadas exploratórias, além de dados secundários obtidos por pesquisa digital e documental.

No Viva o Verde SP, ambas as fases foram iniciadas durante a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024). Algumas ferramentas, no entanto, foram aplicadas especificamente no âmbito da Avaliação Específica, durante oficinas participativas, que serão detalhadas em um relatório dedicado.

A terceira fase refere-se à análise dos dados coletados, que inclui a realização de oficinas participativas utilizando a metodologia Bloco a Bloco (Block by Block, título original em inglês) (UN-Habitat, 2021), cuja aplicação será explicada em um relatório específico.

Por fim, a quarta fase consiste na avaliação dos resultados, que é apresentada neste relatório.

2.2 Cidade Delas

O guia Cidade Delas (*Her City*, título original em inglês) (UN-Habitat, 2022) é composto por ferramentas destinadas a integrar a participação de mulheres e meninas no planejamento urbano especificamente para a adoção da abordagem de gênero na aplicação dos guias do Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

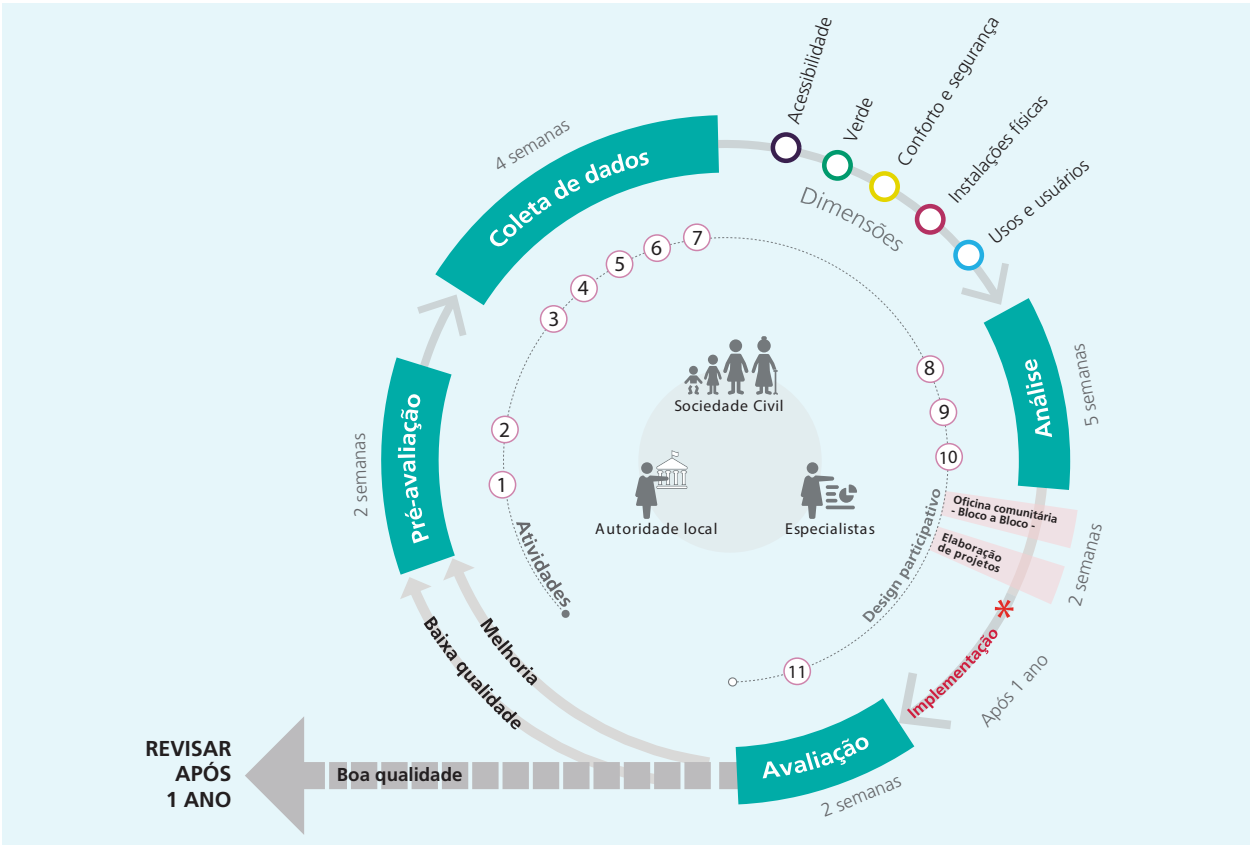
O guia está estruturado em três fases: a primeira, de avaliação, inclui a Avaliação Específica como uma de suas atividades principais; a segunda, de desenho e projeção de ideias, utiliza a ferramenta participativa *Bloco a Bloco*; e a terceira, de implementação, tem como objetivo orientar

o projeto elaborado. O guia é apresentado em um formato digital e acessível, promovendo a participação de mulheres e meninas em todas as fases de avaliação e implementação do projeto.

Parte-se do pressuposto de que mulheres e meninas pensam a cidade de forma integrada, considerando a diversidade de usos, perfis de pessoas usuárias e suas diferentes necessidades. Isso se relaciona ao papel de cuidado socialmente atribuído às mulheres, que frequentemente assumem responsabilidades como o cuidado de crianças e pessoas idosas, além das tarefas domésticas. Essas múltiplas jornadas de trabalho contribuem para a exclusão das mulheres dos espaços e esferas públicas da cidade (Ciocoletto *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o guia Cidade Delas (UN-Habitat, 2022) oferece ferramentas para orientar o planejamento, o design e a implementação de projetos de desenvolvimento urbano participativo, promovendo a construção de uma cidade inclusiva, que atenda às necessidades de todas as pessoas.

Figura 4: Diagrama com descrição das fases da Avaliação Específica de Espaços Públicos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 5: Caminhada exploratória feita com meninas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



2.3 Estrutura da Avaliação

Conforme descrito na introdução, este relatório de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* está dividido em quatro cadernos, correspondentes às regiões avaliadas conforme a divisão adotada pela SVMA: Centro-Oeste, Leste, Norte e Sul. Em cada caderno, são avaliados os parques pertencentes à respectiva região.

Este caderno avalia a **Região Sul** e está estruturado em três partes: a primeira refere-se ao diagnóstico da região, apresentando os dados obtidos na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024); a segunda corresponde à Avaliação Específica dso parques situados na Região Norte, e, por fim, a terceira parte apresenta as diretrizes regionais baseadas na avaliação realizada, compondo a conclusão do documento.

A metodologia de avaliação utiliza três recortes espaciais para a análise: a área de influência do parque, que investiga o entorno imediato, a escala interna do parque, que avalia aspectos dentro de seu perímetro, e a bacia hidrográfica do parque, que avalia aspectos ecológicos. Na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade*: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024), a área de influência foi definida com base na mobilidade ativa do pedestre, considerando um critério temporal de até 15 minutos de caminhada.

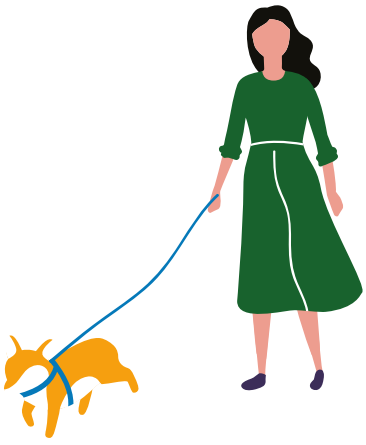
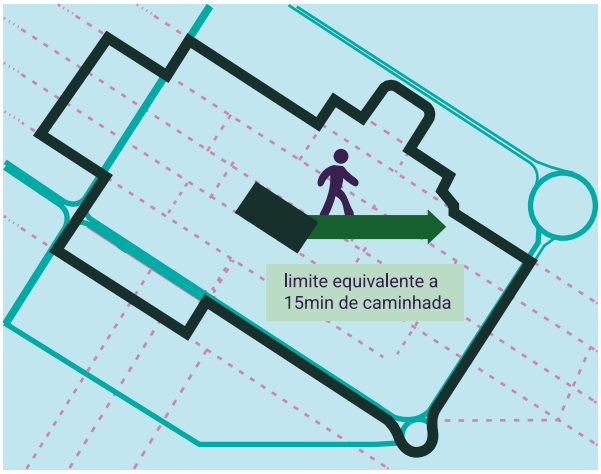


Figura 6: Definição do perímetro da área de influência dos parques



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Já a avaliação territorial em escala de bacia hidrográfica é essencial para entender a dinâmica ecológica, conectividade e impactos ambientais dos parques. Permite identificar cursos d'água, pressões sobre atributos hídricos, potencial de biodiversidade, integração com sistemas naturais e o papel do parque na mitigação de problemas ambientais e climáticos.

A segunda parte do relatório, referente à Avaliação, é composta por cinco seções:

1. Sobre o parque: apresenta informações gerais e o histórico do parque;
2. Processo participativo: descreve as iniciativas que envolveram a comunidade na Avaliação, bem como as contribuições de cada parte interessada;
3. Avaliação: análise do parque e área de influência, detalhada nas seguintes dimensões:

3.1. **Pessoas no parque e área de influência:** caracterização urbana e demográfica da área de influência do parque, e investigação da diversidade de usos e perfis das pessoas usuárias do parque;

3.2. **Acessibilidade:** descrição dos meios de deslocamento disponíveis e grau de utilização pelas pessoas frequentadoras, avaliação das infraestruturas de acesso e análise da distribuição de mecanismos que asseguram a acessibilidade universal em todo o parque;

3.3. **Instalações e mobiliário:** avaliação da distribuição e da qualidade do mobiliário urbano, dos equipamentos e das infraestruturas disponíveis no parque;

3.4. **Segurança:** análise da percepção de segurança das pessoas frequentadoras, com relação aos locais identificados como inseguros dentro do parque, aos registros criminais na área de influência e à disponibilidade de equipamentos de segurança no parque;

3.5. Conforto e ambiente: avaliação da distribuição e qualidade dos elementos de conforto ambiental, bem como da reputação do parque na percepção das pessoas frequentadoras;

3.6. **Ambiente verde e azul:** descrição do potencial de conectividade do parque, sua importância ecológica e os serviços ecossistêmicos que oferece, além da análise das medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas adotadas pelo parque e pela comunidade;

3.7. **Governança:** investigação da presença de atividades e equipamentos externos promovidos por iniciativas públicas ou comunitárias, análise da atuação do conselho gestor do parque e avaliação da distribuição e aplicação dos investimentos públicos.

4. Diagnóstico: sistematização da avaliação dimensional;
5. Recomendações: elaboração de recomendações de gestão a partir do diagnóstico sistematizado.

As informações apresentadas no diagnóstico do da Região Sul foram baseadas em dados primários e secundários, coletados desde o início das atividades da equipe do Viva o Verde SP. Os dados primários foram obtidos por meio de:

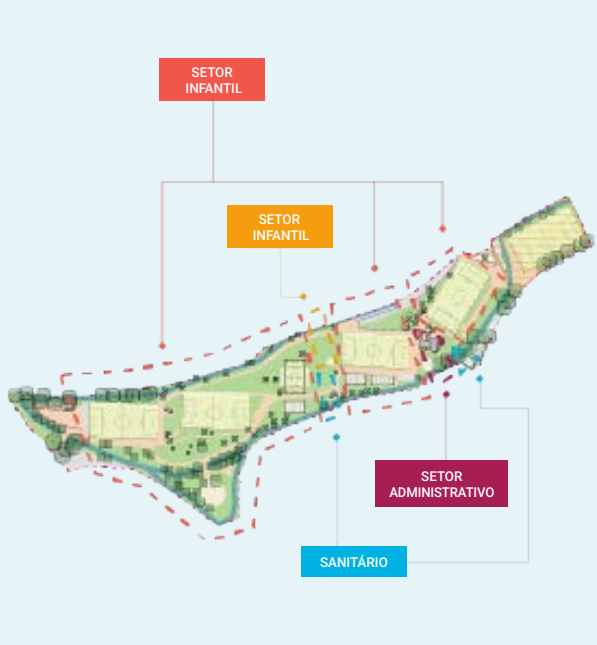
- Questionários de observação e entrevistas com pessoas gestoras, aplicados entre outubro e dezembro de 2023 na Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo ONU-Habitat, 2024);
- Questionários e consultas individuais com as pessoas gestoras dos 10 parques avaliados;
- Consultas específicas com representantes da SVMA;
- Entrevista estruturada aplicada às pessoas frequentadoras durante a oficina aberta realizada no parque, conforme descrito na Seção 2.4: Participação das Partes Interessadas.

Os dados secundários foram obtidos através da investigação de estudos presentes no acervo da SVMA, assim como bases de dados públicas.

A coleta de dados de observação das infraestruturas na escala do parque foi realizada por meio de sua divisão em setores (ver Figura 7). Cada setor representa um uso específico, agrupando equipamentos e infraestruturas com características semelhantes, como áreas infantis, esportivas, administrativas, sanitárias, entre outras. Essa abordagem possibilitou uma análise mais detalhada e segmentada do parque, considerando as diferentes formas de apropriação e equipamentos ofertados pelo espaço.

Dessa forma, ao abordar as dimensões de análise na escala do parque, é fundamental reconhecer que a organização interna é estruturada com base na separação desses setores.

Figura 7: Exemplo de representação dos setores no Parque Sete Campos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

2.4 Participação das Partes Interessadas

A metodologia de Avaliação Específica de Espaços Públicos tem como fio condutor de todas suas atividades a aplicação de ferramentas participativas junto a diversas **partes interessadas** do local selecionado. O intuito é consolidar um processo participativo ao longo da Avaliação, no qual as necessidades da comunidade sejam ouvidas e consideradas no diagnóstico e recomendações posteriores.

No caso dos 10 parques priorizados para receberem a Avaliação Específica, foi realizada uma convocatória não apenas para pessoas frequentadoras e atores-chaves que fazem vida nos parques municipais. Também, foram procurados outros grupos do entorno que poderiam se vincular com a área verde com maior frequência e qualidade.

Mas, por que é importante incorporar as comunidades nas avaliações específicas de espaços públicos? Essa pergunta foi respondida pelo grupo de mulheres lideranças da sociedade civil e pelo grupo de pessoas funcionárias que participaram da capacitação e Avaliação. Entre os seus depoimentos destacamos que "mais que importante, é essencial" e entre as justificativas colocadas estavam: a necessidade de que as propostas do poder local contemplem as opiniões das pessoas que moram para que sejam adequadas às realidades locais; o lembrete de que é um direito das comunidades exercer essa participação e serem escutadas; e a importância de entender os lugares em função das atividades comunitárias existentes e potenciais. Todas as pessoas concordaram que a incorporação das comunidades nos processos participativos estimula a sensação de pertencimento, o cuidado do espaço público e a apropriação local.

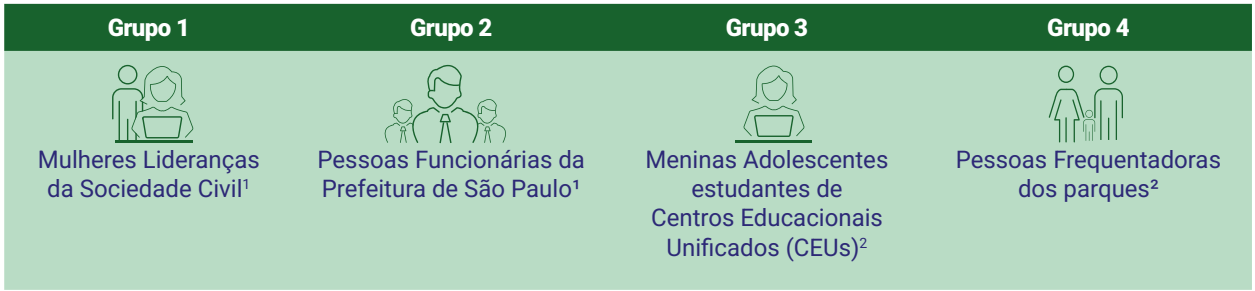
O que significa "partes interessadas"?

São todas as pessoas, grupos ou organizações chaves que podem ser afetadas ou beneficiadas, diretamente ou indiretamente, por um projeto, ação ou intervenção.

Fomentar a inclusão nos espaços de planejamento e avaliação de espaços públicos é também realizar esforços para superar a participação de forma genérica. A busca por diversidade e especificidades de agentes e dinâmicas é fundamental para o entendimento de cada território.

Com esse propósito, para acompanhar as Avaliações Específicas foram definidos quatro grupos alvos no planejamento do processo participativo:

Figura 8: Grupos alvos participantes da Avaliação Específica de Espaços Públicos



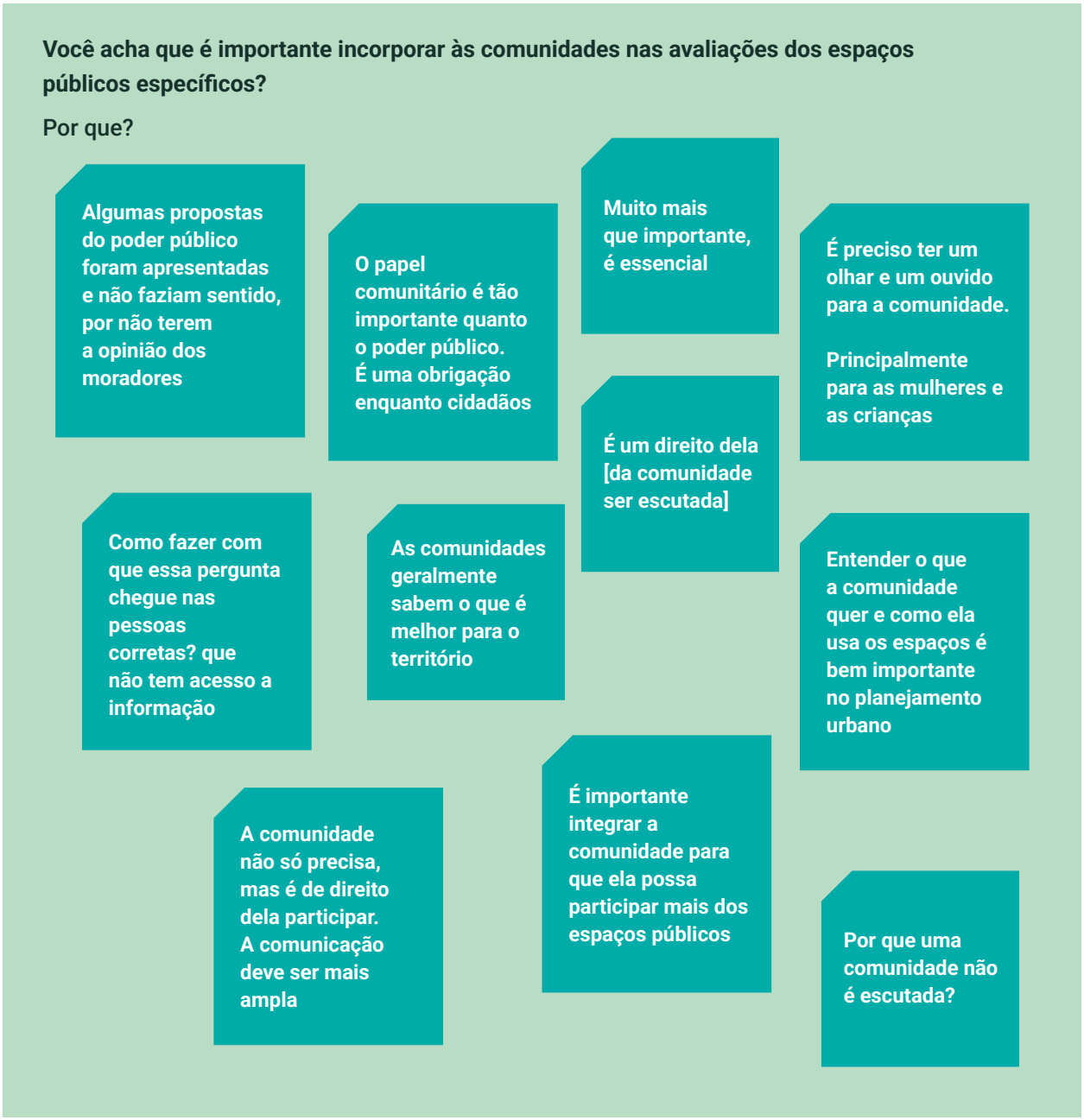
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

1 O detalhamento metodológico da capacitação e do envolvimento dos grupos 1 e 2 se encontra no relatório Capacitação nas ferramentas do ONU-Habitat: Avaliação Específica de Espaços Públicos e Bloco a Bloco (ONU-Habitat, 2025).
2 O detalhamento metodológico das oficinas Bloco a Bloco e Aberta e o envolvimento dos grupos 3 e 4 se encontra no relatório Oficinas participativas Bloco a Bloco e Abertas realizadas nos dez parques municipais priorizados de São Paulo (ONU-Habitat, 2025).

Estes grupos, de características diferentes, foram protagonistas das seguintes atividades participativas vinculadas a Avaliação Específica:

1. **Capacitação nas ferramentas do ONU-Habitat:** Avaliação Específica de Espaços Públicos e Bloco a Bloco : formação contínua dos grupos 1 e 2, envolvendo aulas teóricas e práticas, com participação na aplicação das ferramentas;
2. **Oficina Bloco a Bloco:** aplicação da ferramenta Bloco a Bloco com o grupo 3;
3. **Oficina Aberta:** aplicação da a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) e aplicação de entrevistas estruturadas com o grupo 4.

Figura 9: Painel feito junto às mulheres lideranças que participaram da capacitação "Metodologias ONU-Habitat"



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3 REGIÃO SUL

A Região Sul é a maior em dimensão, correspondendo a 48% de todo o território. Ainda que seja a segunda região mais populosa, com 3,8 milhões de habitantes, possui a menor densidade demográfica. Ela também tem uma grande porção, no extremo sul, dentro da zona rural, ocupada por duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) municipais: APA Bororé-Colônia e APA Capivari-Monos, local onde estão situados quatro Parques Naturais Municipais.

3.1 Diagnóstico regional - Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo

No momento da realização da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a Região Sul era a segunda em número de parques na área urbana, com 31 parques, dos quais 18 da categoria parque urbano, cinco da categoria parque linear e oito de orla.

É a única região que possui parques da tipologia orla, situados nas margens das Represas Billings e Guarapiranga.

Conforme definição do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo (São Paulo, 2024), o parque urbano é definido como um parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, e de oferecer equipamentos de lazer à população.

Já o parque linear é associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública.

Por último, o parque de orla é aquele localizado nas orlas das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos.

A região concentra locais com população em situação alta e altíssima vulnerabilidade, especialmente no extremo sul e em outros núcleos esparsos. Também no extremo sul, há indicativos de reduzida apropriação social refletida na **inexistência de conselhos gestores** eleitos. Em toda a região foram identificados problemas de sinalização e **acessibilidade**, sobretudo nas entradas dos parques e **problemas de oferta e qualidade de iluminação** generalizados. Apesar dos baixos índices relacionados à problemas de **segurança**, é a segunda região com maior percentual de parques onde se registraram **ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas**.

É também a segunda região com **índices mais baixos** relacionados a presença de **elementos de proteção solar** (natural ou artificial) nos setores dos parques. A melhoria destes elementos pode fomentar a maior utilização dos parques para práticas esportivas, uma vez que, junto com a Região Leste, é a que apresenta menos pessoas realizando atividades físicas.

Apresenta o **maior número de parques com a presença de corpos hídricos**, sendo a que concentra o maior registro de riscos hidrológicos dentro das áreas de influência dos parques, o que sugere a necessidade de estudo específico para

verificação quanto a possíveis contribuições dos parques municipais com a rede de drenagem urbana. Há potencialidades em **fortalecer as conectividades vegetais a partir dos Parques Naturais Municipais,** sobretudo em direção aos parques de orla.

O que se espera dos parques da Região Sul após a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos?

1

Todos os parques possuam conselho gestor ativo e engajado nas atividades



2

As pessoas possam frequentar os parques e utilizar seus equipamentos mesmo com temperaturas elevadas, uma vez que a presença da vegetação oferece um microclima favorável, além dos setores dos parques serem sombreados

3

Os parques sejam bem iluminados, garantindo a sensação de segurança das pessoas, especialmente de meninas e mulheres



4

Não haja ocorrências de criminalidade ou situações que possam comprometer a percepção de segurança nos parques e áreas de influência, especialmente por meninas e mulheres

5

Os parques contribuam com o sistema de drenagem e sua rede hídrica seja conectada e preservada



6

Os parques da região possuam alto grau de conectividade ecológica, especialmente com corredores que conectam aos parques de orla

7

Tanto o acesso, quanto o interior dos parques sejam adequados a pessoas com deficiência



4 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA: PARQUES MUNICIPAIS DA REGIÃO SUL





PARQUE SETE CAMPOS

Figura 10: Registro do Parque Sete Campos



© Onu-Habitat Brasil

Figura 11: Maria José da Silva 54 anos, líder comunitária e gestora do Parque Sete Campos entre abril de 2022 e outubro de 2024



© ONU-Habitat Brasil

Ele (Parque Sete Campos) representa um espaço único em uma comunidade, em um bairro carente, é um espaço para lazer, cultura e esporte, o que é muito difícil achar em algumas regiões. É um espaço para a família, para a população usufruir. E esse espaço, ali na zona Sul, no Parque Primavera, eu sempre falo, que o bairro é privilegiado.

Maria José da Silva
54 anos,
líder comunitária e
gestora do Parque Sete
Campos entre abril de
2022 e outubro de 2024

Para Maria, uma das maiores qualidades do Parque Sete Campos é a amplitude do espaço e sua comunidade local ao redor. Apesar disso, relata que ainda é um parque desconhecido, pois a população ainda não tomou posse do espaço.

Ela relata que o parque é o espaço livre, o quintal da casa de muitas pessoas da comunidade. Isso porque a comunidade não tem espaços dessa natureza, além das casas serem muito pequenas, oferecendo poucas oportunidades para lazer das crianças. O mesmo acontece com as mães.

Por isso, o parque cumpre a função de "quintal" de muitas dessas pessoas, pois é o local onde vão para conversar, brincar, jogar bola, para passar a tarde ou de manhã, fora do horário de escola. É o espaço que elas têm, além da residência - é um complemento, o "puxadinho" da residência delas.

Em relação aos seus desejos para o parque, Maria ressalta a importância de priorizar as mulheres e crianças usufruindo do espaço. Enquanto pedagoga, ela sente falta de crianças brincando, correndo e praticando atividades no parque. Em relação às mulheres, acredita que o predomínio de campos e times de futebol masculino no local desestimula a frequência delas. Seu maior sonho é ver muitas crianças no parque com as suas mães, passando o dia de domingo, ou em um sábado ensolarado brincando, fazendo piquenique.

Como mãe, Maria viu seu filho dar o primeiro passo em um parque, e é isso que deseja para as mães que vivem entorno ao Parque Sete Campos: que seus filhos possam dar os primeiros passos em um parque bonito, arborizado, com estruturas e condições adequadas para todas as pessoas permanecerem ali.



1. Sobre o Parque

O Parque Sete Campos está localizado entre os distritos de Cidade Ademar e Pedreira, na subprefeitura Cidade Ademar. A região é caracterizada por níveis de vulnerabilidade que variam de médio a muito alto, conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (GeoSampa, 2025).

Figura 12: Mapa de localização do Parque Sete Campos em relação ao município e região



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A área de influência do parque é caracterizada pela carência de equipamentos de lazer e cultura, e equipamentos públicos de esporte. Em termos de população, a região é majoritariamente composta por mulheres, pessoas pretas e pardas, e possui alta concentração de jovens (Rede Nossa São Paulo, 2023). O parque é cercado por dois córregos nas suas laterais, e seu relevo possui uma declivida de predominantemente plana.

Tabela 1: Ficha introdutória do parque

Nome	Parque Sete Campos
Área total	102.787,25 m²
Ano de inauguração	2010
Categoria	Urbano
IP 2022	2.64/5
Nota no Quadro de Priorização	2.3/10
Endereço	Estrada do Alvarenga, s/n
Horário de funcionamento	7h às 19h
Distrito	Pedreira
Subprefeitura	Cidade Ademar

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Como seu nome sugere, a preponderância de campos de futebol é alta, contendo seis destes equipamentos, três quadras poliesportivas, anfiteatro, pista de skate, aparelhos de ginástica, sede administrativa e dois módulos sanitários. O acesso ao parque é realizado por duas portarias: uma pela Estrada do Alvarenga e outra pela Rua do Campo.

1.1 Histórico

Em uma área com histórico fortemente ligado à prática esportiva, o Parque Sete Campos foi oficialmente criado em 2010. Originalmente pertencente ao Estado de São Paulo, esta área já funcionou como aterro a partir da construção da Estrada do Alvarenga e, logo antes de se tornar parque, abrigava alguns campos de futebol de modo informal. Em 2009, ela foi transferida à Prefeitura de São Paulo, ficando sob a administração da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e da Subprefeitura de Cidade Ademar.

A área foi alvo de disputas e se cogitou a instalação de outros equipamentos, como habitação social e centros educacionais. No entanto, devido ao uso contínuo dos campos por grupos de futebol masculino há cerca de 30 anos – grupos que inclusive contribuem com a manutenção do local –a continuidade dos campos como parte do parque é amplamente defendida. O projeto do parque, elaborado em parceria com a Subprefeitura Regional, previu obras de melhoria nos córregos e equipamentos de lazer e esporte. Desde o início da reforma e consolidação do espaço como parque, a participação das mulheres nas decisões sobre o local foi limitada. Nos processos políticos e de planejamento urbano envolvendo participação comunitária e consulta pública, as mulheres eram minoria e, geralmente, suas sugestões - que envolviam usos da área para além dos campos de futebol - eram desconsideradas.

Figura 13: Imagem do Parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Processo participativo

Na Avaliação Específica de cada parque, os quatro grupos-alvo mencionados na Seção 2.4 participação das partes interessadas fizeram parte das diversas atividades participativas propostas. Estas ações foram baseadas nas metodologias ONU-Habitat *Bloco a Bloco* (UN-Habitat, 2021) e *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), somadas às ferramentas disponíveis na guia de Avaliação Específica de Espaços Públicos, adaptadas ao contexto e características da cidade de São Paulo.

2.1 Partes interessadas envolvidas

No caso do Parque Sete Campos, a busca por grupos que fizessem vida no parque e lideranças da região para contribuir com a Avaliação foi articulada, no início, com a gestora anterior do parque e com as pessoas representantes do conselho gestor.

O **primeiro grupo** alcançado foram duas **lideranças femininas** convidadas a fazer parte do grupo de capacitação da sociedade civil sobre metodologias do ONU-Habitat, formado por apenas público do gênero feminino e com mais de 18 anos.

O **segundo grupo** alcançado foram **pessoas funcionárias** da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), principalmente da SVMA, que estivessem envolvidas com algum dos 10 parques priorizados, seja na gestão dos parques ou na área de projetos e obras. No caso específico do Parque Sete Campos, participaram da Avaliação quatro pessoas: a gestora anterior do parque, a coordenadora de gestão de parques da Região Sul da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), a diretora da Divisão de Implantação, Obras e Projetos (DIPO) e uma estagiária da UMAPAZ.

O **terceiro grupo** participante da Avaliação foram **15 meninas adolescentes, entre 11 e 15 anos de idade, e duas professoras**, do CEU Alvarenga, as quais participaram na oficina bloco a bloco, dirigida exclusivamente a esse público escolar.

O último e **quarto grupo** convocado a participar foram **pessoas frequentadoras** que se aproximaram à oficina aberta realizada no parque. Nessa atividade, foi aplicada a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) com mais de 10 pessoas de diferentes idades e gêneros, sendo todas elas moradoras do entorno imediato. Este grupo também participou de entrevistas estruturadas, nas quais contribuíram 16 pessoas no total.

Figura 14: Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Sete Campos utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 15: Pessoas participantes da Oficina Bloco a Bloco do Parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 16: Meninas adolescentes elaborando sua proposta para o Parque Sete Campos às mulheres lideranças e gestora do parque

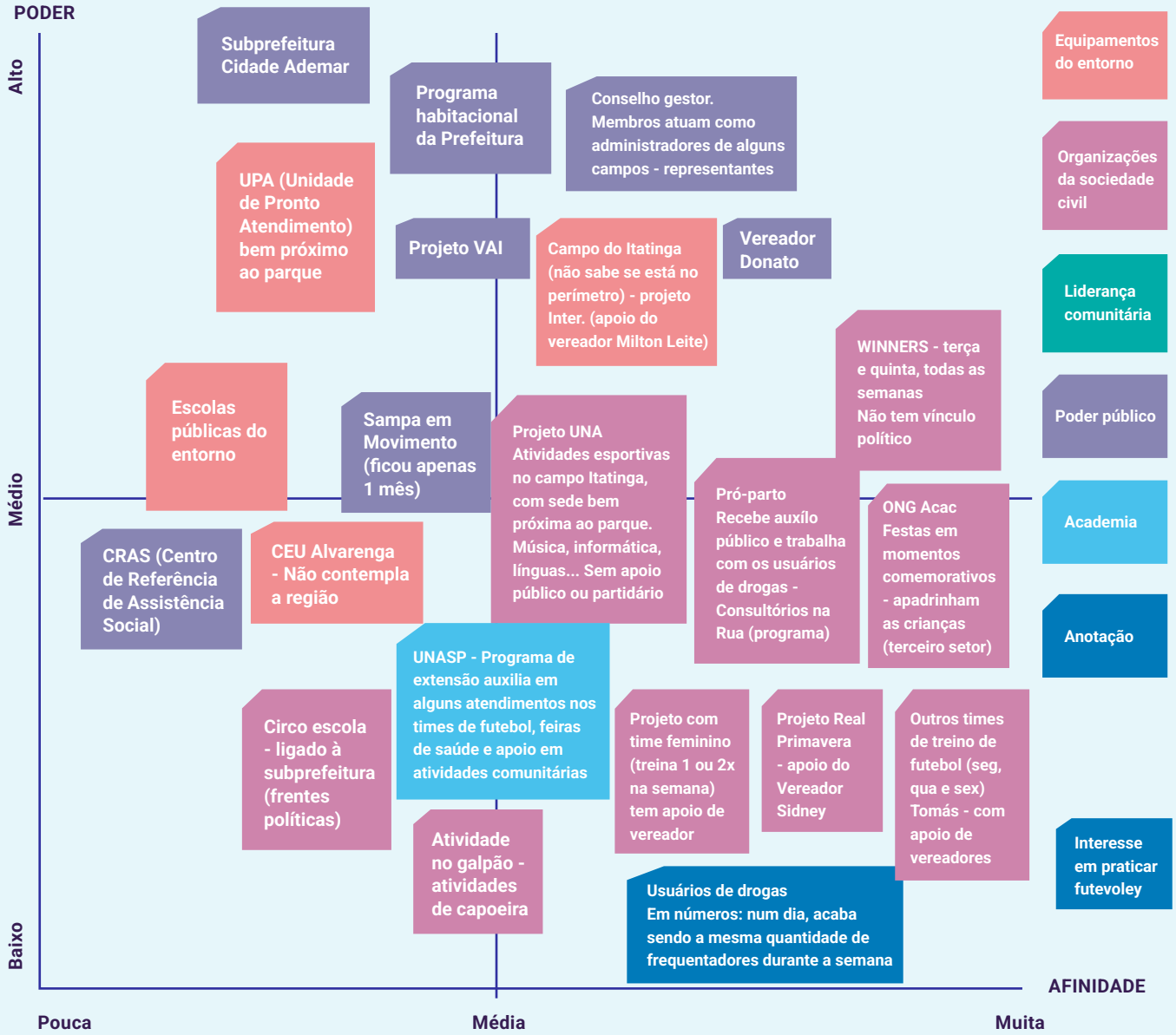


Fonte: Acervo ONU-Habitat

2.2 Principais contribuições

O primeiro grupo, constituído por lideranças femininas, contribuiu com a facilitação dos exercícios práticos e com a divulgação das atividades abertas ao público geral. Foram também estas lideranças que forneceram as informações para a construção do mapeamento das partes interessadas do parque, a partir do olhar comunitário e conhecimentos das redes e grupos existentes que fazem vida no espaço público avaliado. Segundo as lideranças consultadas, os principais grupos afetados pelo deterioro e que seriam beneficiados com a requalificação do parque são organizações da sociedade civil que fazem vida regularmente no espaço público.

Figura 17: Mapeamentos das partes interessadas do Parque Sete Campos, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O segundo grupo, o das pessoas funcionárias municipais, forneceu informações técnicas e de gestão do parque ao longo das atividades participativas da Avaliação. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes e validaram, preliminarmente, algumas das recomendações propostas no processo.

Dos últimos dois grupos, foram coletadas e sistematizadas contribuições de viés qualitativo, categorizadas em **sentimentos** suscitados pelo parque, **problemas, potencialidades, soluções e desejos** para ele. Também foram priorizadas as principais ações necessárias para sua requalificação e ativação em termos de usos e gestão.

Figura 18: Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Calor, secura e cheiro ruim foram os principais sentimentos destacados pelas pessoas participantes das atividades de percepção no parque. Elas valorizam a existência do parque na sua região, carente de equipamentos de lazer e com muitas crianças. O Parque Sete Campos é percebido como um ponto de encontro da comunidade, numa área ampla e com vocação para o esporte, que também tem lugar para acolher outras atividades. Os campos de futebol possuem alto valor para a população, pela sua longa permanência no local. A pista de skate, o espaço coberto próximo à administração e o anfiteatro – conhecido como o "coliseu", são espaços do parque considerados positivos pelas pessoas participantes. Os times e campeonatos de futebol (infantil e adulto), os quais muitas vezes contribuem com a manutenção dos campos, são agentes importantes do parque. A existência do festival e campeonato de futebol feminino (de forma pontual) e outras atividades físicas e culturais organizadas por mulheres, também são elementos identificados como positivos do parque e que, ainda, demostram que existe demanda para o incentivo de esportes e outras atividades para o público feminino.

Outros aspectos destacados nas percepções das pessoas participantes das dinâmicas da Avaliação foi a falta de bancos, bebedouros, brinquedos, aparelhos de ginástica, quiosques e outros equipamentos que promovam usos além da prática do futebol, nas áreas "vazias" do parque, muitas delas entre os campos. Áreas próprias para piquenique, estruturas para realizar atividades educativas, arquibancadas e mais vestiários nos campos, sinalização e iluminação - de forma geral, mas especialmente no anfiteatro, e acessibilidade entre as áreas do parque, foram também ausências detectadas através das ferramentas participativas. Foi apontada a necessidade de melhorar a manutenção dos banheiros, da drenagem e outros equipamentos do parque, sem priorizar apenas os campos, ação que também acontece em relação à limpeza e aos investimentos. O lixo e descarte irregular de resíduos sólidos no parque e nos córregos, a falta de gradil no perímetro, a falta de sombra, a pouca arborização e vegetação deixando os espaços "desertos", foram também questões levantadas.

Por outro lado, a falta de atividades regulares e usos diversificados, que atraiam maior presença de crianças, meninas e mulheres frequentadoras e desestimulem o predomínio do público masculino, de segurança e guardas noturnos, foram pontos negativos relatados: "não dá para trazer a família - mulheres e filhos", foi um depoimento de uma pessoa participante. A presença de pessoas usuárias e do descarte de drogas, a incidência de assaltos, a permanência de pessoas em situação de rua e o medo de cachorros soltos, são elementos que desestimulam o uso regular do parque.

Figura 19: Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação

Problemas – Pontos Negativos
Faltam bancos, mesas, espaços com sombra, entre outros mobiliários de permanência
Faltam bebedouros e manutenção dos existentes
Falta arquibancada nos campos e quadras
Falta de brinquedos e espaços para brincar, mais duráveis e com manutenção frequente
Faltam vestiários e manutenção nos banheiros
Falta estrutura para abrigar atividades educativas e reuniões de conselhos
Falta iluminação, especialmente no anfiteatro
Pouca acessibilidade entre os setores do parque e equipamentos para PcD
Faltam sinalização e quadro de avisos
Faltam elementos para tornar as quadras poliesportivas e incentivar outros usos além do futebol
Sala multiuso está interditada
Estacionamento existente não é formalizado
Parque sem cercamento, acessos informais e fora do horário de funcionamento
Incidência de descarte irregular
Falta arborização (lugares com sombra) e vegetação, e manutenção na existente
Presença de usuários e descarte de drogas
Permanência de pessoas em situação de rua
Presença de cachorros soltos e abandonados
Incidência de assaltos em locais específicos
Falta segurança no parque e entorno, em especial à noite (funcionamento 24h pela falta de cerca)
Presença de atos de vandalismo
Anfiteatro fica isolado e sem segurança, se tornando ponto de venda de drogas
Falta de união comunitária e respeito dos moradores do entorno
Pouca assistência da prefeitura para a região
É visto como uma ameaça a suspeita da retirada de dois campos para implantar um CEU
Parque vazio nos dias de semana. Faltam atividades regulares, além do uso dos campos
Córregos é visto como um esgoto a céu aberto
Território de disputas políticas dificulta a gestão do parque (exemplo: melhorias de quadras feitas através de emendas parlamentares)
Muita troca de administração e funcionários
Suspeita de solo contaminado.

Potencialidades – Pontos Positivos
Ter um parque em uma região que carece de equipamentos de lazer
Muitas crianças na região
Ponto de encontro para a comunidade do entorno, local histórico do bairro
Área grande, podendo abrigar ainda muitos equipamentos e usos
Pista de skate utilizada por crianças
Anfiteatro tem potencial para várias atividades
Times e Campeonatos de futebol (infantil e adulto)
Escolinhas de futebol (crianças)
Festival de futebol feminino: oportunidade para trazer mais meninas e mulheres
Atividades que ocorrem pontualmente, organizadas por mulheres (atividades físicas, dança, exposição)
Obras da SEHAB (Programa Mananciais) no local: possibilidade de contrapartida para implementar melhorias, por estar utilizando o parque como canteiro de obras
Articulação com outras secretarias (como o Sampa Saúde em Movimento), mas que precisam de mais estrutura/segurança para sua implementação e maior envolvimento da comunidade

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

As pessoas participantes manifestaram acreditar que a falta de senso de pertencimento, a percepção dos córregos como esgoto a céu aberto, a falta de visibilidade do parque e da região, o domínio da gestão dos campos por grupos específicos - inclusive domínio político – estimulam a falta de união comunitária para o cuidado e preservação do parque.

A partir desses sentimentos, problemas e potencialidades detectadas pelas pessoas participantes das atividades da Avaliação Específica, foram propostos por elas mesmas **soluções e desejos para o Parque Sete Campos.**

Sobre a **infraestrutura** do parque, foram propostos elementos de comunicação visual (painéis interativos e sinalização com o nome do parque nos acessos, mapa do parque e cartazes com a programação), mobiliários e elementos lúdicos (fontes interativas ou elementos de

interação com a água, mesas de jogos e ping-pong, parques naturalizados e/ou brinquedos de materiais sem valor comercial para diminuir furtos), locais para descanso com sombra (como bancos, redários, guarda-sóis, tendas e cobertura no anfiteatro) e outras atividades de lazer (locais de contemplação, quiosques e área de piquenique).

As solicitações por áreas sombreadas no parque foram unânimes nos grupos, apontando a importância de mais arborização – com espécies de maior porte e/ou idade, e mais vegetação em geral, incluído hortas elevadas e acessíveis para cadeirantes.

Foram também solicitados equipamentos relacionados ao uso cotidiano do parque como contentores e latas de lixo reciclável, iluminação, cobertura em uma das quadras e gradil no perímetro do parque. "Trazer cores" ao parque, seja a partir de eventos de arte ou outros elementos; introduzir quadras de vôlei, de areia e outros materiais, e implantação de uma pista compartilhada para pedestres e ciclistas foram também desejos que surgiram.

Sobre os **usos e a gestão** do parque, foi mencionada a importância de fornecer programação variada e divulgar essas atividades, a qual poderia incluir projetos de educação ambiental, cinema ao ar livre e outros tipos de lazer noturno, desde que o parque conte com infraestrutura adequada para isso, e cuja articulação poderia envolver outras instituições. A venda de alimentos no parque foi também colocada como desejo para garantir permanências mais longas no local e dando condições para "aproveitar o tempo com a família e brincar".

Foi também levantada a necessidade de melhorar a manutenção de forma geral, especialmente reforçando a limpeza, realizando a separação do lixo e incluindo uma horta e/ou viveiro. Melhorar a segurança, garantindo um policiamento 24 horas e fiscalizar e conscientizar sobre a proibição do uso de pipas, foram também desejos apontados. Sobre a administração do parque como um todo, incluindo os campos, foi apontada a necessidade de democratizar a gestão " pois é o espaço do povo e não tem dono", manifestou uma das pessoas participantes.

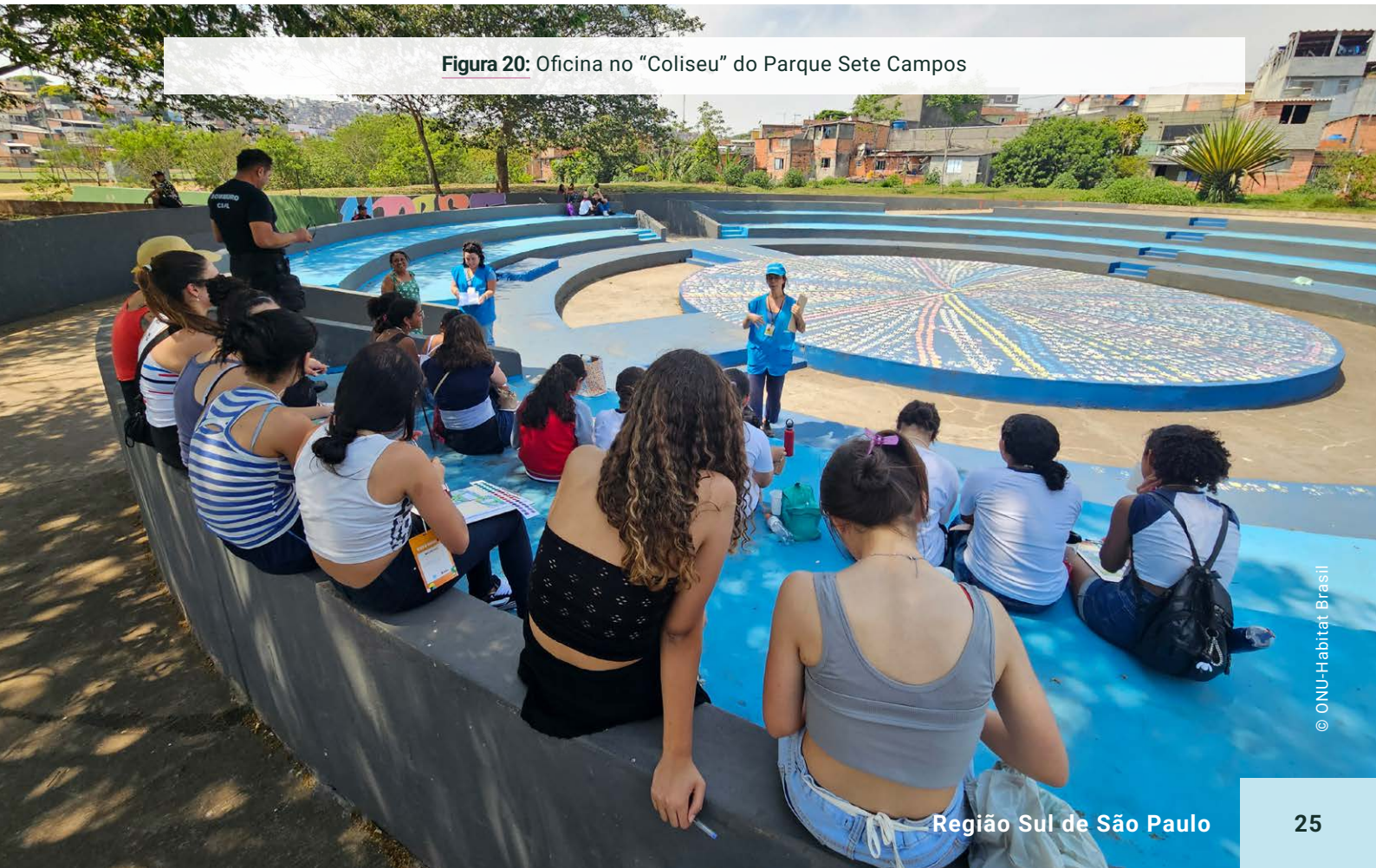


Figura 20: Oficina no "Coliseu" do Parque Sete Campos

© ONU-Habitat Brasil

3 Avaliação

Nas Seções 3.1 Caracterização urbana da área de influência até 3.7 Governança são apresentados os principais resultados obtidos com a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos, sendo cada seção correspondente a uma dimensão de análise.

3.1 Caracterização urbana da área de influência

Dentro da área de influência do Parque Sete Campos há uma alta incidência de núcleos urbanos informais e favelas (ver Mapa 2), o que indica uma condição de vulnerabilidade socio-econômica do entorno. O padrão construtivo predominante é o residencial unifamiliar horizontal, caracterizado por moradias de um a dois pavimentos. Em frente ao acesso do parque foram construídos empreendimentos habitacionais multifamiliares verticais de Habitação de Interesse Social pelo Programa Mananciais da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

A área de favela contígua ao Parque Sete Campos é delimitada por ambos os córregos que fazem limite com o parque, resultando em uma configuração urbana de confinamento do córrego e de muros de residências dando seus fundos ao parque. Isso resulta em grandes áreas muradas no interior do parque, e traz como consequência a diminuição de visibilidade entre o interior e exterior do parque.

Figura 21: Residências e córrego situados no limite do parque



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Essa diminuição da visibilidade limita a "vigilância" no espaço público, que é considerada fundamental para o aumento da sensação de segurança de mulheres e meninas (Safer Parks Consortium, 2023).

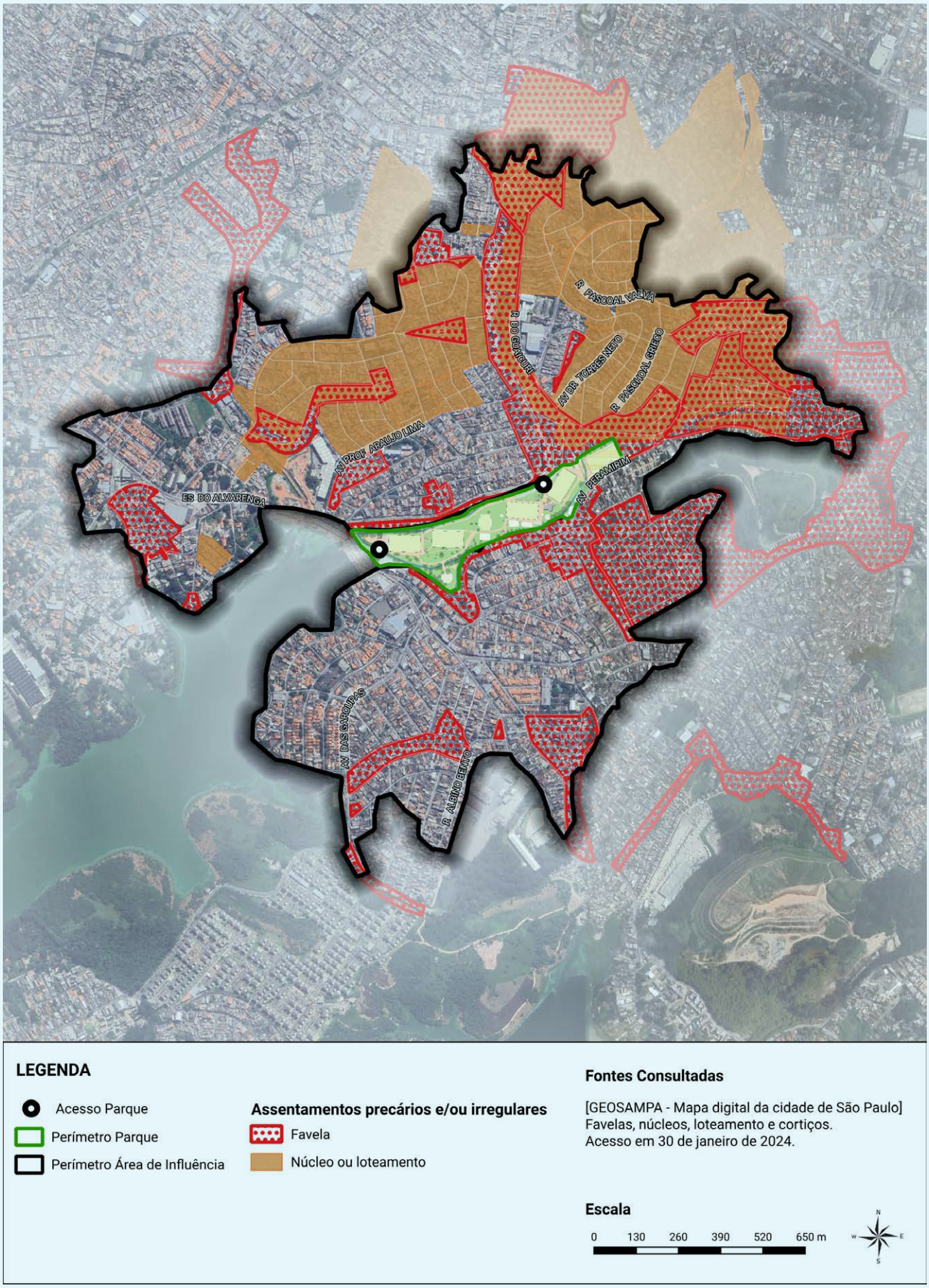
Figura 22: Tipologia urbana predominante



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação aos atributos ambientais, apesar de inserido em entorno de urbano consolidado, o parque está situado entre dois eixos de relevância ambiental, a represa Billings à oeste e o Parque Itatinga à leste.

Mapa 2: Núcleos urbanos informais na área de influência



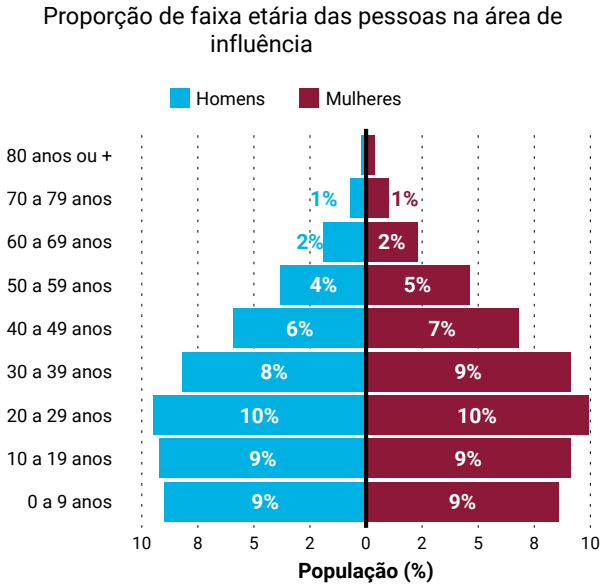
Elaboração: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

3.1.2 Pessoas no Parque Sete Campos e na sua área de influência

A caracterização das pessoas que vivem na área de influência e frequentam o parque é fundamental para compreender quais os perfis predominantes e como o parque pode atender às necessidades específicas destes grupos.

De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), a faixa etária predominante das pessoas na área de influência é de jovens e adultas, nas faixas de 20 a 29 anos, seguido por crianças e jovens entre 0 e 19 anos.

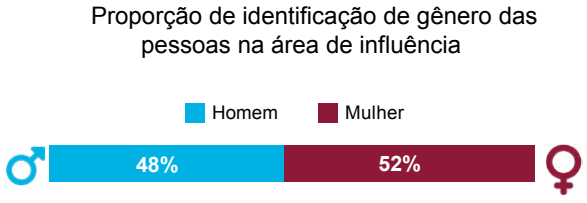
Gráfico 1: Faixa etária das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Das 67.151 pessoas que vivem dentro da área de influência do parque, predominam as mulheres, com aproximadamente 52% do sexo feminino e 48% masculino.

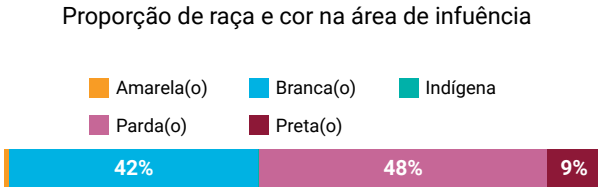
Gráfico 2: Gênero das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça das pessoas que vivem na área de influência, mais da metade são pretas ou pardas (57%), enquanto 42% se autodeclararam brancas.

Gráfico 3: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência

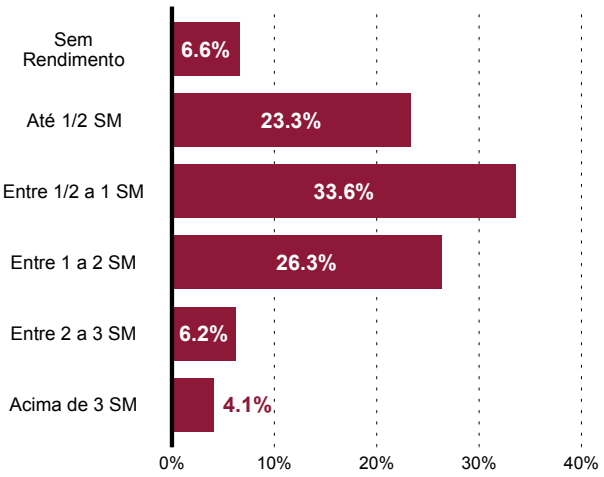


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos marcadores de vulnerabilidade socioeconômica apresentados anteriormente, o rendimento per capita de mais da metade da população (63,5%) é inferior a um salário-mínimo, caracterizando situação de pobreza (The World Bank, 2025).

Somente 10% das pessoas possuem rendimentos superiores a dois salários-mínimos.

Gráfico 4: Perfil de renda das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

No ano de 2021, foram registradas

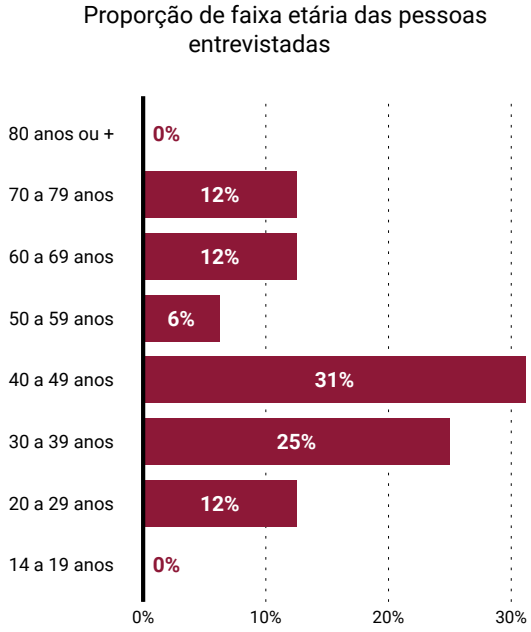
294.892 *pessoas frequentando o Parque Sete Campos*

Em 2022, foram registradas

455.970 *pessoas*

Dentre as pessoas entrevistadas que frequentam o parque, houve predomínio de adultos entre 40 e 49 anos (31%) seguido pela faixa etária de 30 a 39 anos.

Gráfico 5: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque



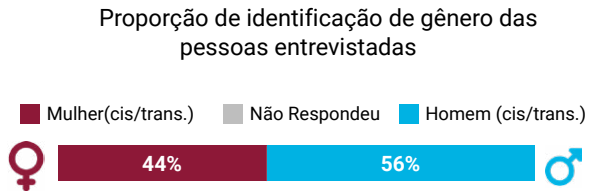
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Apesar da população na área de influência ser predominantemente feminina, foram entrevistados mais homens que frequentam o parque (56%).

Tal fato pode estar associado ao predomínio de equipamentos esportivos como quadras e campos de futebol, atividades que tendem a atrair um maior público masculino.

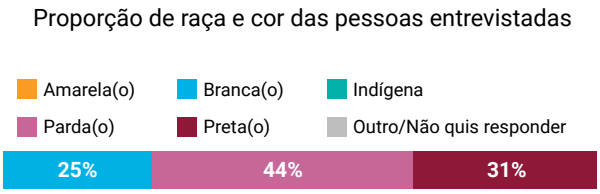
Gráfico 6: Gênero das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça, 75% das pessoas entrevistadas se declararam pretas ou pardas, percentual superior ao perfil da população que vive na área de influência.

Gráfico 7: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Sete Campos se caracteriza pela alta situação de vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (63,5% da população);

2. A configuração urbana das favelas contíguas ao parque resulta em um confinamento dos córregos e na baixa visibilidade entre a as áreas internas e externas do parque;

3. Foi registrado um baixo percentual de mulheres que frequentam o parque e que responderam à entrevista, apenas 44%, o que diverge com o percentual de mulheres registrado na área de influência de 52%.

3.2 Acessibilidade

O primeiro indicador analisado para avaliar a acessibilidade do Parque Sete Campos refere-se às infraestruturas de deslocamento existentes em sua área de influência. Esse indicador, representado no Mapa 3, inclui o mapeamento do sistema cicloviário, bem como a cobertura do transporte público, considerando estações de metrô, terminais de trem e de ônibus, além de pontos de ônibus.

Com relação aos sistemas de transporte público, não há estações de metrô, terminais de trem ou terminais de ônibus dentro da área de influência do parque. Contudo, há uma distribuição de pontos de ônibus pelo perímetro da área de influência que atendem 42 linhas de ônibus.

Para quem acessa o parque por transporte individual, a portaria próxima à Estrada do Alvarenga dispõe de estacionamento gratuito.



Quanto ao sistema cicloviário, não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, limitando o acesso de ciclistas.

Ainda em relação aos modos ativos de deslocamento, foi analisada a qualidade das calçadas na área de influência e os possíveis impactos na acessibilidade do pedestre, considerando a largura mínima recomendada de 1,90 m, conforme a legislação (1,20 m de faixa livre de circulação e 0,70 m para mobiliário urbano, como árvores e postes de iluminação).

A análise de calçadas revela que 47% das calçadas no entorno do parque não atendem à largura mínima exigida pela legislação, representando uma limitação significativa para o acesso seguro e inclusivo ao local. Essa deficiência impacta especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que dependem de condições adequadas para se deslocar de maneira segura.

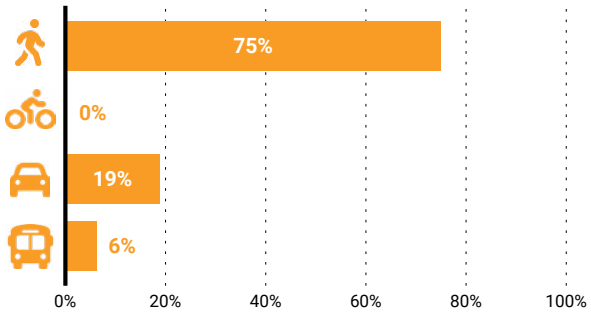


Analisar a qualidade da infraestrutura de deslocamento, especialmente aquelas relacionadas aos modos ativos, como caminhar e pedalar, é essencial devido aos múltiplos benefícios associados. Esses modos promovem melhorias na qualidade de vida urbana, tanto por meio de ganhos à saúde quanto pela redução de emissões de carbono (Sampapé, 2019).

Conforme levantado em entrevistas realizadas durante a oficina aberta em outubro de 2024, a maioria das pessoas que acessam o parque (75%) chegam a pé. Esse dado reforça a importância de calçadas adequadas para garantir condições de acesso seguras e confortáveis.

Gráfico 8: Meio de locomoção das pessoas usuárias no parque

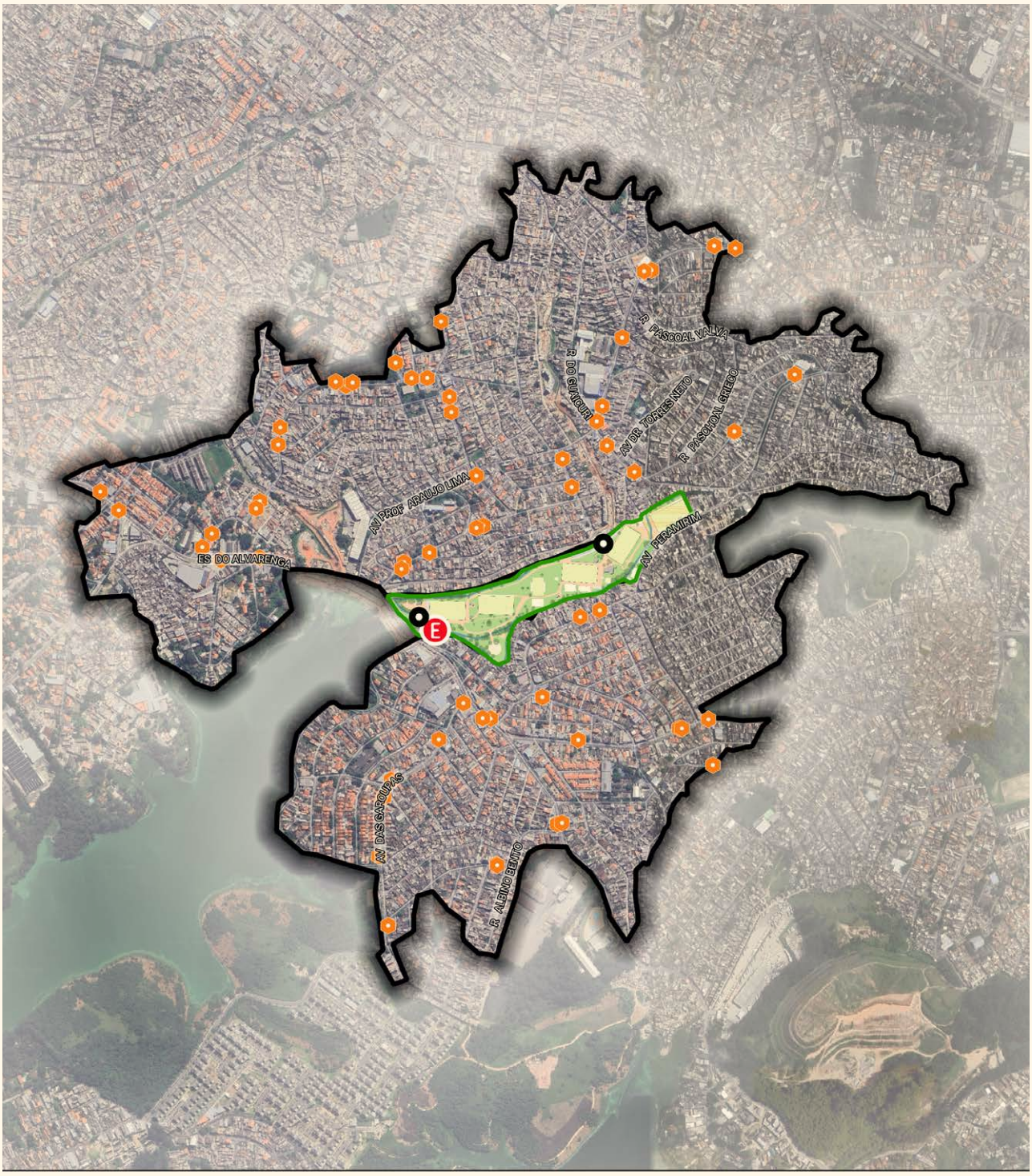
Proporção das respostas das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Cerca de 19% das pessoas entrevistadas acessam o parque por meio de transporte individual, o que pode ser influenciado pela disponibilidade de estacionamento gratuito no local. Por outro lado, apenas 6% utilizam transporte público, e nenhuma das pessoas entrevistadas chega ao parque de bicicleta, sugerindo que a ausência de infraestrutura adequada para esse modal impacta diretamente seu uso como meio de acesso.

Mapa 3: Mapa de identificação dos modos de deslocamento



LEGENDA

- Acesso Parque
- Estacionamentos Público
- Perímetro Parque
- Perímetro Área de Influência

Sistema Cicloviário

- Ciclofaixa
- Ciclovia

Transporte

- Estação de metrô
- Estação de trem
- Terminal de ônibus
- Ponto de ônibus

Fontes Consultadas

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo] Transporte. Acesso em 17 de outubro de 2024.

Escala

0 130 260 390 520 650 m

Elaboração: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

Outro indicador que avalia a qualidade da acessibilidade universal no Parque Sete Campos é a identificação de elementos de acessibilidade nas portarias de acesso ao parque. A Figura 23 contém representações de todos os dois acessos, com a indicação as infraestruturas presentes e ausentes em cada um deles.

O acesso 01, localizado na Rua do Campo, ao norte do parque, possui apenas calçamento adequado. Contudo, não atende aos parâmetros de inclinação, largura e piso tátil para acessibilidade universal, tornando-se completamente inadequado para a circulação segura e inclusiva de pedestres.

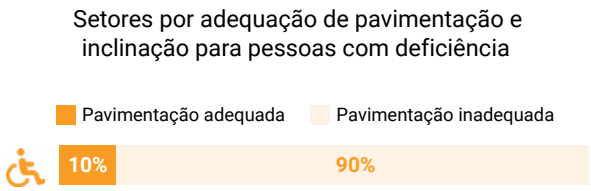
O acesso 02, localizado na Estrada do Alvarenga, possui uma travessia segura com sinalização e faixa de pedestres nas proximidades. Contudo, carecem de muitos elementos relacionados à acessibilidade universal como piso tátil, som funcional e rampas. Além disso, a calçada conta com muitas obstruções, como postes, impedindo a circulação acessível.



Assim, percebe-se que todos os acessos ao Parque Sete Campos apresentam desafios em termos de acessibilidade para pedestres, tornando o acesso ao parque menos inclusivo.

Outro aspecto essencial da acessibilidade do Parque Sete Campos é sua adequação entre os setores internos ao uso por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

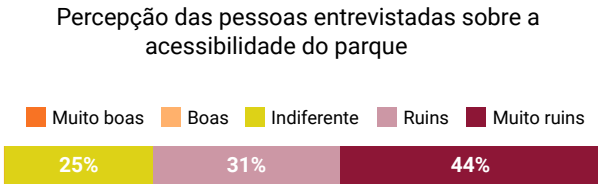
Gráfico 9: Acessibilidade nos setores do parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Diante das observações realizadas no parque, verificou-se que 90% dos setores apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal. Esse dado pode estar relacionado com a alta porcentagem de pessoas entrevistadas que avaliam a acessibilidade do parque como muito ruim (44%) ou ruim (31%), conforme demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10: Percepção de acessibilidade pelo público



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Conforme descrito na Seção 2 Processo participativo, as pessoas que frequentam o parque relataram como negativa a pouca acessibilidade entre os setores, e a falta de equipamentos para PCD de uma forma geral.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. **Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, restringindo o acesso de ciclistas;**

2. **No entorno do parque, 47% das calçadas não atendem à largura mínima exigida por lei, dificultando a circulação segura e inclusiva de pedestres;**

3. **Todos os acessos ao Parque Sete Campos apresentam desafios de acessibilidade para pedestres, tornando a entrada no parque menos inclusiva;**

4. **Em 90% dos setores, há problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal. Esse cenário reflete na percepção da população, com 75% das pessoas avaliando a acessibilidade do parque como ruim e muito ruim.**

Figura 23: Ilustração dos acessos do Parque Sete Campos



INFRAESTRUTURAS DO ACESSO

Infraestruturas do acesso 01:

- ✗ Presença de rampas para cadeira de rodas com design e inclinação corretas;
- ✗ Presença de piso tátil;
- ✗ Largura de calçada adequada;
- ✓ Calçada pavimentada;
- ✗ Calçada desobstruída;

Infraestruturas do acesso 02:

- ✓ Presença de sinal de pedestre;
- ✓ Presença de faixa de pedestre;
- ✗ Presença de rampas para cadeira de rodas com design e inclinação corretas;
- ✗ Presença de semáforos com som funcional;
- ✗ Presença de piso tátil;
- ✓ Largura de calçada adequada;
- ✓ Calçada pavimentada;
- ✗ Calçada desobstruída;

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.3 Instalações e mobiliário

Assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida em seus espaços, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (Gehl, 2010). Considerando esse potencial transformativo, foi realizado o levantamento em campo da condição dos principais elementos que compõem a infraestrutura do parque.

Conforme a Tabela 2 e Tabela 3, o Parque Sete Campos conta com 17 setores, dos quais 11 são dedicados à prática esportiva, um para crianças e bebês, e cinco sanitários. Em nenhum dos setores há equipamentos adaptados a pessoas com deficiência.



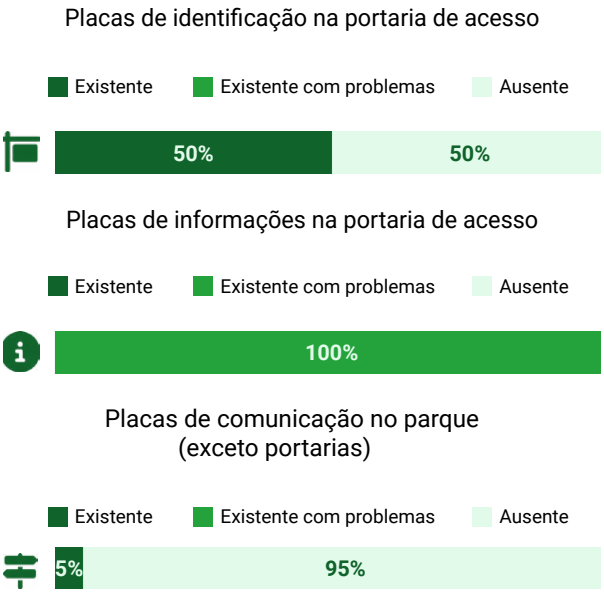
Durante a observação dos setores do parque, realizada entre outubro e dezembro de 2023, foi constatado que muitos setores carecem de postes de iluminação e bebedouros.

A falta de elementos de iluminação após o anoitecer compromete significativamente a segurança e a percepção de segurança no espaço, especialmente de meninas e mulheres (Safer Parks Consortium, 2023).

O único setor de parquinho existente não possui nenhum elemento de mobiliário urbano. A ausência de elementos de mobiliário urbano, como bancos e bebedouros, resulta em menor inclusão pode ser um fator de desincentivo para frequentar ou permanecer por maiores períodos no parque (Safer Parks Consortium, 2023).

Assim como a maioria dos parques municipais, os elementos de sinalização estão pouco presentes no Parque Sete Campos. Conforme o Gráfico 11 ao lado, é possível identificar que somente uma, dentre as duas portarias existentes, possui placa de identificação do parque e que os demais elementos de comunicação nas entradas necessitam de manutenção. Além disso, os demais setores e espaços de circulação do parque não possuem elementos de sinalização.

Gráfico 11: Caracterização da sinalização no parque

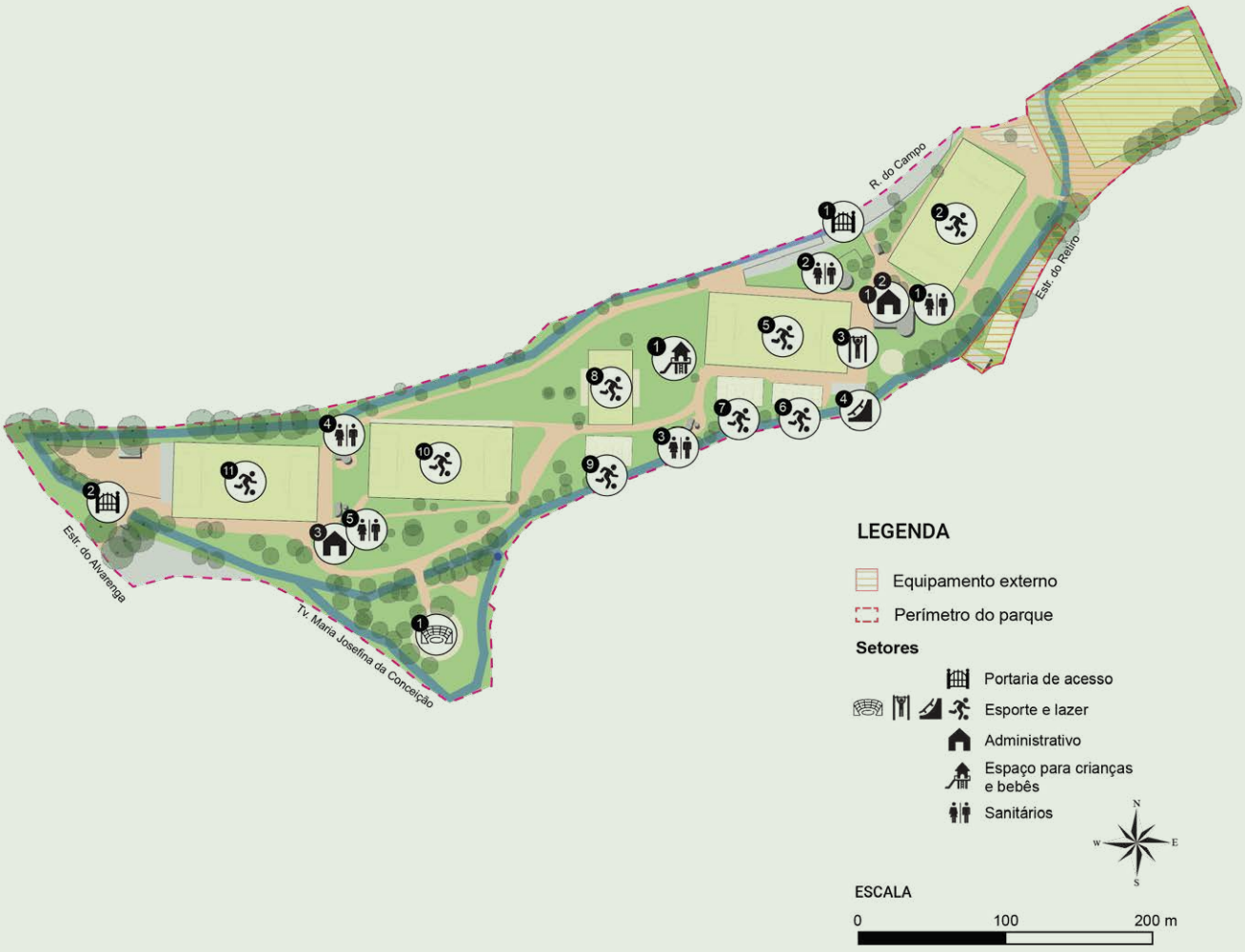


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação à condição de manutenção dos equipamentos presentes nos setores, a maioria precisa de intervenções. Foi observado que os campos e quadras, de forma geral, necessitam reparos relacionados à pintura, substituição de alambrado, manutenção de equipamentos e adequação de acessibilidade. O Espaço de esporte e lazer 3, única academia ao ar livre, possui problemas que comprometem sua plena utilização. O Espaço para crianças e bebês 1 conta com poucas opções de equipamentos que ainda apresentarem problemas de funcionamento.

A pista de skate do setor de Espaço de esporte e lazer 4 precisa de reparos, sobretudo por ser muito utilizada por crianças (ver Seção 2 Processo participativo). Já o anfiteatro do Espaço de esporte e lazer 1 foi revitalizado por uma das associações e organizações do entorno e se encontra em condições adequadas de manutenção (ver Seção 3.7 Governança).

Figura 24: Localização dos setores do Parque Sete Campos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 2: Avaliação dos setores do parque - Equipamentos e mobiliário

	Nome do setor	Equipamento	Necessita manutenção	Mobiliário				
1	Espaço de esporte e lazer 1	Anfiteatro	Não	●	●	●	●	●
2	Espaço de esporte e lazer 2	Campo de futebol	Sim	●	●	●	●	●
3	Espaço de esporte e lazer 3	Academia ao ar livre	Sim	●	●	●	●	●
4	Espaço de esporte e lazer 4	Pista de skate	Sim	●	●	●	●	●
5	Espaço de esporte e lazer 5	Campo de futebol	Sim	●	●	●	●	●
6	Espaço de esporte e lazer 6	Quadra de futebol	Sim	●	●	●	●	●
7	Espaço de esporte e lazer 7	Quadra de futebol	Sim	●	●	●	●	●
8	Espaço de esporte e lazer 8	Quadra de futebol	Não	●	●	●	●	●
9	Espaço de esporte e lazer 9	Quadra de basquete	Sim	●	●	●	●	●
10	Espaço de esporte e lazer 10	Campo de futebol	Não	●	●	●	●	●
11	Espaço de esporte e lazer 11	Campo de futebol	Sim	●	●	●	●	●
12	Espaço para crianças e bebês 1	Parquinho	Sim	●	●	●	●	●

Legenda:

● Presente ● Ausente

Ilumi-nação | Banco | Lixeira | Bebe-douro | Sinali-zação

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 3: Avaliação dos sanitários do parque

Nome do setor	Acessibilidade	Diferenciação de gênero	Chuveiro	Vestiário público	Sinalização	Trocador infantil
Sanitário 1	✗	●	●	✗	✗	✗
Sanitário 2	●	●	✗	✗	✗	✗
Sanitário 3	●	●	✗	✗	✗	✗
Sanitário 4	✗	●	✗	●	✗	✗
Sanitário 5	●	✗	✗	✗	✗	✗

Legenda: ● Presente ✗ Ausente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação aos setores de sanitário, conforme informações da Tabela 3, três, dos cinco sanitários possuem acessibilidade universal, sendo um atributo fundamental para todos os setores. Apenas um sanitário conta com chuveiro e vestiário público e nenhum dos locais possui elementos de sinalização e trocador infantil.

Outros elementos de infraestrutura avaliados foram os de combate a incêndio e de primeiros socorros, porém o parque não dispõe destes itens.



O QUE SE DESCOBRIU?

1. O único setor de parquinho existente não possui mobiliário urbano e se encontra em condições inadequadas de manutenção;

2. A única academia ao ar livre se encontra em condições inadequadas de manutenção;

3. Nenhum dos cinco sanitários existentes possui infraestrutura de suporte a pessoas com bebês;

4. Há falta de sinalização para indicação do parque em um dos acessos, além de uma carência generalizada de elementos de sinalização no parque.

3.4 Segurança

Para garantir uma apropriação inclusiva e segura dos parques, especialmente por mulheres e crianças, é essencial analisar detalhadamente os aspectos relacionados à segurança. Nesse sentido, a dimensão de segurança avalia indicadores que conectam fatores como a distribuição de ocorrências criminais e os mecanismos de vigilância à percepção das pessoas usuárias sobre sua sensação de segurança nesses espaços públicos verdes.

Entre os fatores que influenciam a percepção de segurança, os índices de criminalidade no entorno destacam-se como um elemento de importante análise. Regiões com altos índices de ocorrências frequentemente estigmatizam o local como inseguro, o que reduz o uso do espaço e dificulta a implementação de programas e atividades (Caldeira, 2011). Esse ciclo perpetua a imagem de abandono e risco associada ao parque, reforçando à sensação de insegurança. Assim, ações de segurança pública combinadas com estratégias que ampliem os usos do espaço são essenciais para aumentar a vitalidade e a atratividade desses locais (Safer Parks Consortium, 2023).

A análise da criminalidade do entorno foi realizada por meio de um indicador baseado no registro de ocorrências, desagregadas por tipo: roubos, furtos, outros crimes e violência física. O Mapa 4 apresenta a localização e distribuição das classificações de ocorrências registradas em 2023, contribuindo para o entendimento das dinâmicas de segurança na área.



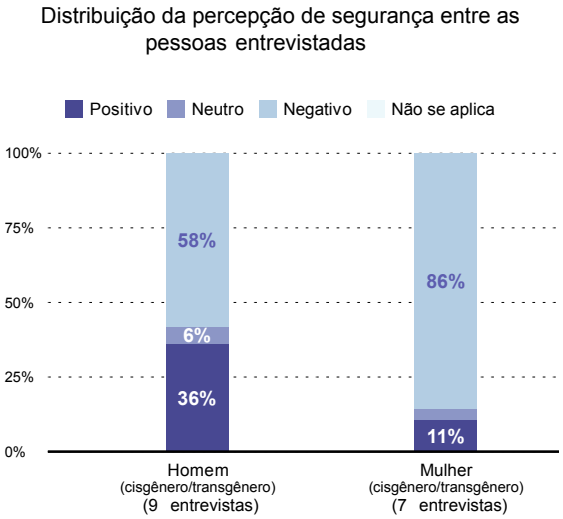
Ao longo do perímetro do parque, observa-se uma alta concentração de ocorrências criminais em uma região próxima a um dos acessos do parque, na Estrada do Alvarenga.

Ter uma alta incidência de registros tão próximo ao parque indica a existência de áreas de maior risco para quem circula em seu entorno, reforçando a necessidade de priorizar medidas de vigilância nesses locais.

Além dessa região, a porção ao oeste da área de influência apresenta uma grande densidade de ocorrências, assim como pontos ao norte do parque.

Ao abordar as pessoas frequentadoras do Parque Sete Campos sobre sua percepção de segurança em relação ao uso e permanência no espaço, houve uma grande diferença entre os respondentes declarados como homens e as mulheres, como pode-se observar no Gráfico 12.

Gráfico 12: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero



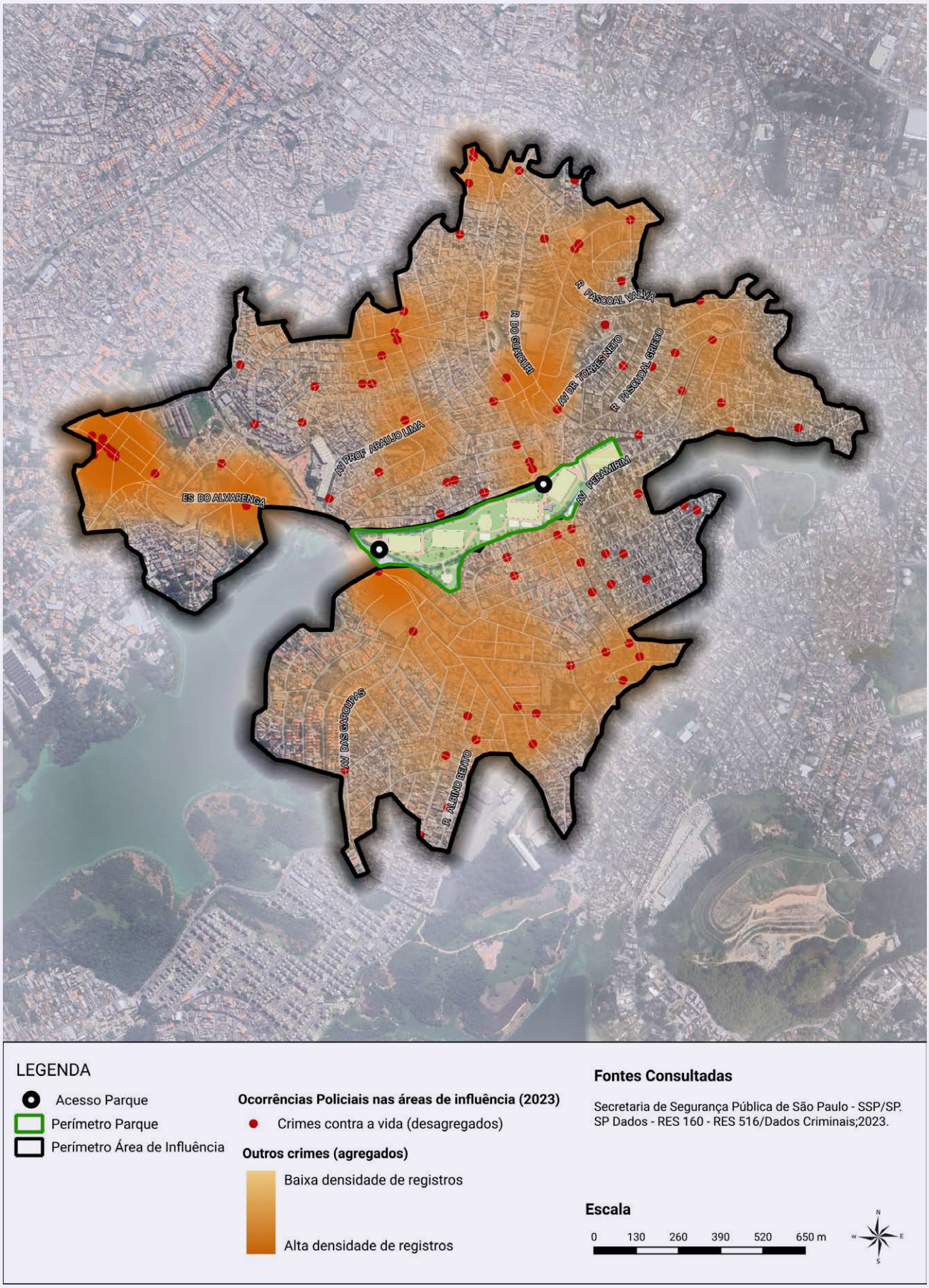
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Enquanto 36% dos homens têm uma sensação de segurança positiva no parque, apenas 11% das mulheres compartilham dessa percepção, totalizando 86% de mulheres com sensação negativa de segurança.



Esse dado indica que os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.

Mapa 4: Registro de ocorrências desagregado por tipo



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Ao analisar os locais do parque onde as mulheres se sentem mais inseguras, conforme indicado na Figura 25, destaca-se a região central, especialmente nos trechos entre os campos onde não há equipamentos.

Já os homens entrevistados apontaram insegurança em toda a região central, sem um ponto específico, além de uma área próxima ao anfiteatro.

A predominância da sensação de insegurança, especialmente entre as mulheres, pode ser explicada por diversos fatores. Entre eles, a ocorrência de atos de vandalismo, como roubos e depredação de equipamentos, e a distribuição irregular de elementos de segurança, como câmeras de vigilância e presença de vigilantes.

De acordo com a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024), a baixa circulação de pessoas visitantes e funcionárias é um dos principais fatores que contribuem para a sensação de insegurança em parques. Nesse sentido, a ausência de vigilância em alguns pontos do parque reforça a hipótese de que a falta de mecanismos de **vigilância ativa** pode estar relacionada à sensação de segurança.

A Figura 25, que detalha a presença e localização de pessoas responsáveis pela vigilância, mostra que os locais sem vigilância coincidem com as áreas indicadas pelos homens e pelas mulheres entrevistadas como inseguras, reforçando essa relação entre a presença de vigilância e a sensação de segurança. Além disso, uma dessas áreas também apresenta registros de vandalismo.

Outro fator que impacta a segurança dos parques é a presença de acessos informais. Entre as principais preocupações levantadas nas atividades participativas descritas na Seção 2 Processo participativo, destaca-se a falta de cercamento ao longo de grande parte do perímetro do parque.

A Figura 25 identifica alguns desses acessos informais, que podem representar riscos à segurança das pessoas frequentadoras, uma vez que permitem a entrada em áreas sem vigilância e sem infraestrutura adequada, como pavimentação segura e sinalização.

Dentre os vários pontos mapeados sem cercamento, destaca-se a região ao redor do anfiteatro, apontada pelos homens entrevistados como insegura.

Além disso, conforme observado nos processos participativos, a ausência de mecanismo de controle nesses acessos informais pode favorecer usos indevidos do parque fora do horário permitido.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Há muitos registros de crimes em uma área próxima a um dos acessos do parque, na Estrada do Alvarenga, assim como na região ao oeste da área de influência;

2. Homens relatam sentir-se mais seguros no parque em comparação às mulheres;

3. Mulheres apontam a região central, especialmente os trechos entre os campos sem equipamentos, como a mais insegura. Já os homens destacam o entorno do anfiteatro. Ambas as áreas coincidem com pontos sem presença de vigilância;

4. A existência de acessos informais pode representar riscos, pois permite a entrada em áreas sem vigilância e sem infra-estrutura adequada.

Figura 25: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.5 Conforto e ambiente

A sensação de bem-estar que as pessoas desfrutam dentro dos parques está associada a diversos fatores relacionados à qualidade do ambiente, tais como atenuação da sensação de calor, redução do ruído urbano excessivo e aproximação com a natureza (Semeia, 2021a). Dessa forma, o conceito de conforto ambiental relaciona como os aspectos, acústicos, térmicos e naturais interagem com as pessoas em determinado meio (Gehl, 2010).

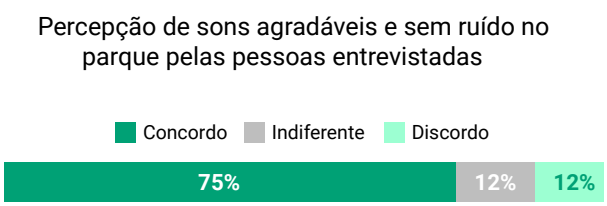
Com o objetivo de identificar os possíveis elementos que possam comprometer a sensação de bem-estar promovida pelo conforto ambiental, foram realizadas entrevistas para compreender a percepção que as pessoas possuem do Parque Sete Campos.

Os baixos níveis de ruído contribuem com a sensação de bem-estar no espaço público e ainda favorecem as interações sociais através de conversas (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque qual a percepção em relação à presença de sons agradáveis.



A maioria das pessoas (75%) concordam que predominam sons agradáveis e baixo nível de ruído no parque, enquanto 12% se declaram indiferentes a essa percepção e outras 12% discordam que predominam sons agradáveis no parque.

Gráfico 13: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque



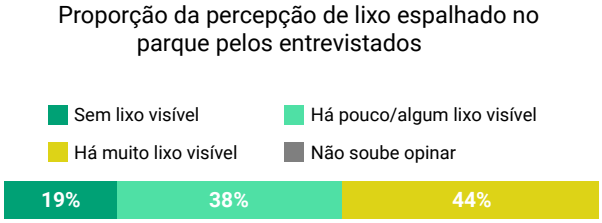
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A qualidade da limpeza do espaço também pode afetar a sensação de conforto ambiental, além de ser importante na preservação dos parques. Em levantamento técnico em campo, foram identificados seis pontos de descarte irregular de lixo (Figura 26). Como é possível observar, predominam os pontos de descarte na margem do córrego, além de um ponto situado na região central do parque e que coincide com o relato de percepção de insegura das pessoas que frequentam o parque (ver *Seção 3.4 Segurança*).



Em entrevista realizada com as pessoas frequentam o parque, a grande maioria (82%) afirma identificar a presença de descarte irregular de lixo visível, em pouca ou muita quantidade.

Gráfico 14: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Figura 26: Locais com descarte irregular de lixo identificado



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

O conforto térmico foi avaliado pela presença de elementos de sombreamento, naturais ou artificiais, para proteção do calor extremo e da insolação. Conforme ilustrado na Tabela 4, há uma carência generalizada de elementos para promoção de sombreamento nos setores do parque.

Tabela 4: Presença de estruturas de sombreamento nos setores

	Nome do setor	Sombras
1	Espaço de esporte e lazer 1	presente
2	Espaço de esporte e lazer 2	ausente
3	Espaço de esporte e lazer 3	ausente
4	Espaço de esporte e lazer 4	ausente
5	Espaço de esporte e lazer 5	ausente
6	Espaço de esporte e lazer 6	ausente
7	Espaço de esporte e lazer 7	ausente
8	Espaço de esporte e lazer 8	ausente
9	Espaço de esporte e lazer 9	ausente
10	Espaço de esporte e lazer 10	ausente
11	Espaço de esporte e lazer 11	ausente
12	Espaço para crianças e bebês 1	ausente

Legenda: ausente presente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

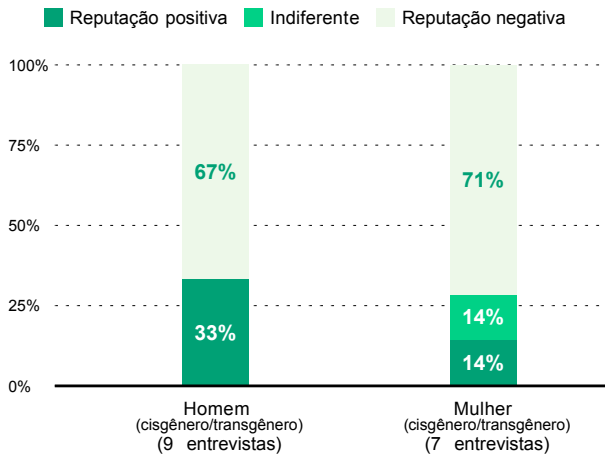
Além dos elementos físicos que possam comprometer a sensação de bem-estar no parque, a reputação que o espaço possui na comunidade onde está inserido é fundamental para a garantia de uma devida apropriação social. O conhecimento da percepção das pessoas sobre o espaço também permite ao poder público conhecer as diferentes visões de mundo em relação ao parque e aos territórios em questão, criando a oportunidade de considerar essas contribuições sempre que houver viabilidade para implementá-las (Semeia, 2023).

Dessa forma, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque se já ouviram notícias ou relatos de situações de insegurança que aconteceram no parque (Gráfico 15). Dentre as pessoas entrevistadas, prevaleceu a percepção de reputação negativa associada ao conhecimento de casos de violência. Foram entrevistados o mesmo número de homens e mulheres, sendo que 75% afirmam terem conhecimento de notícias que comprometem a reputação do parque. Ainda que essa percepção seja compartilhada entre homens e mulheres, o percentual negativo ainda é maior quando relacionada à perspectiva feminina (71%).

Também foi perguntado às pessoas se elas recomendariam o parque enquanto opção de lazer do bairro (Gráfico 16). Aproximadamente metade das pessoas entrevistadas alegam que recomendariam o parque como opção de lazer no bairro. Os percentuais são similares quando separados entre a opinião de homens e mulheres. O resultado sugere que grande parte das pessoas que frequentam o parque não associam o local como uma referência de espaço qualificado para a comunidade.

Gráfico 15: Reputação do parque por gênero

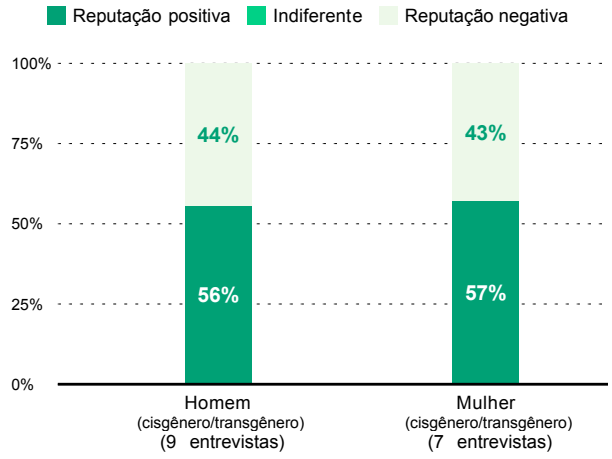
Percepção de casos de violência das pessoas entrevistadas sobre o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Gráfico 16: Recomendação do parque por gênero

Proporções de pessoas que recomendariam o parque como opção de lazer do bairro



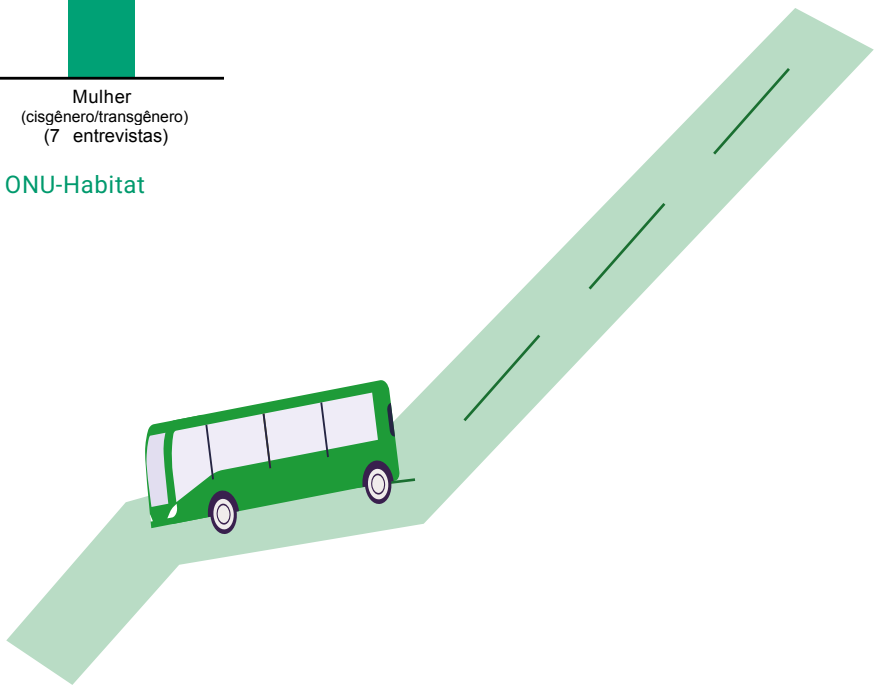
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Há grande incidência quanto à percepção e ao descarte irregular de lixo, sendo que muitos dos pontos mapeados estão nas margens no córrego, resultando em pressão sobre esse atributo natural;

2. Somente um setor do parque, dentre 12 mapeados, oferece proteção solar, sendo que o único espaço para crianças e bebês não conta com essa infraestrutura, o que compromete sua utilização;

3. Há o predomínio de reputação negativa do parque pelas pessoas frequentadoras, sendo que mais da metade não recomendaria o local como uma opção de lazer da comunidade.



3.6 Verde e Azul

Conforme apresentado no Capítulo 2 Proposta metodológica, a avaliação na escala da bacia hidrográfica é fundamental para a compreensão da dinâmica ecológica e conectividade do parque com seu entorno. O Parque Sete Campos integra a bacia hidrográfica do Córrego Apucas, tributária da bacia do Reservatório Billings. A bacia do Córrego Apucas abrange uma área de 6,86 km² e tem como principal curso d'água o córrego de mesmo nome e seus afluentes.

No Mapa 5 observa-se que a maior parte dos córregos estão a céu aberto, inclusive no trecho em que está o parque, o qual é delimitado pelo próprio Córrego Apucas e um afluente, o Córrego Guaicuri, configurando uma península. Também se nota a presença de uma nascente no parque, em sua porção sudoeste, próxima ao anfiteatro. Foi identificado, em campo, que os córregos se encontram poluídos e com descarte de resíduos. Conforme já mencionado na Seção 2 Processo participativo, há a percepção, pela comunidade local, dos córregos como um esgoto a céu aberto. O parque está inserido na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfia do Reservatório Billings – APRM-B (São Paulo, 2009), nas seguintes áreas de intervenção:

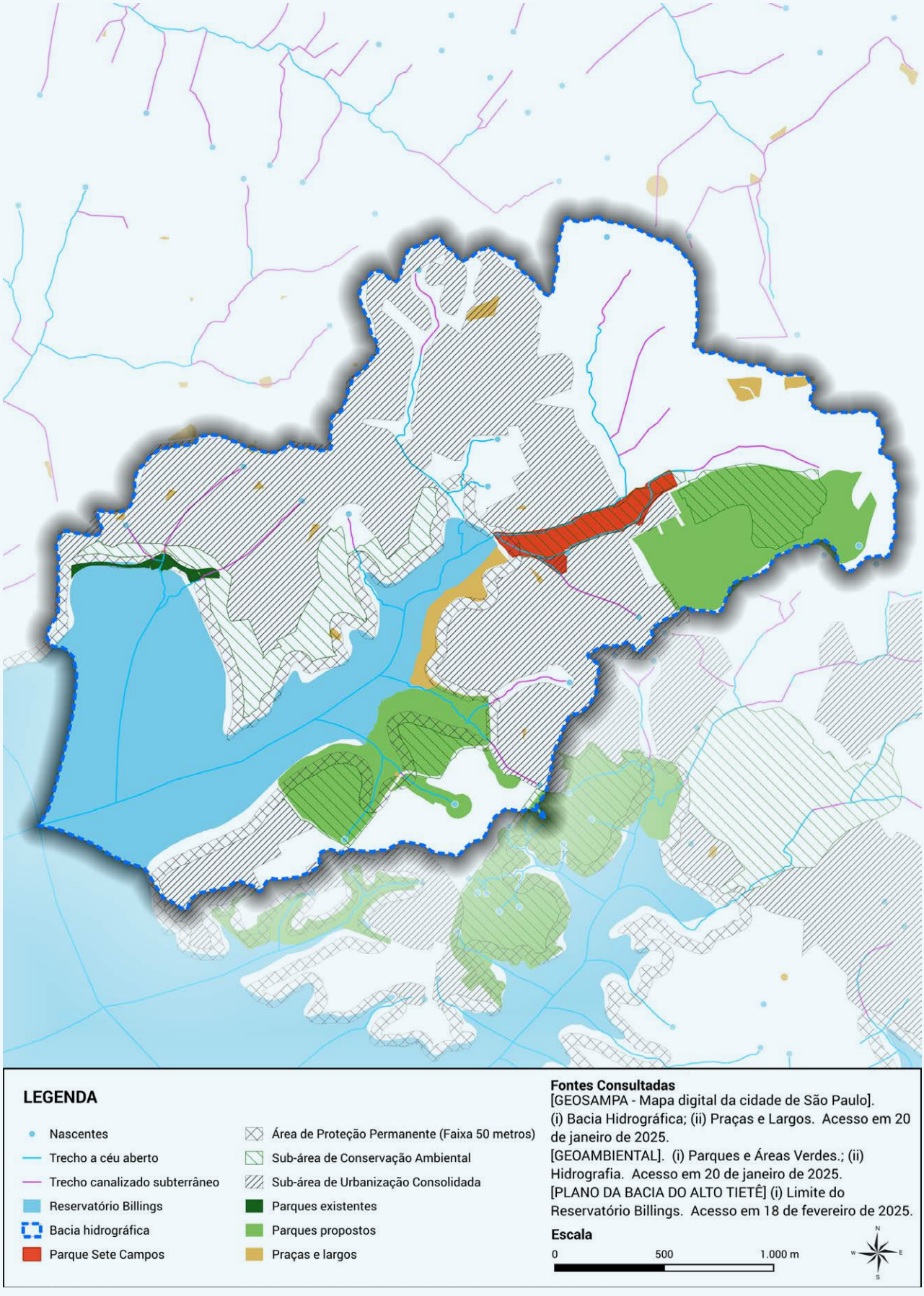
- **Área de Ocupação Dirigida (AOD), na Sub-área de Conservação Ambiental (SCA):** compreende a maior parte do território do parque e é caracterizada por área provida de cobertura vegetal de interesse à preservação da biodiversidade, de relevante beleza cênica ou outros atributos de importância ambiental. Dentre as diretrizes gerais previstas para essa área e que se relacionam diretamente com o parque, destaca-se a ampliação de áreas de especial interesse de preservação para uso em programas de compensação ambiental de empreendimentos da APRM-B; incentivo a ações e programas de manejo, recuperação e conservação da cobertura florestal; incentivo a implantação de sistemas autônomos, individuais ou coletivos, de afastamento, tratamento e destinação final de efluentes líquidos.

- **Área de Ocupação Dirigida (AOD), na Sub-área de urbanização consolidada (SUC):** compreende pequeno trecho do parque, na porção sudoeste, onde está localizado o anfiteatro. Caracteriza-se por área com ocupação urbana irreversível e servidas parcialmente por infraestrutura, inclusive de saneamento ambiental e serviços urbanos. Dentre as diretrizes gerais previstas para essa área e que se relacionam diretamente com o trecho do parque, estão garantir a melhoria e ampliação da infraestrutura de saneamento; prevenir e corrigir processos erosivos; recuperar sistema de áreas públicas; promover a implantação de equipamentos comunitários; ampliar o percentual de área permeável e de cobertura florestal.

- **Área de Restrição à Ocupação (ARO):** compreende faixa de 50 m do limite oeste do parque, referente à Área de Preservação Permanente. São admitidos na ARO atividades de recreação e lazer, educação ambiental e pesquisa científica, desde que não causem impacto ambiental significativo; instalações dos sistemas de drenagem, abastecimento de água, coleta, tratamento e afastamento de cargas poluidoras, quando essenciais para o controle e a recuperação da qualidade das águas; intervenções de interesse social em ocupações pré-existentes em áreas urbanas, para fins de recuperação ambiental e melhoria das condições de habitabilidade, saúde pública e qualidade das águas, desde que incluídas em Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS) e acompanhadas de mecanismos de controle de expansão, adensamento e manutenção das intervenções; instalação de equipamentos removíveis, tais como palcos, quiosques e sanitários, para dar suporte a eventos de caráter temporário; manejo sustentável da vegetação.

As áreas citadas estão representadas no Mapa 6. É importante atentar aos parâmetros urbanísticos destacados nos artigos 27 e 28 da lei, bem como às demais diretrizes dispostas na mesma e que estejam relacionadas às intervenções e usos do parque.

Mapa 5: Parques, áreas verdes e drenagem da Bacia do Córrego Apucas, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Como pode ser observado, o próprio parque é um relevante equipamento para o sistema de drenagem e de conservação ambiental. Também foi identificado que o parque consta no Plano de Ação da Subprefeitura da Cidade Ademar, no Perímetro de Ação ID 204 – Parques da Billings e CEU Alvarenga, área caracterizada pelo plano como carente de equipamentos públicos de lazer, cultura e esporte, também com bastante pressão por ocupação nas áreas sem usos e nas bordas do Reservatório Billings. Dentre as diretrizes gerais do Perímetro de Ação que se relacionam com o parque estão a qualificação do mesmo, com resolução das questões de acessibilidade e conectividade, criação de corredores ecológicos entre as áreas públicas existentes e previstas, projeto de acalmamento de tráfego e promover maior conectividade entre os parques da região.



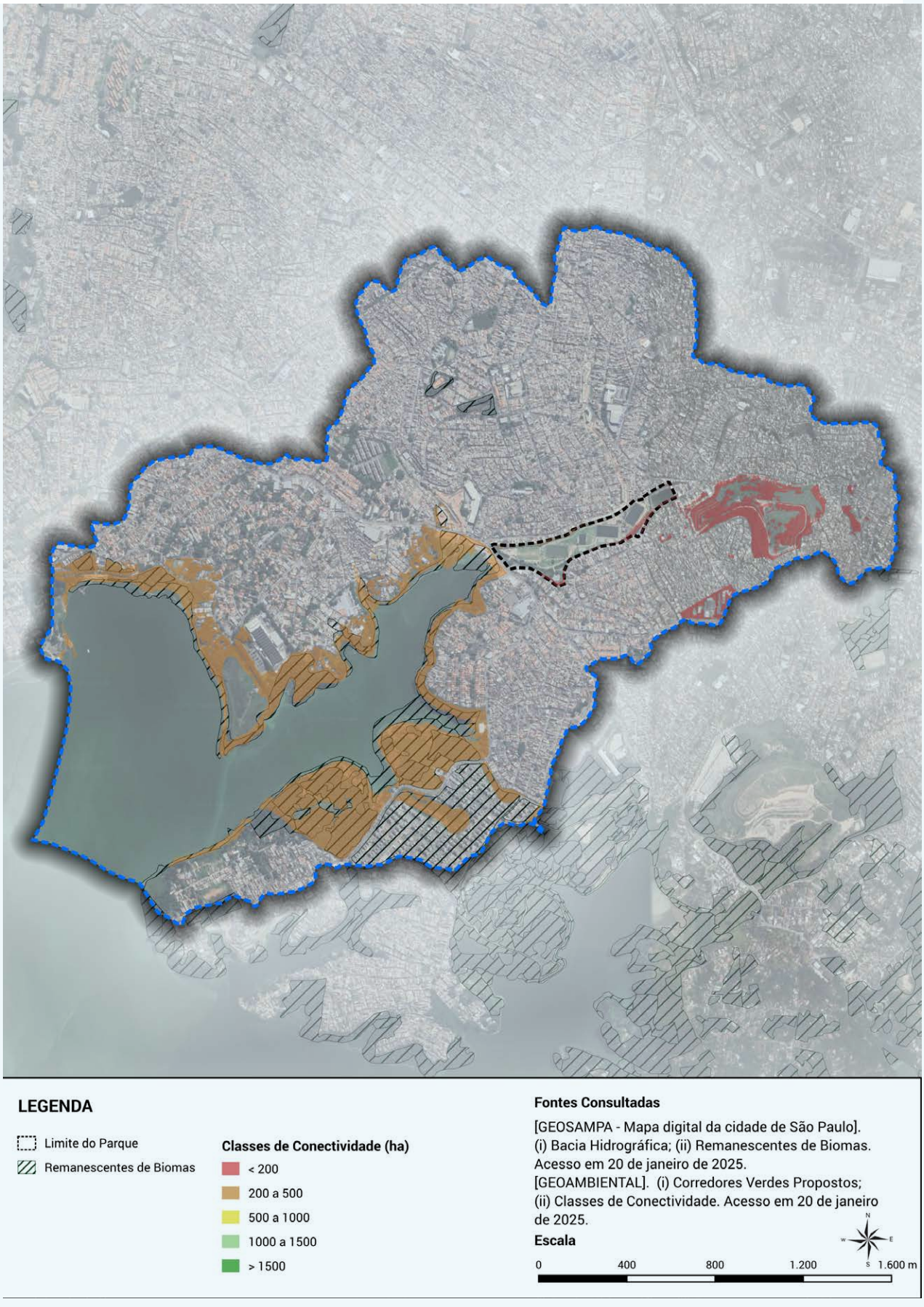
Assim, observa-se a oportunidade de fortalecer a articulação com a subprefeitura para realização de melhorias no entorno do parque associadas ao Plano de Ação dos parques da represa Billings.

Outra instituição mapeada como potencial parceira e que tem implementado projetos no entorno imediato do parque é a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) a partir do Programa Mananciais. O programa implementou o projeto de regularização fundiária com reassentamento de famílias no perímetro do Córrego Guaicuri, um dos afluentes do Apucas, ao norte do perímetro do parque. O projeto, previsto em diversas fases, contempla a canalização do córrego, a urbanização, saneamento e implantação de unidades habitacionais. A fase 1 do projeto abrange o entorno imediato do parque, fazendo limite com seu perímetro norte / nordeste e contemplou, além das intervenções descritas, melhorias no acesso da Rua do Campo.

No Mapa 6 é possível observar a proximidade do Parque Sete Campos com outros parques, como o Búfalos – Jardim Apurá (em implantação), o Aterro Itatinga (proposto) próximo ao seu limite sudeste e o Parque de Orla Mar Paulista, existente, além de uma área extensa na borda da represa identificada como a Praça Violante Camporese. Já o Mapa 7 apresenta o potencial de conectividade do parque, na escala da bacia hidrográfica em que está inserido. A avaliação pautou-se nos indicadores do BIOSAMPA (São Paulo, 2023), índice desenvolvido a partir da metodologia do "Índice de Biodiversidade da Cidade" - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities' Biodiversity*, principal estudo de biodiversidade na cidade de São Paulo. Nota-se que os parques e áreas verdes da bacia apresentam as duas classificações mais baixas de conectividade, representadas pelas cores vermelha e laranja. A pouca oferta de parques e áreas verdes implementados no entorno ressalta a necessidade de preservar a área do parque e reforçar o local como equipamento de lazer e de relevância ambiental. Da mesma forma, observa-se a necessidade de implementar estratégias no entorno desses espaços verdes que garantam recursos e conectividade e seu uso pela fauna silvestre.

Os registros de fauna nativa e a mudança no número de espécies de plantas vasculares são dois dos principais indicadores do BIOSAMPA para avaliar a biodiversidade no território. Os dados da última publicação do índice datam 2023 e apresentam que o Parque Sete Campos possui 41 espécies vasculares de flora catalogadas, correspondendo a 1,12% do total de espécies catalogadas em São Paulo (São Paulo, 2024). Para que o índice se mantenha alto, é essencial o trabalho de controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação e do levantamento e registro das espécies no parque. Não foram encontrados dados relacionados à fauna nativa para esse parque. Outro importante aspecto de análise trazido pelo BIOSAMPA são os indicadores relacionados aos serviços ecossistêmicos. Áreas verdes, como o Parque Sete Campos, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, por vezes desconhecidos e subvalorizados.

Mapa 6: Potencial de conectividade do Parque Sete Campos



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

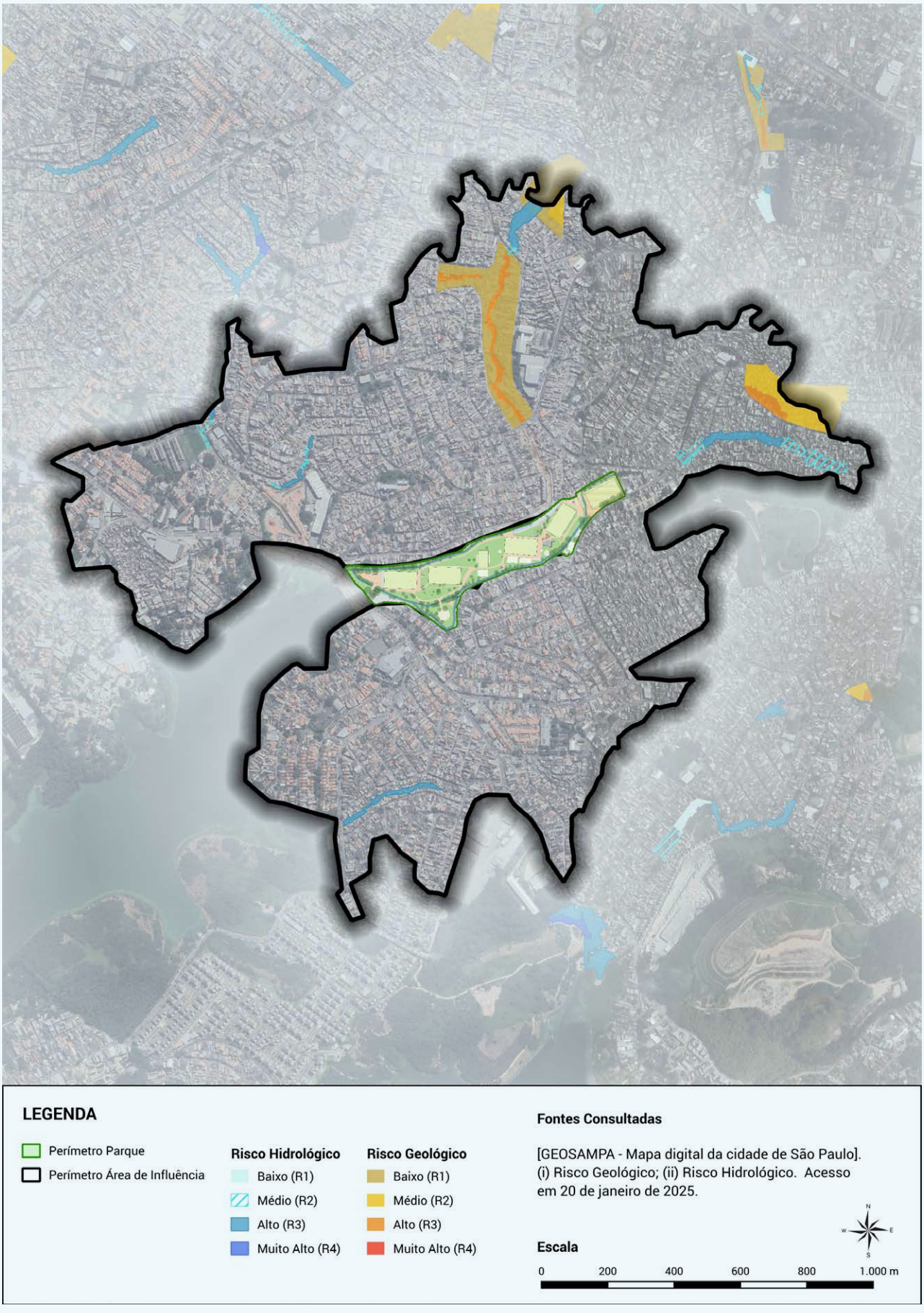
De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), estes serviços são considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas Dentre os benefícios estão a melhoria do clima, da qualidade do ar, controle das enchentes e oferta de lugares para lazer e contato com a natureza. Os indicadores de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são: controle da água, impacto das plantas no clima e no frescor, além de atividades educativas e recreativas em parques naturais. Conforme o relatório de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo*, a Região Sul apresenta um bom resultado referente aos serviços ecossistêmicos prestados pelos parques da região, atrás somente da Região Norte (ONU-Habitat, 2024).

Em entrevistas às pessoas frequentadoras do parque durante a oficina aberta, das 16 pessoas entrevistadas, sete consideram o ar do parque limpo e agradável (44%), sendo citado como principal motivo a sensação de menos poluição ou ar mais saudável (86%), seguido de frescor (14%). Outras 7 pessoas (44%) não consideram o ar do parque limpo e agradável, cujos principais motivos considerados são a poluição (43%) e outras razões (43%). Ainda com relação ao processo participativo, foram apontadas algumas observações das pessoas frequentadoras acerca dos serviços ecossistêmicos, tais como pouca oferta e diversidade de equipamentos para lazer, principalmente para mulheres e crianças, falta de programação de atividades e a presença de muitos dejetos e resíduos nos atributos verdes e azuis, dentre outros, como pode ser observado na Seção 2 Processo participativo.

Em conjunto com as informações obtidas na análise de conforto e ambiente, a qual indica a pouca oferta de áreas sombreadas e a baixa recomendação do parque como opção de lazer, os dados reforçam a necessidade de ações para melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados pelo parque frente a seu potencial e demanda da população frequentadora. Na escala de análise mais ampla, segundo dados do GeoSampa, é possível observar algumas áreas de risco geológico e hidrológico na área de influência do parque, conforme indicado no Mapa 7. Nota-se no mapa que há áreas de risco geológico R1 e R3 (baixo e alto, respectivamente), ao longo do Córrego Guaicuri, associados ao risco de solapamento (processo erosivo ao longo das margens). Conforme exposto anteriormente, há projeto da SEHAB-Mananciais ao longo do Córrego Guaicuri para a regularização fundiária nessa área, visando inclusive a eliminação dos riscos geológicos e hidrológicos. Também é possível observar no mapa a presença de outras áreas de risco geológico R3 e R2 (médio), na porção nordeste da área de influência. Em outros trechos da área de influência, o mapa também indica a existência de áreas de risco hidrológico R2 e R3 (médio e alto), nas margens dos cursos d'água da bacia hidrográfica, associados a enchentes e alagamentos.

É importante compreender estas dinâmicas e os pontos de fragilidade do entorno, demonstrando a necessidade de maior integração entre as políticas de ordenamento territorial com planos municipais. Essa coordenação é importante para consolidar o papel do parque como um elemento estratégico na promoção da resiliência urbana frente às mudanças do clima, além de garantir a oferta de um equipamento público qualificado para o entorno. Já na escala do parque, existem estratégias que podem aumentar sua sustentabilidade e capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foram mapeadas as seguintes medidas incorporadas nos espaços construídos do parque: presença de elementos de energia solar ou censória (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, entre outros); presença de coleta seletiva; presença de compostagem; presença de coletor de água pluvial ou sistema de filtragem de água; presença de estratégias relacionadas à agricultura urbana (como banco de sementes, horta comunitária, viveiros, estufas, meliponia, aproveitamento de resíduos de poda). A Figura 27 apresenta os resultados para o Parque Sete Campos, onde é possível verificar que, das medidas investigadas, o parque incorpora a composteira, a qual está ativa, porém necessita manejo e manutenção, além de sensores de iluminação nos postes de luz localizados nos extremos do parque.

Mapa 7: Áreas de risco geológico e hidrológico no parque e área de influência



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Adotar tecnologias sustentáveis, pode reforçar a relevância do parque na mitigação dos riscos naturais e climáticos, e fazer com que se tornem modelos de referência e ofereçam suporte às comunidades do entorno, servindo como exemplos de boas práticas e refúgios climáticos. Além disso, a adoção de práticas e estratégias sustentáveis podem dar suporte às medidas de conservação e manejo de seus atributos naturais. Foi sugerido, nos processos participativos, a implementação de hortas elevadas e acessíveis para pessoas em cadeira de rodas.

Figura 27: Localização das estratégias sustentáveis adotadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Na Figura 28 é possível verificar a relação entre as áreas impermeáveis ou sem vegetação significativa e as áreas verdes do parque, sobrepostas aos elementos hídricos (córregos e nascente). **Conforme os dados de vegetação significativa do GeoSampa (2023), a taxa de cobertura verde do parque é de 45,47%, o que significa que um pouco menos da metade de sua área é ocupada por vegetação, em sua maioria de baixa cobertura arbórea, arbustiva ou arborescente.**

É importante destacar a necessidade de recuperação da mata ciliar nos córregos que delimitam o parque (Apucas e Guaicuri), associada à despoluição das águas, visando a estabilidade do solo, a prevenção de erosões e redução do risco de inundações, além da manutenção da biodiversidade. Nos processos participativos ficou evidente a demanda por mais espaços sombreados no parque, conforme já destacado anteriormente na Avaliação, principalmente pela falta de arborização e vegetação mais densa ou de maior porte. Em termos de manutenção da vegetação, foi identificado que é realizada mensalmente, porém foi apontado pelas pessoas participantes das oficinas que há necessidade de maior constância na manutenção da vegetação.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. O parque é relevante no sistema de drenagem da região, integrando a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção;

2. Os córregos Apucas e Guaicuri, que delimitam o parque, estão poluídos e são percebidos pela comunidade do entorno como esgotos a céu aberto;

3. A escassez da oferta de parques e áreas verdes no território reforça a importância de preservação dos atributos verdes e azuis do parque e melhorias na conectividade entre as áreas verdes do entorno;

4. Foi identificada a oportunidade de articulação de parcerias com a Subprefeitura da Cidade Ademar e com a SEHAB Mananciais para intervenções no entorno e no parque;

5. É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, melhorar seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático;

6. Há áreas de risco geológico e hidrológico no entorno do parque. Projetos em andamento pela SEHAB-Mananciais na área em torno do córrego Guaicuri visam a eliminação dos riscos nessa área;

7. Apesar da existência da composteira e de sensores de luz nos postes do parque, não foram identificadas outras estratégias direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

8. Apesar de quase a metade da área do parque ser composta por vegetação, há necessidade de implementação de mais espaços sombreados e com árvores de maior porte;

9. É necessário realizar a manutenção da vegetação existente com maior frequência, bem como realizar a recuperação da mata ciliar nos córregos que delimitam o parque.

Figura 28: Vegetação significativa presente no parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.7 Governança

Dentro da análise de governança que compreende os usos parque e sua área de influência, a tabela abaixo sistematiza os dados obtidos através da investigação dos seus indicadores.

Usos do parque e área de influência	
Indicador	**Dado**
Distribuição dos equipamentos públicos na área de influência	Assistência social: 8 Cultura: 0 Saúde: 3 Educação: 16 Esportes: 0
Presença de atividades inclusivas no espaço em parceria com o poder público	Não existem
Presença de atividades organizadas pela governança local e pela comunidade	Escola de futebol infantil e adulto; capoeira
Presença de atividades econômicas formais e informais	Não existem

A distribuição de equipamentos públicos na área de influência do Parque Sete Campos (ver Mapa 8) evidencia uma escassez geral, especialmente de espaços culturais e esportivos. Em relação aos equipamentos educacionais, existem 16 na região, alguns dos quais já promoveram atividades no parque, e existe uma boa oferta de equipamentos de assistência social.



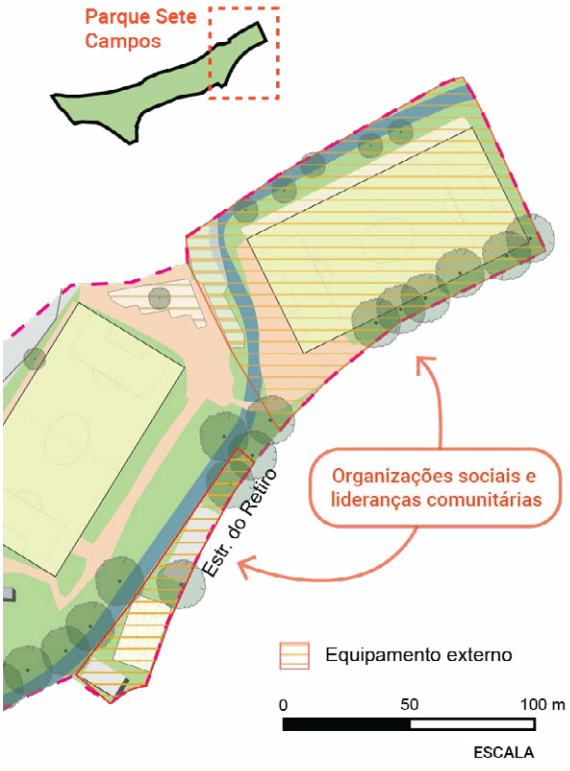
A carência de equipamentos públicos culturais e esportivos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço para fomentar atividades culturais e esportivas, atendendo às necessidades da população local que tem acesso limitado a esses serviços.

Durante o período de avaliação (outubro de 2024), a gestão do Parque Sete Campos informou que não há atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias. Segundo a gestora anterior do parque, que acompanhou a primeira fase de avaliação, em 2024 houve um afastamento de uma atividade de ginástica promovida pelo programa Sampa em Movimento. Essa atividade, dedicada em especial ao público feminino, chegou a reunir mais de cem mulheres para a prática de exercícios, sugerindo a existência de uma demanda para a implementação de atividades diversificadas que ainda não foram suprimidas.

Essa ausência de articulação intersecretarial reforça a importância de estabelecer colaborações com órgãos como as Secretarias de Cultura, Esportes e Educação, possibilitando a implementação de programas que respondam às carências locais e às demandas comunitárias.

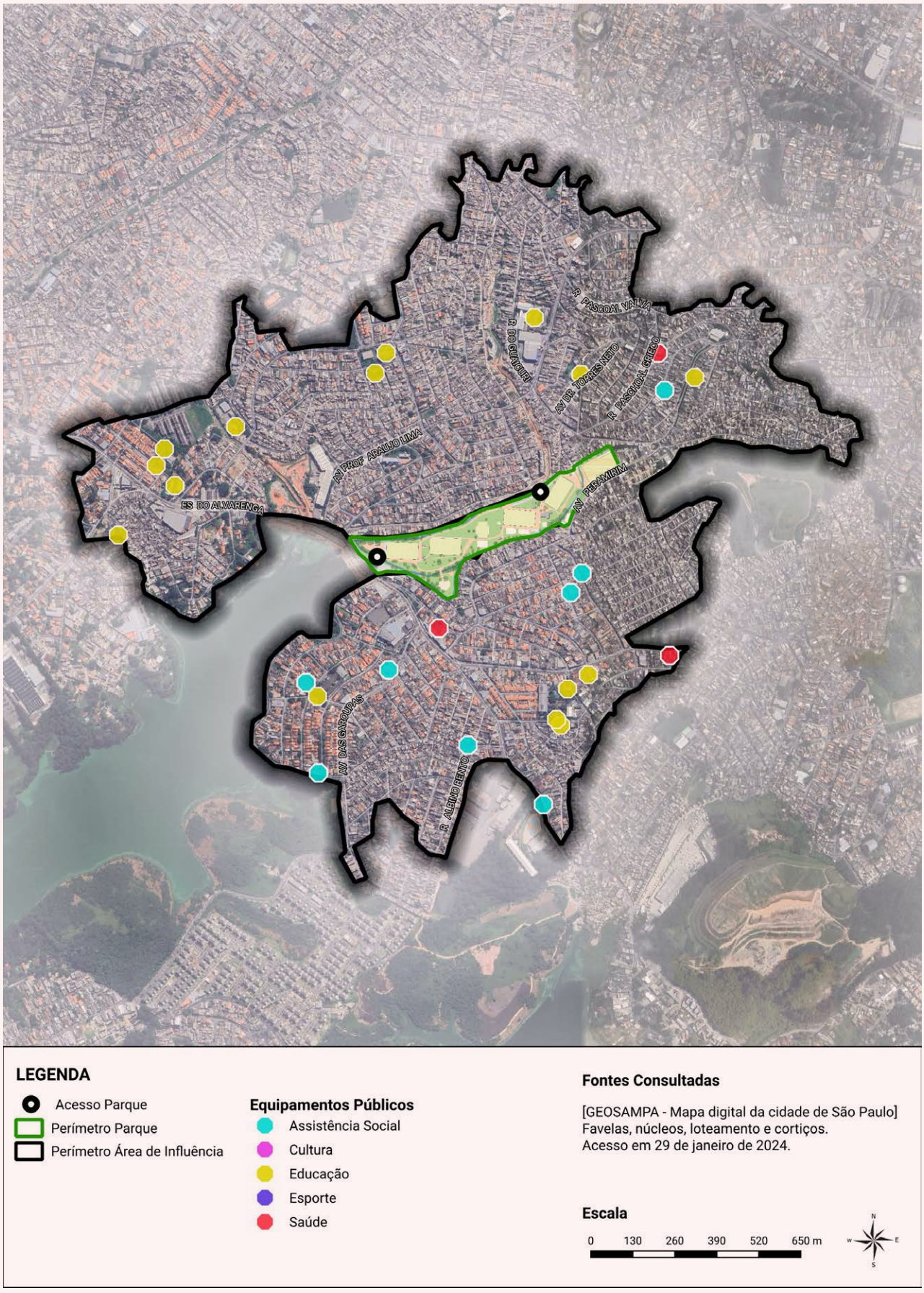
Quanto às atividades organizadas pela comunidade, foi identificado que a maioria dos campos de futebol é apropriado por entidades e associações locais, que promovem aulas de futebol para crianças e adultos, além de realizar torneios. Para além do futebol, a única atividade comunitária regular reportada foi aulas de capoeira. Além disso, dentro do perímetro do parque, há equipamentos geridos por lideranças e organizações comunitárias, conforme sinalizado na Figura 29.

Figura 29: Localização dos equipamentos externos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Mapa 8: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Sete Campos



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

A avaliação dos aspectos de governança do Parque Linear Sete Campos incluiu a análise de indicadores relacionados à governança comunitária, com o objetivo de compreender se, e como os moradores do entorno se envolvem na gestão do parque, se existem associações ou grupos representativos no bairro e região, e a realização de atividades promovidas pela comunidade no local.

A investigação da governança comunitária é fundamental para entender o nível de apropriação local, que, quando ocorre, contribui para que o parque seja utilizado de forma mais frequente e responsiva pela comunidade. Essa apropriação fortalece o cuidado e a vitalidade do espaço, além de auxiliar na gestão e na reivindicação de demandas e desejos coletivos. Um parque apropriado de maneira inclusiva e responsável promove o bem-estar comunitário e reforça seu papel como um espaço público acessível a todas as pessoas.

Governança comunitária	
Indicador	**Dado**
Mapeamento das associações e organizações do entorno	Winners; ONG ACAC; Projeto Real Primavera; Projeto UNA; Circo escola.
Existência e funcionamento do conselho gestor	Existente e em funcionamento.
Nível de conhecimento comunitário sobre o conselho gestor e mecanismos participativos	75% das pessoas entrevistadas não sabem da existência do conselho gestor 94% das pessoas entrevistadas sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque

De acordo com relatos das participantes do grupo de capacitação da sociedade civil que representam o parque, diversas organizações sociais atuam no espaço. Muitas delas mantêm uma presença regular, ocupando os campos para a prática de futebol, enquanto outras realizam eventos comunitários pontuais no parque, como celebrações de datas comemorativas.

Além disso, algumas organizações auxiliam na manutenção de alguns equipamentos do parque, como por exemplo a ONG Winners que realizou junto às crianças do entorno a manutenção do anfiteatro do parque.



O conselho gestor é ativo e realiza reuniões frequentes. No entanto, não há registros de participação da pessoa representante do poder executivo indicado por outra secretaria municipal, que, no caso do Parque Sete Campos, é a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa.

Entre os principais desafios do conselho gestor, destaca-se a descrença das pessoas integrantes quanto à possibilidade de mudanças efetivas no parque. Segundo as pessoas membras do conselho, ao longo dos anos, o espaço tornou-se palco de disputas políticas e de problemas sociais significativos, como a intensa presença de pessoas usuárias de drogas, o que gera um ambiente de insegurança generalizada, especialmente para mulheres e meninas, conforme demonstrado na Seção 3.4 Segurança.



Apesar desses desafios, há uma forte disposição entre as pessoas frequentadoras para debater e contribuir com a governança comunitária do parque.

Isso se reflete no fato de que 94% das pessoas entrevistadas afirmaram sentir falta de um canal participativo. Esse dado também sugere um desconhecimento sobre a existência e atuação do conselho gestor, já que 75% das pessoas entrevistadas declararam não saber o que é o conselho. Com relação à equipe operacional, o gestor do Parque Sete Campos também é responsável por mais dois parques: o Parque Búfalos e o Parque Chuvisco.

Equipe operacional		
Indicador		**Dado**
Dados sobre o gestor	Perfil	Gênero: Homem; Início da gestão: 06/2024
	Número de parques que administra	Três parques: Parque Sete campos; Parque Búfalos; Parque Chuvisco
	Presença de administração no parque	Sim.
Número de pessoas funcionárias dedicados à segurança, desagregado por gênero.		24 pessoas, dentre elas seis são mulheres.
Número de pessoas funcionárias de manutenção desagregado por gênero		13 pessoas, dentre elas duas são mulheres.



A administração simultânea de três parques pode resultar em um acompanhamento mais distante, já que o gestor precisa dividir suas responsabilidades entre ambos os espaços.

Segundo a Coordenação de Gestão de Colegiados da SVMA (CGC), a pessoa gestora, por estar mais próxima das questões locais e cotidianas, deveria atuar na integração e divulgação comunitária das atividades do parque e do conselho gestor, além de promover espaços de debate público. No entanto, ao administrar mais de um parque, há o acúmulo de outras demandas urgentes, o que pode levar a um afastamento em relação às questões de algum dos parques sob sua administração, e limitar seu envolvimento com a comunidade.

Em relação ao quadro de pessoas funcionárias do parque, a equipe de segurança é composta por 24 agentes, homens, sendo seis mulheres. Já com relação à equipe de manutenção, ela é composta por 13 pessoas, dentre elas duas são mulheres..



Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. A falta de equipamentos culturais e esportivos na área de influência destaca o parque como um espaço estratégico para promover essas atividades e atender a população local;

2. Não há atividades desenvolvidas em conjunto com outras secretarias, limitando a integração de políticas públicas no parque;

3. O conselho gestor é ativo e realiza reuniões frequentes, porém não há registros de participação de representante do poder executivo da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa;

4. As pessoas membras do conselho gestor demonstram descrença na possibilidade de mudanças efetivas no parque;

5. A gestão simultânea de três parques pode comprometer o acompanhamento adequado por parte da pessoa gestora, pois as responsabilidades são divididas entre diferentes espaços;

6. Há pouca presença de mulheres no quadro de pessoas funcionárias, evidenciando um desafio na igualdade de gênero na equipe.

4. Diagnóstico das dimensões

Com base na avaliação do Parque Sete Campos, realizada por meio da investigação de sete dimensões, o diagnóstico apresenta a sistematização das principais descobertas em cada dimensão.

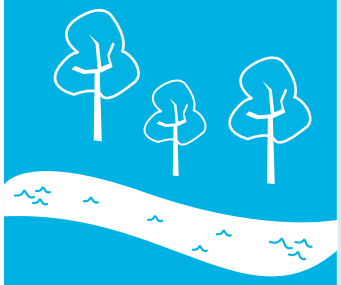
	Principais descobertas do Parque Sete Campos
Pessoas no parque e área de influência 	Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Sete Campos se caracteriza pela alta situação de vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (63,5% da população). A configuração urbana das favelas contíguas ao parque resulta em um confinamento dos córregos e na baixa visibilidade entre a as áreas internas e externas do parque. Foi registrado um baixo percentual de mulheres que frequentam o parque e que responderam à entrevista, apenas 44%, o que diverge com o percentual de mulheres registrado na área de influência de 52%.
Acessibilidade 	Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, restringindo o acesso de ciclistas. No entorno do parque, 47% das calçadas não atendem à largura mínima exigida por lei, dificultando a circulação segura e inclusiva de pedestres. Todos os acessos ao Parque Sete Campos apresentam desafios de acessibilidade para pedestres, tornando a entrada no parque menos inclusiva. Em 90% dos setores, há problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.
Instalações e mobiliário 	O único setor de parquinho existente não possui nenhum elemento de mobiliário urbano e se encontra em condições inadequadas de manutenção. Há falta de sinalização para indicação do parque em um dos acessos, além de uma carência generalizada de elementos de sinalização no parque. Dos cinco sanitários existentes, nenhum possui infraestrutura de suporte à pessoa com bebês. A única academia ao ar livre existente se encontra em condições inadequadas de manutenção.
Segurança 	Há um grande número de registros de crimes em uma área próxima a um dos acessos do parque, na Estrada do Alvarenga, assim como na região ao oeste da área de influência. Mulheres relatam sentir-se menos seguras no parque em comparação aos homens. Mulheres apontam a região central, especialmente os trechos entre os campos sem equipamentos, como a mais insegura. Já os homens destacam o entorno do anfiteatro. Ambas as áreas coincidem com pontos sem presença de vigilância. A existência de acessos informais pode representar riscos, pois permite a entrada em áreas sem vigilância e sem infraestrutura adequada.

Conforto e ambiente



- Há grande incidência quanto à percepção e ao descarte irregular de lixo, sendo que muitos dos pontos mapeados estão nas margens no córrego, resultando em pressão sobre esse atributo natural.
- Somente um setor do parque, dentre 12 mapeados, oferece proteção solar, sendo que o único Espaço para crianças e bebês não conta com essa infraestrutura, o que compromete sua utilização.
- Há o predomínio de reputação negativa do parque pelas pessoas frequentadoras, sendo que mais da metade não recomendaria o local como uma opção de lazer da comunidade.

Ambiente verde e azul



- O parque é relevante no sistema de drenagem da região: integra a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção. Deve seguir as diretrizes da APRM-B. Os córregos Apucas e Guaicuri, que delimitam o parque, estão poluídos e são percebidos pela comunidade do entorno como esgotos a céu aberto.
- A escassez da oferta de parques e áreas verdes no território reforça a importância de preservação dos atributos verdes e azuis do parque e melhorias na conectividade entre as áreas verdes do entorno.
- Foi identificada a oportunidade de articulação de parcerias com a Subprefeitura da Cidade Ademar e com a SEHAB Mananciais para intervenções no entorno e no próprio parque.
- É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, melhorar seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático.
- Há áreas de risco geológico e hidrológico no entorno do parque. Projetos em andamento pela SEHAB-Mananciais na área em torno do córrego Guaicuri visam a eliminação dos riscos nessa área.
- Apesar da existência da composteira e de sensores de luz nos postes do parque, não foram identificadas outras estratégias direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Apesar de quase a metade da área do parque ser composta por vegetação, há necessidade de mais espaços sombreados e com árvores de maior porte.
- É necessário realizar a manutenção da vegetação existente com maior frequência, bem como realizar a recuperação da mata ciliar nos córregos que delimitam o parque.

Governança



- A falta de equipamentos culturais e esportivos no entorno destaca o parque como um espaço estratégico para promover essas atividades e atender a população local.
- Não há atividades desenvolvidas em conjunto com outras secretarias, limitando a integração de políticas públicas no parque.
- O conselho é ativo e realiza reuniões frequentes, porém a Secretaria de Cultura, parceira do parque, não tem participado dos encontros.
- As pessoas membras do conselho demonstram descrença na possibilidade de mudanças efetivas no parque.
- A gestão simultânea de três parques pode comprometer o acompanhamento adequado, pois as responsabilidades são divididas entre diferentes espaços.
- Há pouca presença de mulheres no quadro de pessoas funcionárias, evidenciando um desafio na equidade de gênero na equipe.

5. Recomendações

Para a definição das recomendações para o Parque Sete Campos foram compilados todos os elementos de diagnóstico obtidos via processos participativos, incluindo os quatro grupos (*ver* Seção 2: Processo participativo), junto com o diagnóstico das dimensões (*ver* Seção 4: Diagnóstico das dimensões), resultado da aplicação dos indicadores da Avaliação Específica de Espaços Públicos.

Em algumas das recomendações também foram inseridos os desejos de futuro, que se referem a ações, propostas ou aspirações advindas do processo participativo (ver Seção 2.2 Principais Contribuições) e que demandam um estudo de viabilidade. Os desejos de futuro também contemplam recomendações de projeto em parques que já estão em fase de execução de seus projetos e que não possuem previsão de novo investimento, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente.

As recomendações foram organizadas em três eixos, relacionados à natureza da ação necessária: **gestão do parque, projeto de intervenção e articulação institucional**, definido da seguinte forma:

- **Gestão do parque:** apresenta os elementos de diagnóstico e recomendações específicas para o parque avaliado e que são de responsabilidade ou deverão ser articuladas pela pessoa gestora do parque. Estão relacionadas, sobretudo, ao manejo e atividades cotidianas do parque;
- **Projeto de intervenção:** relacionado ao diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações e que requerem, portanto, recursos para o desenvolvimento de projeto e implementação;
- **Articulação institucional:** engloba o diagnóstico e recomendações que demandam ações intersecretariais ou de responsabilidade de outro setor externo à SVMA. Também apresenta diretrizes na escala da cidade, **algumas das quais são aplicáveis a todos os parques**. As ações necessárias para implementação das recomendações do eixo de *Articulação Institucional* serão apresentadas em relatório específico de *Estratégias e Recomendações Políticas para a Cidade*.

Em cada eixo, os elementos do diagnóstico foram classificados dentro das sete dimensões da Avaliação e aborda tanto aspectos referentes ao interior do parque, quanto à área de influência e à bacia hidrográfica na qual o parque está inserido. É importante ressaltar que, tão importante quanto a realização de melhorias no interior do parque, é a adequação de sua área de influência, que deve ser entendida como uma extensão do parque e que é fundamental para a garantia de maior acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público.

Legenda

Pessoas no parque e área de influência | Acessibilidade | Instalações e mobiliário | Segurança | Conforto e ambiente | Ambiente verde e azul | Governança

Descrição	Fonte	Recorte Espacial	Código	Recomendações
GESTÃO DO PARQUE				
Foi registrado um baixo percentual de mulheres que frequentam o parque e que responderam à entrevista, apenas 44%, o que diverge com o percentual de mulheres registrado na área de influência de 52%.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R01	Desenvolver atividades periódicas, em parcerias com outras secretarias e organizações, com o objetivo de atender à diversidade de perfis no parque considerando pessoas idosas, mulheres, crianças e jovens, fomentando atividades já existentes e aproveitando a infraestrutura construída para abrigar novas atividades. Promover o festival feminino existente e ampliar o quadro permanente de atividades direcionadas às mulheres e meninas.

De acordo com as pessoas frequentadoras do parque, há muitas crianças na região.	Participativo	Área de influência	**R01**	
As mulheres relatam sentirem-se mais inseguras no parque em comparação aos homens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	**R02**	Incluir mulheres nos debates sobre a governança do parque, permitindo que identifiquem e informem os aspectos que tornam o espaço mais inseguro para esse público.
			R03	Implementar políticas de igualdade de gênero nas equipes de funcionários e de vigilância, e capacitar o pessoal para promover um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres.
As mulheres entrevistadas apontaram a parte central, especialmente os trechos entre os campos sem equipamentos, como a mais insegura. Já os homens destacaram o entorno do anfiteatro. Ambas as áreas coincidem com pontos sem presença de vigilância.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	**R04**	Ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – priorizando áreas com maior sensação de insegurança e incidência de assaltos.
De acordo com as pessoas frequentadoras, o local do anfiteatro fica isolado e sem segurança, tornando-se ponto de venda de drogas.	Participativo	Perímetro do parque		
As pessoas frequentadoras afirmam haver assaltos em determinados locais do parque.	Participativo	Perímetro do parque		
A configuração urbana das favelas contíguas ao parque resulta em um confinamento dos córregos e na baixa visibilidade entre a as áreas internas e externas do parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque		
As pessoas entrevistadas percebem como alta a incidência de descarte irregular de lixo, sendo que muitos dos pontos mapeados estão nas margens no córrego, resultando em pressão sobre esse atributo natural.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	**R05**	Estabelecer cronograma fixo de limpeza, implementar ações de educação ambiental e elementos de sinalização para conscientização (vide recomendação R20).
Há o predomínio de reputação negativa do parque pelas pessoas frequentadoras, sendo que mais da metade não recomendaria o local como uma opção de lazer da comunidade.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	**R06**	Desenvolver plano de comunicação para divulgação de ações e atividades no parque.
Os córregos Apucas e Guaicuri, que delimitam o parque, estão poluídos e são percebidos pela população como esgotos a céu aberto. Os córregos possuem grande relevância para o sistema de drenagem da região, como integrantes da bacia do Reservatório Billings.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	**R07**	Fomentar parceria com Subprefeitura da Cidade Ademar para fortalecer o serviço de limpeza e conservação dos córregos, bem como a fiscalização para evitar o descarte de resíduos no córrego. Promover práticas comunitárias de conservação, limpeza e manejo do córrego para o equilíbrio ambiental da região, incluindo a verificação da qualidade da água.
			R08	Implementar recomendação R20 com foco na questão de descarte de resíduos no córrego.

			R09	Alinhar as intervenções no parque às diretrizes para APRM-B
Foi observado problemas de manutenção da vegetação existente, bem como a necessidade de realizar a recuperação da mata ciliar nos córregos que delimitam o parque (Apucas e Guaicuri).	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R10	Estabelecer plano de atividades para equipe de manejo e jardinagem com cronograma para as atividades básicas de manutenção, tais como manutenção dos canteiros, despraguejamento, plantio, rega, poda, varrição e retirada de lixo. Garantir treinamento e número suficiente de pessoas na equipe para realização das tarefas. Realizar plantio de restauração da mata ciliar.
De acordo com as pessoas frequentadoras, há pouca utilização do parque durante a semana.	Participativo	Perímetro do parque	R11	Oferecer incentivos para grupos da sociedade civil e entidades realizarem atividades regulares no parque de segunda a sexta-feira, em especial as organizadas por mulheres e/ou tendo mulheres como público-alvo. Esses incentivos podem incluir a participação em projetos remunerados da prefeitura, além de apoio financeiro e logístico para fortalecer e ampliar as iniciativas desenvolvidas. sendo o nos dias de semana. Faltam atividades regulares, além do uso dos campos.
De acordo com as pessoas frequentadoras, há atividades de dança, exposição e esportes que ocorrem pontualmente no parque e são organizadas por mulheres.	Participativo	Perímetro do parque		
De acordo com as pessoas frequentadoras, falta união comunitária e respeito dos moradores do entorno em relação ao parque.	Participativo	Perímetro do parque		
As pessoas do conselho gestor demonstram descrença na possibilidade de mudanças efetivas no parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R12	Fortalecer o vínculo entre a gestão do parque e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária. Essas ações incluem a organização de encontros, cursos e capacitações promovidos em parceria com a CGC e a gestão do parque, com o objetivo de incentivar a articulação comunitária, apropriação comunitária do espaço e a participação ativa no conselho gestor.
A gestão simultânea de três parques pode comprometer o acompanhamento adequado, pois as responsabilidades são divididas entre diferentes espaços.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R13	Ter uma pessoa gestora para gerir o parque de forma exclusiva, mais próxima da comunidade e ativa no processo de articulação do conselho gestor sob supervisão da equipe da CGC.
As trocas frequentes na administração de equipe de pessoas funcionárias se apresenta como um desafio à gestão do parque.	Participativo		R14	Estruturar requisitos de contratação, para que os funcionários sejam moradores da região e que tenham um período mínimo de cumprimento de contrato.
Falta igualdade de gênero na composição do quadro de equipe de pessoas funcionárias.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R3	Implementar recomendação R3

PROJETO DE INTERVENÇÃO				
As pessoas frequentadoras reconhecem o parque como única opção de lazer na região e com potencial para abrigar uma maior diversidade de equipamentos.	Participativo	Perímetro do parque	R15	Garantir a diversidade e inclusão dos equipamentos, considerando gênero, faixa etária e deficiência, de forma suprir às necessidades do entorno.
Todos os acessos ao Parque Sete Campos apresentam desafios de acessibilidade para pedestres, tornando a entrada no parque menos inclusiva.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R16	Requalificar os acessos do parque e seu perímetro adjacente, para que atendam as normas de segurança e acessibilidade universal.
Em 90% dos setores, há problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R17	Promover a readequação dos caminhos principais que conectam os diferentes setores do parque, garantindo sua integração ao longo de toda a extensão do parque e sua conformidade com as normas de acessibilidade universal.
A pista de skate é frequentemente utilizada como espaço de brincar pelas crianças.	Participativo	Perímetro do parque	R18	Realizar adequação da pista para garantir a segurança em sua utilização por crianças.
De acordo com as pessoas frequentadoras do parque, há muitas crianças na região.	Participativo	Área de influência	R19	Realizar manutenção, ampliar e diversificar os brinquedos do parquinho. Desenvolver estudo de viabilidade quanto à demanda para criação de novo setor.
O único setor de parquinho existente não possui nenhum elemento de mobiliário urbano e se encontra em condições inadequadas de manutenção.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque		
Há falta de sinalização para indicação do parque em um dos acessos, além de uma carência generalizada de elementos de sinalização no parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R20	Desenvolver plano de comunicação visual para o parque, que deverá conter: sinalização nos setores, advertências e restrições de uso (Ex.: uso obrigatório de coleiras), sinalização de atributos naturais (Ex.: córregos), informações de conscientização e educação ambiental (Ex.: identificação das árvores alerta de descarte de lixo).
Dos cinco sanitários existentes, nenhum possui infraestrutura de suporte à pessoa com bebês.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R21	Realizar manutenção em todos os sanitários e incluir chuveiros, vestiários e garantir que todos os setores de sanitários tenham fraldário que possa ser acessado por qualquer pessoa, independente do gênero.
Faltam vestiários e manutenção nos banheiros.	Participativo	Perímetro do parque		
A única academia ao ar livre existente se encontra em condições inadequadas de manutenção.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R22	Realizar manutenção, ampliar e diversificar a academia ao ar livre. Desenvolver estudo de viabilidade quanto à demanda para criação de novo setor.

Faltam bancos, mesas, espaços com sombra, entre outros mobiliários de permanência.	Participativo	Perímetro do parque	R23	Garantir que todos os setores e áreas de circulação tenham mobiliário urbano, incluindo infraestruturas de sombreamento, natural ou artificial.
Faltam bebedouros e manutenção dos existentes.	Participativo	Perímetro do parque		
Falta arquibancada nos campos e quadras.	Participativo	Perímetro do parque		
Falta estrutura para abrigar atividades educativas e reuniões de conselhos, sendo que a sala multiuso existente se encontra interditada.	Participativo	Perímetro do parque	R24	Desenvolver estudo de viabilidade para manutenção da sala multiuso existente ou para a criação de novo espaço.
Falta iluminação, especialmente no anfiteatro.	Participativo	Perímetro do parque	R25	Garantir a iluminação em todos os setores do parque e em áreas consideradas como inseguras de acordo com diagnóstico de Segurança.
As quadras existentes são destinadas somente ao futebol, não havendo infraestrutura para outras modalidades.	Participativo	Perímetro do parque	R26	Desenvolver estudo de viabilidade para a adequação das quadras existentes.
Faltam espaços formais de estacionamento gratuito no parque ou entorno próximo.	Participativo	Perímetro do parque	R27	Desenvolver estudo de viabilidade para criação de estacionamento.
Falta gradil em alguns trechos do parque, implicando na possibilidade de acessos informais e fora do horário de funcionamento do parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R28	Estudar locais com acesso irregular no perímetro do parque para que seja implementado gradil, ou, se existir uma demanda comunitária, estudar a possibilidade da implementação de um novo acesso.
Falta segurança, em especial à noite (parque funciona 24h diante da falta de cerca)	Participativo	Perímetro do parque	R29	Implementar recomendação R28, para que seja mantido o parque fechado e sem acesso irregular fora do seu horário de funcionamento.
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para impedir a presença de animais soltos no parque.	Participativo	Perímetro do parque	R30	Implementar cachorródromo no parque.
Há grande incidência quanto à percepção do descarte irregular de lixo, sendo que muitos dos pontos mapeados estão nas margens no córrego, resultando em pressão sobre esse atributo natural.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R31	Garantir a provisão de lixeiras de coleta seletiva em todos os setores e áreas de circulação.
As pessoas frequentadoras afirmam que há suspeita de solo contaminado.	Participativo	Perímetro do parque	R32	Verificar informações acerca da qualidade de solo e incluir em plano de comunicação (R20) informações de conscientização da população.
Somente um setor do parque, dentre 12 mapeados, oferece proteção solar, sendo que o único espaço para crianças e bebês não conta com essa infraestrutura, o que compromete sua utilização.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R33	Garantir o sombreamento, por estruturas naturais ou artificias, em todos os setores do parque.

Muitos setores dos parques não possuem estruturas de sombreamento, sejam naturais ou artificiais.	Participativo	Perímetro do parque	R34	Realizar plantio de árvores com espécies nativas e no estágio que possam fornecer áreas sombreadas imediatamente.
É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R35	Aumentar os índices de biodiversidade, através do controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação dos atributos naturais e do levantamento e registro das espécies no parque.
O parque conta com poucas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas relacionadas à sua infraestrutura.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	R36	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SBN) na resolução de demandas e instalações no parque; implementar medidas para gestão hídrica (reaproveitamento de água da chuva, mecanismo de economia de água, reuso de águas, filtragem de água); eficiência energética (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, dentre outros mecanismos de economia de energia); gestão de resíduos (coleta seletiva, separação de resíduos orgânicos, sistema de compostagem); agricultura urbana e drenagem (hortas educativas, viveiros, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, etc).
			R37	Integrar ao programa de educação ambiental a implantação de hortas elevadas (ou estrutura similar) e acessíveis a pessoas em cadeira de rodas.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL				
Consolidação do Território-Parque - área de influência como limite administrativo para governança compartilhada.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R38	Elaborar e instituir, por meio de portaria intersecretarial da Prefeitura de São Paulo que estabeleça a formalização da rede socioambiental, instância de planejamento e governança compartilhada entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretariais municipais presentes no território.
Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Sete Campos se caracteriza pela alta situação de vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (63,5% da população).	Diagnóstico técnico	Área de influência	R39	Realizar articulação com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social com o objetivo de identificar quais programas e projetos podem ser implementados no parque para atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

Há permanência de pessoas em situação de rua dentro do parque.	Participativo	Perímetro do parque	R39	
Há presença de pessoas usuárias de drogas no interior do parque.	Participativo	Perímetro do parque		
As obras da SEHAB (Programa Mananciais) no local: se apresentam como uma possibilidade de contrapartida para implementar melhorias, por estar utilizando o parque como canteiro de obras.	Participativo	Perímetro do parque	R40	Promover parceria com SEHAB para execução do projeto de ampliação do parque.
Faltam ciclovias ou ciclofaixas conectadas aos principais equipamentos e eixos de transporte na área de influência do parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R41	Implementar malha cicloviária no bairro, priorizando os equipamentos de conexão com o parque como escolas, praças, equipamentos esportivos e principais avenidas.
No entorno do parque, 47% das calçadas não atendem à largura mínima exigida por lei, dificultando a circulação segura e inclusiva de pedestres.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R42	Promover a acessibilidade universal das calçadas no entorno do parque.
Há um grande número de registros de crimes em uma área próxima a um dos acessos do parque, na Estrada do Alvarenga, assim como na região ao oeste da área de influência.	Participativo	Área de influência	R43	Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes ao parque, principalmente nas que foram diagnosticadas com uma maior concentração de ocorrências criminais.
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para prevenir o abandono de animais no parque.	Participativo	Perímetro do parque	R44	Implementar recomendação R20 junto a uma articulação da gestão do parque com a zoonoses, em relação aos cachorros abandonados.
É necessário integrar o parque à infraestrutura verde do entorno, visando fortalecer sua função ambiental, conter a expansão urbana e aprimorar a rede de drenagem.	Participativo	Perímetro do parque	R45	Implementar estratégias no parque e entorno para garantir conectividade entre as áreas para circulação da fauna silvestre, tais como arborização urbana com espécies nativas, incentivo a iniciativas de reflorestamento, implantação de jardins polinizadores e jardins de chuva e infraestrutura amiga da fauna (como adequação da iluminação urbana, passagens de fauna, redução da emissão de ruídos, entre outros).
Foi identificada a oportunidade de articulação de parcerias com a Subprefeitura da Cidade Ademar e com a SEHAB Mananciais para intervenções no entorno e no próprio parque.	Diagnóstico técnico	Bacia hidrográfica	R46	Observar projetos existentes para a área de influência do parque e solicitar, junto à subprefeitura, as ações de melhorias no entorno e acesso do parque, previstas no Perímetro de Ação. Acompanhar projetos da SEHAB-Mananciais no entorno próximo e estudar contrapartidas/parcerias para intervenção de melhorias no parque e seus acessos.

Presença de áreas de risco hidrológico médio e alto, e risco geológico baixo, médio e alto, respectivamente, no entorno próximo.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R47	Promover maior integração entre as políticas de ordenamento territorial e com planos municipais, consolidando o papel do parque como um elemento estratégico na promoção da resiliência urbana. Apoiar políticas para fomentar educação climática em escolas do entorno.
É visto como uma ameaça a suspeita da retirada de dois campos para implantar um CEU.	Participativo	Área de influência	R48	Acompanhar a situação do projeto do CEU e desenvolver plano de comunicação específico com as atualizações sobre o tema.
Faltam diretrizes de gestão para a definição de prioridades de investimento no parque e para a organização centralizada dos recursos aplicados por parcerias públicas e privadas.	Participativo	Área de influência	R49	Implementar um sistema centralizado para registrar e direcionar e priorizar todas as demandas de manutenção e novas infraestruturas nos parques urbanos, independentemente da origem (conselho gestor, 156 ou Subprefeitura). A DGPU encaminha cada solicitação conforme sua competência: para a empresa terceirizada (MPE), com prazos definidos conforme a complexidade; para a subprefeitura, dentro das atribuições do Território-Parque (ver R55); ou para incentivos fiscais via emendas parlamentares. Em todos os casos, respeitar a ordem de prioridades definida pelo conselho gestor.
As pessoas frequentadoras do parque alegam que há pouca assistência da prefeitura para a região.	Participativo	Área de influência	R50	
A falta de equipamentos culturais e esportivos no entorno destaca o parque como um espaço estratégico para promover essas atividades e atender a população local.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R51	Regulamentar o Território-Parque (ver recomendação R38) e fomentar parcerias com escolas, equipamentos esportivos e a subprefeitura seguindo os parâmetros da R1.
Há poucas atividades regulares no parque, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, há desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência		
O conselho gestor é ativo e realiza reuniões frequentes, porém, de acordo com a gestão do parque, não há participação ativa de representante do poder executivo da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R52	Monitorar desde a frequência de participação das pessoas representantes das secretarias no Conselho Gestor. Em caso de faltas recorrentes, notificar a secretaria correspondente e solicitar a substituição da representação, garantindo a continuidade e efetividade da participação.

Dentre as recomendações de **gestão** do parque, destaca-se a necessidade de promover ações que possam fomentar a frequência no parque por mulheres e meninas, a partir da diversificação de atividades e priorização das estratégias relacionadas à segurança, como ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – para além do posto administrativo, priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança. Com o objetivo de aumentar a percepção de segurança, sobretudo de mulheres, é necessário aumentar a representatividade feminina na equipe de segurança.

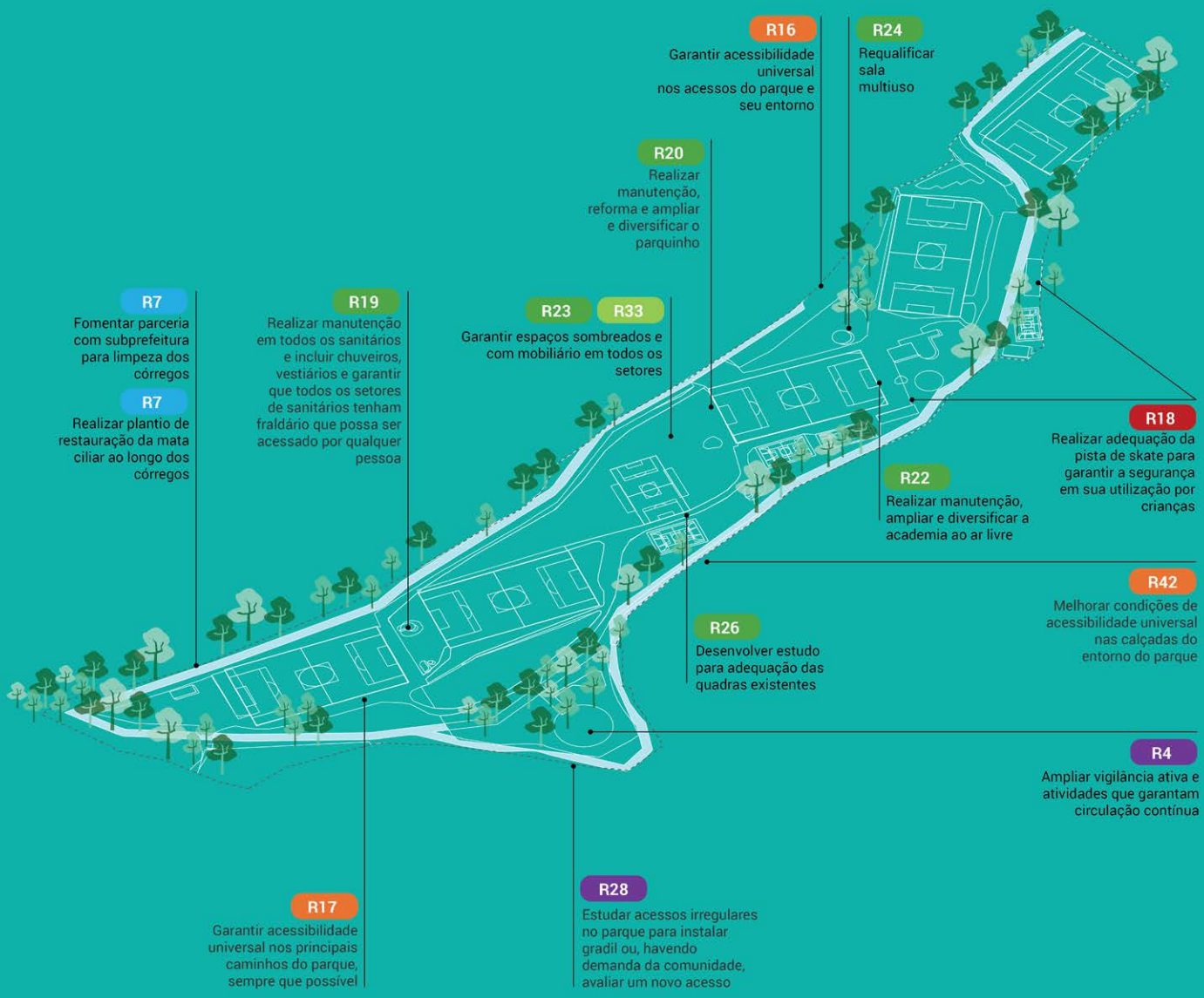
O fortalecimento do vínculo comunitário também se apresenta como uma prioridade para o Parque Sete Campos, a partir da promoção de parcerias com organizações sociais que atuam no entorno, sob a supervisão da pessoa gestora do parque. Uma das demandas do processo participativo com potencial para fortalecer o vínculo comunitário é que o quadro de pessoas funcionárias seja composto por pessoas residentes no entorno.

As recomendações para **projeto de intervenção** se relacionam a dois principais temas: melhoria da infraestrutura existente e criação de novos equipamentos e instalações. Primeiramente, a manutenção da infraestrutura existente, como melhorias nos sanitários, parquinhos, incremento de iluminação e revitalização do anfiteatro. Além das ações de manutenção, para estimular a frequência por diferentes públicos no parque, é importante ampliar os equipamentos, aproveitando a disponibilidade de espaço no local. A regularização de estacionamento se apresenta como uma prioridade para a diversificação das alternativas de acesso ao parque.

Por último, as recomendações do eixo de **articulação institucional** apontam para diversas ações que devem ser articuladas com outras secretarias e órgãos, sobretudo em intervenções dentro da área de influência do parque. Para isso, é necessário que a área de influência passe a ser também um limite administrativo, além de um limite físico. A exemplo dos Territórios CEUs - programa que visa articular intervenções urbanas baseadas na integração com demais equipamentos públicos de relevância local e regional, buscando a qualificação do espaço livre público no entorno dos CEUs ao formar uma rede de percursos entre os equipamentos pode-se aplicar o conceito de Território-Parque, sendo, portanto, uma unidade de governança compartilhada e planejamento territorial em escala local com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções.

A criação do território possibilitará o desenvolvimento de diretrizes para o estabelecimento de sinergias entre equipamentos públicos e associações comunitárias. Uma das parcerias já identificadas foi com a Secretaria Municipal de Habitação, no âmbito do Programa Mananciais. Durante o período de coleta de dados, havia obras de habitação e revitalização urbana entorno ao parque, sendo um dos canteiros locado dentro do Parque Sete Campos. Recomenda-se, portanto, a incorporação das recomendações estabelecidas nesta Avaliação para o parque, área de influência e bacia hidrográfica às intervenções a serem realizadas dentro do Programa.

Figura 30: Mapa de recomendações do Parque Sete Campos



Elaboração: ONU-Habitat Brasil





PARQUE JARDIM PRAINHA



Figura 31: Registro do Parque Jardim Prainha

© ONU-Habitat Brasil



Figura 32: Valéria Aparecida de Carvalho Silva, 55 anos, líder comunitária

© ONU-Habitat Brasil

Olhar para o parque hoje me faz olhar para o que era lá atrás, e recordar que são 28 anos de lutas e conquistas. Ver que tudo o que foi feito ali no parque, o pensamento de quem fez as trilhas, fez o playground, fez tudo pensado com carinho, com amor. Saber que valeu a pena cada ofício, cada luta, cada batalha que enfrentamos. Eu faço parte dessa história!

Valéria Aparecida de Carvalho Silva
55 anos,
líder comunitária

Líder comunitária desde a fundação do Parque Jardim Prainha, Valéria declara amar ir ao parque, sentar e ficar ouvindo o canto dos pássaros e observar a imensidão de água ao redor do bairro.

Ela se emociona ao falar do parque, pois considera uma conquista muito importante para a comunidade. Relembra que, em 1997, o local era uma mata fechada, onde as crianças, que antes se encontravam para jogar bola, hoje já são pessoas adultas e mães/pais de família. Na época, a comunidade trabalhava escavando o terreno para construir um campo de futebol e oferecer um espaço de lazer para as pessoas. Ela descreve o parque como um lugar lindo, onde as pessoas sentem paz e tranquilidade.

Em sua opinião, o parque representa para a comunidade uma luta, uma conquista diária. Afirma ser um trabalho de "formiguinha", que aos poucos as pessoas vão dando conta e se unem para fazer algo acontecer. Ainda hoje, com as suas mudanças e sua infraestrutura, Valéria tem consciência de que poderia haver muito mais coisas. Reconhece que são difíceis as buscas, pois muitas das vezes as respostas são negativas, mas ainda assim o parque representa o coração da comunidade.

O desejo de Valéria para o parque é que seja feita a sua ampliação. Que o parque não seja somente direcionado para os adultos, mas também para as crianças e os idosos. Ela gostaria que o parque tivesse acessibilidade para que as pessoas com deficiência pudessem acessar as trilhas e ir ao mirante. Hoje isso não acontece, não há acessibilidade para que idosos e pessoas com deficiência possam circular. Valéria acredita também que falta ampliar ainda mais o setor das crianças, especialmente o parquinho.

Ela sonha que o bairro seja transformado, assim como o parque, pois diz ser apaixonada pelo local. Para Valéria, o parque já é um lindo espaço, com muitas qualidades, porém ainda há muito por fazer.

Valéria inicia e encerra sua fala dizendo: "O Parque Jardim Prainha é meu coração batendo fora do peito."

1. Sobre o Parque

O Parque Jardim Prainha está localizado no distrito Grajaú, na subprefeitura Capela do Socorro. A região é caracterizada por níveis de vulnerabilidade alta e muito alta, conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (GeoSampa, 2025).

Figura 33: Mapa de localização do Parque Jardim Prainha em relação ao município e região



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A área de influência do parque é caracterizada pela carência de equipamentos de lazer e cultura, e pouca presença de equipamentos públicos de esporte. Em termos de população, o distrito é o mais populoso do município, – com mais de 395 mil pessoas, e o segundo com maior população preta e parda. Ainda, o Grajaú é majoritariamente composto por mulheres, mas com porcentagem próxima à de homens e possui altíssima concentração de jovens -- mais de 45% (Rede Nossa São Paulo, 2023).

O parque se desenvolve às margens da represa Billings, um dos maiores e mais importantes reservatórios de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), ao norte da Ilha do Bororé e ao sul do Parque Linear Cantinho do Céu. Entre a cota do nível de acesso e o limite do parque na beira da água, o terreno desce aproximadamente 20m.

Tabela 5: Ficha introdutória do parque

Nome	Parque Jardim Prainha
Área total	122.913,61 m²
Ano de inauguração	2012
Categoria	Orla
IP 2022	3.04/5
Nota no Quadro de Priorização	3.03/10
Endereço	R. Mafranz, 100
Horário de funcionamento	7h às 19h
Distrito	Grajaú
Subprefeitura	Capela do Socorro

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Os principais equipamentos que o parque oferece são campo de futebol, quadra poliesportiva, mirante, quiosques, parquinho infantil, aparelhos de ginástica, mesas para jogos, trilhas, vestiário e copa para pessoas funcionárias, horta, módulo sanitário e sede administrativa. O acesso ao parque é realizado por uma portaria, na Rua Mafranz, no núcleo norte do parque.

A Avaliação Específica teve por objeto de análise o perímetro do Parque Jardim Prainha original, de 122 mil m². Em janeiro de 2025 foram inauguradas as duas áreas do núcleo Pabreu, que acrescentam 30 mil m² ao parque, ao norte da poligonal original, definida como área 3 do Parque Linear Pabreu Prainha. Este novo núcleo foi implantado pela Secretaria Executiva do Programa Mananciais, vinculada à Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e será administrado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) (São Paulo, 2025). O projeto do Parque Linear Pabreu Prainha do Programa Mananciais inclui também uma quarta área do parque no lado sul da península, em fase de planejamento.

1.1 Histórico

A península onde está localizado o bairro Jardim Prainha é atravessada pela faixa não edificante da rede de energia elétrica da cidade, a qual divide o terreno entre o bairro Jardim Monte Verde a oeste, e Jardim Prainha a leste (Santos, 2019). O projeto inicial do parque foi implantado em parceria com a subprefeitura Capela do Socorro, cujo objetivo foi a preservação dos mananciais (São Paulo, 2025).

1.2 Projeto do parque

O projeto de requalificação do Parque Jardim Prainha elaborado pela DIPO/SMVA se encontra em nível de estudo preliminar, no qual é realizado um diagnóstico do local e são propostas diretrizes para o desenvolvimento do projeto básico. A partir do diagnóstico realizado pela equipe da DIPO, os principais pontos a serem readequados no parque seriam:

- Garantir a permeabilidade do solo;
- Preservar a vegetação remanescente;
- Propor equipamentos de lazer e convivência;
- Garantir a relação paisagística com a represa;
- Criar novas e consolidar as trilhas existentes.

Tabela 6: Situação do andamento do projeto ou obra para janeiro, 2025

Parque Jardim Prainha	
Situação	* Projeto finalizado * Obra a licitar * Início das obras: 2º semestre de 2025 - 12 meses para conclusão
Custo (valores estimados)	R$ 8.500.00,00
Responsável do Estudo Preliminar	Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO)

A proposta de projeto no estudo preliminar se desenvolve na área onde atualmente estão implantados os equipamentos no núcleo norte, e propõe um novo acesso e equipamentos para o núcleo sul. Em termos de implantação, no núcleo norte mantém as infraestruturas existentes e propõe a reforma das mesmas. Também acrescenta uma guarita, quadra poliesportiva e brincadeiras de piso no núcleo sul, e novos espaços e elementos para brincar, iluminação, bancos, bebedouros e área de ginástica em ambas as áreas de permanência.

Figura 34: Imagem do Parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Processo participativo

Na Avaliação Específica de cada parque, os quatro grupos-alvo mencionados na Seção 2.4 participação das partes interessadas fizeram parte das diversas atividades participativas propostas. Estas ações foram baseadas nas metodologias ONU-Habitat *Bloco a Bloco* (UN-Habitat, 2021) e *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), somadas às ferramentas disponíveis na guia de Avaliação Específica de Espaços Públicos, adaptadas ao contexto e características da cidade de São Paulo.

2.1 Partes interessadas envolvidas

No caso do Parque Jardim Prainha, a busca por grupos que fizessem vida no parque e lideranças da região para contribuir com a Avaliação foi articulada, no início, com apoio do gestor do parque e pessoas da comunidade do entorno, próximas à gestão e às atividades realizadas no parque.

O **primeiro grupo** alcançado foi uma **liderança feminina** convidada a fazer parte do grupo de capacitação da sociedade civil sobre metodologias do ONU-Habitat, formado por apenas público do gênero feminino e com mais de 18 anos.

O **segundo grupo** alcançado foram **pessoas funcionárias** da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), principalmente da SVMA, que estivessem envolvidas com algum dos 10 parques priorizados, seja na gestão dos parques ou na área de projetos e obras. No caso específico do Parque Jardim Prainha, participaram da Avaliação o gestor do parque, e uma representante da Coordenação de Gestão de Colegiados da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (CGC-SVMA).

O **terceiro grupo** participante da Avaliação foram **19 meninas adolescentes, entre 13 e 15 anos de idade, e três professoras**, do Navegantes, as quais participaram na oficina bloco a bloco, dirigida exclusivamente a esse público escolar.

O último e **quarto grupo** convocado a participar foram **pessoas frequentadoras** que se aproximaram à oficina aberta realizada no parque. Nessa atividade, foi aplicada a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) com mais de 13 pessoas de diferentes idades e gêneros, sendo todas elas moradoras do entorno imediato. Este grupo também participou de entrevistas estruturadas, nas quais contribuíram 14 pessoas em total.

Figura 35: Pessoas participantes da oficina bloco a bloco no Parque Jardim Prainha realizando a caminhada exploratória



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 36: Oficina aberta no Parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 37: Oficina bloco a bloco do Parque Jardim Prainha

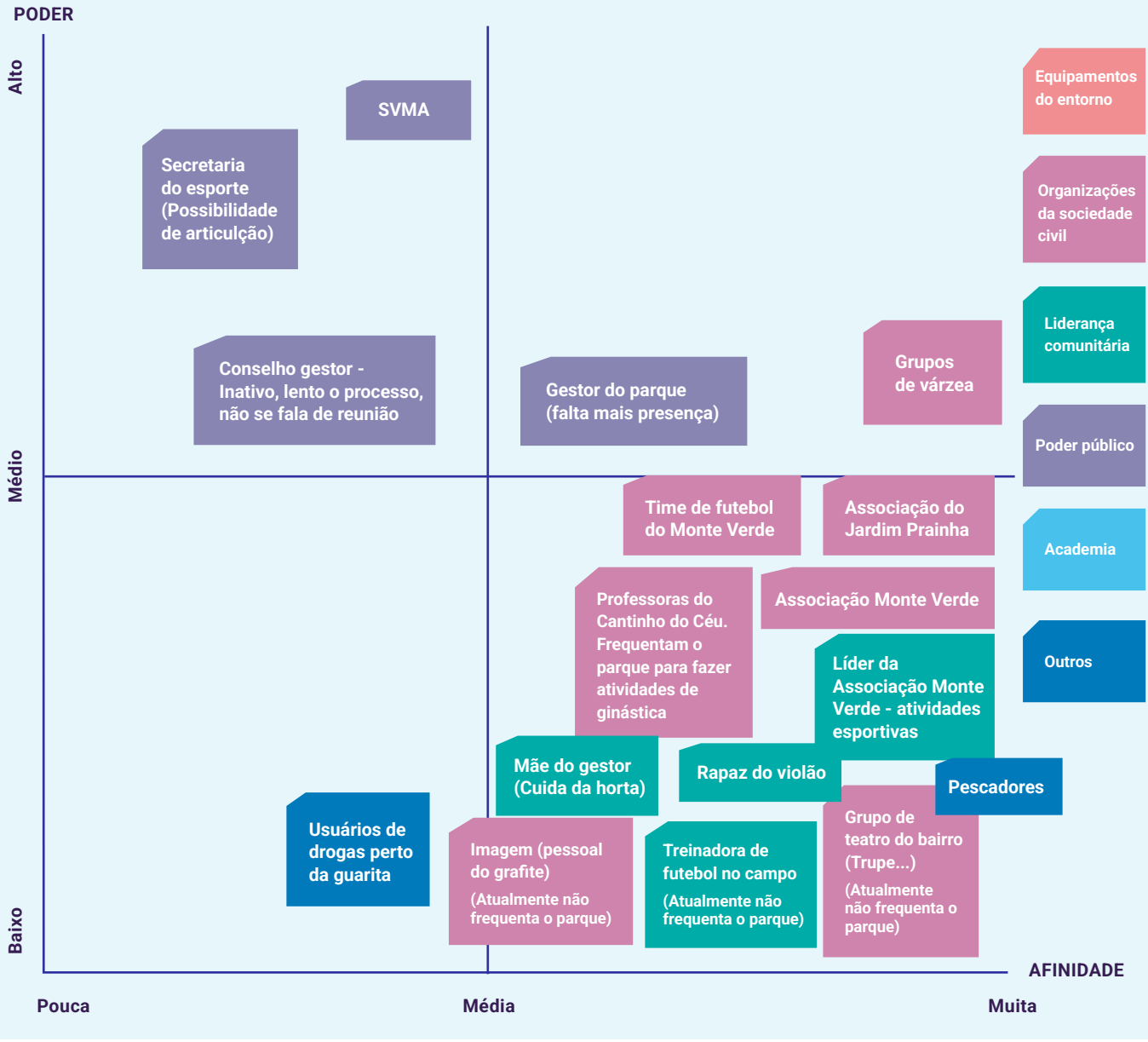


Fonte: Acervo ONU-Habitat

2.2 Principais contribuições

O primeiro grupo, constituído por uma liderança feminina, contribuiu com a facilitação dos exercícios práticos, divulgação das atividades abertas ao público geral, realizou apontamentos específicos como: a necessidade de uma gestão mais presente no parque, as dificuldades para convocar as reuniões do conselho gestor, a falta de equipamentos e os desafios para realizar ações de voluntariado ao longo do tempo. Com as informações fornecidas por esta representante comunitária foi construído o mapeamento das partes interessadas do parque, a partir do seu olhar comunitário e conhecimentos das redes e grupos existentes que fazem vida no espaço público avaliado. Segundo seu depoimento, os principais grupos afetados pelo deterioro ou que seriam beneficiados com a requalificação do parque são organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias que fazem vida no parque.

Figura 38: Mapeamentos das partes interessadas do Parque Jardim Prainha, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Observações:

- Atividades hoje no parque priorizam os adultos;
- Poucas atividades com crianças e adolescentes. Não se tem confiança para deixar as crianças no parquinho por causa da segurança. Não tem nenhum programa para crianças;
- Concentração de atividades pela Associação Monte Verde;

O segundo grupo, o das pessoas funcionárias municipais, forneceu informações técnicas e de gestão do parque ao longo das atividades participativas da Avaliação. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes e validaram, preliminarmente, algumas das recomendações propostas no processo. Dos últimos dois grupos, foram coletadas e sistematizadas contribuições de viés qualitativo, categorizadas em **sentimentos** suscitados pelo parque, **problemas, potencialidades, soluções e desejos** para ele. Também foram priorizadas as principais ações necessárias para sua requalificação e ativação em termos de usos e gestão.

Figura 39: Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Frescor, insegurança e alívio foram os principais sentimentos destacados pelas pessoas participantes das atividades de percepção no parque. Elas valorizam que o espaço ao livre "tem bastante verde", especialmente pela sua grande quantidade de árvores, pelo conforto que o oferece e pela sua amplitude, própria para acolher várias atividades. A "paisagem bonita" que oferece o parque, principalmente pela sua condição de orla, é reconhecida como um potencial cênico para contemplação da represa, para relaxar, para avistar animais, para sentir o cheiro bom da terra e para aproveitar os passeios pelas trilhas, de fácil acesso para caminhadas.

As pessoas participantes sentem orgulho do parque, apreciam a sua limpeza e organização, e consideram "o melhor acontecimento da comunidade", entendendo a sua importância para o local com altos índices de vulnerabilidade social e carente de espaços de lazer.

Outros aspectos destacados nas percepções das pessoas participantes das dinâmicas da Avaliação foi a sensação de insegurança no parque, especialmente em relação aos acessos informais pela represa. Também, o trajeto até o parque é considerado uma ameaça: a sua localização no final de ruas estreitas sem saída dificulta o acesso até o mesmo, a pé ou por transporte público, traz desafios para a visitação regular e para a divulgação da existência do parque, questão que pode contribuir com a pouca visitação durante os dias de semana. Soma-se a essa condição, a falta de estacionamento no parque, e de espaço dentro do mesmo para a sua criação.

Por outro lado, a falta de bebedouros, mais brinquedos diversificados e para todas as idades, academias ao ar livre, placas de conscientização, proteção na beira da represa, mais equipamentos de esporte, opções de espaços para idosos e acessibilidade nas trilhas, foram questões levantadas pelas pessoas participantes.

Sobre os módulos sanitários, foi apontada a sua inadequação para uso devido às portas quebradas, falta de itens de higiene pessoal e descarga, mau cheiro e falta de manutenção em geral. Além de ser observado a falta de reforma do módulo existente, foi também apontada a necessidade de aumentar o número de banheiros.

Figura 40: Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação

Problemas – Pontos Negativos
Problemas de segurança no acesso a represa Local sem vigilância ou proteção
Acesso difícil até o parque. Poucas pessoas do entorno conhecem a entrada do parque
Falta estacionamento no parque, e espaço dentro do mesmo para a sua criação
Faltam brinquedos para pessoas de todas as idades, e manutenção dos existentes
Muita criança no entorno. Os espaços infantis existentes não cobrem a demanda
Falta de equipamentos em geral
Falta proteção na beira da represa
Faltam placas de conscientização (Exemplo: tirar o lixo, indicativo de fauna e flora, etc.)
Faltam aparelhos de ginástica em espaços diversos do parque
Pouca opção de equipamentos e atividades de lazer para idosos
Faltam equipamentos e espaços de lazer para adultos, como redários, mesas, quiosques, etc.
Falta de manutenção dos equipamentos existentes
Falta de cor. Núcleo norte deveria ser mais colorido e convidativo
Falta acessibilidade nas trilhas
Somente um banheiro e inadequado para uso
Muitos pontos de água parada, alguns locais com lama
Faltam bebedouros
Faltam lixeiras na extensão do parque
Muita incidência de descarte irregular
Falta de iluminação nas trilhas
Gestão atual prioriza outros parques. Falta de incentivo para convocar reuniões do conselho gestor
Falta de programação de atividades
Não tem incentivo para participar das ações do parque. O voluntariado e falta de rotatividade das pessoas presentes não é sustentável
Predominância do futebol e da presença masculina vinculada a esse único esporte
Horta abandonada
Possibilidade de implantação de usina fotovoltaica na Billings, o que resultaria em impactos visuais e para a biodiversidade
Falta de manejo de formigueiros e colmeias. Podem "assustar às crianças e deixá-las desconfortáveis
Processos erosivos próximo ao mirante

Potencialidades – Pontos Positivos
Muito verde e arborizado
Único local de lazer do bairro
O parque é um espaço para relaxar e apreciar a natureza
Paisagem bonita, potencial cênico
Presença de animais (aves, peixes, etc.)
Formalização de atividades de pesca que já acontecem no parque
Organização e limpeza do parque
Proximidade com a comunidade do entorno
Espaço para caminhadas, o que incentiva a prática de atividades físicas
Contato com a represa
Oportunidade de incentivo à plantação de plantas medicinais, devido ao histórico do parque
Espaços potenciais para piqueniques
Artistas locais que poderiam fazer atividades no parque
Potencial para ser ponto de acesso do transporte hidroviário
Potenciais articulações com escolas e creches do entorno
Potenciais parcerias com outras secretarias e organizações para atender demandas específicas da população

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A partir desses sentimentos, problemas e potencialidades detectadas pelas pessoas participantes das atividades da Avaliação Específica, foram propostos por elas mesmas **soluções e desejos para o Parque Jardim Prainha.**

Sobre a **conexão urbana** do parque com o seu entorno, foi apontado o desejo do parque se converter num ponto de conexão com o transporte hidroviário. Já sobre o ambiente do parque, foi colocada a necessidade da despoluição da represa.

Sobre a **infraestrutura do parque** foram propostos elementos de comunicação visual (avisos de conscientização e de indicação da existência do parque, painéis interativos e acessíveis), mobiliários e elementos lúdicos (parquinhos para todas as idades, brinquedos não estruturados e interativos) e locais para descanso (bancos com encosto e

outros lugares para sentar-se). Foram também solicitados equipamentos relacionados ao funcionamento do parque como bebedouros, requalificação das edificações existentes, iluminação e rampas e outras melhoras na acessibilidade para pessoas cadeirantes ou idosas.

Também surgiram desejos de ter quadras de basquete e de vôlei de praia, área para futsal, pista de skate, pista de bicicleta, e academias ao ar livre, já que "aparelhos para ginástica seria ótimo para nós que temos muitas dores nas articulações", manifestou uma pessoa participante.

Sobre os **usos e a gestão** do parque, foi mencionado a importância de oferecer mais eventos, jogos e atividades numa programação do parque, que contemple atividades para pessoas idosas, autistas, comunidade escolar, jovens e especialmente para crianças "para que as mães possam se dedicar a outras atividades".

Foi também apontando o desejo de ampliar a horta para ter atividades com crianças e criar um viveiro com ervas medicinais, já que "ele traz muitos benefícios à comunidade", assim como de promover piqueniques coletivos e sessões de cinema ao ar livre. Finalmente, foi solicitado contar com mais segurança na represa e com os bombeiros nas proximidades, e analisar a possibilidade de implantar câmeras de segurança.

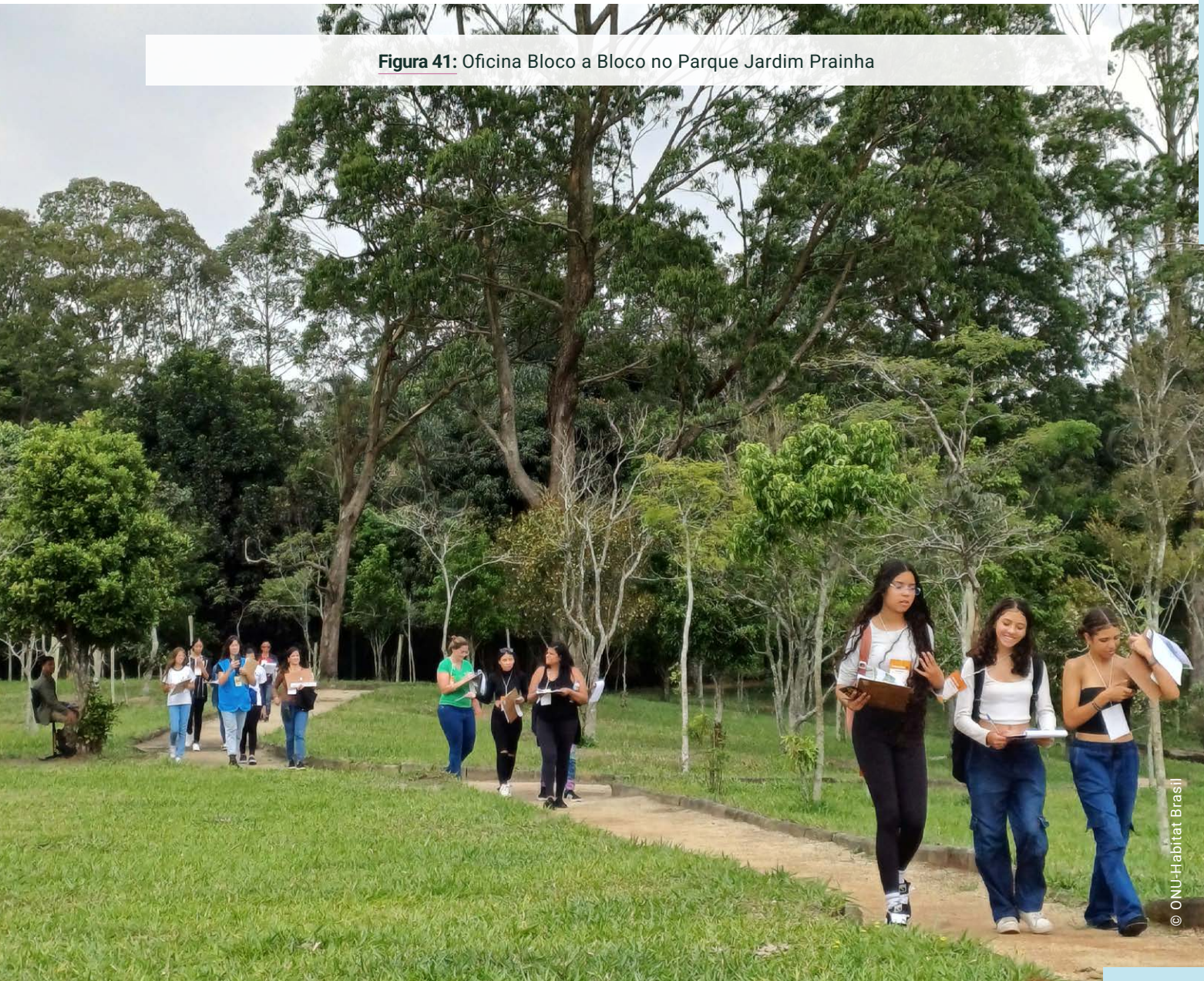


Figura 41: Oficina Bloco a Bloco no Parque Jardim Prainha

© ONU-Habitat Brasil

3 Avaliação

Nas Seções 3.1 Caracterização urbana da área de influência até 3.7 Governança são apresentados os principais resultados obtidos com a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos, sendo cada seção correspondente a uma dimensão de análise.

3.1 Caracterização urbana da área de influência

A área de influência do Parque Jardim Prainha se limita a leste do parque, uma vez que à oeste está situada a represa Billings.

O perímetro é marcado pela vulnerabilidade socioeconômica, com a existência de núcleos urbanos informais (Mapa 9), sendo parte já regularizados. Assim como em muitos núcleos regularizados, a morfologia urbana resultante é de lotes pequenos, com residenciais unifamiliares de até dois pavimentos, vias de acesso estreitas e, em alguns casos sem calçadas ou com dimensões reduzidas.

Figura 42: Tipologia urbana predominante



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Essa condição de morfologia urbana reflete no acesso ao parque, uma vez que há somente uma única portaria, acessada por uma via local de dimensões reduzidas. Como resultado, as pessoas alegam desconhecer a existência do parque (ver Seção 2 Processo participativo).

Figura 43: Via de acesso ao Parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

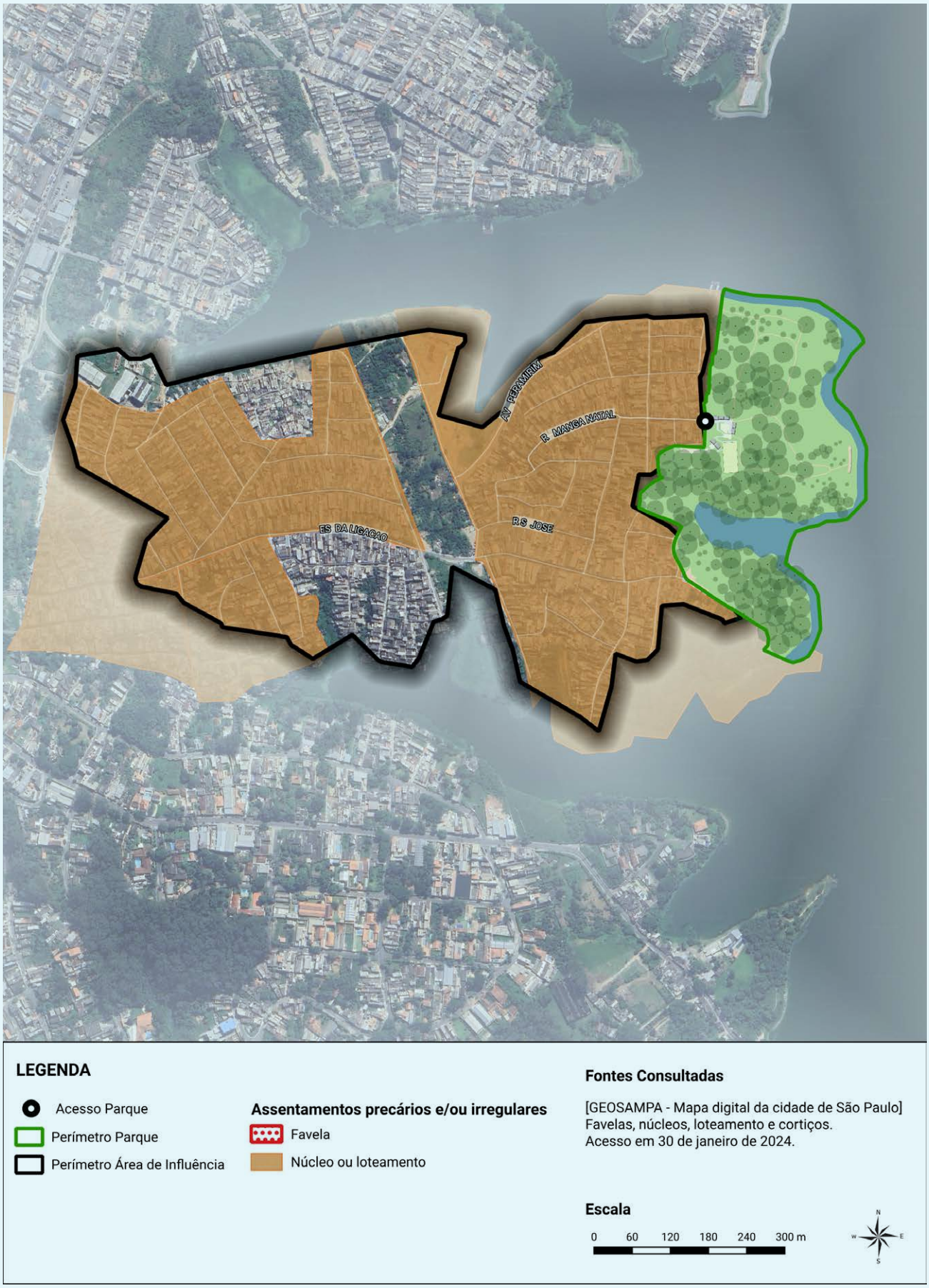
Há presença de comércio local de forma esparsa pela área de influência. Contíguo ao parque, há um passeio entre a divisa do parque e os lotes, sendo que em alguns trechos esse espaço de circulação é ocupado por residências que avançam sobre o limite do parque.

Figura 44: Ocupações dentro do perímetro Parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Mapa 9: Núcleos urbanos informais na área de influência



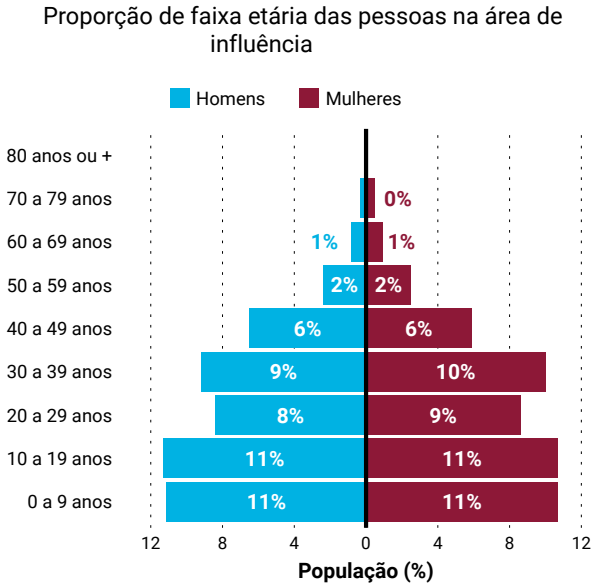
Elaboração: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

3.1.2 Pessoas no Parque Jardim Prainha e na sua área de influência

A caracterização das pessoas que vivem na área de influência e frequentam o parque é fundamental para compreender quais os perfis predominantes e como o parque pode atender às necessidades específicas destes grupos.

De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), a faixa etária predominante das pessoas na área de influência é de jovens e adultas, nas faixas de 20 a 29 anos, seguido por crianças e jovens entre 0 e 19 anos.

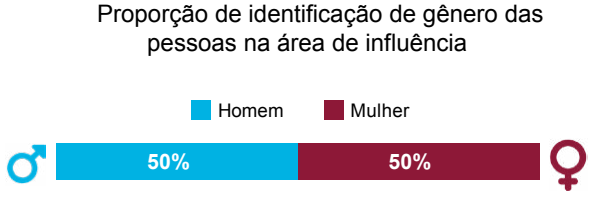
Gráfico 17: Faixa etária das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Das 9.421 pessoas que vivem dentro da área de influência do parque, há um equilíbrio entre homens e mulheres.

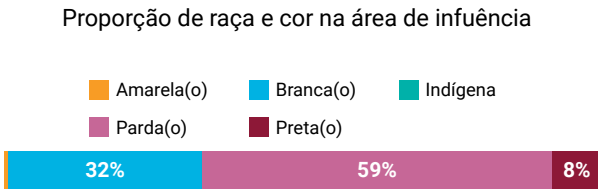
Gráfico 18: Gênero das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça das pessoas que vivem na área de influência, mais da metade são pretas ou pardas (68%), enquanto 32% se autodeclararam brancas.

Gráfico 19: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência

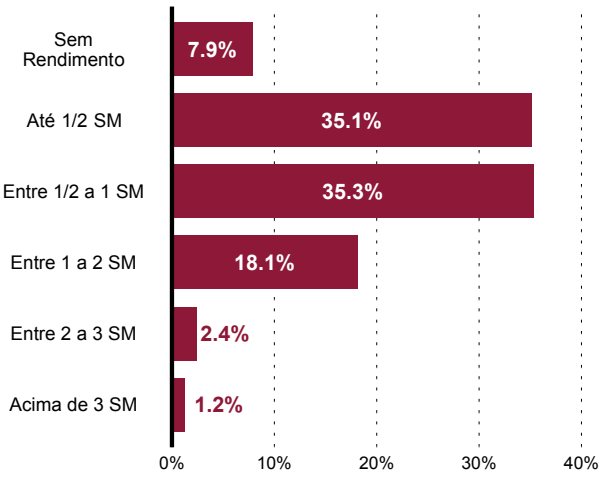


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos marcadores de vulnerabilidade socioeconômica apresentados anteriormente, o rendimento per capita de 78,3% da população que vive na área de influência é inferior a um salário-mínimo, caracterizando situação de pobreza (The World Bank, 2025).

Somente 3,6% das pessoas possuem rendimentos superiores a dois salários-mínimos.

Gráfico 20: Perfil de renda das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

No ano de 2021, foram registradas

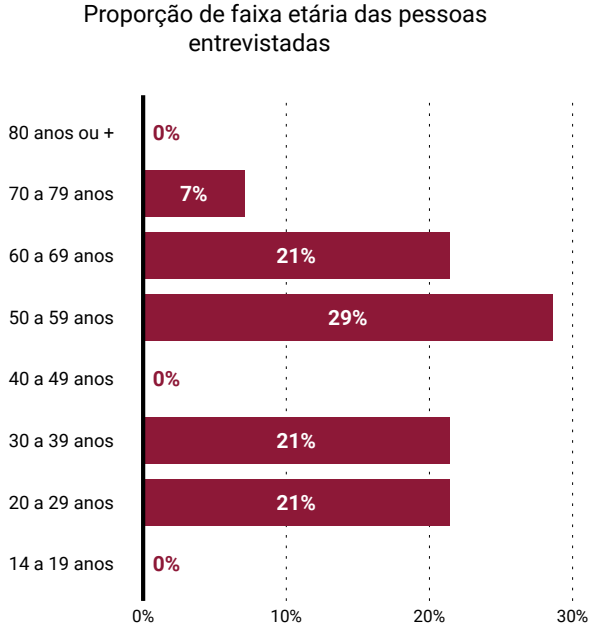
110.814 *pessoas frequentando o Parque Jardim Prainha*

Em 2022, foram registradas

102.546 *pessoas*

Dentre as pessoas entrevistadas que frequentam o parque, houve predomínio de adultos de 50 a 59 anos.

Gráfico 21: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque



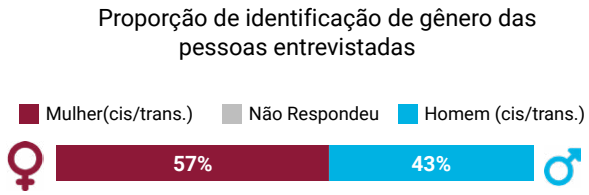
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Apesar da população na área de influência apresentar um equilíbrio entre homens e mulheres, foram entrevistadas mais mulheres frequentando o parque.



Esse resultado pode indicar que há uma maior apropriação do parque por mulheres.

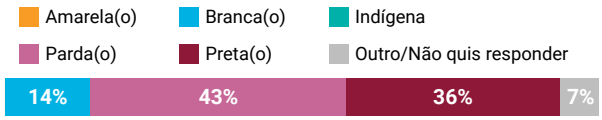
Gráfico 22: Gênero das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça, 79% das pessoas entrevistadas se declararam pretas ou pardas, percentual superior ao perfil da população que vive na área de influência.

Gráfico 23: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Jardim Prainha se caracteriza pela alta situação de vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais e por pessoas vivendo em situação de pobreza (78,3% da população);

2. Há o predomínio de crianças e jovens de 0 a 19 anos vivendo na área de influência;

3. A condição da morfologia urbana do parque resulta em somente um acesso ao parque através de via local estreita e sem calçamento, o que faz com que as pessoas desconheçam a existência do parque.

3.2 Acessibilidade

O primeiro indicador analisado para avaliar a acessibilidade do Parque Jardim Prainha refere-se às infraestruturas de deslocamento existentes em sua área de influência. Esse indicador, representado no mapa a seguir (Mapa 10), inclui o levantamento do sistema cicloviário, bem como a cobertura do transporte público, considerando estações de metrô, terminais de trem e de ônibus, além de pontos de ônibus.

Em relação aos sistemas de transporte público, a área de influência do parque não conta com estações de metrô, terminais de trem, de ônibus ou hidroviários. Há apenas quatro pontos de ônibus, que atendem uma única linha, evidenciando a baixa cobertura do transporte coletivo na região. Ainda, embora fora da área de influência, a região do parque conta com o recém-inaugurado sistema de transporte hidroviário, o qual conta com dois terminais, em operação desde maio de 2024, interligando o Parque Linear Cantinho do Céu e o Parque Mar Paulista – Bruno Covas. O sistema configura um potencial de conexão do Parque Jardim Prainha às regiões do Grajaú, Pedreira e Cocaia, caso seja implementado ali um terminal hidroviário futuramente.

Essa deficiência na oferta de transporte público restringe as opções de deslocamento urbano para quem vive na área de influência, além de dificultar tanto o acesso dessas pessoas ao parque quanto a integração do espaço com o restante da cidade. Parte das ruas do bairro não tem a largura ou condições de manobrabilidade suficiente para o trânsito de ônibus. Em relação ao transporte individual, não existe estacionamento gratuito no acesso ao parque, algo que foi indicado na Seção 2 Processo participativo como um aspecto negativo.



Quanto ao sistema cicloviário, não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, limitando o acesso de ciclistas.



A área de influência do parque possui

47%

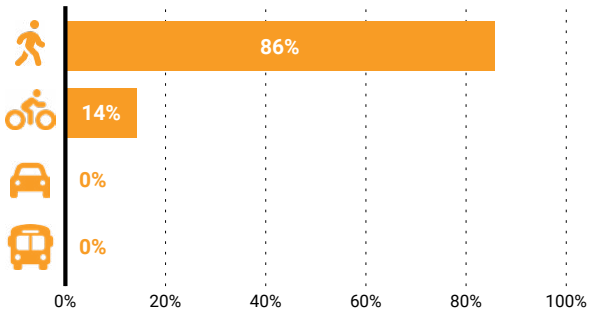
das suas calçadas com larguras adequadas à caminhabilidade.

Os dados indicam que 53% das calçadas do entorno não atendem à legislação de acessibilidade. Segundo a Seção 3.1 Caracterização urbana da área de influência, a morfologia urbana do núcleo mais próximo ao parque é de vias estreitas e, em alguns casos sem calçadas. Diante dessa limitação física, as vias são compartilhadas entre diferentes modais e pedestres, podendo representar uma ampliação da calçada, mas que não garante a acessibilidade e a segurança do pedestre.

Além das condições físicas de acessibilidade no entorno, as pessoas participantes dos processos participativos descritos na Seção 2 Processo participativo relataram a falta de sinalização adequada. Foi informado que poucas pessoas dentro do bairro sabem onde fica a entrada do parque e que não há nenhuma sinalização no entorno que indique sua localização, limitando o acesso. Conforme levantado em entrevistas realizadas durante a oficina aberta em outubro de 2024, a grande maioria das pessoas que acessam o parque (86%) chegam a pé.

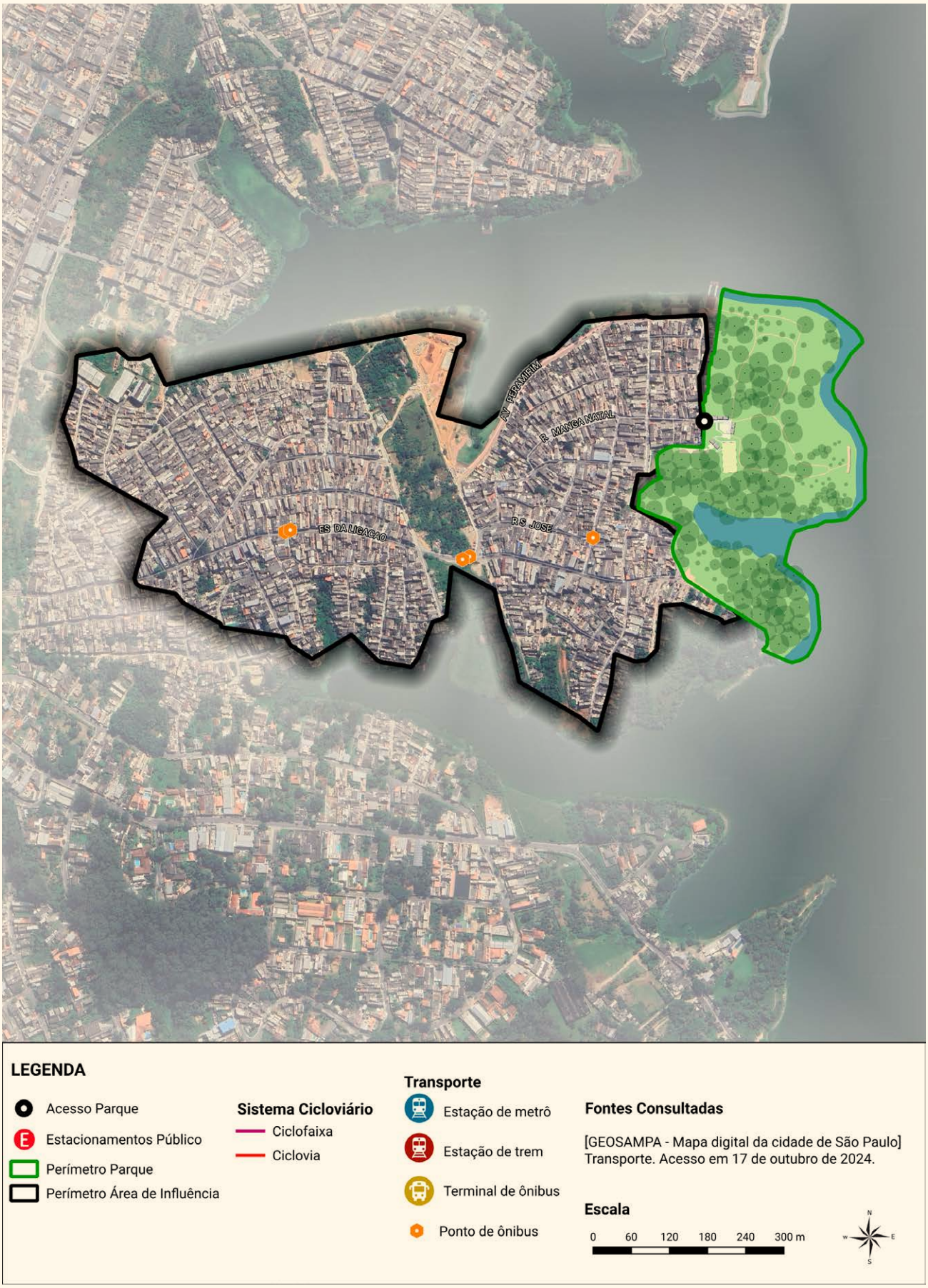
Gráfico 24: Meio de locomoção das pessoas usuárias no parque

Proporção das respostas das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Mapa 10: Mapa de identificação dos modos de deslocamento



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

A bicicleta é o segundo meio de locomoção mais utilizado para acessar o parque, com 14% das pessoas entrevistadas optando por esse modal. Esse dado indica que mesmo sem as infraestruturas necessárias para o acesso seguro, algumas pessoas optam por esse modal, possivelmente pelo formato de uso compartilhado das ruas.

Outro indicador que avalia a qualidade da acessibilidade universal no Parque Jardim Prainha é a identificação de elementos de acessibilidade na portaria de acesso ao parque. A Figura 45 contém representações do único acesso, localizado na Rua Manfraz, com a indicação as infraestruturas presentes e ausentes.

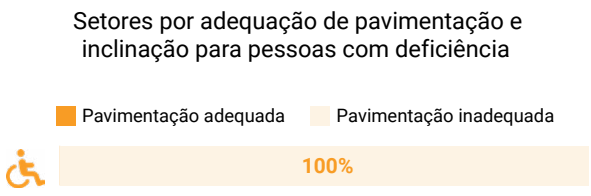
O acesso possui calçamento e largura adequada. Contudo, não atende a alguns parâmetros de acessibilidade como inclinação e piso tátil para acessibilidade universal.



Sendo assim, o acesso é classificado como parcialmente adequado para a circulação segura e inclusiva de pedestres.

Outro aspecto essencial da acessibilidade do Parque Jardim Prainha é sua adequação entre os setores internos do parque ao uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

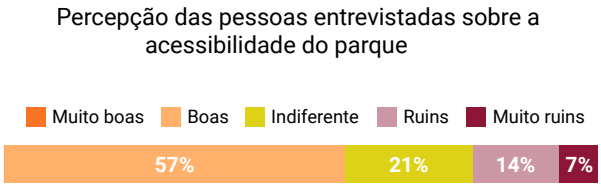
Gráfico 25: Acessibilidade nos setores do parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Diante das observações realizadas no parque, verificou-se que todos os setores apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal. Por outro lado, o Gráfico 26 mostra que 57% das pessoas entrevistadas na oficina aberta percebem a acessibilidade interna do parque como boa, enquanto 21% são indiferentes. Esse percentual supera os 14% que consideram a acessibilidade ruim e os 7% que a avaliam como muito ruim.

Gráfico 26: Percepção de acessibilidade pelo público



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. A oferta de transporte público via terrestre é insuficiente, restringindo as opções de deslocamento urbano para quem vive na área de influência e dificultando tanto o acesso ao parque quanto sua integração com o restante da cidade. Há potencial para conexão com o sistema de transporte hidroviário;

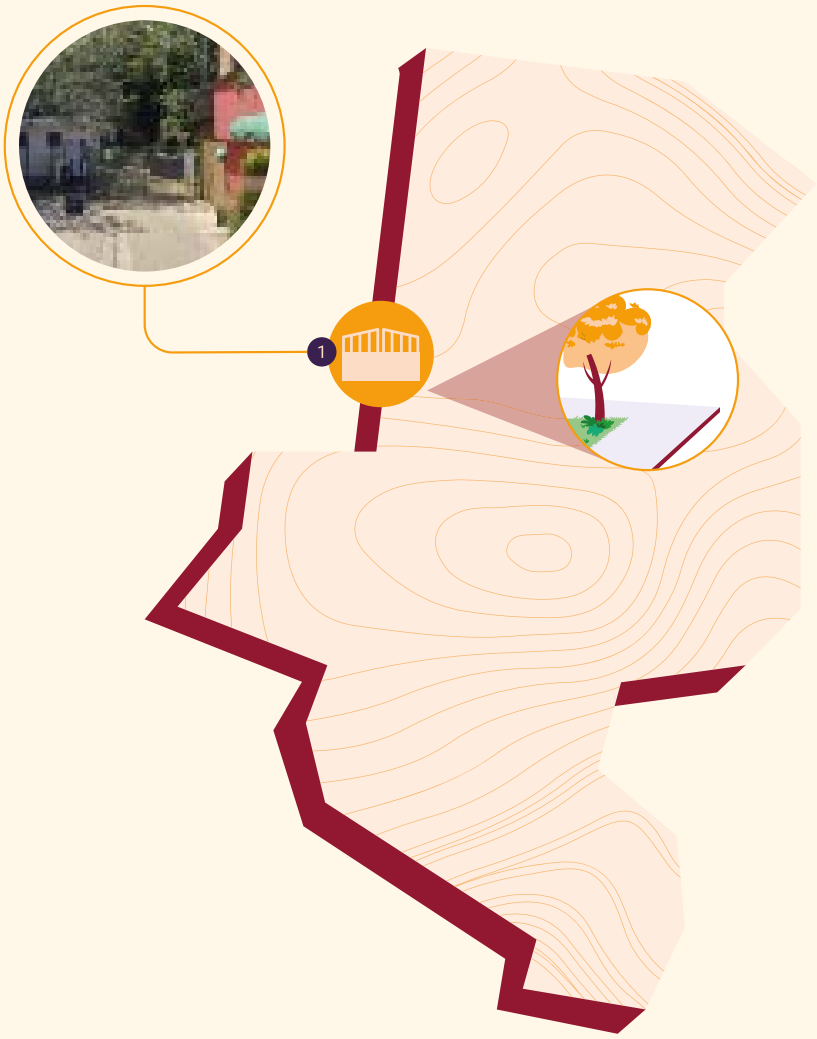
2. Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência;

3. No entorno do parque, 53% das calçadas não atendem à legislação de acessibilidade. Contudo, o caráter morfológico urbano que resulta em regiões com vias compartilhadas pode representar uma ampliação da calçada, porém, sem garantia de acessibilidade e segurança;

4. O único acesso ao parque é classificado como parcialmente adequado para a circulação segura e inclusiva de pedestres;

5. Todos os setores internos do parque analisados apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.

Figura 45: Ilustração do acesso do Parque Jardim Prainha



INFRAESTRUTURAS DO ACESSO

Infraestruturas do acesso 01:

- ✗ Presença de sinal de pedestre;
- ✗ Presença de faixa de pedestre ou lombofaixa;
- ✗ Presença de rampas para cadeira de rodas com design e inclinação corretas;
- ✗ Presença de semáforos com som funcional;
- ✗ Presença de piso tátil;
- ✓ Largura de calçada adequada;
- ✓ Calçada pavimentada;
- ✗ Calçada desobstruída;

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.3 Instalações e mobiliário

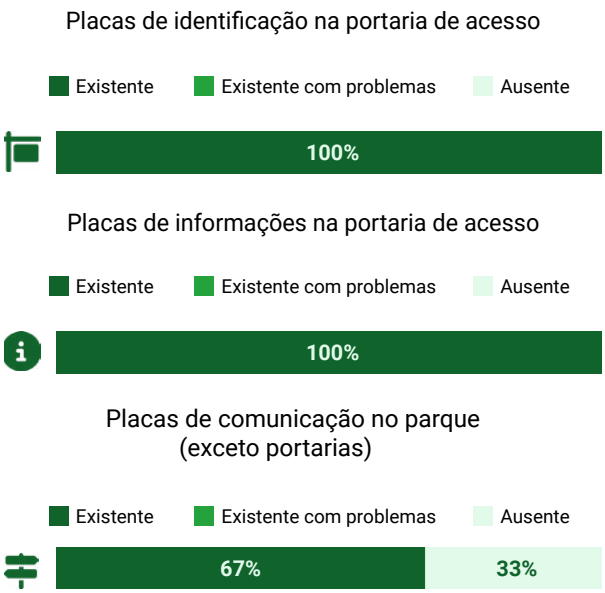
Assim como espaços urbanos podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi realizado o levantamento em campo para analisar a condição dos principais elementos que compõem a infraestrutura do parque.

Conforme a Tabela 7 e Tabela 8, o Parque Jardim Prainha conta com três setores, dos quais um é dedicado à prática esportiva, um para crianças e bebês, além de um sanitário. Em nenhum dos setores há equipamentos adaptados a pessoas com deficiência. O parque possui projeto desenvolvido que prevê a inclusão de novos setores, manutenção daqueles existentes e adequação das edificações de portaria, sanitários e espaço administrativo. (ver Seção 1.2 Projeto do parque).

Durante a observação dos setores do parque, realizada entre outubro e dezembro de 2023, foi constatado que o parque conta com lixeiras, postes de iluminação e bancos, mas possui somente um bebedouro localizado na área de circulação.

Ambos os equipamentos dos setores avaliados necessitam algum tipo de manutenção. O campo de futebol necessita pequenos reparos relacionados a pintura e adequação de acessibilidade, e o parquinho apresenta problemas de funcionamento em determinados equipamentos. Em relação aos elementos de sinalização, há placas de identificação e informações na portaria, ainda que o interior no parque careça de placas de sinalização em 33% dos setores e áreas de circulação.

Gráfico 27: Caracterização da sinalização no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 7: Avaliação dos setores do parque - Equipamentos e mobiliário

	Nome do setor	Equipamento	Necessita manutenção	Mobiliário
1	Espaço de esporte e lazer 1	Campo de futebol	Sim	● ● ● ● ●
2	Espaço para crianças e bebês 1	Parquinho	Sim	● ● ● ● ●

Legenda: ● Presente ● Ausente

Ilumi-nação | Banco | Lixeira | Bebe-douro | Sinali-zação

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 46: Localização dos setores do Parque Jardim Prainha



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Durante as atividades de participação social (ver Seção 2 Processo participativo) a população reivindicou a ampliação e diversificação do setor de Espaço para crianças e bebês 1, uma vez que afirmam haver muitas crianças no bairro. Uma vez que o perfil etário predominante é de crianças e jovens de 0 a 19 anos, essa demanda deve ser priorizada (ver Seção 3.1.2 Pessoas no parque e área de influência).

Em relação ao sanitário existente, não há acessibilidade universal. Também não são oferecidos chuveiros e vestiários, elementos importantes para fomentar o deslocamento ativo até o parque (ver Seção 3.2 Acessibilidade) e a prática esportiva. Assim como em grande parte dos parques municipais, não há infraestrutura de suporte a pessoas com bebês.

O parque não dispõe de elementos de combate a incêndios e equipamentos de primeiros socorros, apesar de contar infraestrutura de suporte e administrativa capaz de armazenar estes insumos.

Tabela 8: Avaliação dos sanitários do parque

Nome do setor	Acessibilidade	Diferenciação de gênero	Chuveiro	Vestiário público	Sinalização	Trocador infantil
Sanitário 1	✗	●	✗	✗	●	✗

Legenda: ● Presente ✗ Ausente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



O QUE SE DESCOBRIU?

1. Há somente um bebedouro no parque, situado fora dos setores avaliados;

2. Há somente um parquinho, que apresenta problemas de funcionamento em alguns equipamentos;

3. O sanitário não é adequado para pessoas com deficiência e não possui elementos tidos como inclusivos, como chuveiro, vestiário e fraldário

Figura 47: Imagem do setor infantil do Parque Jardim Prainha



© ONU-Habitat Brasil

3.4 Segurança

Para que os parques sejam inclusivos e seguros, especialmente para mulheres e crianças, é essencial avaliar a segurança, considerando ocorrências criminais, vigilância e a percepção das pessoas usuárias.

Os índices de criminalidade no entorno são um fator central na percepção de segurança. Áreas com altos registros de ocorrências tendem a ser estigmatizadas como inseguras, reduzindo a frequência de uso e dificultando a implementação de atividades e programas (Caldeira, 2011).

A análise da criminalidade no entorno do parque foi baseada nos registros de ocorrências, categorizados em roubos, furtos, outros crimes e violência física. O Mapa 11 apresenta a localização e distribuição desses incidentes ao longo de 2023, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de segurança na região.

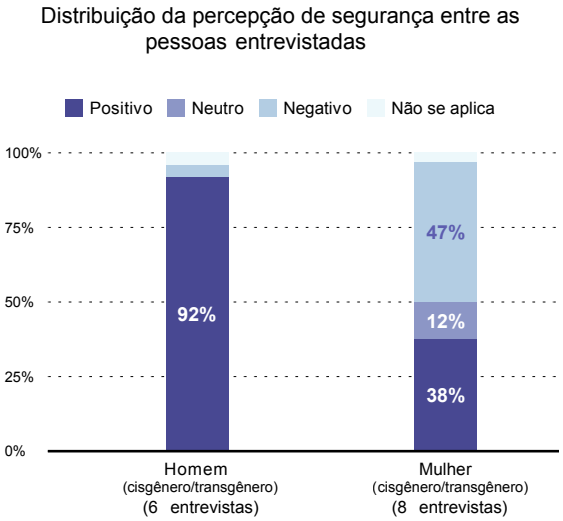
Observa-se uma baixa incidência de registros criminais na área próxima ao perímetro do parque. No entanto, ao longo da Estrada da Ligação — um dos principais acessos à região Jardim Prainha, tanto para o transporte individual quanto para o público, devido à presença de pontos de ônibus, conforme indicado no mapa da Seção 3.2 Acessibilidade — há áreas com registros criminais, incluindo uma região com alta densidade de ocorrências.



A elevada incidência de crimes em uma das principais vias de acesso ao parque indica a existência de áreas de maior risco para quem circula em seu entorno, reforçando a necessidade de priorizar medidas de vigilância nesses locais.

Ao abordar as pessoas frequentadoras do Parque Jardim Prainha sobre sua percepção de segurança em relação ao uso e permanência no espaço, houve uma grande diferença entre os respondentes declarados como homens e as mulheres, como pode-se observar no Gráfico 28.

Gráfico 28: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero



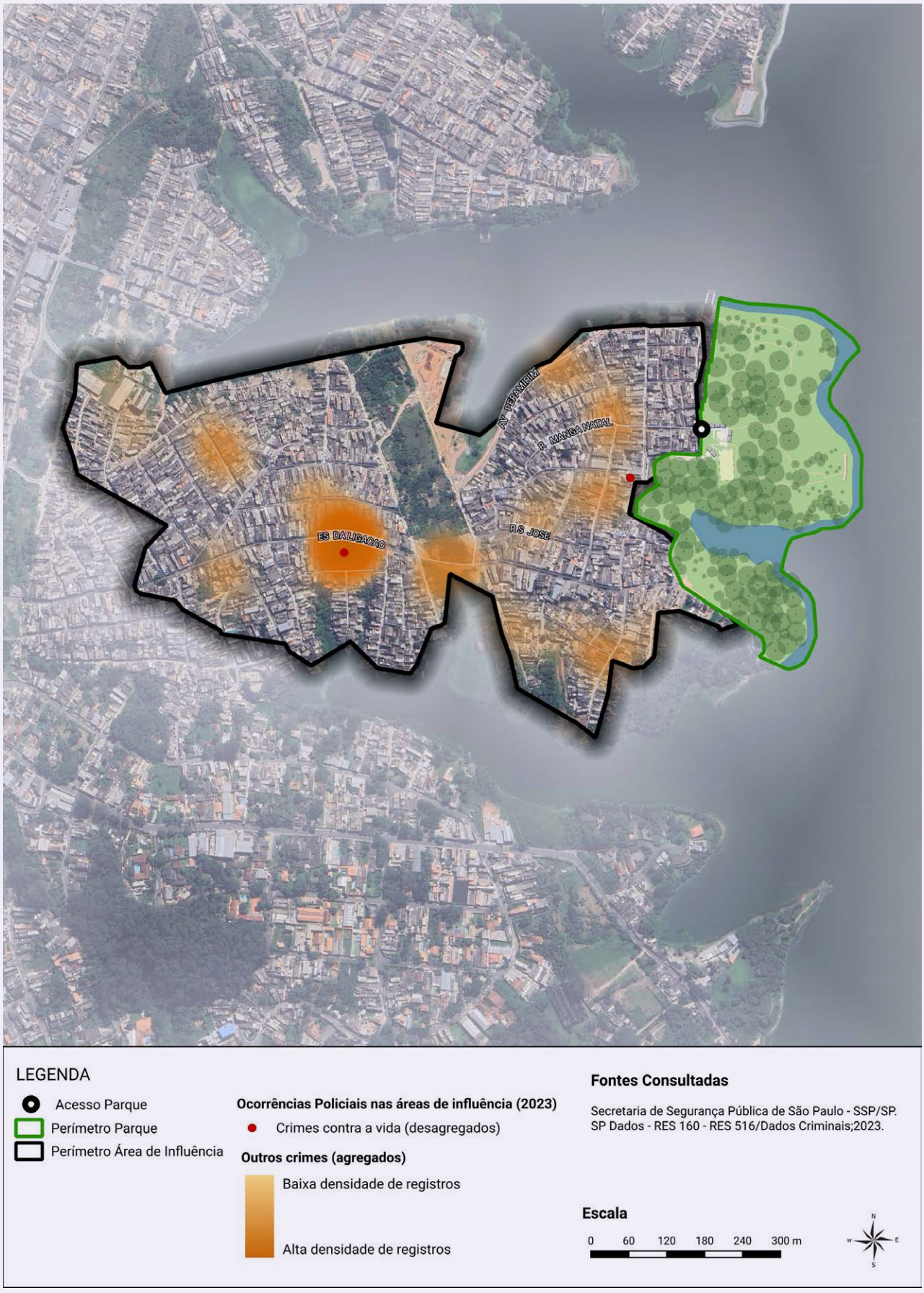
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Enquanto 92% dos homens têm uma sensação de segurança positiva no parque, quase a totalidade dos entrevistados, apenas 38% das mulheres compartilham dessa percepção, totalizando 47% de mulheres com sensação negativa de segurança, e 12% neutras.



Esse dado indica que os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.

Mapa 11: Registro de ocorrências desagregado por tipo



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Ao analisar os locais do parque onde as mulheres se sentem mais inseguras, conforme indicado na Figura 48, destacam-se pontos espalhados pelo perímetro do parque

Muitos dos locais percebidos como inseguros estão na região onde se concentram os equipamentos, área em que os homens também relataram insegurança.

Além dessa região, há registros de sensação de insegurança tanto nas margens do parque quanto em seu interior, reportados por mulheres e homens. Destaca-se, em particular, a área próxima ao mirante, onde exclusivamente homens indicaram insegurança, e o limite norte do parque, onde ambos os grupos relataram essa percepção. Esse ponto foi reforçado na Seção 2 Processo participativo, na qual foi indicado que a região é usada como acesso informal pela represa, que carece de vigilância, sendo, portanto, percebido como inseguro.

A predominância da sensação de insegurança, especialmente entre as mulheres, pode estar associada a diversos fatores, como a ocorrência de atos de vandalismo, incluindo furtos e depredação de equipamentos, além da distribuição irregular de mecanismos de segurança, como câmeras de vigilância e presença de agentes de segurança. Um exemplo disso é a sensação de insegurança no limite norte do parque, onde a ausência de vigilância foi apontada como um problema.

De acordo com a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024), a baixa circulação de pessoas visitantes e funcionárias é um dos principais fatores que contribuem para a sensação de insegurança em parques. Nesse sentido, a falta de vigilância em algumas áreas do parque reforça a hipótese de que a ausência de mecanismos de monitoramento ativo pode estar diretamente relacionada à percepção de insegurança.

A Figura 48, que detalha a distribuição da vigilância no parque, mostra que algumas das áreas sem monitoramento coincidem com aquelas indicadas por homens e mulheres como inseguras, reforçando a relação entre presença de vigilância e sensação de segurança.

Entretanto, mesmo em locais onde há algum nível de vigilância, a percepção de insegurança persiste, sugerindo a necessidade de revisão das medidas adotadas.

Outro fator que impacta a segurança nos parques urbanos é a presença de acessos informais. A Figura 48 identifica alguns desses acessos, que podem representar riscos às pessoas frequentadoras, uma vez que levam a áreas sem vigilância e sem infraestrutura adequada, como pavimentação segura e sinalização. De fato, observa-se que alguns desses acessos estão próximos a pontos já indicados como inseguros, como é o caso do acesso ao norte do parque.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Ao longo da Estrada da Ligação — um dos principais acessos à região do Jardim Prainha — há áreas com registros criminais, incluindo uma de alta densidade de ocorrências;

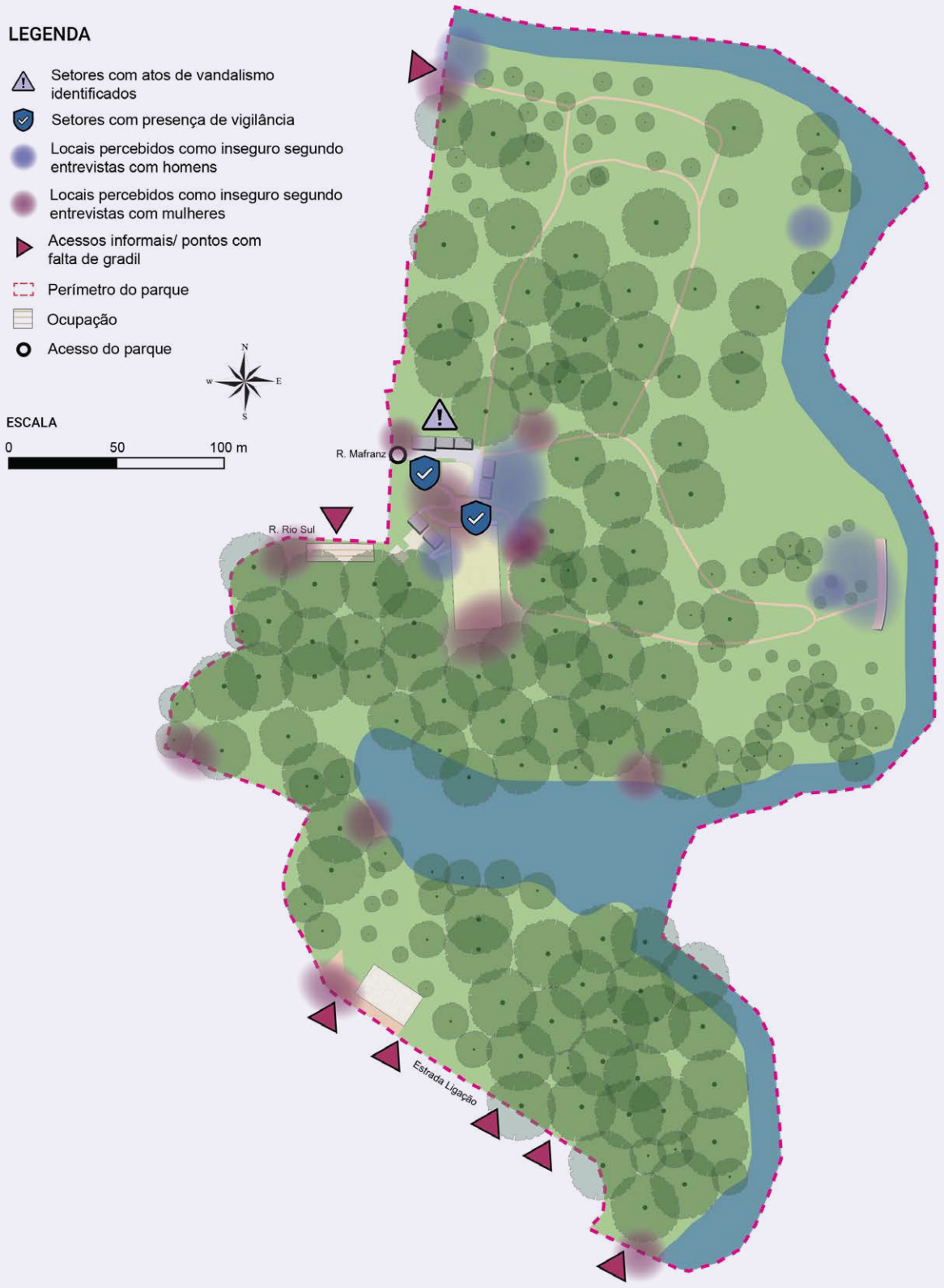
2. Mulheres relatam sentir-se menos seguras no parque em comparação aos homens;

3. Muitos dos locais percebidos como inseguros estão na região onde se concentram equipamentos e pessoas vigilantes, sugerindo a necessidade de revisão das medidas de segurança adotadas;

4. Algumas áreas sem monitoramento coincidem com aquelas indicadas por homens e mulheres como inseguras;

5. O parque possui acessos informais, o que pode representar riscos às pessoas frequentadoras, pois levam a áreas sem vigilância e sem infraestrutura adequada.

Figura 48: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

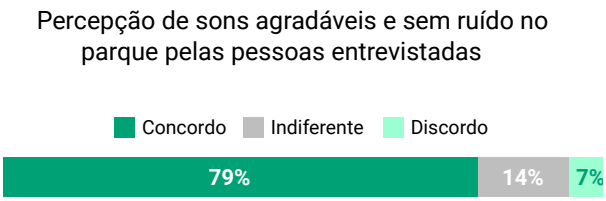
3.5 Conforto e ambiente

A sensação de bem-estar que as pessoas desfrutam dentro dos parques está associada a diversos fatores relacionados à qualidade do ambiente, tais como atenuação da sensação de calor, redução do ruído urbano excessivo e aproximação com a natureza (Semeia, 2021a). Dessa forma, o conceito de conforto ambiental relaciona como os aspectos, acústicos, térmicos e naturais interagem com as pessoas em determinado meio (Gehl, 2010).

Com o objetivo de identificar os possíveis elementos que possam comprometer a sensação de bem-estar promovida pelo conforto ambiental, foram realizadas entrevistas para compreender a percepção que as pessoas possuem do Parque Jardim Prainha.

Os baixos níveis de ruído contribuem com a sensação de bem-estar no espaço público e ainda favorecem as interações sociais através de conversas (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque qual a percepção em relação à presença de sons agradáveis. A maioria das pessoas entrevistadas afirmam que o parque é um local livre de ruídos e possui sons agradáveis (79%), o que pode estar relacionado à presença de uma ampla cobertura vegetal, além da proximidade com a represa (ver Seção 3.6 Verde e Azul). Apenas 7% das pessoas discordam dessa percepção positiva em relação ao parque.

Gráfico 29: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A qualidade da limpeza do espaço também pode afetar a sensação de conforto ambiental, além de ser importante na preservação dos parques. Em levantamento técnico em campo, foi identificado um ponto de descarte irregular de lixo (Figura 50). O local identificado está situado afastado da portaria do parque, e não conta com elemento de fechamento (ver Seção 3.4 Segurança).

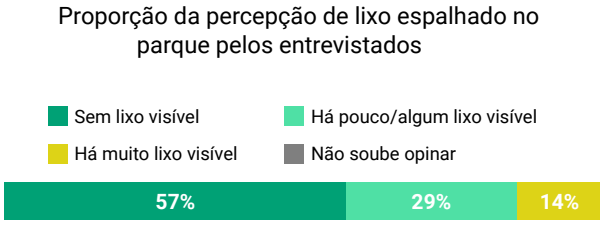
Figura 49: Local de descarte irregular de lixo



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Em entrevista realizada com as pessoas frequentam o parque, menos da metade (43%) afirma identificar a presença de descarte irregular de lixo, seja em pouca ou muita quantidade.

Gráfico 30: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 50: Locais com descarte irregular de lixo identificado



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

O conforto térmico foi avaliado pela presença de elementos de sombreamento, naturais ou artificiais, para proteção do calor extremo e da insolação.

Conforme tabela abaixo, dos dois setores, o Espaço para crianças e bebês 1 possui elementos de sombreamento, enquanto o Espaço de esportes e lazer 1, não conta com elementos de sombreamento. Dada a reduzida quantidade de setores, a promoção de sombreamento se faz fundamental.

Tabela 4: Presença de estruturas de sombreamento nos setores

	Nome do setor	Sombras
1	Espaço de esporte e lazer 1	
2	Espaço de esporte e lazer 2	
Legenda:	ausente	presente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

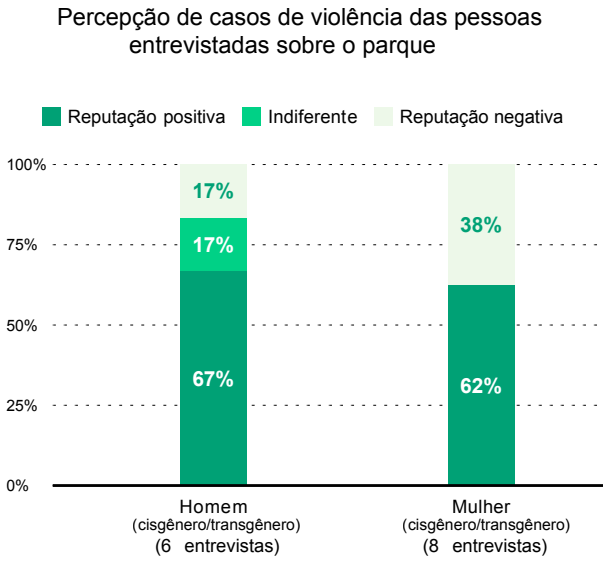
Além dos elementos físicos que possam comprometer a sensação de bem-estar no parque, a reputação que o espaço possui na comunidade onde está inserido é fundamental para a garantia de uma devida apropriação social. O conhecimento da percepção das pessoas sobre o espaço também permite ao poder público conhecer as diferentes visões de mundo em relação ao parque e aos territórios em questão, criando a oportunidade de considerar essas contribuições sempre que houver viabilidade para implementá-las (Semeia, 2023).

Dessa forma, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque se já ouviram notícias ou relatos de situações de insegurança que aconteceram no parque (Gráfico 31). Das pessoas entrevistadas, mais da metade reporta uma reputação positiva do parque em sua comunidade, ainda que esse percentual seja menor por parte das mulheres.



Junto com os resultados avaliados na dimensão de Segurança (ver Seção 3.4 Segurança), é possível identificar que a promoção de uma maior percepção de segurança é um ponto a ser priorizado no Parque Jardim Prainha.

Gráfico 31: Reputação do parque por gênero



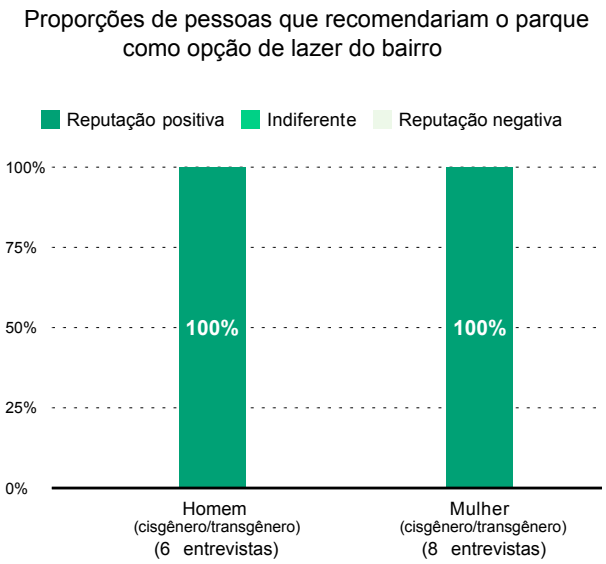
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Também foi perguntado às pessoas se elas recomendariam o parque enquanto opção de lazer do bairro. Todas as pessoas entrevistadas afirmam que recomendariam o parque em sua comunidade.



O resultado sugere que há uma reputação positiva em relação à experiência das pessoas que frequentam o Parque Jardim Prainha.

Gráfico 32: Recomendação do parque por gênero



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. **Apesar de contar com somente um ponto de descarte de lixo, há um grande volume descartado, o que reflete na alta percepção da população acerca da existência do descarte;**

2. **Há uma reputação negativa no parque relacionado à percepção de segurança, sobretudo por mulheres;**

3. **É necessário promover sombreamento no Espaço de esportes e lazer 1, uma vez que se trata do único setor para atividade esportiva.**



Figura 51: Registro de oficina técnica com servidores municipais no Parque Jardim Prainha

Fonte: Acervo ONU-Habitat

3.6 Verde e Azul

Conforme apresentado no Capítulo 2 Proposta metodológica, a avaliação na escala da bacia hidrográfica é fundamental para a compreensão da dinâmica ecológica e conectividade do parque com seu entorno. O Parque Jardim Prainha integra a Área de Contribuição (AC) Direta de Escoamento Difuso - Varginha/Cocaia, tendo como bacia principal a do Reservatório Billings. As áreas de contribuição direta, ou bacias intermediárias, estão localizadas nas planícies aluviais dos principais rios do município, sendo classificadas conforme a tendência do escoamento – se difuso ou se melhor drenado. A AC Varginha/Cocaia abrange uma área de 6,28 km². No Mapa 12 é possível observar a presença de nascentes no entorno do parque, porém não em seu perímetro. O parque está às margens da Represa Billings, a qual foi bastante mencionada nos processos participativos com relação ao estado poluído de suas águas.

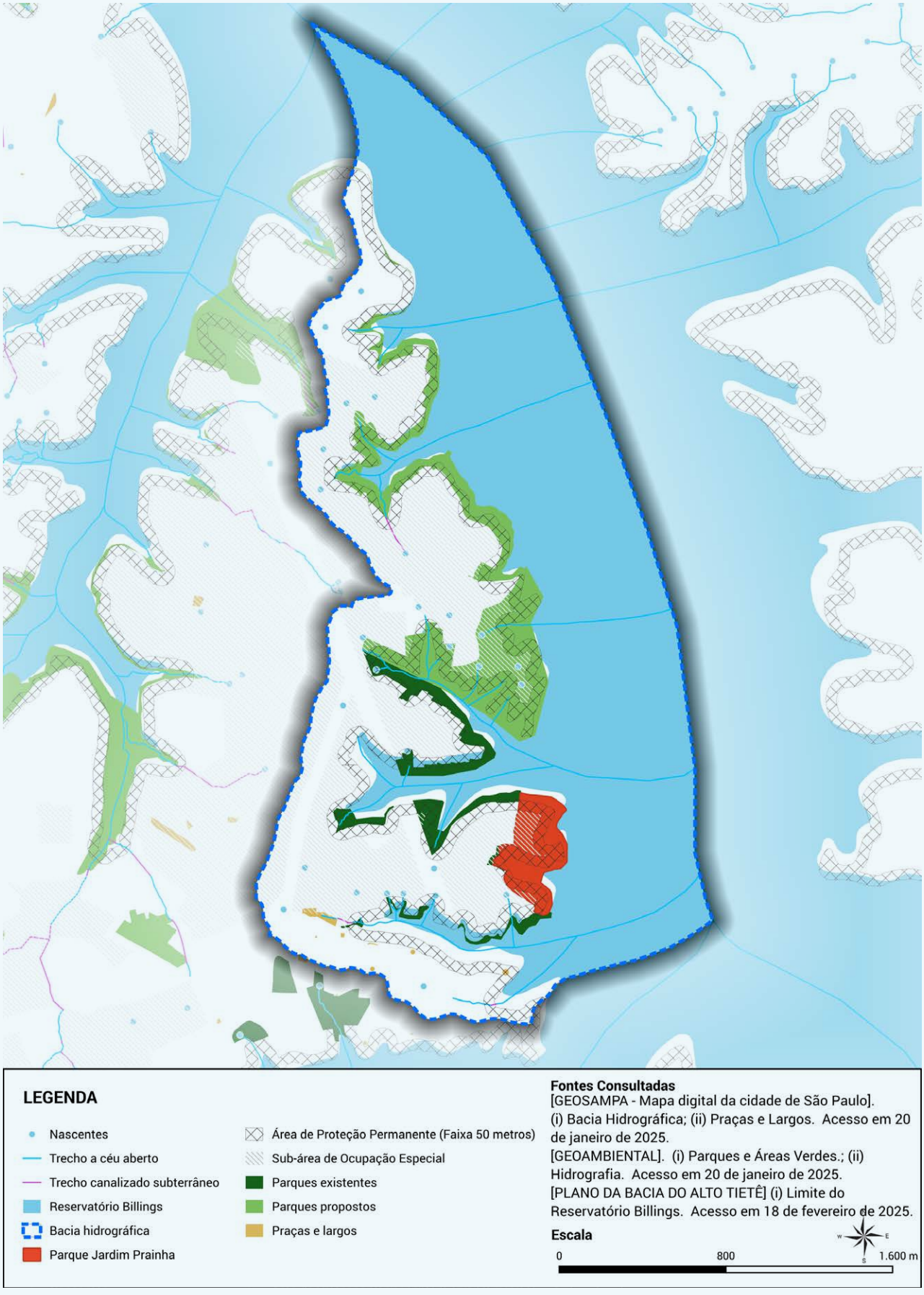
O parque está inserido na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – APRM-B (São Paulo, 2009), nas seguintes áreas de intervenção:

- **Área de Ocupação Dirigida (AOD), na Sub-área de Ocupação Especial (SOE):** compreende a porção central e um trecho norte do perímetro do parque, onde estão hoje os principais equipamentos e infraestrutura de visitação. A SOE é definida como área prioritária para implantação de habitação de interesse social e de equipamentos urbanos e sociais, com destaque para as diretrizes previstas desta área para a promoção da recuperação ambiental e urbana, priorizando a implantação de infraestrutura sanitária e reurbanização de favelas;.
- **Área de Restrição à Ocupação (ARO):** compreende faixa de 50 m do limite oeste do parque, referente à Área de Preservação Permanente. São admitidos na ARO atividades de recreação e lazer, educação ambiental e pesquisa científica, desde que não causem impacto ambiental significativo; instalações dos sistemas de drenagem, abastecimento de água, coleta, tratamento e afastamento de cargas poluidoras, quando essenciais para o controle e a recuperação da qualidade das águas; intervenções de interesse social em ocupações pré-existentes em áreas urbanas, para fins de recuperação ambiental e melhoria das condições de habitabilidade, saúde pública e qualidade das águas, desde que incluídas em PRIS e acompanhadas de mecanismos de controle de expansão, adensamento e manutenção das intervenções; instalação de equipamentos removíveis, tais como palcos, quiosques e sanitários, para dar suporte a eventos de caráter temporário; manejo sustentável da vegetação.

As áreas citadas estão representadas no Mapa 12. É importante atentar aos parâmetros urbanísticos destacados nos artigos 27 e 28 da lei, bem como às demais diretrizes dispostas na mesma e que estejam relacionadas às intervenções e usos do parque. Segundo o PLANPAVEL (São Paulo, 2022), os parques de orla, como o Parque Jardim Prainha, possuem funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos. Apesar de não constar diretamente no Plano de Ação da Subprefeitura da Capela do Socorro, o perímetro do parque está inserido no Perímetro de Ação ID 255 – Península do Cocaia (São Paulo, 2016), o qual destaca que as áreas livres da região sofrem com a pressão da ocupação urbana e visa, dentre os objetivos, promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d´água, das áreas verdes e revitalização de áreas degradadas e contaminadas.

Das diretrizes que se relacionam diretamente com o parque, destaca-se a promoção da requalificação das bordas da Billings, promovendo uma ligação entre as comunidades ribeirinhas à represa; criar articulações entre os equipamentos existentes; incremento de arborização do entorno; contenção do avanço das construções com instalação de parques e equipamentos ao longo da orla; viabilização de melhorias na Estrada da Ligação (uma das vias de acesso ao parque), priorizando os pedestres.

Mapa 12: Parques, áreas verdes e drenagem da Área de Contribuição Direta de Escoamento Difuso - Varginha/Cocaia, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

O Plano de Ação (São Paulo, 2016) ressalta também a continuidade das ações do Programa Mananciais no território, promovido pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Dentre as iniciativas do programa na região destaca-se as obras de urbanização do bairro Cantinho do Céu e implementação do parque linear de mesmo nome, bem como do Parque Linear Prainha – Núcleo Pabreu, que configura uma ampliação da área do Parque Jardim Prainha. As áreas do Núcleo Pabreu foram inauguradas em 2025, no entorno das quais também foram realizadas obras de urbanização.

Ainda através do Programa Mananciais, no Cantinho do Céu foi firmada uma parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado (SABESP) para ampliação da rede de esgoto, ligação da rede de água e obras de saneamento básico na região da Represa Billings, ações que impactam diretamente nos objetivos para preservação dos cursos hídricos da bacia.



Dessa forma, observa-se a necessidade de maior articulação com a Subprefeitura da Capela do Socorro e outras secretarias para a realização de melhorias no entorno do parque, ampliação e conectividade de suas áreas verdes, bem como para as ações de despoluição da Represa Billings e preservação de suas margens.

É possível observar, no Mapa 12, a conexão entre as áreas recém-inauguradas do Núcleo Pabreu, do Parque Jardim Prainha e de um dos trechos do Parque Linear Cantinho do Céu, o qual se estende por toda a orla até encontrar o parque proposto no PDE (2023) Adolfo Souza Duarte – "Ferrugem". A conexão entre os parques e áreas verdes do território é fundamental não apenas para o controle da ocupação das bordas da represa e preservação de suas margens, mas também para garantir a manutenção da biodiversidade. Ainda, é fundamental garantir a conexão física entre os parques para uso da população e melhoria em sua acessibilidade, conforme indicado na Seção 3.2 Acessibilidade, inclusive via transporte hidroviário, cujo projeto-piloto foi implementado em 2024. Nos processos participativos houve a demanda de implementação de uma estação do transporte aquático no Parque Jardim Prainha.

Já o Mapa 13 apresenta o potencial de conectividade do parque, na escala da Sub-bacia hidrográfica em que está inserido. A avaliação pautou-se nos indicadores do BIOSAMPA (São Paulo, 2023), índice desenvolvido a partir da metodologia do "Índice de Biodiversidade da Cidade" - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities' Biodiversity*, principal estudo de biodiversidade na cidade de São Paulo.

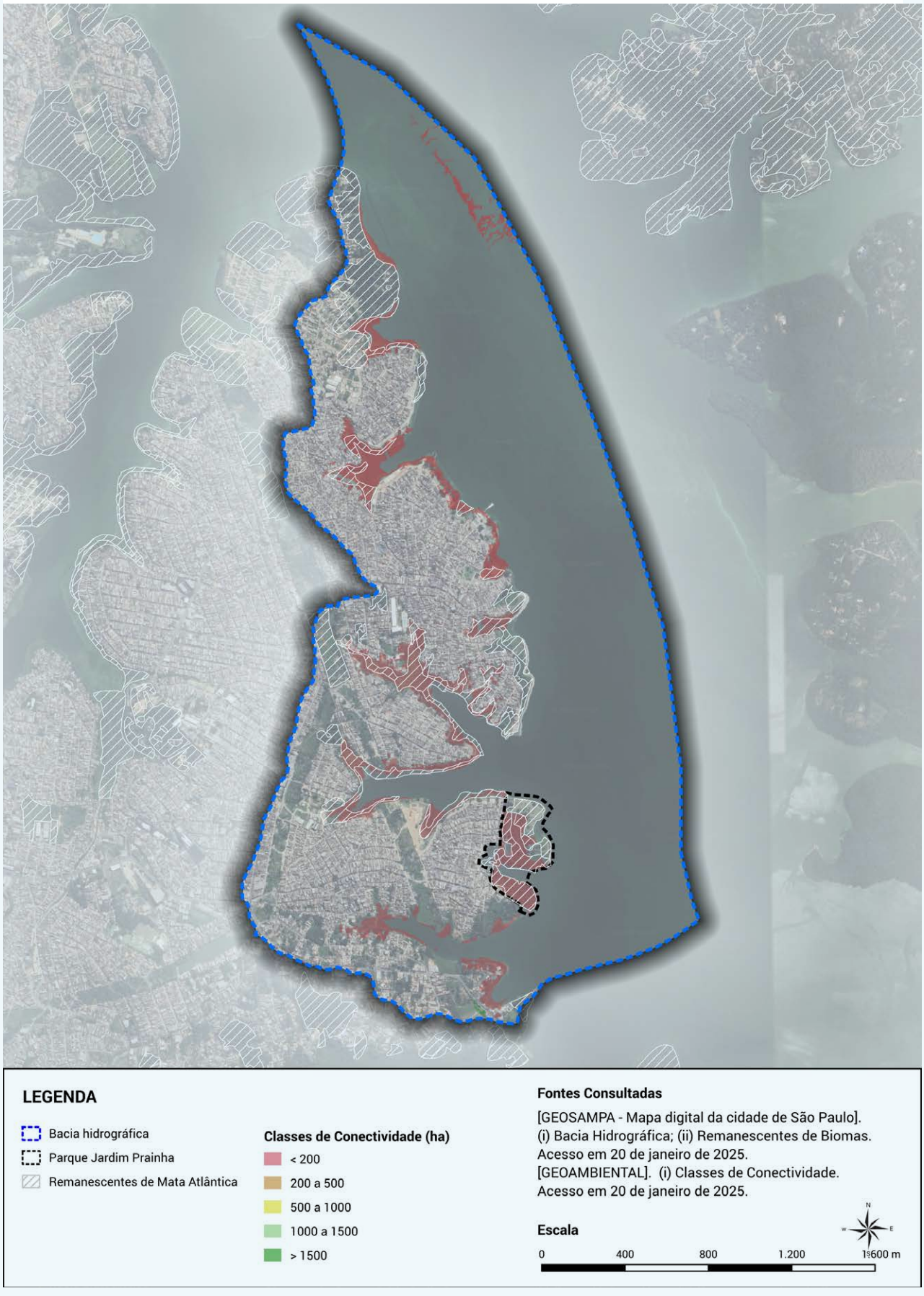


Nota-se que o Parque Jardim Prainha, assim como os demais parques e áreas verdes da Sub-bacia, apresentam a classificação mais baixa de conectividade.

É importante notar que no perímetro do parque e em seu entorno há presença de remanescentes de Mata Atlântica, os quais coincidem com as áreas de parques existentes e propostos. A pouca oferta de parques e áreas verdes implementados no entorno ressalta a necessidade de preservar a área do parque e reforçar o local como equipamento de lazer e de relevância ambiental. Da mesma forma, observa-se a necessidade de implementar estratégias no entorno desses espaços verdes que garantam recursos e conectividade e seu uso pela fauna silvestre.

Os registros de fauna nativa e a mudança no número de espécies de plantas vasculares são um dos indicadores principais do BIOSAMPA para avaliar a biodiversidade no território. Os dados da última publicação do índice são de 2023 e apresentam que o Parque Jardim Prainha possui 170 espécies vasculares de flora catalogadas, incluindo o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) ameaçados de extinção, correspondendo a 4,62% do total de espécies catalogadas em São Paulo (São Paulo, 2024).

Mapa 13: Potencial de conectividade do Parque Jardim Prainha



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Já o Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo indica 55 espécies de fauna nativa autóctone / nativa do Brasil catalogadas, correspondendo a 4,27% do total catalogado no município, sendo 3 espécies endêmicas da Mata Atlântica, dentre as 225 catalogadas no município (São Paulo, 2024). Para que o índice se mantenha alto, é essencial o trabalho de controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação e do levantamento e registro das espécies no parque.

Outro importante aspecto de análise trazido pelo BIOSAMPA são os indicadores relacionados aos serviços ecossistêmicos. Áreas verdes, como o Parque Jardim Prainha, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, por vezes desconhecidos e subvalorizados. De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), são considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas. Dentre os benefícios estão a melhoria do clima, da qualidade do ar, controle das enchentes e oferta de lugares para lazer e contato com a natureza. Os indicadores de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são: controle da água, impacto das plantas no clima e no frescor, além de atividades educativas e recreativas em parques naturais. Conforme o relatório de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo, a Região Sul apresenta um bom resultado referente aos serviços ecossistêmicos prestados pelos parques da região, atrás somente da região norte (ONU-Habitat, 2024).

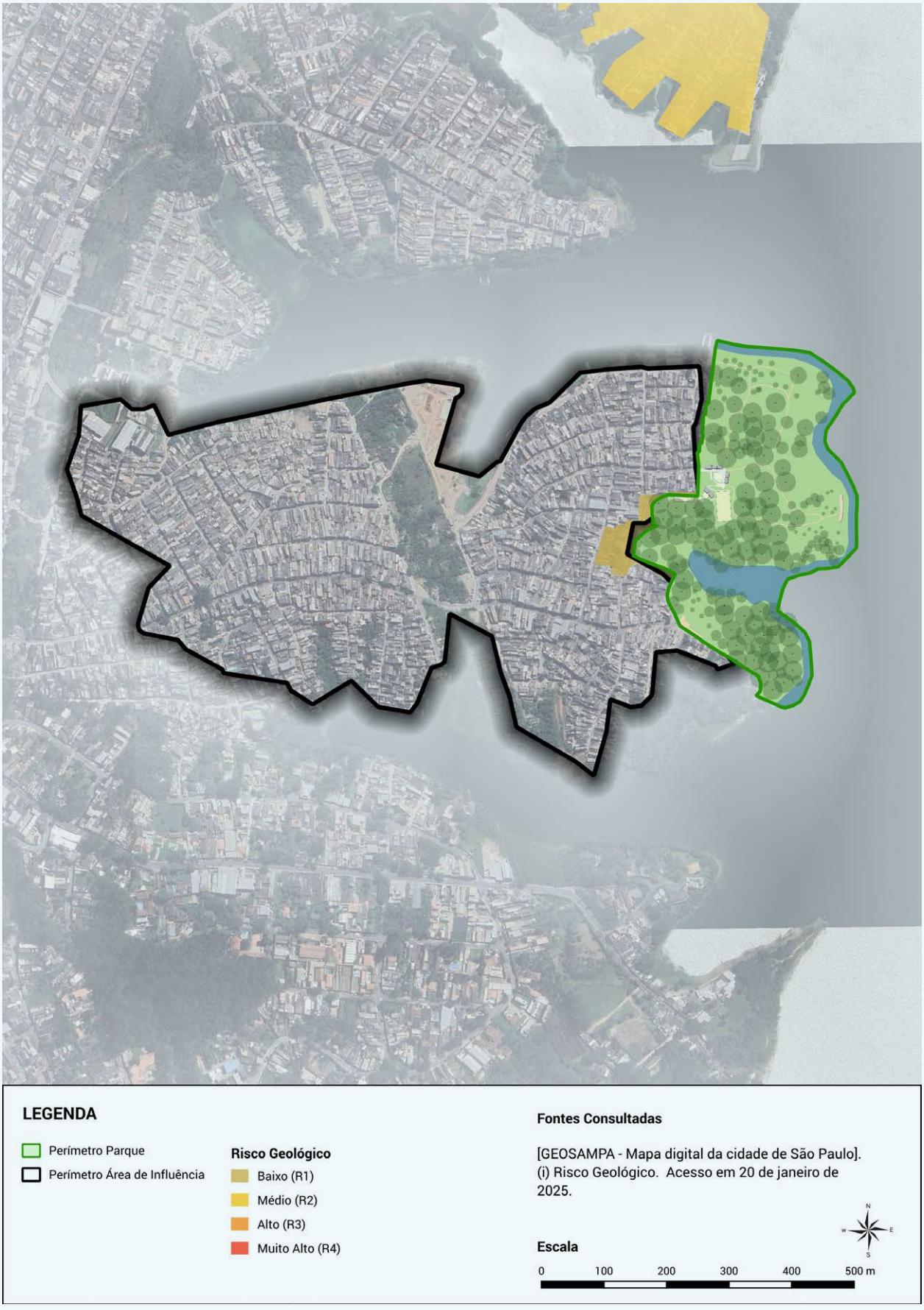
Em entrevistas às pessoas frequentadoras do parque durante a oficina aberta, das 14 pessoas entrevistadas, 13 consideram o ar do parque limpo e agradável (93%), sendo citado como principal motivo a sensação de menos poluição ou ar mais saudável (54%), seguido de frescor (31%). Ainda com relação ao processo participativo, foram apontadas algumas observações das pessoas frequentadoras acerca dos serviços ecossistêmicos, como a existência de trilhas para aproximação da natureza e maior contato com animais, como aves e peixes. Apesar de ser considerado o único local de lazer no bairro, ainda há a falta de equipamentos de lazer e programação de atividades em geral. Em conjunto com as informações obtidas na análise de conforto e ambiente, os dados reforçam a necessidade de ações para melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados pelo parque frente a seu potencial e demanda da população frequentadora.

Na escala de análise mais ampla, segundo dados do GeoSampa, é possível observar uma área de risco geológico na área de influência do parque, na divisa com seu perímetro oeste, conforme indicado no Mapa 14. Trata-se de uma área de risco geológico R1 (baixo), associado ao risco de escorregamento.

Já na escala do parque, existem estratégias que podem aumentar sua sustentabilidade e sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foram mapeadas as seguintes medidas incorporadas nos espaços construídos do parque: presença de elementos de energia solar ou censória (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, entre outros); presença de coleta seletiva; presença de compostagem; presença de coletor de água pluvial ou sistema de filtragem de água; presença de estratégias relacionadas à agricultura urbana (como banco de sementes, horta comunitária, viveiros, estufas, meliponia, aproveitamento de resíduos de poda). A Figura 52 apresenta os resultados para o Parque Jardim Prainha, onde é possível verificar que, das medidas investigadas, o parque incorpora a composteira, uma horta para fins de educação ambiental de uso interno, além de reaproveitamento de resíduos de poda.

Adotar tecnologias sustentáveis, pode reforçar a relevância do parque na mitigação dos riscos naturais e climáticos, e fazer com que se tornem modelos de referência e ofereçam suporte às comunidades do entorno, servindo como exemplos de boas práticas e refúgios climáticos. Além disso, a adoção de práticas e estratégias sustentáveis podem dar suporte às medidas de conservação e manejo de seus atributos naturais.

Mapa 14: Áreas de risco geológico e hidrológico no parque e área de influência



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 52: Estratégias de mitigação no Parque Jardim Prainha



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Nos processos participativos ressaltou-se que a horta necessita de manejo e recuperação. Também foi apontada a oportunidade de plantio de jardim medicinal, devido ao histórico do parque.

Na Figura 53 é possível verificar a relação entre as áreas impermeáveis ou sem vegetação significativa e as áreas verdes do parque, sobrepostas aos elementos hídricos (córregos e nascente). Conforme os dados de vegetação significativa do GeoSampa (2023), a taxa de cobertura verde do parque é de 79,67%, o que significa que mais da metade de sua área é ocupada por vegetação, em sua maioria de média a alta cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva e ou arborescente. Vale destacar que, próximo do mirante e em alguns trechos das trilhas onde não há cobertura de vegetação, há ocorrência de processo erosivo. Também foi verificado, em campo, a necessidade de estruturação da trilha até a contemplação da represa (área da "prainha") para maior segurança das pessoas e controle dos processos erosivos, caso a mesma se mantenha aberta à visitação.

Nos processos participativos foi destacada a presença da área verde e arborização do parque, tal como sua paisagem cênica. Em termos de manutenção da vegetação, foi identificado que é realizada duas vezes por semana.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. O parque é relevante no sistema de drenagem da região: integra a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção. Deve seguir as diretrizes da APRM-B;

2. Há oportunidade de articulação com a Subprefeitura da Capela do Socorro, com a SEHAB/Mananciais, com a SABESP e com a SPTrans para realização de melhorias no entorno e no próprio parque, visando, principalmente, a melhoria na acessibilidade (com potencial de inclusão no sistema de transporte hidroviário) e na despoluição dos corpos hídricos;

3. Há potencial de conectividade entre as áreas previstas para ampliação do parque e as áreas já existentes, reforçando a importância de preservação dos atributos verdes e azuis do parque para manutenção da biodiversidade e preservação das margens da represa;

4. Há uma área potencial para ampliação do parque (Área 04), na porção sul do território;

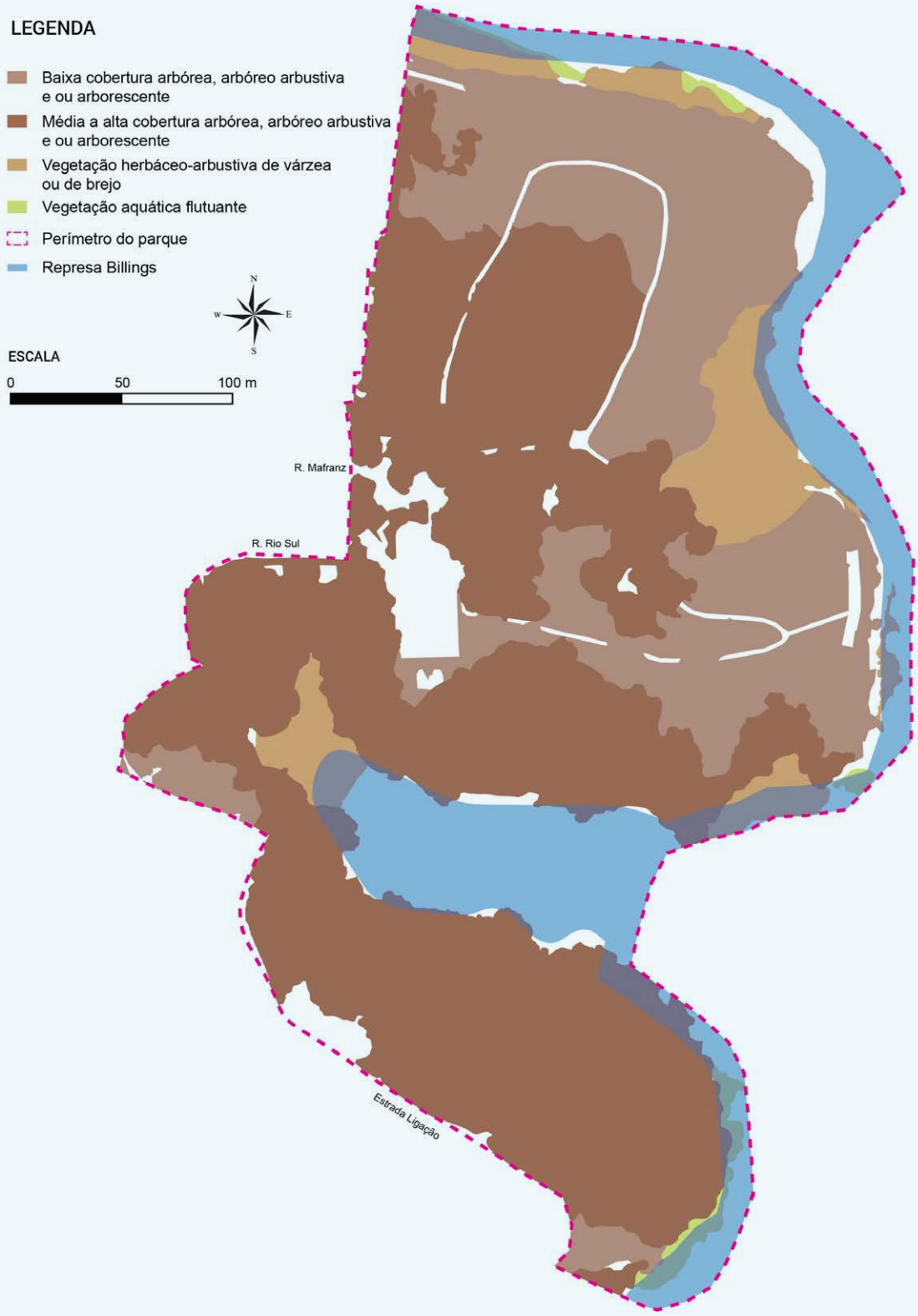
5. É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, melhorar seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático;

6. Há uma área de risco geológico R1 no limite oeste do parque;

7. O parque adota composteira, horta e reaproveitamento de resíduos de poda como estratégias sustentáveis e tem potencial para melhorar as existentes e implementar outras tecnologias;

8. Há áreas destinadas ao uso público que estão com processo erosivo.

Figura 53: Vegetação significativa presente no parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.7 Governança

Dentro da análise de governança que compreende os usos parque e sua área de influência, a tabela abaixo sistematiza os dados obtidos através da investigação dos seus indicadores.

Usos do parque e área de influência	
Indicador	**Dado**
Distribuição dos equipamentos públicos na área de influência	Assistência social: 0 Cultura: 0 Saúde: 0 Educação: 0 Esportes: 0
Presença de atividades inclusivas no espaço em parceria com o poder público	Não existem
Presença de atividades organizadas pela governança local e pela comunidade	Não existem
Presença de atividades econômicas formais e informais	Não existem



Conforme dados da tabela apresentada, não existem equipamentos públicos distribuídos na área de influência do Parque Jardim Prainha (ver Mapa 15).

Somada à precária acessibilidade da região, conforme analisado na Seção 3.2 Acessibilidade, infere-se que a comunidade Jardim Prainha tem acesso limitado a atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde. A carência de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço estratégico para fomentar essas atividades, suprindo parte das necessidades da população local, que dispõe de oferta restrita desses serviços.

Durante o período de avaliação (outubro de 2024), a gestão do Parque Jardim Prainha informou que não há atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias. Essa ausência de articulação intersecretarial destaca a importância de estabelecer colaborações com órgãos como as Secretarias de Cultura, Esportes e Educação, possibilitando a implementação de programas que respondam às carências locais e às demandas comunitárias.

Além disso, não foram identificadas atividades organizadas pela governança local ou pela comunidade dentro do parque.

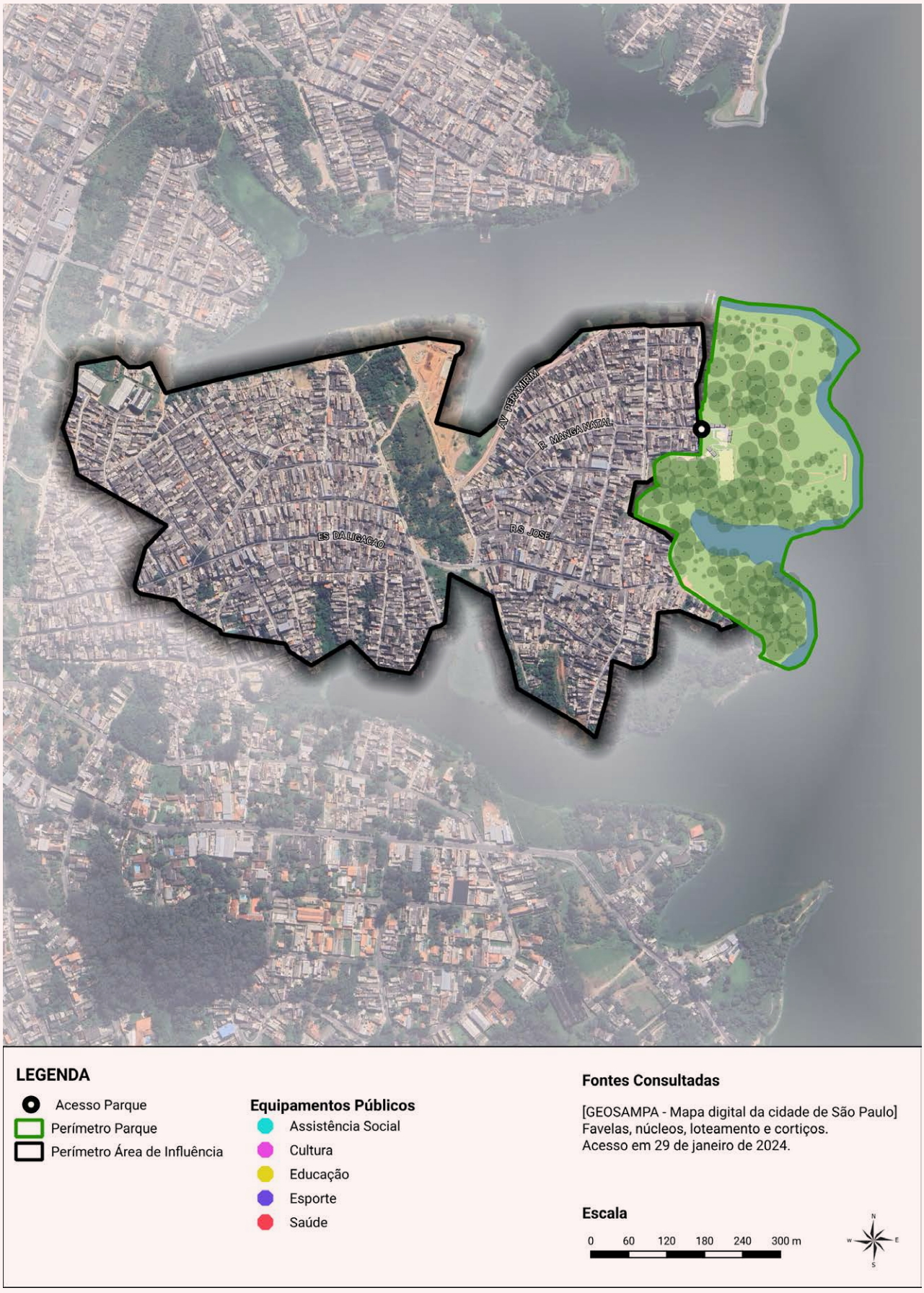


Essa falta de apropriação sugere um distanciamento da população, o que pode contribuir para a ausência de um sentimento de pertencimento entre as pessoas moradoras do entorno.

Por fim, não há registro de atividades econômicas formais ou informais no parque, como a venda de bebidas e alimentos, feiras ou quiosques.



Mapa 15: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Jardim Prainha



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

A avaliação dos aspectos de governança do Parque Jardim Prainha incluiu a análise de indicadores relacionados à governança comunitária, com o objetivo de compreender se, e como os moradores do entorno se envolvem na gestão do parque, a existência de associações ou grupos representativos no bairro e região, e a realização de atividades promovidas pela comunidade no local.

A investigação da governança comunitária é fundamental para entender o nível de apropriação local, que, quando ocorre, contribui para que o parque seja utilizado de forma mais frequente e responsiva pela comunidade. Essa apropriação fortalece o cuidado e a vitalidade do espaço, além de auxiliar na gestão e na reivindicação de demandas e desejos coletivos (Laboratório Arq. futuro e Diagonal, 2023). Um parque apropriado de maneira inclusiva e responsável promove o bem-estar comunitário e reforça seu papel como um espaço público acessível a todas as pessoas (UNOPS e Semeia, 2019)

Governança comunitária	
Indicador	**Dado**
Mapeamento das associações e organizações do entorno	Time de futebol Monte Verde; Associação do Jardim Prainha; Associação Monte Verde.
Existência e funcionamento do conselho gestor	Existente, porém inativo.
Nível de conhecimento comunitário sobre o conselho gestor e mecanismos participativos	79% das pessoas entrevistadas não sabem da existência do conselho gestor 57% das pessoas entrevistadas sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque

A participante do grupo de capacitação da sociedade civil que representa o parque identificou algumas associações sediadas em suas proximidades, com destaque para a Monte Verde. No entanto, a interação dessas entidades com o parque é limitada, restringindo-se principalmente ao uso da quadra por grupos de futebol.



Em relação ao conselho gestor, embora se trate de um órgão eleito, atualmente está inativo.

A baixa apropriação comunitária do parque reflete diretamente na fragilidade da governança local. No entanto, esse cenário também sugere uma possível falta de aproximação entre a gestão do parque e a comunidade, o que pode contribuir para esse distanciamento e para a falta de informação entre frequentadores e moradores do entorno.

Essa falta de proximidade foi apontada pelas pessoas participantes dos processos participativos descritos na Seção 2 Processo participativo. Um dos pontos negativos identificados foi a ausência de incentivo por parte da gestão para a atuação do conselho gestor, o que pode ter contribuído para sua inatividade e para a baixa adesão da comunidade.

Esse quadro se reflete nos dados coletados: 79% das pessoas entrevistadas desconheciam o que é um conselho gestor, e 57% afirmaram sentir falta de um canal para debater sobre o parque. Isso evidencia uma carência de informação sobre o papel do conselho, sua importância e as formas de participação disponíveis.

Com relação à equipe operacional, a pessoa gestora do Parque Jardim Prainha também é responsável pelo Parque Linear Cantinho do Céu e pelo Parque Cantinho do Céu.



A administração simultânea de três parques pode resultar em um acompanhamento mais distante, já que o gestor precisa dividir suas responsabilidades entre ambos os espaços.

Equipe operacional		
Indicador		**Dado**
Dados sobre o gestor	Perfil	
	Número de parques que administra	Parque Jardim Prainha; Parque Linear Cantinho do Céu; Parque Cantinho do Céu.
	Presença de administração no parque	Sim.
Número de pessoas funcionárias dedicados à segurança, desagregado por gênero.		22, 2 moto-ronda e 5 mulheres.
Número de pessoas funcionárias de manutenção desagregado por gênero		Cinco, uma mulher.

Segundo a Coordenação de Gestão de Colegiados da SVMA (CGC), a pessoa gestora, por estar mais próxima das questões locais e cotidianas, deveria atuar na integração e divulgação comunitária das atividades do parque e do conselho gestor, além de promover espaços de debate público. No entanto, ao administrar mais de um parque, há o acúmulo de outras demandas urgentes, o que pode levar a um afastamento em relação às questões do Parque Jardim Prainha e limitar seu envolvimento com a comunidade.

A falta de comunicação com a população foi identificada como um dos principais entraves à governança comunitária. Além disso, durante as oficinas participativas, a comunidade indicou que a gestão atual acaba priorizando os outros parques em detrimento ao Jardim Prainha.

Dessa forma, é possível observar que diversas limitações estão diretamente relacionadas à ausência de uma gestão mais próxima e exclusiva para o espaço. A equipe de segurança do parque é composta por 22 agentes, sendo cinco mulheres e dois realizam a vigilância por meio de moto-ronda Como foi observado na Seção 3.4 Segurança, existem alguns setores do parque que trazem grande insegurança às pessoas frequentadoras, sendo alguns deles próximos a regiões que foram observadas a presença de vigilância. Esses dados indicam a necessidade de novas medidas de segurança, com ênfase na implementação de uma vigilância ativa e contínua do espaço público.

Já com relação à equipe de manutenção, ela é composta por cinco pessoas funcionárias, sendo apenas uma mulher.



Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Não há equipamentos públicos distribuídos na área de influência do Parque Jardim Prainha;

2. O parque não conta com atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias;

3. A apropriação comunitária do parque é baixa, o que impacta diretamente a governança local;

4. O conselho gestor, apesar de ser um órgão eleito, atualmente não está em atividade;

5. Há indícios de falta de aproximação entre a gestão do parque e a comunidade, o que pode contribuir para a ausência de incentivo à atuação do conselho gestor e para o baixo engajamento comunitário de forma geral;

6. As mulheres têm baixa representatividade no quadro de pessoas funcionárias do parque.

4. Diagnóstico das dimensões

Com base na avaliação do Parque Jardim Prainha, realizada por meio da investigação de sete dimensões, o diagnóstico apresenta a sistematização das principais descobertas em cada dimensão.

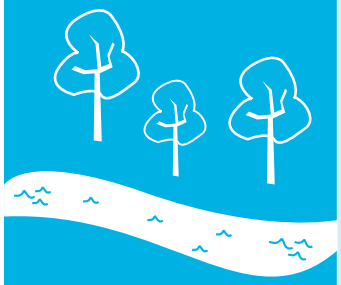
	Principais descobertas do Parque Jardim Prainha
Pessoas no parque e área de influência 	Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Jardim Prainha se caracteriza pela alta situação de vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais e por pessoas vivendo em situação de pobreza (78,3% da população). A condição da morfologia urbana do parque resulta em somente um acesso ao parque através de via local estreita e sem calçamento, o que faz com que muitas pessoas desconheçam a existência do parque. Há o predomínio de crianças e jovens de 0 a 19 anos vivendo na área de influência.
Acessibilidade 	A oferta de transporte público via terrestre é insuficiente, restringindo as opções de deslocamento urbano para quem vive na área de influência e dificultando tanto o acesso ao parque quanto sua integração com o restante da cidade. Há potencial para conexão com o sistema de transporte hidroviário. Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência. No entorno do parque, 53% das calçadas não atendem à legislação de acessibilidade. Contudo, o caráter morfológico urbano que resulta em regiões com vias compartilhadas pode representar uma ampliação da calçada, porém, sem garantia de acessibilidade e segurança. O único acesso ao parque é classificado como apenas parcialmente adequado para a circulação segura e inclusiva de pedestres. Todos os setores analisados no interior do parque apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.
Instalações e mobiliário 	Há somente um bebedouro no parque, situado fora dos setores avaliados. Há somente um parquinho, que apresenta problemas de funcionamento em alguns equipamentos. O sanitário não é adequado para pessoas com deficiência e não possui elementos tidos como inclusivos, como chuveiro, vestiário e fraldário.
Segurança 	Ao longo da Estrada da Ligação — um dos principais acessos à região do Jardim Prainha — há áreas com registros criminais, incluindo uma de alta densidade de ocorrências. Mulheres relatam sentir-se menos seguras no parque em comparação aos homens. Muitos dos locais percebidos como inseguros estão na região onde se concentram equipamentos e pessoas vigilantes, sugerindo a necessidade de revisão das medidas de segurança adotadas. Algumas áreas sem monitoramento coincidem com aquelas indicadas por homens e mulheres como inseguras. O parque possui acessos informais, o que pode representar riscos às pessoas frequentadoras, pois levam a áreas sem vigilância e sem infraestrutura adequada.

Conforto e ambiente



- Apesar de contar com somente um ponto de descarte de lixo, há um grande volume e alta percepção da população acerca da existência do descarte.
- Há uma reputação negativa no parque relacionado à percepção de segurança, sobretudo por mulheres.

Ambiente verde e azul



- O parque é relevante no sistema de drenagem da região: integra a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção. Deve seguir as diretrizes da APRM-B.
- Há oportunidade de articulação com a Subprefeitura da Capela do Socorro, com a SEHAB/Mananciais, com a SABESP e com a SPTrans para realização de melhorias no entorno e no próprio parque, visando, principalmente, a melhoria na acessibilidade (com potencial de inclusão no sistema de transporte hidroviário) e na despoluição dos corpos hídricos.
- Há potencial de conectividade entre as áreas previstas para ampliação do Parque Jardim Prainha e as áreas já existentes, reforçando a importância de preservação dos atributos verdes e azuis do parque para manutenção da biodiversidade e preservação das margens da represa.
- Há uma área potencial para ampliação do parque (Área 04), na porção sul do território.
- É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, melhorar seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático.
- Há uma área de risco geológico R1 no limite oeste do parque.
- O parque adota composteira, horta e reaproveitamento de resíduos de poda como estratégias sustentáveis e tem potencial para melhorar as existentes e implementar outras tecnologias.
- Há áreas destinadas ao uso público que estão com processo erosivo.

Governança



- Não há equipamentos públicos distribuídos na área de influência do Parque Jardim Prainha
- O parque não conta com atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias.
- A apropriação comunitária do parque é baixa, o que impacta diretamente a governança local.
- O conselho gestor, apesar de ser um órgão eleito, atualmente não está em atividade.
- Há indícios de falta de aproximação entre a gestão do parque e a comunidade, o que pode contribuir para a ausência de incentivo à atuação do conselho gestor e para o baixo engajamento comunitário de forma geral.
- As mulheres têm baixa representatividade no quadro de pessoas funcionárias do parque.

5. Recomendações

Para a definição das recomendações para o Parque Jardim Prainha foram compilados todos os elementos de diagnóstico obtidos via processos participativos, incluindo os quatro grupos (*ver* Seção 2: Processo participativo), junto com o diagnóstico das dimensões (*ver* Seção 4: Diagnóstico das dimensões), resultado da aplicação dos indicadores da Avaliação Específica de Espaços Públicos. Posteriormente, foi feita a verificação se o projeto já desenvolvido para o parque contempla cada uma das recomendações propostas.

Em algumas das recomendações foram inseridos os desejos de futuro, que se referem a ações, propostas ou aspirações advindas do processo participativo (ver Seção 2.2: Principais Contribuições) e que demandam um estudo de viabilidade. Os desejos de futuro também compreendem recomendações não previstas no projeto desenvolvido para o parque, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente.

As recomendações foram organizadas em três eixos, relacionados à natureza da ação necessária: **gestão do parque, projeto de intervenção e articulação institucional**, definido da seguinte forma:

- **Gestão do parque:** apresenta os elementos de diagnóstico e recomendações específicas para o parque avaliado e que são de responsabilidade ou deverão ser articuladas pela pessoa gestora do parque. Estão relacionadas, sobretudo, ao manejo e atividades cotidianas do parque;
- **Projeto de intervenção:** relacionado ao diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações e que requerem, portanto, recursos para o desenvolvimento de projeto e implementação;
- **Articulação institucional:** engloba o diagnóstico e recomendações que demandam ações intersecretariais ou de responsabilidade de outro setor externo à SVMA. Também apresenta diretrizes na escala da cidade, **algumas das quais são aplicáveis a todos os parques**. As ações necessárias para implementação das recomendações do eixo de *Articulação Institucional* serão apresentadas em relatório específico de *Estratégias e Recomendações Políticas para a Cidade*.

Em cada eixo, os elementos do diagnóstico foram classificados dentro das sete dimensões da Avaliação e aborda tanto aspectos referentes ao interior do parque, quanto à área de influência e à bacia hidrográfica na qual o parque está inserido. É importante ressaltar que, tão importante quanto a realização de melhorias no interior do parque, é a adequação de sua área de influência, que deve ser entendida como uma extensão do parque e que é fundamental para a garantia de maior acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público.

Legenda

Pessoas no parque e área de influência | Acessibilidade | Instalações e mobiliário | Segurança | Conforto e ambiente | Ambiente verde e azul | Governança

Descrição	Fonte	Recorte Espacial	Atendido no projeto existente?	Código	Recomendações
GESTÃO DO PARQUE					
A condição da morfologia urbana do parque resulta em somente um acesso ao parque através de via local estreita e sem calçamento, o que faz com que muitas pessoas desconheçam a existência do parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	N/a	R01	Desenvolver estratégia de divulgação comunitária junto a associações e organizações do entorno.

A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças e jovens.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	**R02**	Desenvolver atividades periódicas, seguindo recomendação R56, com o objetivo de atender à diversidade de perfis no parque considerando pessoas idosas, mulheres, crianças e jovens, fomentando atividades já existentes e aproveitando a infraestrutura construída para abrigar novas atividades.
De acordo com as pessoas frequentadoras, predomina o futebol e a presença masculina vinculada a esse único esporte no parque.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	**R03**	Aumentar a frequência do festival feminino e ampliar o quadro permanente de atividades direcionadas a mulheres e meninas.
De acordo com as pessoas frequentadoras, há prática de pesca no local.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	**R04**	Verificar junto à SVMA a determinação acerca dessa atividade e incluir em projeto de comunicação (R31) as regras.
As mulheres relatam se sentir mais inseguras no parque em comparação aos homens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R05**	Incluir mulheres nos debates sobre a governança do parque, permitindo que identifiquem e informem os aspectos que tornam o espaço mais inseguro para esse público.
				R06	Implementar políticas de igualdade de gênero na composição dos quadros de pessoas funcionárias do parque.
Muitos dos locais percebidos como inseguros estão na região onde se concentram equipamentos e pessoas vigilantes, sugerindo a necessidade de revisão das medidas de segurança adotadas.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R07**	Ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – priorizando áreas com maior sensação de insegurança e incidência de assaltos.
Algumas áreas sem monitoramento coincidem com aquelas indicadas por homens e mulheres como inseguras.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	N/a		
Há o predomínio de uma reputação negativa do parque, segundo as pessoas entrevistadas e frequentadoras do local.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a		
Apesar de contar com somente um ponto de descarte de lixo, há um grande volume e alta percepção da população acerca dessa prática.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R08**	Estabelecer cronograma de limpeza e manejo fixos, implementar ações de educação ambiental e elementos de sinalização para conscientização (vide recomendação R31).
Falta de manejo dos formigueiros e colmeias.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a		
O parque possui importância estratégica no sistema de drenagem da região, por fazer parte da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R09**	Realizar atividades regulares de conservação, limpeza e manejo das margens da represa para o equilíbrio ambiental da região, incluindo a verificação da qualidade da água.
				R10	Implementar recomendação R31 com foco na questão de descarte de resíduos na represa.
				R11	As intervenções no parque devem estar em consonância com as diretrizes para APRM-B.

É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	R12	Aumentar os índices de biodiversidade, através do controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação dos atributos naturais e do levantamento e registro das espécies no parque.
				R13	Realizar atividades regulares de conservação, limpeza e manejo dos atributos verdes e da vegetação em geral do parque.
				R14	Implementar recomendação R02.
Há processos erosivos nos corpos hídricos e áreas de visitação do parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	N/a	R15	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão. Realizar medidas para sua correção.
				R16	Propor soluções para minimizar a exposição do solo e conter a erosão verificada no mirante e na trilha de acesso à represa.
Há poucas atividades regulares no parque, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, há desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R17	Estabelecer uma grade semanal de atividades regulares seguindo as recomendações R02 e R56.
Faltam estratégias de gestão voltadas ao engajamento da comunidade do entorno do parque, o que compromete o fortalecimento comunitário e enfraquece a governança participativa.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R18	A gestão deve oferecer incentivos para grupos da sociedade civil e entidades realizarem atividades regulares no parque de segunda a sexta-feira, em especial as organizadas por mulheres e/ou tendo mulheres como público-alvo. Esses incentivos podem incluir a participação em projetos remunerados da prefeitura, além de apoio financeiro e logístico para fortalecer e ampliar as iniciativas desenvolvidas.
As pessoas frequentadoras indicam que artistas locais poderiam realizar atividades no parque.	Participativo	Perímetro do parque	N/a		
O conselho gestor, apesar de ser um órgão eleito, atualmente não está em atividade.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R19	Fortalecer o vínculo entre a gestão do parque e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária. Essas ações incluem a organização de encontros, cursos e capacitações promovidos em parceria com a CGC e a gestão do parque, com o objetivo de incentivar a articulação comunitária, apropriação comunitária do espaço e a participação ativa no conselho gestor.
Faltam estratégias de gestão voltadas ao engajamento da comunidade do entorno do parque, o que compromete o fortalecimento comunitário e enfraquece a governança participativa.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	N/a		
Falta igualdade de gênero na composição do quadro de equipe de pessoas funcionárias.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R20	Implementar recomendação R6.
PROJETO DE INTERVENÇÃO					
De acordo com as pessoas frequentadoras o parque possui difícil acesso, o que faz com que poucas pessoas do entorno conhecem a entrada do parque	Participativo	Área de influência	Não	R21	Incorporar ao projeto de comunicação estratégias para divulgação do parque, dentro do perímetro e em sua área de influência.

A condição da morfologia urbana do parque resulta em somente um acesso ao parque através de via local estreita e sem calçamento, o que faz com que muitas pessoas desconheçam a existência do parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	Não	**R21**	Incorporar ao projeto de comunicação estratégias para divulgação do parque, dentro do perímetro e em sua área de influência.
De acordo com as pessoas frequentadoras, o parque é o único local de lazer do bairro.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Sim	**R22**	Garantir a diversidade e inclusão dos equipamentos, considerando gênero, faixa etária e deficiência, de forma suprir às necessidades do entorno.
A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças e jovens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente	**R23**	Realizar manutenção, ampliar e diversificar o parquinho. Desenvolver estudo de viabilidade quanto à demanda para criação de novo setor ou incorporar em área futura de ampliação do parque (Área 04) - vide recomendação R54.
Há muitas crianças na área de influência do parque, porém os espaços infantis existentes não cobrem a demanda.	Participativo	Área de influência			
Faltam espaços formais de estacionamento gratuito no parque ou entorno próximo.	Participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente (apenas idosos e PCD)	**R24**	Estudar possibilidades de implementação de estacionamento gratuito no parque.
De acordo com as pessoas frequentadoras, falta acessibilidade nas trilhas.	Participativo	Perímetro do parque	Não	**R25**	Avaliar a viabilidade de integrar vias acessíveis em trechos que proporcionem imersão na natureza, garantindo inclusão sem comprometer a preservação ambiental. Paralelamente, implementar estratégias de comunicação para conscientizar a população sobre os limites da pavimentação em trilhas, equilibrando acessibilidade e conservação do parque.
O único acesso ao parque é classificado como apenas parcialmente adequado para a circulação segura e inclusiva depedestres.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente	**R26**	Requalificar o acesso do parque e seu perímetro adjacente, para que atendam as normas de segurança e acessibilidade universal.
Todos os setores analisados apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente	**R27**	Requalificar os caminhos principais que conectam os diferentes setores do parque, garantindo sua integração ao longo de toda a extensão do parque e sua conformidade com as normas de acessibilidade universal.
De acordo com as pessoas frequentadoras, há potencial para criação de espaços de piquenique no parque.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	**R28**	Garantir em projeto, espaços sombreados, planos e afastados de ruídos para favorecer a prática de piqueniques.
Faltam elementos de sinalização e comunicação no parque, como placas de indicação dos acessos e setores, mapeamento e quadro de avisos, alertas e informações úteis.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	**R29**	Desenvolver plano de comunicação visual para o parque, que deverá conter: sinalização nos setores, advertências e restrições de uso (Ex.: uso obrigatório de coleiras), sinalização de atributos naturais (Ex.: represa), informações de conscientização e educação ambiental (Ex.: identificação das árvores alerta de descarte de lixo).
Há pouca diversidade de equipamentos e instalações esportivas e de saúde.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	**R30**	Instalar novos setores de academia no parque.

Falta acessibilidade nos setores do parque.	Participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente	R31	Garantir a acessibilidade nos setores e equipamentos e criar novos setores. Verificar possibilidade de incorporar novos equipamentos à área de expansão do parque (Área 04) - vide recomendação R54.
Há problemas de drenagem no parque.	Participativo	Perímetro do parque	Não	R32	Implementar infraestrutura de drenagem, sobretudo próximo aos setores e áreas de circulação.
As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.	Participativo	Perímetro do parque	Não	R33	Desenvolver projeto de iluminação nas trilhas que não causa impactos à fauna e flora locais.
Há somente um bebedouro no parque, situado fora dos setores avaliados.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	Parcial-mente	R34	Garantir que todos os setores e áreas de circulação tenham mobiliário urbano, incluindo infraestruturas de sombreamento, natural ou artificial.
Faltam equipamentos e espaços de lazer para adultos, como redários, mesas, quiosques, etc.	Participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente		
Há somente um parquinho, que apresenta problemas de funcionamento em alguns equipamentos.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Sim	R35	Reformar e ampliar o parquinho existente, além de avaliar a viabilidade da criação de novo setor infantil (vide recomendação R54).
Há somente um sanitário e não é adequado para pessoas com deficiência e não possuielementos tidos como inclusivos, como chuveiro, vestiário e fraldário.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente	R36	Realizar manutenção em todos os sanitários e incluir chuveiros, vestiários e garantir que todos os setores de sanitários tenham fraldário que possam ser acessado por qualquer pessoa, independente do gênero.
Faltam mecanismos de proteção, fiscalização e de primeiros socorros na beira da represa.	Participativo	Perímetro do parque	Não	R37	Implementar um posto de vigilância próximo à represa, com suporte à primeiros socorros e afogamento.
Falta gradil em alguns trechos do parque, implicando na possibilidade de acessos informais e fora do horário de funcionamento do parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente	R38	Estudar locais com acesso irregular no perímetro do parque para que seja implementado gradil, ou, se existir uma demanda comunitária, estudar a possibilidade da implementação de um novo acesso.
De acordo com as pessoas frequentadoras, faltam lixeiras mais bem distribuídas pelo parque.	Participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente	R39	Ampliar o número de lixeiras de coleta seletiva e implementar recomendação R31.
Apesar de contar com somente um ponto de descarte de lixo, há um grande volume e alta percepção da população acerca da existência do descarte.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcial-mente		
As pessoas frequentadoras afirmam sentir falta espaços mais lúdicos e coloridos no parque.	Participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente	R40	Incluir o conceito de cor no projeto, através de elementos de cor com a vegetação e com murais dos artistas locais.
O parque conta com poucas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas relacionadas à sua infraestrutura.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Não	R41	Adotar Soluções Baseadas na Natureza (SBN) na resolução de demandas e instalações no parque; além de manter a coleta seletiva e o aproveitamento de resíduos de poda, implementar medidas para gestão hídrica (reaproveitamento de água da chuva, mecanismo de economia

				R41	de água, reuso de águas, filtragem de água); eficiência energética (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, dentre outros mecanismos de economia de energia); gestão de resíduos (separação de resíduos orgânicos); agricultura urbana e drenagem (hortas educativas, viveiros, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, etc).
			Não	R42	Realizar manutenção da horta existente e integrá-la ao programa e atividades de educação ambiental, principalmente voltado às crianças. Estudar plantio de jardim medicinal e criação de viveiro.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL					
Consolidação do Território-Parque - área de influência como limite administrativo para governança compartilhada.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R43	Elaborar e instituir, por meio de portaria intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de planejamento e governança compartilhada entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretariais municipais presentes no território.
A condição da morfologia urbana do parque resulta em somente um acesso ao parque através de via local estreita e sem calçamento, o que faz com que muitas pessoas desconheçam a existência do parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	N/a	R44	Implementar projeto de comunicação externa, incluindo instalação de sinalização dentro da área de influência e divulgação em mídias.
De acordo com as pessoas frequentadoras, há projeto de implantação de usina fotovoltaica na Billings, o que resultaria em impactos visuais e para a biodiversidade.	Participativo	Área de influência	N/a	R45	Verificar se a proposta teve prosseguimento e desenvolver estratégia de comunicação para transparência das informações junto à população.
A oferta de transporte público via terrestre é insuficiente, restringindo as opções de deslocamento urbano para quem vive na área de influência e dificultando tanto o acesso ao parque quanto sua integração com o restante da cidade.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R46	Promover a ampliação da oferta de transporte público terrestre nos bairros adjacentes ao parque, com oferta de linhas (podendo ser ônibus ou micro-ônibus) que conectem os principais equipamentos públicos como escolas, centros esportivos e de saúde com o parque. Avaliar o potencial de adoção de transporte hidroviário.
Faltam ciclovias ou ciclofaixas conectadas aos principais equipamentos e eixos de transporte na área de influência do parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R47	Implementar malha cicloviária no bairro, nas regiões onde a morfologia urbana permite, priorizando os equipamentos de conexão com o parque como escolas, praças, equipamentos esportivos e principais avenidas. Nas regiões onde existe a calçada compartilhada, sinalizar tanto nas vias quanto em placas que existe o uso por bicicletas.

No entorno do parque, 53% das calçadas não atendem à legislação de acessibilidade. Contudo, o caráter morfológico urbano que resulta em regiões com vias compartilhadas pode representar uma ampliação da calçada, porém, sem garantia de acessibilidade e segurança.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R48	Promover a acessibilidade universal das calçadas no entorno do parque onde a morfologia urbana permite. Nas regiões onde existe a calçada compartilhada, sinalizar a priorização do uso por pedestres e avaliar as condições de acessibilidade universal.
Ao longo da Estrada da Ligação — um dos principais acessos à região do Jardim Prainha — há áreas com registros criminais, incluindo uma de alta densidade de ocorrências.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R49	Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes ao parque, principalmente nas que foram diagnosticadas com uma maior concentração de ocorrências criminais.
Observa-se baixa articulação entre os órgãos públicos e as organizações atuantes no território, em especial a Subprefeitura da Capela do Socorro, a SEHAB/Mananciais e a SABESP, o que compromete a integração de ações voltadas à melhoria do entorno e do próprio parque, com ênfase na despoluição dos corpos hídricos e acessibilidade.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	N/a	R50	Observar projetos existentes para a área de influência do parque e solicitar, junto à subprefeitura, ações de melhorias no entorno e acesso do parque. Acompanhar projetos da SEHAB-Mananciais no entorno próximo e estudar contrapartidas/parcerias para intervenção de melhorias no parque e seus acessos. Acompanhar, junto à SABESP, projetos de urbanização e saneamento básico com foco na despoluição das águas da Represa Billings. Solicitar estação de embarque/desembarque do transporte hidroviário no parque.
Há potencial de conectividade entre as áreas previstas para ampliação do Parque Jardim Prainha e as áreas já existentes, reforçando a importância de preservação dos atributos verdes e azuis do parque para manutenção da biodiversidade e preservação das margens da represa.	Diagnóstico técnico	Bacia hidrográfica	N/a	R51	Implementar estratégias no parque e entorno para garantir conectividade entre as áreas para circulação da fauna silvestre, tais como arborização urbana com espécies nativas, incentivo a iniciativas de reflorestamento, implantação de jardins polinizadores e jardins de chuva e infraestrutura amiga da fauna (como adequação da iluminação urbana, passagens de fauna, redução da emissão de ruídos, entre outros). Acompanhar processo de incorporação da Área 04 ao parque e solicitar projeto para incorporar novos usos e programas.
Presença de área de risco no entorno próximo.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R52	Promover maior integração entre as políticas de ordenamento territorial e com planos municipais, consolidando o papel do parque como um elemento estratégico na promoção da resiliência urbana. Apoiar políticas para fomentar educação climática em escolas do entorno.
Não há equipamentos públicos distribuídos na área de influência do Parque Jardim Prainha.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R53	Regulamentar o Território-Parque (ver recomendação R38) e fomentar parcerias com escolas, equipamentos esportivos e a subprefeitura para incentivar a realização de atividades culturais e esportivas no parque. Além disso, desenvolver programas de saúde, cultura e esportivos em colaboração com a subprefeitura, atendendo às necessidades locais. Potenciais parcerias com outras secretarias e organizações para atender demandas específicas da população
O parque não conta com atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a		



Figura 54: Registro da equipe ONU-Habitat com funcionários do Parque Jardim Prainha e representantes da svma

© ONU-Habitat Brasil

Dentre as recomendações de **gestão** do parque, destaca-se a necessidade de promover ações que possam fomentar a frequência no parque por mulheres e meninas, a partir da diversificação de atividades e priorização das estratégias relacionadas à segurança, como ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – para além do posto administrativo, priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança. Com o objetivo de aumentar a percepção de segurança, sobretudo de mulheres, é necessário aumentar a representatividade feminina na equipe de segurança.

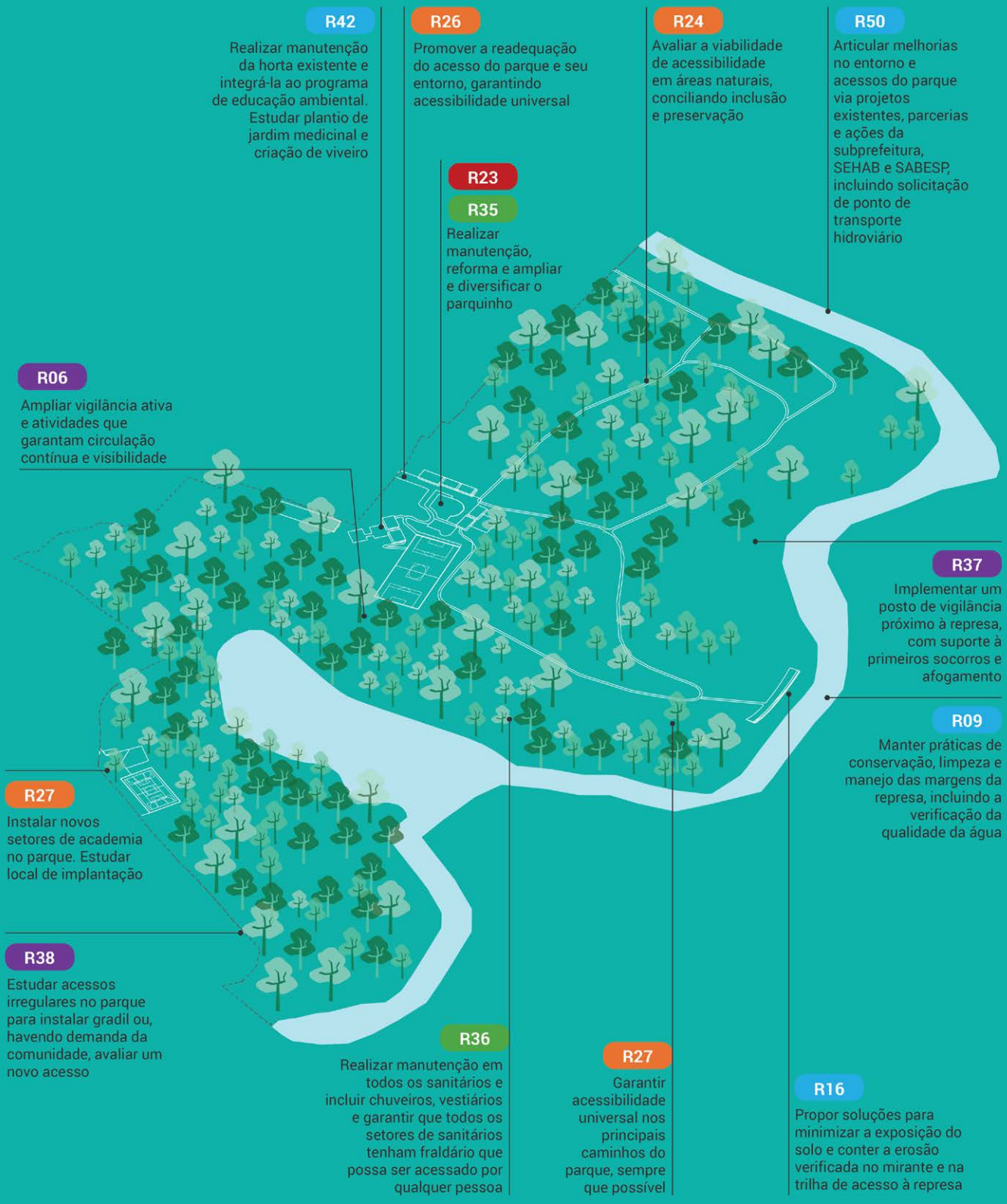
A ampliação de ações de divulgação de atividades e com informações gerais sobre o parque se apresenta como prioridade, uma vez que muitas pessoas moradoras do entorno desconhecem a existência do local. O fortalecimento do vínculo comunitário também se apresenta como uma prioridade para o Parque Jardim Prainha, sobretudo a partir da coordenação da pessoa gestora, que deve ser de dedicação exclusiva ao parque.

As recomendações para **projeto de intervenção** se relacionam, sobretudo, com a criação de novos equipamentos e instalações. A parquinho existente deve ser diversificado e a população demanda por novos locais distribuídos pelo parque, incluindo novos brinquedos e instalação de academia ao ar livre. A promoção de sombreamento próximo às quadras também deve ser priorizada.

Por último, as recomendações do eixo de **articulação institucional** apontam para diversas ações que devem ser articuladas com outras secretarias e órgãos, sobretudo em intervenções dentro da área de influência do parque. Para isso, é necessário que a área de influência passe a ser também um limite administrativo, além de um limite físico. A exemplo dos Territórios CEUs - programa que visa articular intervenções urbanas baseadas na integração com demais equipamentos públicos de relevância local e regional, buscando a qualificação do espaço livre público no entorno dos CEUs ao formar uma rede de percursos entre os equipamentos- pode-se aplicar o conceito de Território-Parque, sendo, portanto, uma unidade de governança compartilhada e planejamento territorial em escala local com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções.

A criação do território possibilitará o desenvolvimento de diretrizes para o estabelecimento de sinergias entre equipamentos públicos e associações comunitárias. Uma das prioridades identificadas para o estabelecimento de parcerias é da diversificação e fortalecimento dos eixos de transporte público, o que se apresenta como um desafio devido à configuração da área de influência

Figura 55: Mapa de recomendações do Parque Jardim Prainha



Elaboração: ONU-Habitat Brasil



PARQUE NASCENTES DO RIBEIRÃO COLÔNIA

Figura 56: Registro do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



© ONU-Habitat Brasil



Figura 57: Isabela Scarpelli Bellemo, 33 anos, arquiteta e urbanista da DIPO

© ONU-Habitat Brasil

Parelheiros tem um privilégio gigantesco de ter a maioria dos nossos parques naturais, mas, antes dos parques naturais serem abertos ao público, o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia foi inaugurado. Você consegue conviver com a natureza como se não fosse algo distante. Acho que isso é muito importante para a população.

Isabela Scarpelli Bellemo
33 anos,
arquiteta e urbanista
da DIPO

Para Isabela, o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia representa o esforço de uma equipe em conseguir implantar um parque relevante na sociedade, na periferia, em Parelheiros, oferecendo qualidade arquitetônica e ambiental para a população local.

Ressalta a importância em contar um pouco da história das pessoas que estiveram atuando na implantação do parque antes dela, reconhecendo um esforço coletivo de uma época em que não havia muitos recursos, não havia acesso a fundos, então a primeira parte da implantação dele, foi um movimento de uma "colcha de retalhos" para fazer aquilo acontecer.

Isabela destaca o esforço de pessoas como Guilherme Iseri de Brito e Geisa Ozaki Kanno, que, junto com as demais pessoas da equipe, conseguiram realizar a contratação do projeto, desenvolvido pela arquiteta Francine Sakata. Para Isabela, esse esforço a fez perceber a existência de um grande afeto pelo espaço, o que se converteria em motivação para fazer o parque acontecer ao longo dos cinco anos que ela tem estado envolvida: "Eu acho que ele (o parque) representa esse esforço pequeno, que foi grande, depois que essas pessoas saíram da secretaria, como podemos manter o legado, essa palavra é importante, o legado da equipe das pessoas que vieram antes da gente".

A arquiteta relata que a sua descrição do parque pode parecer peculiar para algumas pessoas: "acho que ele tem uma característica meio de conto de fadas. Ele tem a casa, o lago, você se sente muito num cenário, numa coisa muito diferente, que fica no nosso imaginário de infância". Isabela conta que, se ela fosse ainda uma criança, iria adorar frequentar o parque, pela sua presença cênica, quase cinematográfica.

Além disso, ressalta a calma que o local transmite, que o faz diferente de outros parques urbanos, mas também dos naturais. O Parque Nascentes do Ribeirão Colônia tem "muito verde, mas é um verde misturado com aquilo que foi construído, porém de uma forma rústica. É um parque que vale muito a pena (visitar), é muito bonito mesmo, tanto para fazer piquenique, quanto para ter uma relação diferente com o espaço verde". O parque tem relevância para a região de Parelheiros, por ser o seu primeiro parque urbano. Para as comunidades do entorno, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, espaços públicos como o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia moldam o caráter e a formação das pessoas que o visitam, por ter a oportunidade de mergulhar na natureza e criar imaginários fantásticos ao vivenciar esses lugares, explica a Arquiteta e Urbanista da DIPO.

O principal desejo da Isabela é conseguir implantar o projeto de requalificação que solucionará problemas de infraestrutura e acessibilidade do parque, ação que gerará maior aproveitamento dos potenciais do local pelas pessoas frequentadoras.



1. Sobre o Parque

O Parque Nascentes do Ribeirão Colônia está localizado no distrito Parelheiros, na subprefeitura homônima. A região é caracterizada por níveis de vulnerabilidade alta e média, com locais específicos avaliados como muita alta, conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (GeoSampa, 2025).

Figura 58: Mapa de localização do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia em relação ao município e região



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A área do entorno do parque é caracterizada pela carência de equipamentos de lazer e cultura, e pouca presença de equipamentos públicos de esporte. Em termos de população, a região é majoritariamente composta por mulheres, mas com porcentagem próxima à de homens, e pessoas pretas e pardas. O distrito é o primeiro colocado no município em concentração de jovens (Rede Nossa São Paulo, 2023).

Dentro do parque existem cinco lagos vinculados aos cursos d'água do local. O terreno do parque possui uma topografia acidentada, cujo acesso principal acontece pelo nível mais baixo. Os equipamentos e infraestruturas do parque estão implantados em terraços com declividades menos íngremes que o resto do terreno, o qual é coberto por vegetação densa.

Tabela 10: Ficha introdutória do parque

Nome	Parque Nascentes do Ribeirão Colônia
Área total	110.164,74 m²
Ano de inauguração	2020
Categoria	Urbano
IP 2022	3.25/5
Nota no Quadro de Priorização	2.69/10
Endereço	Estrada da Colônia, 2.500
Horário de funcionamento	6h às 18h
Distrito	Parelheiros
Subprefeitura	Parelheiros

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Os principais equipamentos que o parque oferece são um campo de futebol com arquibancada, quadra poliesportiva, pista de caminhada, módulo de vestiários e sanitários, biblioteca, parquinho infantil, quiosques, área de manejo, estacionamento, sede administrativa, escola de agroecologia, horta e unidade do TEIA no galpão, espaço de trabalho compartilhado promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET). O acesso ao parque é realizado por uma única portaria, do lado norte; do lado sul, existe um acesso de serviço restrito às equipes do parque.

1.1 Histórico

Inaugurado em 2020, mas com decreto de criação de 2017, o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia é o primeiro parque urbano de Parelheiros, distrito que concentra a maior parte da cobertura vegetal da cidade, com remanescentes de Mata Atlântica.

A área de influência do parque é constituída por propriedades rurais de agricultura orgânica familiar, característica que estimulou a implantação da Escola de Agroecologia, dirigida pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ). Por outro lado, a iniciativa de incorporar um TEIA no parque surgiu para complementar os conhecimentos oferecidos nos cursos na escola e dar apoio às políticas publicada dirigidas a produtores, distribuidores e consumidores de alimentos agrícolas (São Paulo, 2024b). Esta ação se relaciona ao desenvolvimento do projeto "Ligue os pontos", desenvolvido inicialmente pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e que em 2023 se converteu no programa municipal Sampa+rural, o qual contempla uma plataforma que abrange capacitação, assistência técnica rural, apoio na comercialização, fomento a tecnologias sustentáveis, mapeamento de atrações turísticas na área rural, entre outras ações que valorizem a atividade agrícola no município (São Paulo, s/d; São Paulo, 2019). Pretende-se ampliar o parque, passando de 110.000 m² para 720.000m², em cuja nova área de abrangência se busca a preservação e proteção das principais nascentes do Braço Taquacetuba da Represa Billings (São Paulo, 2021).

1.2 Projeto do parque

O projeto de requalificação do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia se desenvolve na área onde atualmente estão implantados os equipamentos, sendo que inclusive são mantidos os mesmos dois acessos.

Tabela 11: Situação do andamento do projeto ou obra para janeiro, 2025

Parque Nascentes do Ribeirão Colônia	
Situação	* Projeto finalizado * Obra a licitar * Início das obras: 2º semestre de 2025 - 12 meses para conclusão
Custo (valores estimados)	R$14.500.000,00
Responsável do Estudo Preliminar	Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO)

Em termos de implantação, são mantidas as infraestruturas existentes, com a reforma de algumas delas e acrescentados novos equipamentos e mobiliários. As principais ações do projeto são:

- Reforma da sede administrativa e do módulo de vestiários e sanitários;
- Inclusão de banheiro acessível na guarita;
- Caminhos e estacionamento são pavimentados com bloco de concreto intertravado de diversas cores e a quadra poliesportiva com piso de cimento;
- Colocação de postes de iluminação, lixeiras, paraciclos, bancos, mesas e bancos para piquenique, brinquedos, aparelhos de ginástica e pergolado na biblioteca;
- Implantação de biovaletas e jardins de chuva;
- Criação de sistemas de rampas acessíveis desde o estacionamento até o campo de futebol;
- Colocação de pisos podotáteis;
- Adição de dois decks de madeira plástica; e
- Reforma das arquibancadas no campo de futebol.

Figura 59: Imagem do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Processo participativo

Na Avaliação Específica de cada parque, os quatro grupos-alvo mencionados na Seção 2.4 fizeram parte das diversas atividades participativas propostas. Estas ações foram baseadas nas metodologias ONU-Habitat *Bloco a Bloco* (UN-Habitat, 2021) e *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), somadas às ferramentas disponíveis na guia de Avaliação Específica de Espaços Públicos, adaptadas ao contexto e características da cidade de São Paulo.

2.1 Partes interessadas envolvidas

No caso do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, a busca por grupos que fizessem vida no parque e lideranças da região para contribuir com a Avaliação foi articulada, no início, com a gestora do parque e com o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) Regional da Subprefeitura Parelheiros.

O **primeiro grupo** alcançado foram três **lideranças femininas** convidadas a fazer parte do grupo de capacitação da sociedade civil sobre metodologias do ONU-Habitat, formado por apenas público do gênero feminino e com mais de 18 anos.

O **segundo grupo** alcançado foram **pessoas funcionárias** da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), principalmente da SVMA, que estivessem envolvidas com algum dos 10 parques priorizados, seja na gestão dos parques ou na área de projetos e obras. No caso específico do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, participaram da Avaliação a gestora do parque e uma pessoa da Divisão de Implantação, Obras e Projetos (DIPO).

O **terceiro grupo** participante da Avaliação foram **33 meninas adolescentes, entre 11 e 15 anos de idade**, do CEU Parelheiros, as quais participaram na oficina Bloco a Bloco, dirigida exclusivamente a esse público escolar.

O último e **quarto grupo** convocado a participar foram **pessoas frequentadoras** que se aproximaram à oficina aberta realizada no parque. Nessa atividade, foi aplicada a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) com mais de 10 pessoas de diferentes idades e gêneros, sendo todas elas moradoras do entorno imediato e artesãs participantes da feira que acontece regularmente no parque. Este grupo também participou de entrevistas estruturadas, nas quais contribuíram 15 pessoas em total.

Figura 60: Meninas adolescentes e lideranças femininas na oficina bloco a bloco no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 61: Pessoa fucionária da PMSP no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação



Figura 62: Oficina bloco a bloco no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia

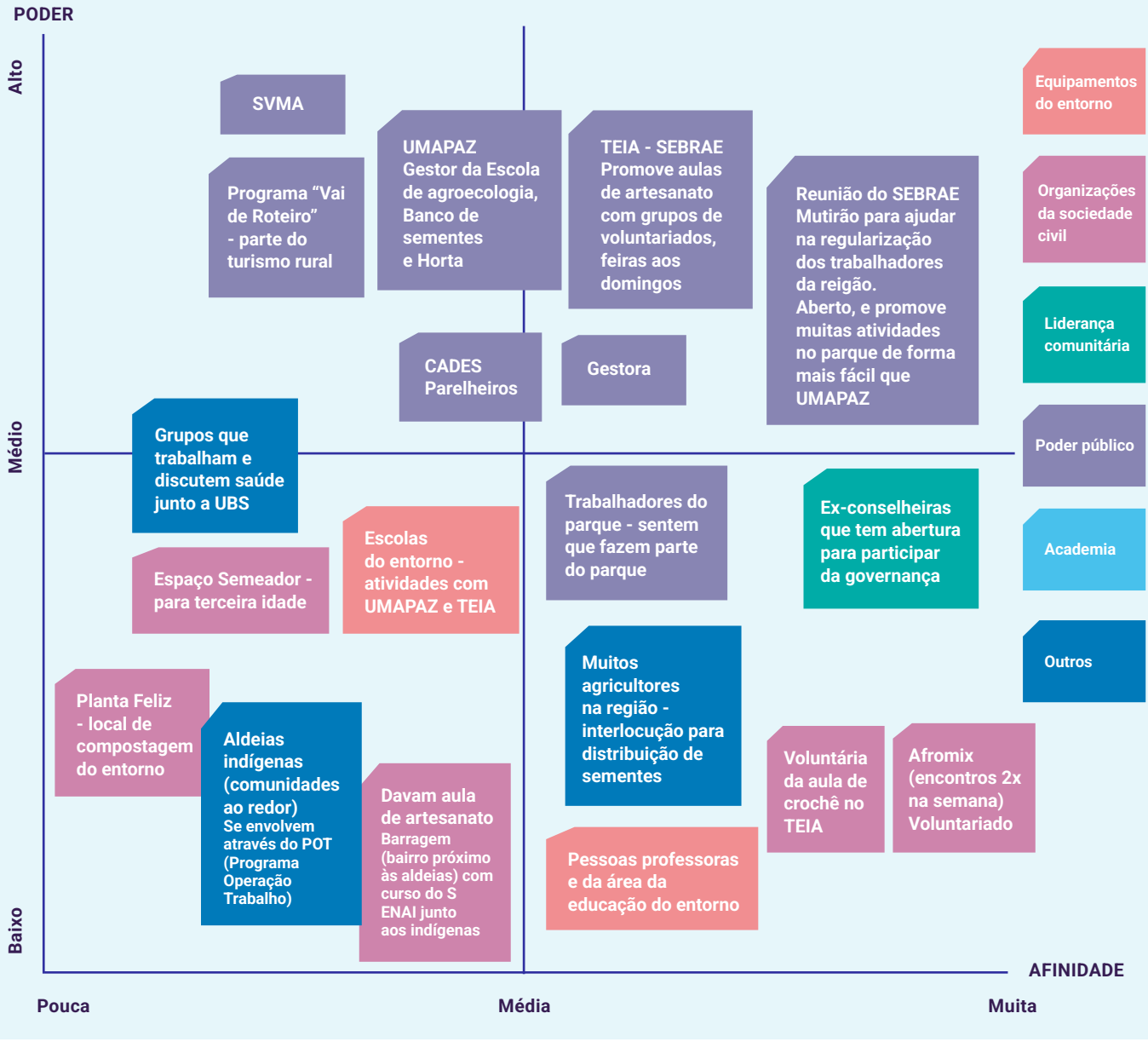


Fonte: Acervo ONU-Habitat

2.2 Principais contribuições

O primeiro grupo, constituído por lideranças femininas, contribuiu com a facilitação dos exercícios práticos e com a divulgação das atividades abertas ao público geral. Foram também estas lideranças que forneceram as informações para a construção do mapeamento das partes interessadas do parque, a partir do seu olhar comunitário e conhecimentos das redes e grupos existentes que fazem vida no espaço público avaliado. Segundo as lideranças consultadas, os principais grupos afetados pelo deterioro ou que seriam beneficiados com a requalificação do parque são pessoas participantes das atividades promovidas pelo TEIA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e UMAPAZ, agricultoras da região e que realizam voluntariados no parque.

Figura 63: Mapeamentos das partes interessadas do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Observações:

- Não tem conselho gestor. Ex-conselheiras tem abertura para dialogar;
- Fortalecer mais a apropriação de crianças. Fortalecer o legado de proteção a fauna e flora;
- Sintropismo (sistema agrícola para recuperar áreas degradadas, reflorestar e proteger o ambiente.

O segundo grupo, o das pessoas funcionárias municipais, forneceu informações técnicas e de gestão do parque ao longo das atividades participativas da Avaliação. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes e validaram, preliminarmente, algumas das recomendações propostas no processo. Dos últimos dois grupos, foram coletadas e sistematizadas contribuições de viés qualitativo, categorizadas em **sentimentos** suscitados pelo parque, **problemas, potencialidades, soluções e desejos** para ele. Também foram priorizadas as principais ações necessárias para sua requalificação e ativação em termos de usos e gestão.

Figura 64: Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Calor, frescor e conforto foram os principais sentimentos destacados pelas pessoas participantes das atividades de percepção no parque. Elas valorizam a beleza cênica do parque e a possibilidade de contato com a natureza, especialmente com as nascentes. A área verde é percebida como muito arborizada e preservada, tornando o parque um local próprio para contemplação, fruição do ar fresco e avistamento de pássaros e outras espécies da fauna local.

A existência de equipamentos de lazer e esporte, com infraestrutura de apoio, dentro um espaço com abundantes elementos naturais faz do parque um lugar valorizado na região para atividades ao ar livre. Também, é apreciado que o ambiente é bem cuidado pela equipe de pessoas funcionárias e que há presença de seguranças. Ter sinalização, muitos lugares para sentar-se, brinquedos em ótimas condições, estacionamento gratuito, horta, banco de sementes, captação de água de chuva, compostagem, biodigestor e a feira de artesanato foram também pontos positivos levantados pelas pessoas participantes. Foi apreciado que os parceiros do parque (UMAPAZ, TEIA e POT) geram renda para a população local e trazem público para o parque, mas que poderiam ser realizados cursos de educação ambiental e feiras de venda dos produtos agrícolas das famílias da região.

Outros aspectos destacados nas percepções das pessoas participantes das dinâmicas da Avaliação, e vistos como negativos, foi a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD), de comunicação visual – especialmente de placas indicando a existência do parque no entorno, de brinquedos acessíveis e para todas as idades, lixeiras, bebedouros, paraciclos, pista de ciclismo, mesas e bancos para piquenique -- fora e dentro dos quiosques ao redor da lagoa em frente à sede administrativa e de corrimão e guarda-corpo no trecho entre o estacionamento e a administração.

Por outro lado, a falta de manutenção da vegetação, dos sanitários, da guarita, arquibancadas, bebedouros e quadra poliesportiva foi também colocado. Foi apontado também como necessidade colocar os banheiros mais perto da administração e resolver os problemas de saneamento do parque. As pessoas participantes também observaram a presença de lixo e falta de limpeza nos quiosques e bancos.

A falta de segurança ao redor dos lagos e na ponte, o banheiro ser compartilhado (sem separação entre feminino e masculino), a maior presença de homens que de mulheres e crianças no parque, e que a maioria dos trabalhadores são homens, foram também problemas observados.

Figura 65: Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação

Problemas – Pontos Negativos
Falta acessibilidade no parque de forma geral, com destaque para o banheiro
Falta de comunicação visual: placas indicando a existência do parque no entorno e mapas e indicações de equipamentos dentro do parque
Brinquedos não são adaptados para PcD, e são apenas para crianças de até 10 anos
Faltam mais bebedouros, principalmente próximo ao campo
Faltam bancos, lixeiras e mesas e bancos para piquenique
Falta bicicletário
Falta corrimão/guarda-corpo no trecho entre o estacionamento e a administração
Falta manutenção na vegetação
O banheiro não funciona corretamente, e está localizado longe da administração
Quadra carece de manutenção e cobertura
Falta trilha ou pista para ciclistas
Problemas de infraestrutura de saneamento
Alguns equipamentos carecem de manutenção, como quiosques, biblioteca e guarita
Pouca sombra em alguns locais
Falta uma melhor divulgação dos eventos e cursos que acontecem no parque
Falta alerta sobre risco de incidentes com fauna
Falta profissional para auxiliar nas trilhas monitoradas
A futura implantação da sede da Polícia Militar no parque é vista como uma ameaça: "vai descaracterizar o parque. Sugere-se buscar outra locação"
Maioria das pessoas trabalhadoras do parque são homens, tendo poucas mulheres nas equipes
Faltam mecanismos de segurança ao redor do lago e na ponte
Banheiros compartilhados causa desconforto nas mulheres e meninas
Maior presença de homens, que de mulheres e crianças no parque
Lago com pontos de mal cheiro, principalmente próximo aos quiosques
A biblioteca não tem livros
Dificuldade de acesso ao parque: grandes distâncias a serem percorridas, baixa oferta de transporte público e falta ponto de ônibus em frente ao parque
Pessoas abandonam cachorros no parque
Conselho gestor inativo. Quando não existe o conselho, não há outras estratégias de abordagem e aproximação com a sociedade civil.

Potencialidades – Pontos Positivos
Beleza cênica do parque e possibilidade de contato com a natureza
Local próprio para contemplação e avistamento de fauna
Área propícia para atividades ao ar livre, como piquenique e bicicleta
Parque bem cuidado pelas pessoas funcionárias
Presença de seguranças
Ter sinalização
Ter muitos lugares para sentar
Brinquedos em ótimas condições (parque naturalizado)
Ter estacionamento gratuito
Ter a horta e o banco de sementes
Ter captação de água de chuva, compostagem e biodigestor
Ter feira de artesãos
A presença de parceiros (UMAPAZ, TEIA e POT) que geram renda para a população do entorno e trazem público
Potencial local para UMAPAZ realizar atividades de educação ambiental
Espaço poderia atuar como fortalecimento da agricultura familiar do entorno. Ex: feiras de venda dos produtos agrícolas das famílias da região
Inclusão em programas como o "Vamos Trilhar (SVMA)" e outros programas direcionados a parques naturais
Potencial para realizar parcerias para atividades no parque (Ex.: escolinhas de futebol)
Ter linhas de ônibus que passam em frente ao parque
Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia se envolve com questões do parque

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

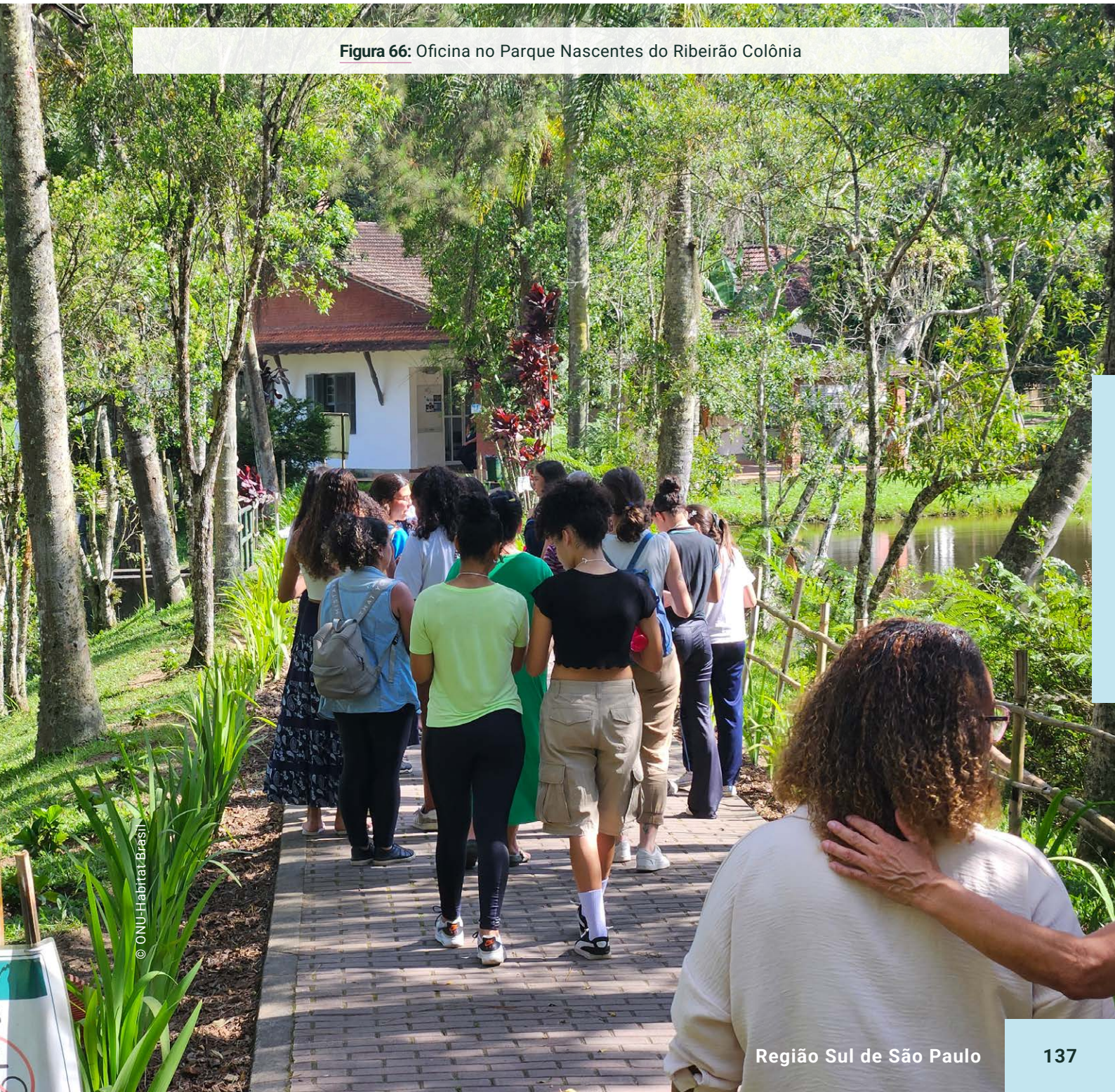
A partir desses sentimentos, problemas e potencialidades detectadas pelas pessoas participantes das atividades da Avaliação Específica, foram propostos por elas mesmas **soluções e desejos para o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia.**

Sobre a **infraestrutura do parque** foram propostos elementos de comunicação visual (placas no entorno do parque para divulgação e painéis interativos e acessíveis internamente), mobiliários e elementos lúdicos (parquinhos para todas as

idades, parques naturalizados e integrados à topografia, brinquedos não estruturados e para PcD, fonte interativa e mesas de ping-pong) e locais para descanso (redários e outros lugares para sentar-se) e outras atividades de esporte e lazer (quadras de basquete e hortas elevadas e acessíveis). Foram também solicitados equipamentos relacionados ao funcionamento do parque como contentores e latas de lixo reciclável e espaços acessíveis para cadeirantes e pessoas com carrinhos de bebê.

Sobre os **usos e a gestão** do parque, foi mencionada a importância de oferecer mais atividades coletivas esportivas, culturais e educativas, como aulas de yoga, aulas de vôlei, eventos escolares, trilhas monitoradas, sessões de cinema ao ar livre e piqueniques coletivos. Finalmente, foi solicitado criar mais e melhores mecanismos de divulgação do parque e de suas atividades e que exista equidade de gênero nas equipes de segurança e manejo.

Figura 66: Oficina no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



© ONU-Habitat Brasil

3 Avaliação

Nas Seções 3.1 Caracterização urbana da área de influência até 3.7 Governança são apresentados os principais resultados obtidos com a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos, sendo cada seção correspondente a uma dimensão de análise.

3.1 Caracterização urbana da área de influência

Dada a localização do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, ao extremo sul da cidade, o traçado da área de influência abrangeu uma baixa densidade de lotes e população, com apenas 62 pessoas dentro do perímetro estabelecido. No local, há propriedades rurais e de agricultura orgânica familiar (ver Seção 1 Sobre o parque). Ao norte da área, há um trecho com a existência de núcleo urbano informal, indicando uma situação de vulnerabilidade.

Figura 67: Tipologia urbana predominante

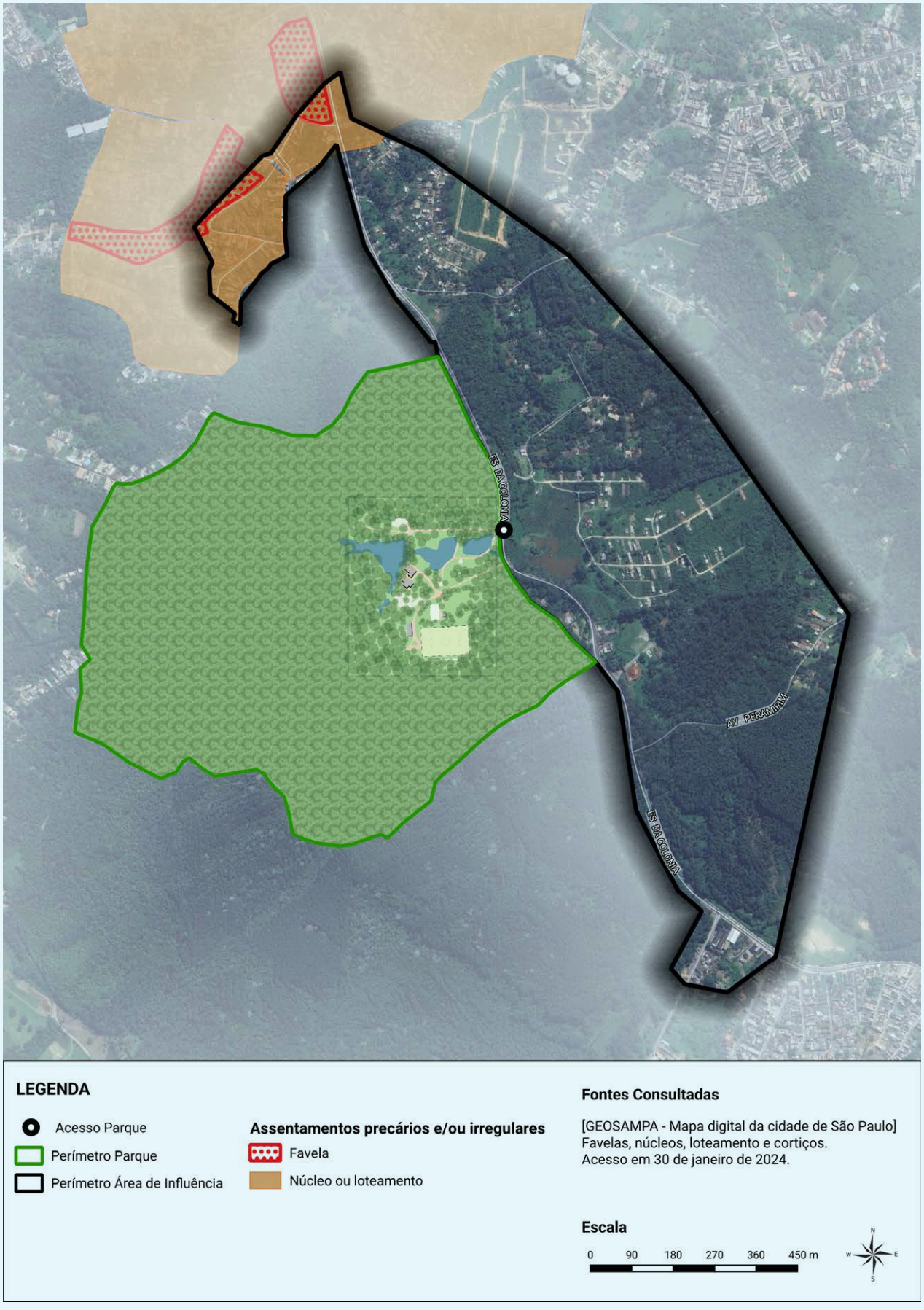


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Essa conformação da área de influência resulta em uma baixa relação entre o parque e seu entorno, sendo que a maioria das pessoas que frequentam o parque se deslocam de outras regiões e em transporte público ou veículo motorizado particular (ver Seção 3.2 Acessibilidade).



Mapa 16: Núcleos urbanos informais na área de influência



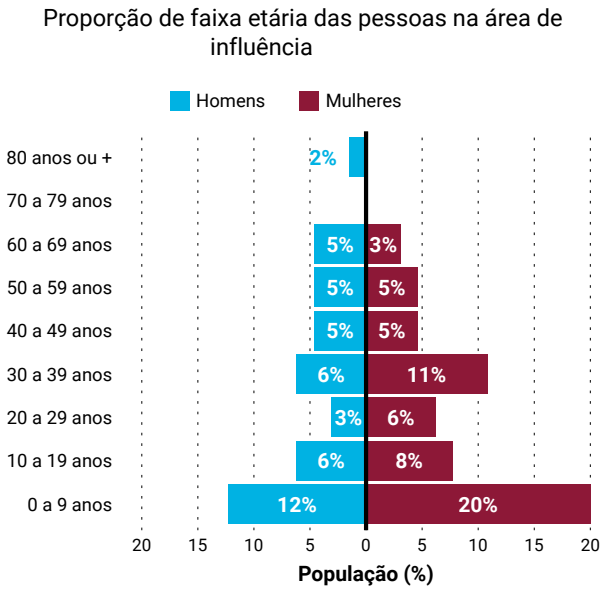
Elaboração: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

3.1.2 Pessoas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia e na sua área de influência

A caracterização das pessoas que vivem na área de influência e frequentam o parque é fundamental para compreender quais os perfis predominantes e como o parque pode atender às necessidades específicas destes grupos.

De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), a faixa etária predominante das pessoas na área de influência é de crianças entre 0 e 9 anos.

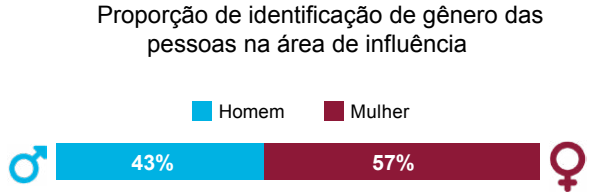
Gráfico 33: Faixa etária das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Das 62 pessoas que vivem dentro da área de influência do parque, predominam as mulheres, com aproximadamente 57% do sexo feminino e 43% masculino.

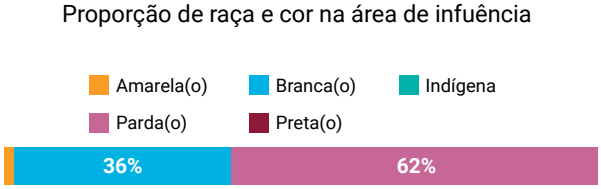
Gráfico 34: Gênero das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça das pessoas que vivem na área de influência, mais da metade são pardas (62%), enquanto 36% se auto-declararam brancas.

Gráfico 35: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência

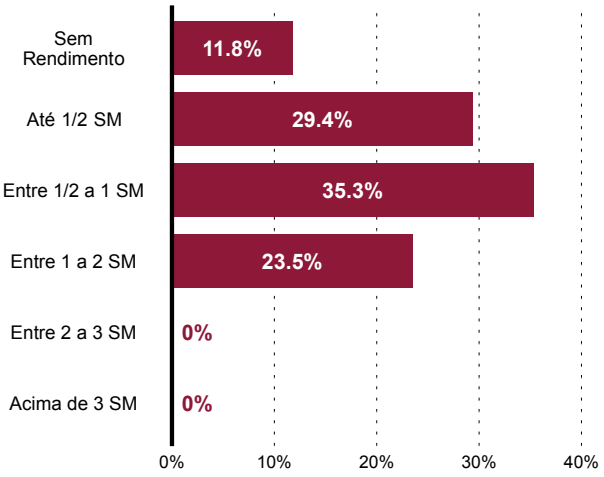


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos marcadores de vulnerabilidade socioeconômica apresentados anteriormente, o rendimento per capita de 76% da população que vive na área de influência é inferior a um salário-mínimo, caracterizando situação de pobreza (The World Bank, 2025).

Nenhuma pessoa possui rendimentos superiores a dois salários-mínimos.

Gráfico 36: Perfil de renda das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

No ano de 2021, foram registradas

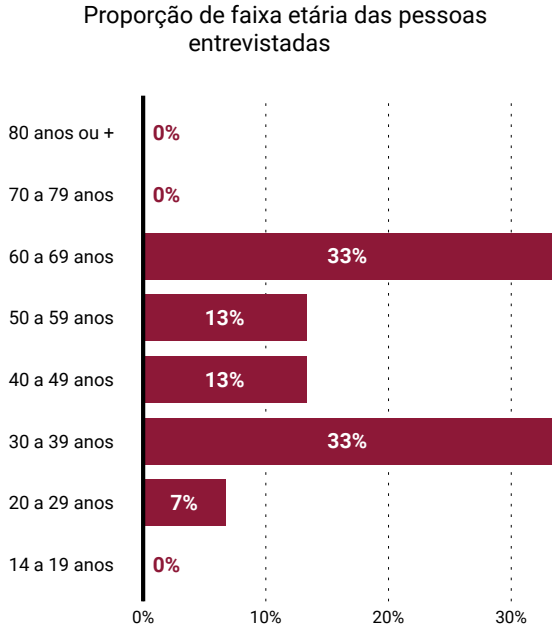
55.425 *pessoas frequentando o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia*

Em 2022, foram registradas

46.592 *pessoas*

Dentre as pessoas entrevistadas que frequentam o parque, houve predomínio de adultos de 30 a 39 anos - segunda faixa etária de maior presença na área de influência - junto com idosos de 50 a 59 anos, cada grupo representando 33% do total.

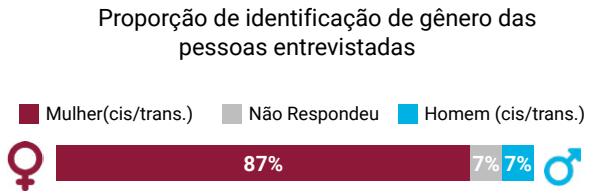
Gráfico 37: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A grande maioria das pessoas entrevistadas são mulheres (87%), resultando um percentual superior àquele identificado na área de influência. A expressiva presença de mulheres entrevistadas pode ser justificada pelo dia em que se realizaram as entrevistas, no qual houve um evento de artesanato, no qual o público predominante são mulheres.

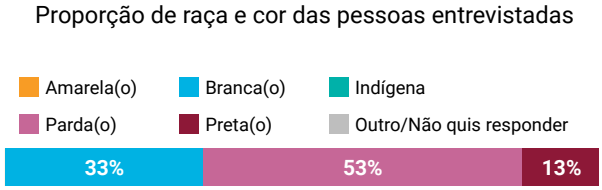
Gráfico 38: Gênero das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça, 66% das pessoas entrevistadas se declararam pretas ou pardas, percentual similar ao perfil da população que vive na área de influência, porém com representação de pessoas pretas.

Gráfico 39: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. **Poucas pessoas vivem dentro da área de influência estabelecida para o parque;**

2. **O perfil etário predominante é de crianças entre 0 e 9 anos;**

3. **76% da população que vive na área de influência é inferior a um salário-mínimo, caracterizando situação de pobreza.**

3.2 Acessibilidade

O primeiro indicador analisado para avaliar a acessibilidade do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia refere-se às infraestruturas de deslocamento existentes em sua área de influência. Esse indicador, representado no Mapa 17, inclui o levantamento do sistema cicloviário, bem como a cobertura do transporte público, considerando estações de metrô, terminais de trem e de ônibus, além de pontos de ônibus.

Em relação aos sistemas de transporte público, a área de influência do parque não conta com estações de metrô, terminais de trem ou terminais de ônibus. Existem apenas oito pontos de ônibus que atendem a oito linhas.



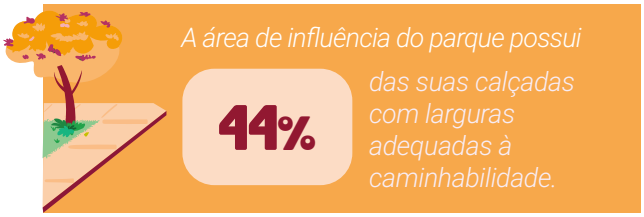
Essa limitação na oferta de transporte público acaba restringindo a integração do espaço com o restante da cidade.

Em relação ao transporte individual, existe a provisão de um estacionamento gratuito no interior do parque, o que incentiva o acesso através desse modal.



Quanto ao sistema cicloviário, não há ciclovias ou ciclofaixas na estrada que leva ao parque nem na área de influência do parque, limitando o acesso de ciclistas.

A análise de calçadas revela que 56% das calçadas no entorno do parque não atendem à largura mínima exigida pela legislação, representando uma limitação significativa para o acesso seguro e inclusivo ao local. Essa deficiência impacta especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que dependem de condições adequadas para se deslocar de maneira segura.

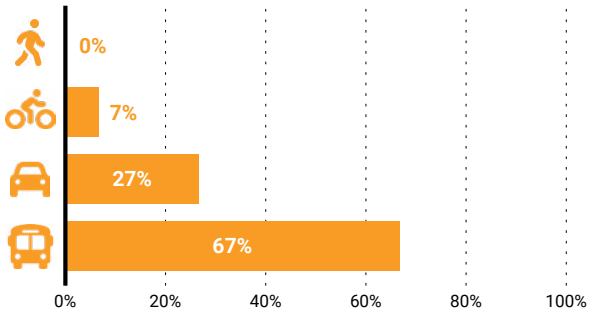


Apesar de um baixo número de pessoas habitantes na área de influência do parque que poderiam acessar o parque andando, conforme indicado na Seção 3.1 Caracterização do entorno, a acessibilidade das calçadas impacta não só no deslocamento dessas pessoas, mas no deslocamento entre os pontos de ônibus identificados no Mapa 17 e o parque.

Conforme levantado em entrevistas realizadas durante a oficina aberta em outubro de 2024, as pessoas frequentadoras não acessam o parque a pé. A distância do acesso do parque dos núcleos urbanos pode ser um dos motivos que contribui a falta de acesso a pé, pelo acesso estar localizado na Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe onde não há comércio ou serviços em grande parte da sua extensão, podendo gerar sensação de insegurança e configurar um percurso longo, aliado à inadequação das calçadas.

Gráfico 40: Meio de locomoção das pessoas usuárias no parque

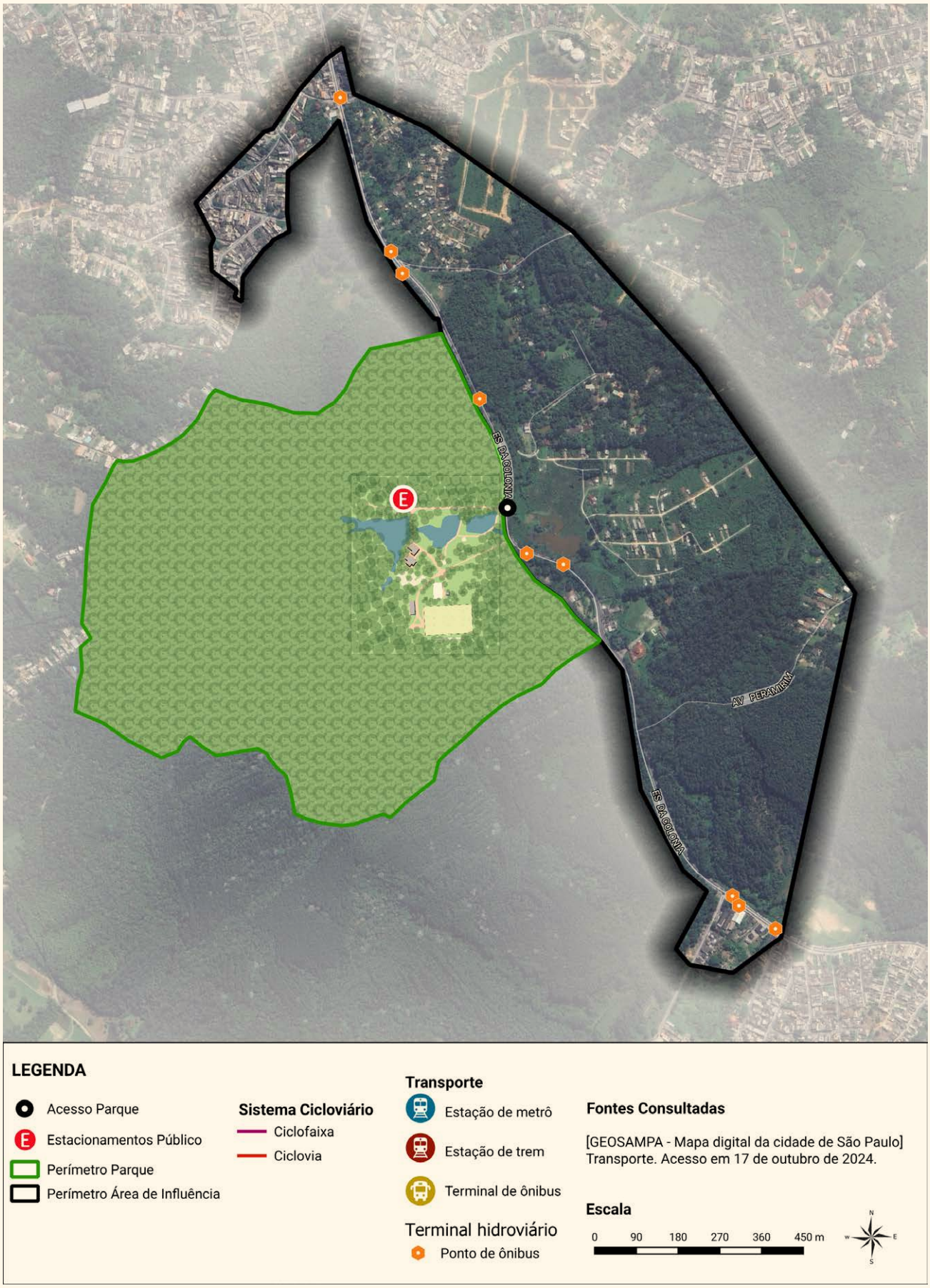
Proporção das respostas das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Apenas 7% acessam o parque de bicicleta, porcentagem baixa justificada pela falta de ciclovias ou ciclofaixas que permita o acesso seguro através deste modal.

Mapa 17: Mapa de identificação dos modos de deslocamento



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

O principal acesso ao parque é realizado através do transporte público (67%), apesar de uma limitação de opções, seguido pelo transporte individual (27%).Para as pessoas que acessam o parque por transporte público, a qualidade da acessibilidade e a segurança na portaria de entrada são aspectos fundamentais. A Figura 68 apresenta representações desse acesso, indicando as infraestruturas existentes e as ausentes.

O acesso ao Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, localizado na Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe, não conta com faixa de pedestres diretamente em frente à entrada. A única faixa identificada está próxima ao ponto de ônibus mais próximo, do outro lado da via ao norte da área de influência, porém sem a presença de sinalização ou lombofaixa para garantir uma travessia segura.

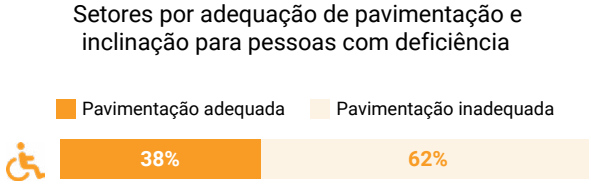
Como a Estrada da Colônia é uma via de trânsito rápido, a ausência de elementos de segurança no acesso ao parque pode colocar os pedestres que transitam entre as paradas de ônibus e o parque em situação de risco.

Com relação ao calçamento do acesso, embora haja calçadas pavimentadas e desobstruídas próximas à portaria, faltam outros elementos essenciais de acessibilidade, como largura adequada e piso tátil, o que limita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.



Diante disso, observa-se que o acesso ao parque apresenta desafios significativos em termos de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando-o menos inclusivo.

Gráfico 41: Acessibilidade nos setores do parque

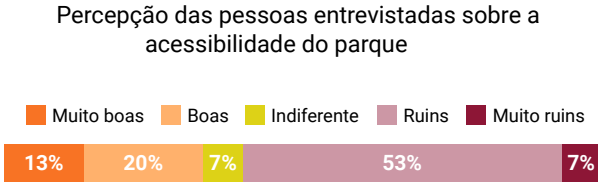


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Diante das observações realizadas no parque, verificou-se que 62% dos setores apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.

Segundo o Gráfico 42, 60% das pessoas entrevistadas na oficina aberta percebem a acessibilidade no interior do parque como ruim (53%) ou muito ruim (7%), indicando que a maioria da população que frequenta o local pode ter seu deslocamento no interior do parque impactado pela acessibilidade limitada.

Gráfico 42: Percepção de acessibilidade pelo público



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. A oferta de transporte público é limitada, restringindo a integração do parque com o restante da cidade;

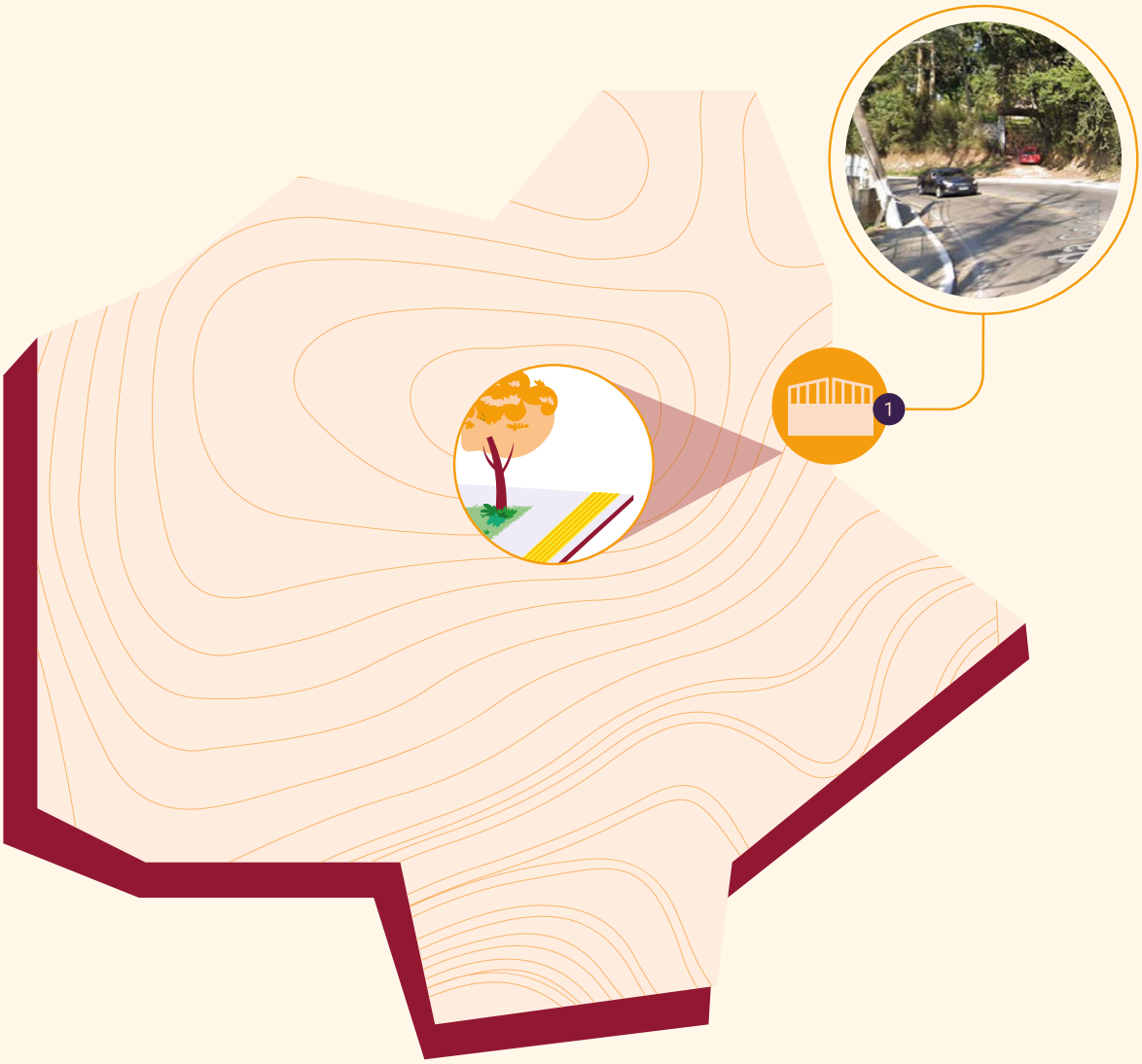
2. Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, dificultando o acesso de ciclistas;

3. No entorno do parque, 56% da extensão das calçadas não atende à largura mínima exigida pela legislação;

4. O acesso ao parque apresenta desafios significativos em termos de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando-o menos inclusivo;

5. Problemas de pavimentação e inclinação comprometem a acessibilidade universal em 62% dos setores analisados dentro do parque.

Figura 68: Ilustração do acesso do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



INFRAESTRUTURAS DO ACESSO

Infraestruturas do acesso 01:

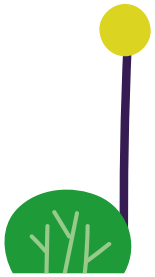
- ✗ Presença de sinal de pedestre;
- ✗ Presença de faixa de pedestre ou lombofaixa;
- ✗ Presença de rampas para cadeira de rodas com design e inclinação corretas;
- ✗ Presença de semáforos com som funcional;
- ✗ Presença de piso tátil;
- ✗ Largura de calçada adequada;
- ✓ Calçada pavimentada;
- ✓ Calçada desobstruída;

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.3 Instalações e mobiliário

Assim como espaços urbanos podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi realizado o levantamento em campo para analisar a condição dos principais elementos que compõem a infraestrutura do parque.

Conforme a Tabela 12 e Tabela 13, o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia conta com sete setores, dos quais três são dedicados à prática esportiva, um de espaço dedicado aos animais, além de três sanitários. Em nenhum dos setores há equipamentos adaptados a pessoas com deficiência. O parque possui projeto desenvolvido que prevê a inclusão de novos setores e a manutenção daqueles existentes (ver Seção 1.2 Projeto do parque).



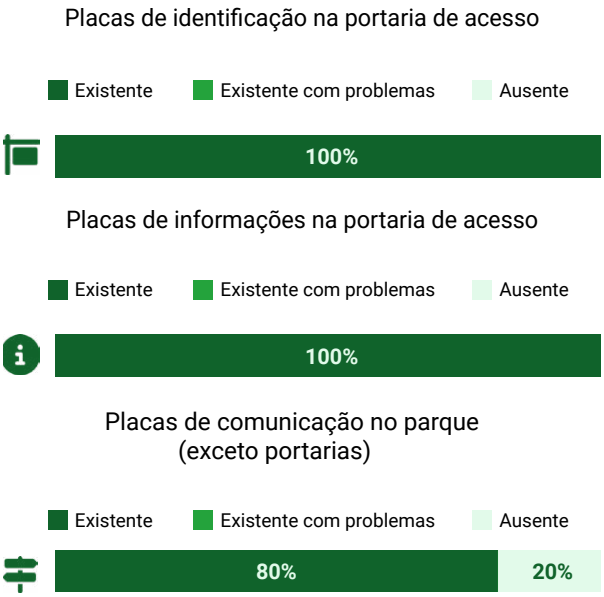
No levantamento de mobiliário urbano existente nos setores, foi observado que há maior carência de postes de iluminação, bancos e lixeiras.

Essas instalações são um fator importante para atrair pessoas ao parque, e a oferta de comodidades adicionais que aumentem a atratividade e diversidade fará com que o parque pareça mais seguro (Safer Parks Consortium, 2023).

O reduzido número de elementos de iluminação está relacionado com o horário de funcionamento do parque, das 6h às 18h, predominando os horários com presença de luz diurna. Em caso de alterações futuras em que se pretenda alterar ou ampliar o horário de funcionamento, deverá ser avaliada a necessidade de incremento dos elementos de iluminação.

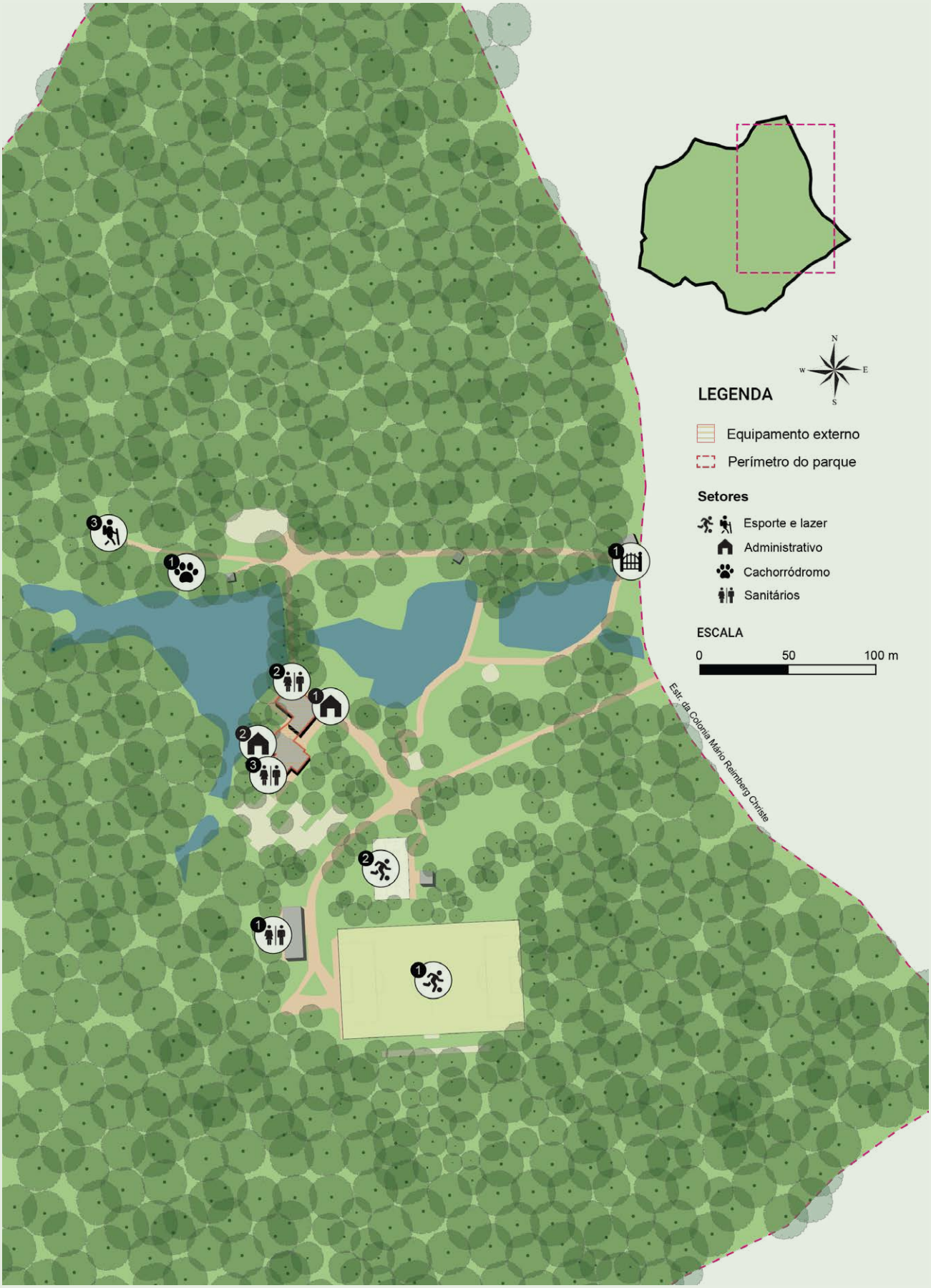
Ainda que não tenham sido registrados pontos de descarte irregular de lixo (ver Seção 3.5 Conforto e ambiente) é fundamental garantir a provisão de lixeiras em todos os setores do parque. Em relação aos elementos de sinalização, há placa de identificação e informações na portaria, ainda que o interior no parque careça de placas de sinalização em 20% dos setores e áreas de circulação.

Gráfico 43: Caracterização da sinalização no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 69: Localização dos setores do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 12: Avaliação dos setores do parque - Equipamentos e mobiliário

	Nome do setor	Equipamento	Necessita manutenção	Mobiliário
1	Espaço de esporte e lazer 1	Campo de futebol	Não	
2	Espaço de esporte e lazer 2	Quadra de basquete	Sim	
3	Espaço de esporte e lazer 3	Trilha de caminhada	Não	
4	Espaço dedicado aos animais	Espaço pet	Não	

Legenda: Presente Ausente

Ilumi-nação | Banco | Lixeira | Bebe-douro | Sinali-zação

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 13: Avaliação dos sanitários do parque

Nome do setor	Acessibilidade	Diferenciação de gênero	Chuveiro	Vestiário público	Sinalização	Trocador infantil
Sanitário 1	✗	●	✗	✗	●	✗
Sanitário 2	●	●	✗	✗	●	✗
Sanitário 3	●	●	✗	✗	●	✗

Legenda: ● Presente ✗ Ausente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação à manutenção dos equipamentos nos setores, o campo de futebol do Espaço de esporte e lazer 1 e a pista de caminhada do Espaço de esporte e lazer 3, necessitam adequação de acessibilidade, enquanto o Espaço de esporte e lazer 2 apresenta problemas para utilização adequada do equipamento.

Dos três setores de sanitários existentes, dois contam com acessibilidade e todos com diferenciação de gênero e sinalização. Contudo, nenhum dos setores possuem chuveiro, vestiário de uso público, ambos considerados como importantes para incentivo a deslocamentos ativos (a pé ou bicicleta). Além disso, os sanitários não estão dotados de infraestrutura de suporte a pessoas com bebês, o que compromete a utilização ou permanência no parque por pessoas com bebês. O parque não dispõe de elementos de combate a incêndios ou de equipamentos de primeiros socorros.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Apesar do perfil etário na área de influência ser predominantemente infantil (0 a 9 anos), no momento da coleta de dados não foram identificados equipamentos dedicados a essa faixa etária;

2. Nenhum dos três setores de sanitários possuem chuveiros, vestiários e fraldários;

3. Não há bancos, lixeiras e bebedouros na maioria dos setores.



3.4 Segurança

Para garantir que os parques sejam espaços inclusivos e seguros, especialmente para mulheres e crianças, é fundamental analisar aspectos relacionados à segurança. Nesse contexto, a dimensão de segurança considera indicadores que relacionam a distribuição de ocorrências criminais e os mecanismos de vigilância à percepção das pessoas usuárias sobre sua sensação de segurança nesses ambientes.

Entre os fatores que influenciam essa percepção, os índices de criminalidade no entorno são um elemento central de análise. Áreas com altos registros de ocorrências tendem a ser estigmatizadas como inseguras, reduzindo a frequência de uso e dificultando a implementação de atividades e programas (Caldeira, 2011).

A análise da criminalidade no entorno foi realizada com base em registros de ocorrências, classificadas por tipo: roubos, furtos, outros crimes e violência física. O Mapa 18 apresenta a localização e distribuição dessas ocorrências registradas em 2023, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de segurança na área.

Observa-se que na região próxima ao perímetro do parque não existem ocorrências reportadas. Contudo, ao longo da Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe, à direita do acesso, existem dois pontos de alta concentração.

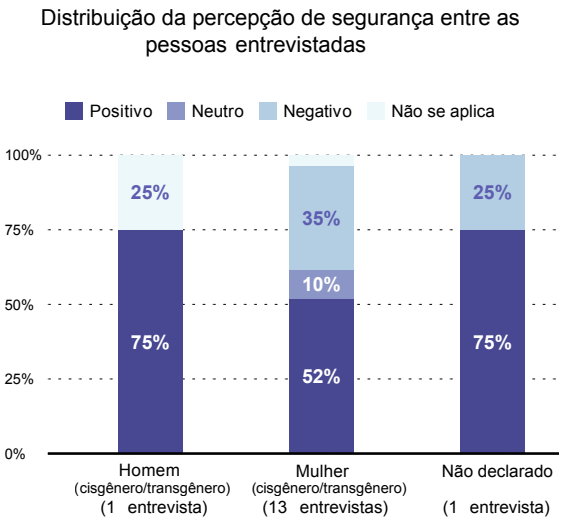


A elevada incidência de crimes em uma das principais vias de acesso ao parque indica a existência de áreas de maior risco para quem circula em seu entorno, reforçando a necessidade de priorizar medidas de vigilância nesses locais.

Outros locais com alta criminalidade identificada foram algumas regiões no núcleo urbano ao norte da área de influência.

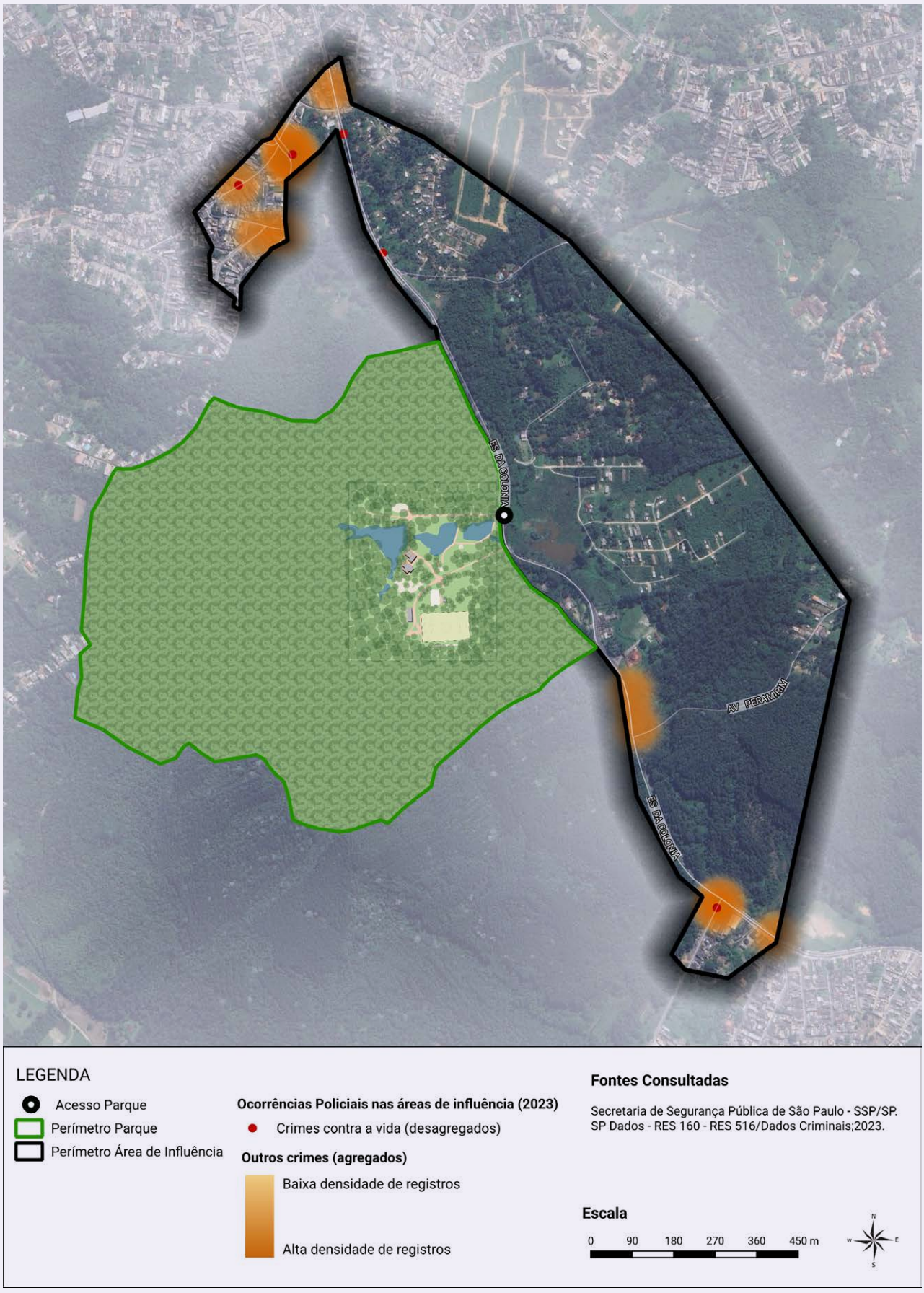
Ao abordar as pessoas frequentadoras do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia sobre sua percepção de segurança em relação ao uso e permanência no espaço, houve uma diferença entre os respondentes declarados como homens e as mulheres, como pode-se observar no Gráfico 44.

Gráfico 44: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Mapa 18: Registro de ocorrências desagregado por tipo



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Enquanto 75% dos homens têm uma sensação de segurança positiva no parque, 52% das mulheres compartilham dessa percepção. Não existe o indício de sensação de segurança negativa dentre as respostas dos homens, já entre as mulheres, 35% das respondentes compartilham uma sensação de segurança negativa.



Esse dado indica que os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.

A predominância da sensação de insegurança, observada principalmente entre as mulheres, pode ser explicada por alguns fatores. Dentre eles, a presença de atos de vandalismo, como roubos e depredação de equipamentos, e a distribuição de elementos de segurança, como câmeras de vigilância e vigilantes, que podem acontecer de forma bem distribuída pelo parque, ou com locais sem a presença de vigilância (Safer Parks Consortium, 2023).

A Figura 70 detalha as áreas do parque afetadas por vandalismo e a distribuição de elementos de segurança, assim como os locais do parque percebidos pelas pessoas entrevistadas como os mais inseguros.



As mulheres identificaram como áreas de maior insegurança um ponto do parque onde não há a presença de vigilância, próximo ao vestiário.

De acordo com a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024), a baixa circulação de visitantes e pessoas funcionárias é um dos principais fatores que contribuem para a sensação de insegurança em parques. Nesse sentido, a ausência de vigilância reforça a hipótese de que a falta de mecanismos de **vigilância ativa** pode estar relacionada ao alto índice de insegurança percebido pelas pessoas usuárias.

Quanto à distribuição de atos de vandalismo, nenhuma área do parque foi mapeada como afetada por esse problema.

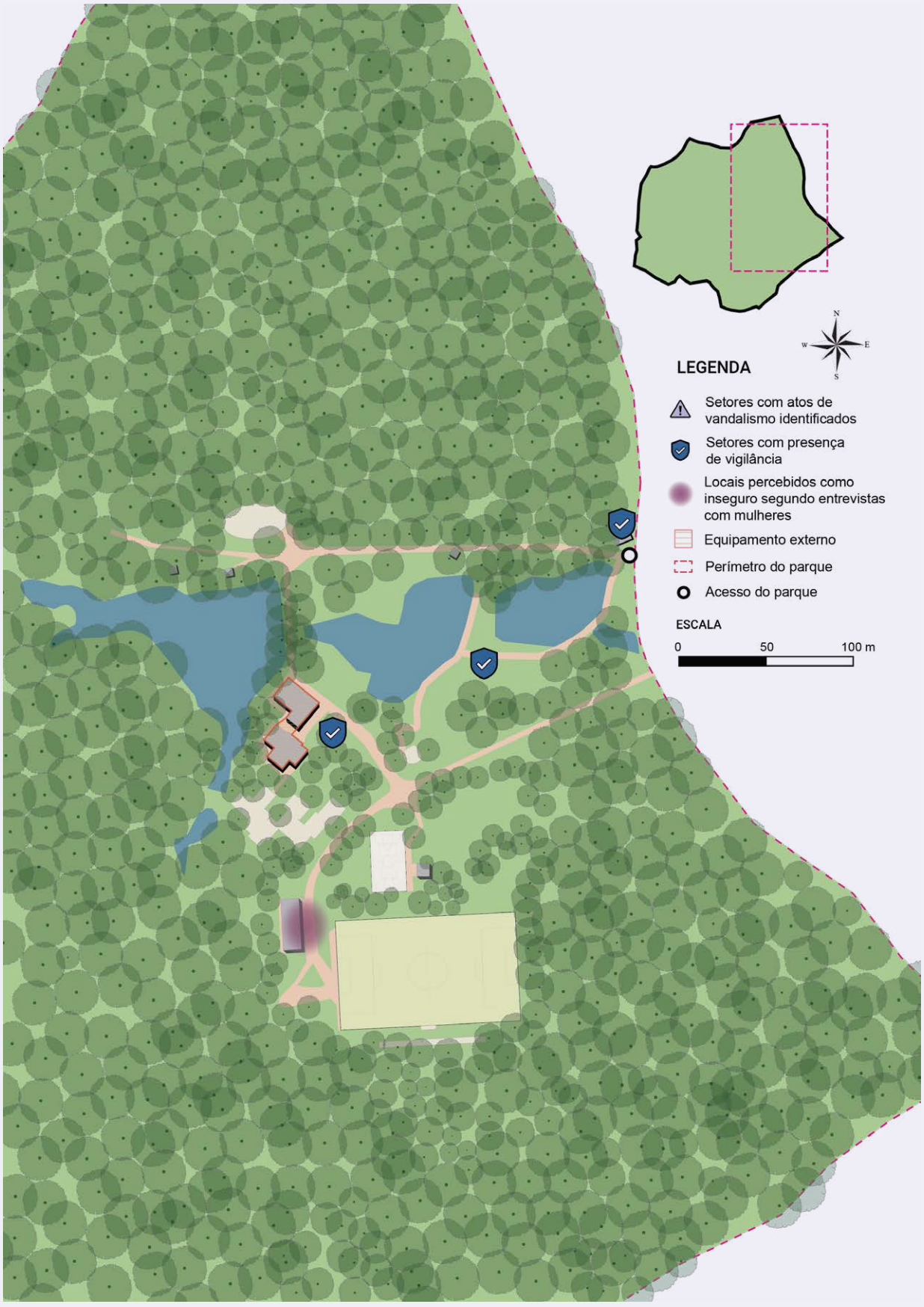
O QUE SE DESCOBRIU?

1. Ao longo da Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe, ao sul do acesso, foram identificados dois pontos com alta concentração de ocorrências, além de um núcleo urbano ao norte da área de influência que também apresenta um alto número de registros;

2. Mulheres relatam se sentir mais inseguras em comparação aos homens;

3. As mulheres apontaram como áreas de maior insegurança um ponto do parque próximo ao vestiário, onde não há presença de vigilância.

Figura 70: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

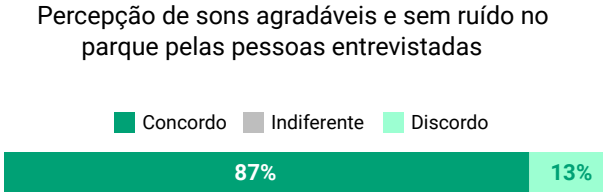
3.5 Conforto e ambiente

A sensação de bem-estar que as pessoas desfrutam dentro dos parques está associada a diversos fatores relacionados à qualidade do ambiente, tais como atenuação da sensação de calor, redução do ruído urbano excessivo e aproximação com a natureza (Semeia, 2021a). Dessa forma, o conceito de conforto ambiental relaciona como os aspectos, acústicos, térmicos e naturais interagem com as pessoas em determinado meio (Gehl, 2010).

Com o objetivo de identificar os possíveis elementos que possam comprometer a sensação de bem-estar promovida pelo conforto ambiental, foram realizadas entrevistas para compreender a percepção que as pessoas possuem do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia.

Os baixos níveis de ruído contribuem com a sensação de bem-estar no espaço público e ainda favorecem as interações sociais através de conversas (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque qual a percepção em relação à presença de sons agradáveis. A maioria das pessoas entrevistadas afirmam que o parque é um local livre de ruídos e com sons agradáveis (87%), o que pode estar relacionado à presença de uma ampla cobertura vegetal (ver Seção 3.6 Verde e Azul). Apenas 13% das pessoas discordam dessa percepção positiva em relação ao parque.

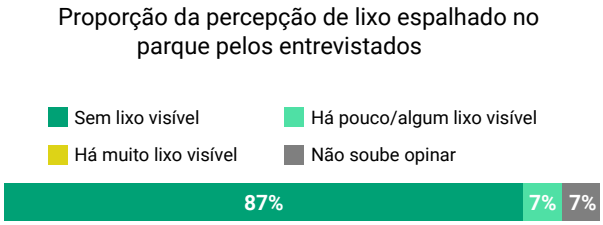
Gráfico 45: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A qualidade da limpeza do espaço também pode afetar a sensação de conforto ambiental, além de ser importante na preservação dos parques. Em levantamento técnico em campo, não foram identificados pontos de descarte irregular de lixo. Em consonância com esse resultado, a maioria das pessoas frequentam o parque (87%) afirma não identificar a presença de descarte irregular de lixo, enquanto apenas 7% alegam que há pouco ou algum lixo visível.

Gráfico 46: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O conforto térmico foi avaliado pela presença de elementos de sombreamento, naturais ou artificiais, para proteção do calor extremo e da insolação.

Conforme tabela abaixo, maioria dos setores conta com elementos de sombreamento. Dos quatro setores avaliados, apenas o Espaço de esportes e lazer 2 não conta com esse tipo de proteção.

Tabela 14: Presença de estruturas de sombreamento nos setores

	Nome do setor	Sombras
1	Espaço de esporte e lazer 1	presente
2	Espaço de esporte e lazer 2	ausente
3	Espaço de esporte e lazer 3	presente
4	Espaço dedicado aos animais	presente

Legenda: ausente, presente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

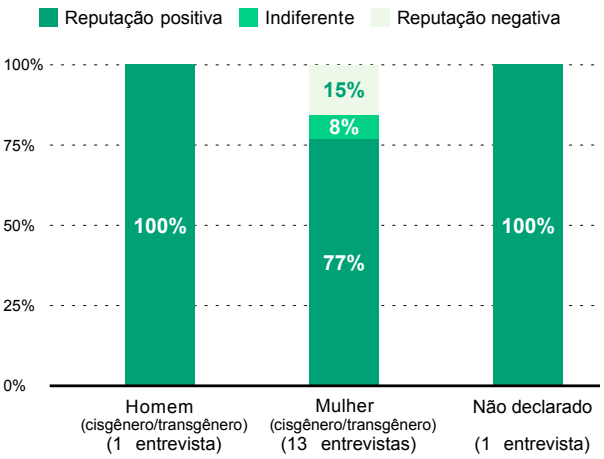
Além dos elementos físicos que possam comprometer a sensação de bem-estar no parque, a reputação que o espaço possui na comunidade onde está inserido é fundamental para a garantia de uma devida apropriação social. O conhecimento da percepção das pessoas sobre o espaço também permite ao poder público

conhecer as diferentes visões de mundo em relação ao parque e aos territórios em questão, criando a oportunidade de considerar essas contribuições sempre que houver viabilidade para implementá-las (Semeia, 2023).

Dessa forma, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque se já ouviram notícias ou relatos de situações de insegurança que aconteceram no parque (Gráfico 47). Das pessoas entrevistadas, a maioria das mulheres (77%) reporta uma reputação positiva do parque em sua comunidade. Foi entrevistado somente um homem e uma pessoa que optou por não se identificar quanto ao gênero, sendo que ambas percebem uma reputação positiva do parque.

Gráfico 47: Reputação do parque por gênero

Percepção de casos de violência das pessoas entrevistadas sobre o parque



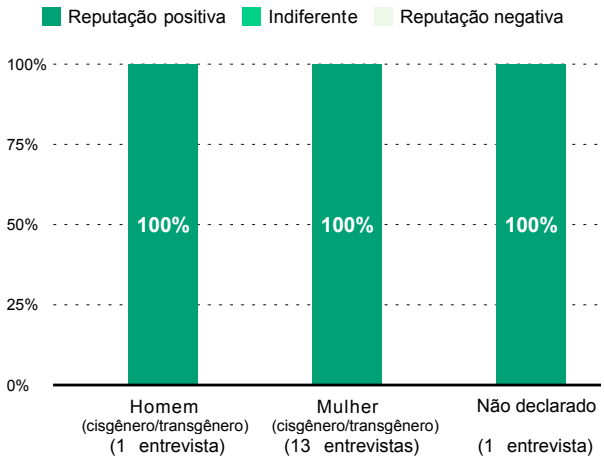
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Também foi perguntado às pessoas se elas recomendariam o parque enquanto opção de lazer do bairro. Todas as pessoas entrevistadas afirmam que recomendariam o parque em sua comunidade.

O resultado sugere que há uma reputação positiva em relação à experiência das pessoas que frequentam o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia.

Gráfico 48: Recomendação do parque por gênero

Proporções de pessoas que recomendariam o parque como opção de lazer do bairro



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O QUE SE DESCOBRIU?

1. Falta sombreamento no Espaço de esportes e Lazer 2 (quadra de basquete);

2. Há uma percepção positiva da população em relação ao parque, refletida em percepções acerca da presença de sons agradáveis, ausência de descarte irregular de resíduos e desconhecimento de ocorrências criminais.

3.6 Verde e Azul

Conforme apresentado no Capítulo 2 Proposta metodológica, a avaliação na escala da bacia hidrográfica é fundamental para a compreensão da dinâmica ecológica e conectividade do parque com seu entorno. O Parque Nascentes do Ribeirão Colônia integra a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Colônia, a qual abrange uma área de 10,57 km², tributária da bacia do Reservatório Billings. No Mapa 19 é possível observar a grande quantidade de nascentes presentes na bacia e no perímetro do parque. O principal curso hídrico é o próprio Ribeirão Colônia e seus afluentes, fazendo conexão direta com o Reservatório Billings através do braço do Ribeirão Taquacetuba, cujas águas são revertidas do Reservatório Billings para o Reservatório Guarapiranga desde o ano 2000 (São Paulo, 2007).



Observa-se, assim, a importância da preservação das nascentes e cursos d'água presentes na bacia para o abastecimento de São Paulo e região.

O parque abriga cinco lagos, sendo três deles na área de visitação. Identificou-se, nos processos participativos, pontos de mau cheiro da água próximo aos quiosques. O parque está inserido na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfia do Reservatório Billings – APRM-B (São Paulo, 2009), na seguinte área de intervenção:

- **Área de Ocupação Dirigida (AOD), na Sub-área de Ocupação de Baixa Densidade (SBD):** compreende a totalidade do território do parque e é caracterizada como área não urbana destinada a usos com baixa densidade de ocupação, compatíveis com a proteção dos mananciais. Dentre as diretrizes dessa área que se relacionam diretamente com o parque, está o incentivo a atividades econômicas compatíveis com a proteção dos recursos hídricos e com o desenvolvimento sustentável; garantia de usos de baixa densidade populacional; incentivo a implantação de sistemas autônomos, individuais ou coletivos, de afastamento, tratamento e destinação final de efluentes líquidos; limite de ampliação da capacidade do sistema viário que induza à ocupação ou adensamento populacional.

As áreas citadas estão representadas no Mapa 19. É importante atentar aos parâmetros urbanísticos destacados nos demais artigos da lei, bem como às demais diretrizes dispostas na mesma e que estejam relacionadas às intervenções e usos do parque.

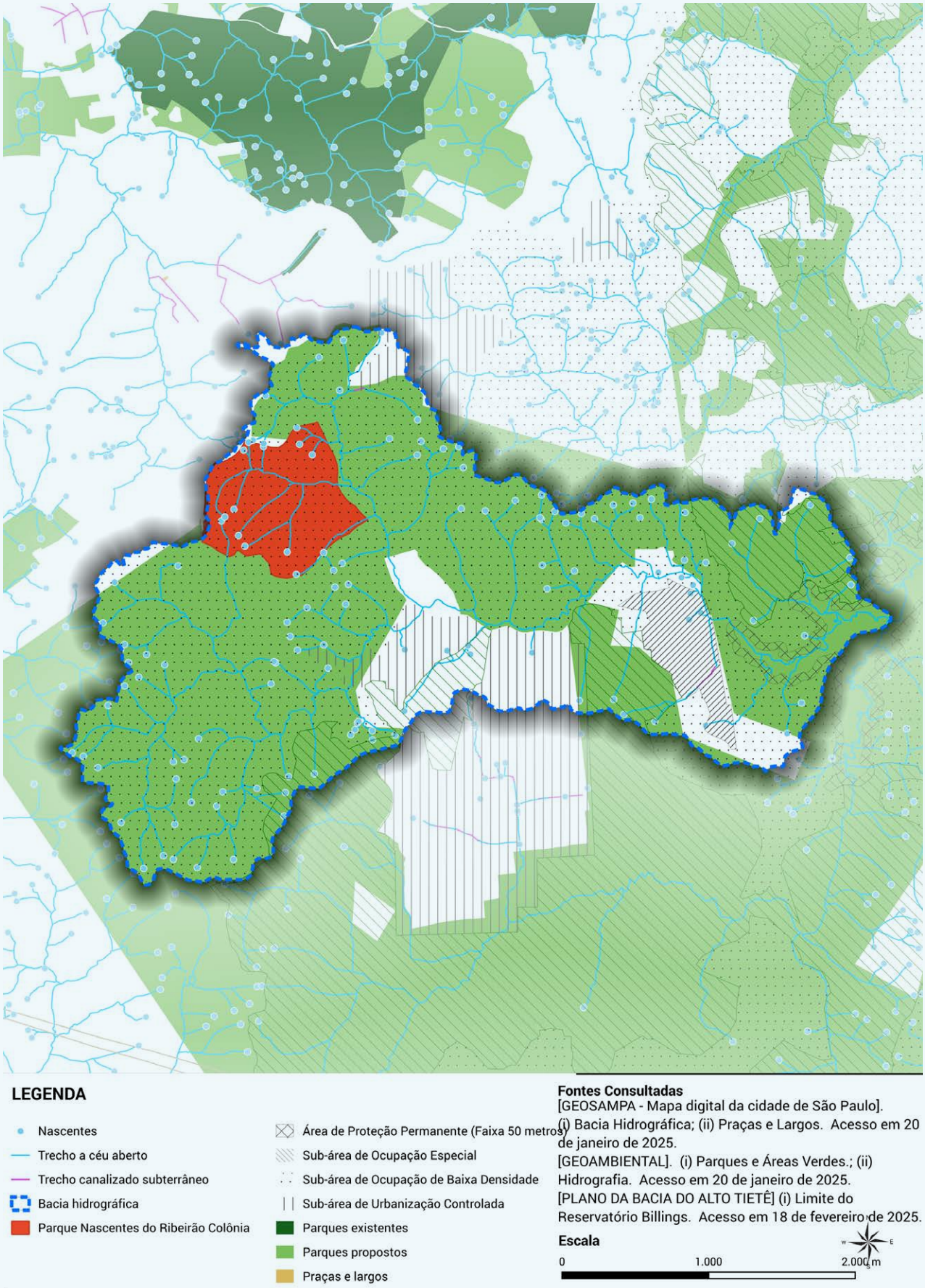
Apesar de não contar com ações diretas no Plano de Ação da Subprefeitura de Parelheiros, o parque está inserido no Perímetro de Ação ID 315 – Estradas Colônia e Marsilac (São Paulo, 2016), o qual menciona a diretriz de implantação do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia – uma vez que o documento fora elaborado antes da implantação do parque, além de constar no Perímetro ID 323 – Parques Urbanos, que engloba diretrizes para os diversos parques da subprefeitura, tais como requalificação de calçadas, requalificação de corredores de ônibus, ações de regularização fundiária e articulação dos acessos dos parques com ciclorrotas.



Dessa forma, observa-se a oportunidade de maior articulação com a Subprefeitura de Parelheiros e outras secretarias instituições, como a CET, para a realização de melhorias no entorno do parque e seus acessos.

É possível observar, no Mapa 19, a proximidade do parque com o Parque Natural Municipal Cratera de Colônia. Também há, na porção leste do parque, proposta de ampliação do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, a qual requer estudo fundiário e de implantação para ser viabilizada. A conexão entre os parques e áreas verdes do território é fundamental não apenas para o controle da ocupação das bordas da represa e preservação de suas margens, mas também para garantir a manutenção da biodiversidade.

Mapa 19: Parques, áreas verdes e drenagem da Bacia do Ribeirão Colônia, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque

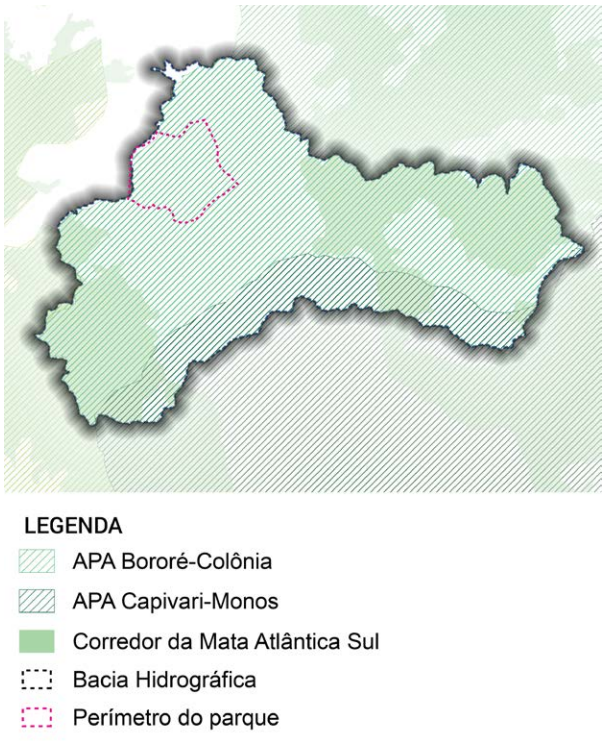


Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Conforme verifica-se na Figura 71, a região em que o parque está inserido é de grande relevância ambiental. Faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Bororé-Colônia, uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. Dessa forma, as intervenções no parque devem estar em consonância com a Lei Municipal nº 14.162, de maio de 2006, a qual cria a APA Municipal Bororé-Colônia.

Ainda, a parte sul da bacia hidrográfica está inserida na APA Capivari-Monos e o parque está próximo de dois Corredores Ecológicos da Mata Atlântica Sul – o Trecho 1 Itaim-Colônia, localizado a leste da bacia e o Trecho 2 Jaceguava-Cipó-Embura a oeste da bacia.

Figura 71: APAS e corredores ecológicos no entorno do parque



Fonte: Adaptado de Sehab/Programa Mananciais, 2012

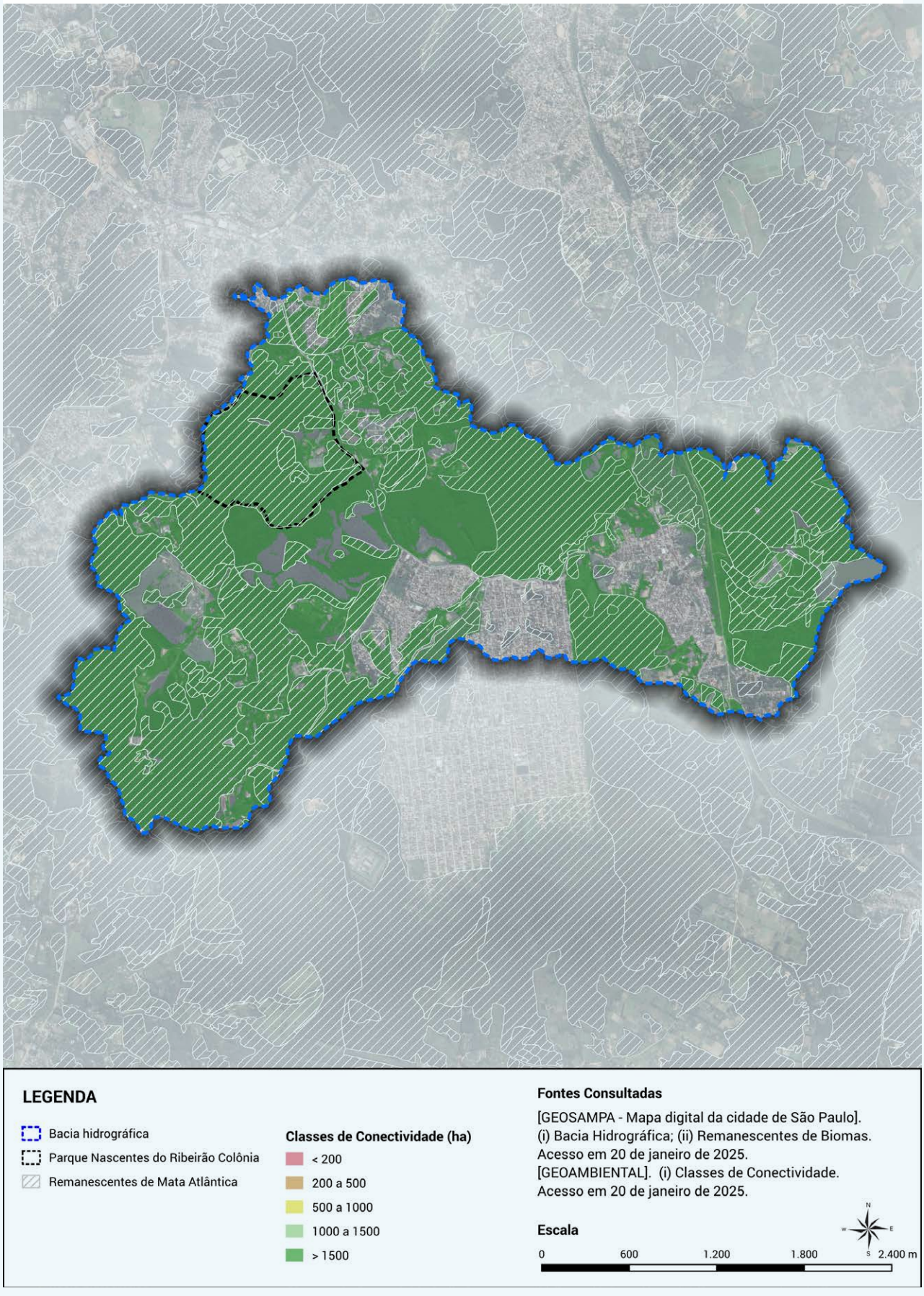
Assim, observa-se que o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia faz parte de um importante contexto de preservação da Mata Atlântica, o qual também permite a conexão e manutenção do fluxo gênico de espécies entre as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia.

Já o Mapa 20 apresenta o potencial de conectividade do parque, na escala da Sub-bacia hidrográfica em que está inserido. A avaliação pautou-se nos indicadores do BIOSAMPA (São Paulo, 2023), índice desenvolvido a partir da metodologia do "Índice de Biodiversidade da Cidade" - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities' Biodiversity*, principal estudo de biodiversidade na cidade de São Paulo.

Nota-se que o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, assim como os demais parques e áreas verdes da bacia, apresentam a classificação mais alta de conectividade.

Além disso, quase a totalidade do parque e seu entorno são compostos por remanescentes de Mata Atlântica, ressaltando a necessidade de preservar essa área do parque e reforçar o local como equipamento de lazer e de relevância ambiental. Da mesma forma, observa-se a necessidade de implementar estratégias no entorno desses espaços verdes que garantam recursos e conectividade e seu uso pela fauna silvestre. Os registros de fauna nativa e a mudança no número de espécies de plantas vasculares são um dos indicadores principais do BIOSAMPA para avaliar a biodiversidade no território. Os dados da última publicação do índice são de 2023 e apresentam que o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia possui 193 espécies vasculares de flora catalogadas, incluindo o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) ameaçados de extinção, correspondendo a 5,26% do total de espécies catalogadas em São Paulo (São Paulo, 2024). Já o Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo indica 143 espécies de fauna nativa autóctone / nativa do Brasil catalogadas, correspondendo a 11,1% do total catalogado no município, sendo 35 espécies endêmicas da Mata Atlântica, dentre as 225 catalogadas no município (São Paulo, 2024). Para que o índice se mantenha alto, é essencial o trabalho de controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação e do levantamento e registro das espécies no parque.

Mapa 20: Potencial de conectividade do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Outro importante aspecto de análise trazido pelo BIOSAMPA são os indicadores relacionados aos serviços ecossistêmicos. Áreas verdes, como o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, por vezes desconhecidos e subvalorizados. De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), são considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas. Dentre os benefícios estão a melhoria do clima, da qualidade do ar, controle das enchentes e oferta de lugares para lazer e contato com a natureza.

Os indicadores de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são: controle da água, impacto das plantas no clima e no frescor, além de atividades educativas e recreativas em parques naturais. Conforme o relatório de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo, a Região Sul apresenta um bom resultado referente aos serviços ecossistêmicos prestados pelos parques da região, atrás somente da região norte (ONU-Habitat, 2024).

Em entrevistas às pessoas frequentadoras do parque durante a oficina aberta, das 15 pessoas entrevistadas, todas consideram o ar do parque limpo e agradável, sendo citados como principais motivos a sensação de menos poluição ou ar mais saudável (47%) e frescor (40%). Ainda com relação ao processo participativo, foram apontadas algumas observações das pessoas frequentadoras acerca dos serviços ecossistêmicos, como a oportunidade de maior aproximação da natureza e maior contato com animais, como aves e outras espécies da fauna local. Em conjunto com as informações obtidas na análise de Conforto e ambiente e Instalação e mobiliário, os dados reforçam a necessidade de ações para melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados pelo parque frente a seu potencial e demanda da população frequentadora.

Já na escala do parque, existem estratégias que podem aumentar sua sustentabilidade e sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foram mapeadas as seguintes medidas incorporadas nos espaços construídos do parque: presença de elementos de energia solar ou censória (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, entre outros); presença de coleta seletiva; presença de compostagem; presença de coletor de água pluvial ou sistema de filtragem de água; presença de estratégias relacionadas à agricultura urbana (como banco de sementes, horta comunitária, viveiros, estufas, meliponia, aproveitamento de resíduos de poda).

A Figura 72 apresenta os resultados para o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, onde é possível verificar que o parque possui composteira, biodigestor, horta, banco de sementes, captação de água da chuva, jardim filtrante e faz o reaproveitamento de resíduos de poda. A existência de tais estratégias foi destacada nos processos participativos.

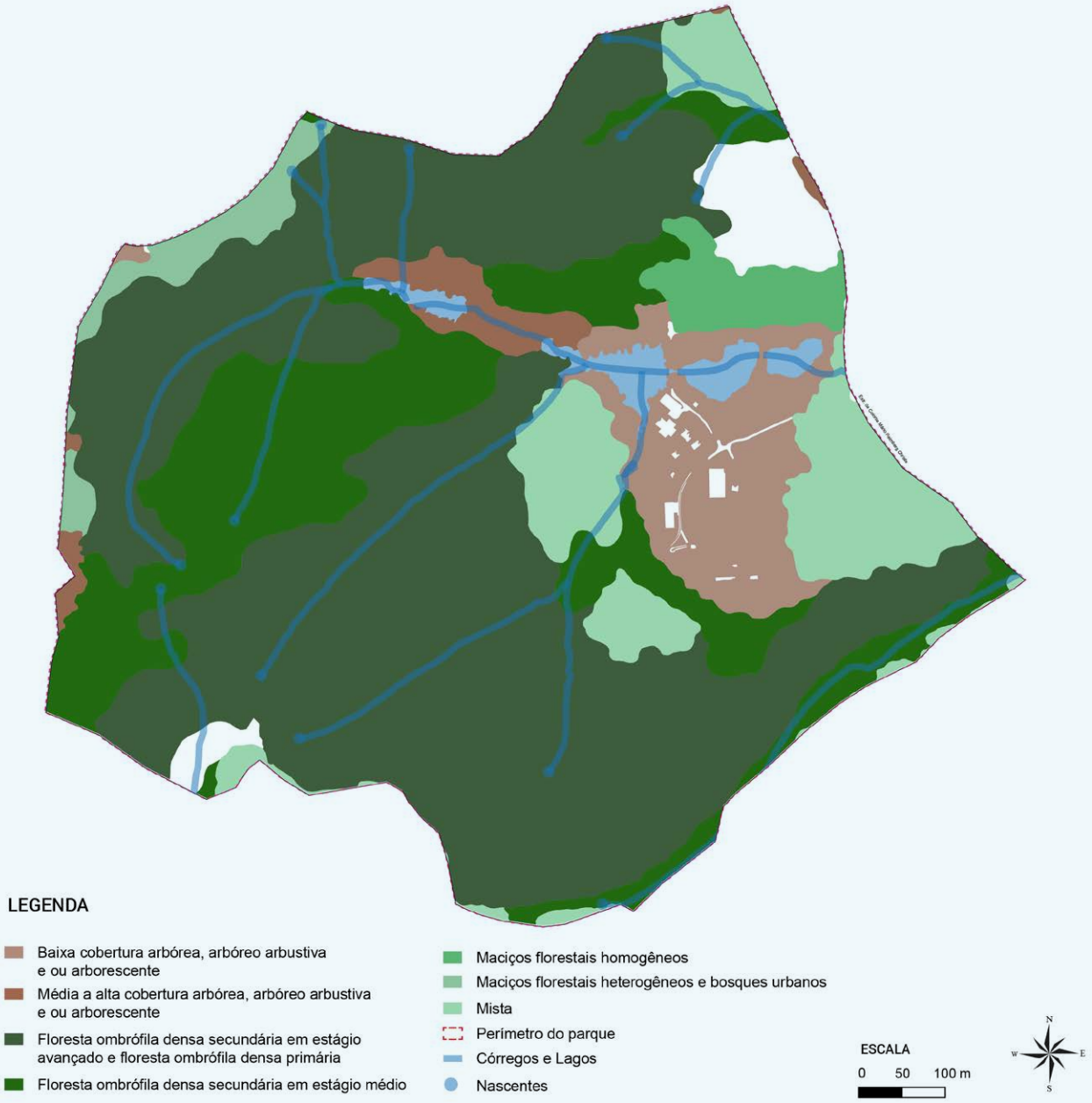
Figura 72: Estratégias de mitigação no Parque Nascentes do Ríbeirão Colônia



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Adotar tecnologias sustentáveis, pode reforçar a relevância do parque na mitigação dos riscos naturais e climáticos, e fazer com que se tornem m odelos de referência e ofereçam suporte às comunidades do entorno, servindo como exemplos de boas práticas e refúgios climáticos. Além disso, a adoção de práticas e estratégias sustentáveis podem dar suporte às medidas de conservação e manejo de seus atributos naturais.

Figura 73: Vegetação significativa presente no parque



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

Na Figura 73 é possível verificar a relação entre as áreas impermeáveis ou sem vegetação significativa e as áreas verdes do parque, sobrepostas aos elementos hídricos (córregos e nascente). Conforme os dados de vegetação significativa do GeoSampa (2023), a taxa de cobertura verde do parque é de 97,77%, o que significa que quase a totalidade de sua área é ocupada por vegetação, em sua maioria de floresta ombrófila densa secundária em estágio avançado e floresta ombrófila densa primária.

Nos processos participativos foi bastante valorizada a natureza e a presença da área verde e arborização do parque, tal como sua paisagem cênica. Em termos de manutenção da vegetação, foi identificado que é realizada três vezes por semana, apesar de ter sido apontado, nos processos participativos, a falta de manutenção da mesma.



O QUE SE DESCOBRIU?

1. O parque é relevante no sistema de drenagem da região: integra a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção, sendo importante, inclusive, para o abastecimento do Reservatório Guarapiranga. Deve seguir as diretrizes da APRM-B;

2. Há oportunidade de articulação com a Subprefeitura de Parelheiros e outras secretarias instituições, como a CET, para a realização de melhorias no entorno do parque e seus acessos;

3. Há grande potencial de conectividade entre o parque e as APAs Capivari-Monos e Bororé Colônia, reforçando sua proximidade com o Corredor Ecológico da Mata Atlântica Sul para preservação do bioma, manutenção do fluxo gênico entre espécies e manutenção da biodiversidade;

4. Há uma área potencial para ampliação do parque, na porção leste do território;

5. É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, manter altos seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático;

6. O parque tem potencial para melhorar as estratégias sustentáveis e de mitigação e tornar-se referência no município e região;

7. Local de grande beleza cênica e atributos verdes e azuis, com potencial para melhoria na manutenção da vegetação e na infraestrutura de visitação para maior aproximação das pessoas com a natureza.

Figura 74: Elementos verdes e azuis do parque e algumas das estratégias de sustentabilidade (jardim filtrante e horta)



© ONU Habitat Brasil

3.7 Governança

Dentro da análise de governança que compreende os usos parque e sua área de influência, a tabela abaixo sistematiza os dados obtidos através da investigação dos seus indicadores.

Usos do parque e área de influência	
Indicador	**Dado**
Distribuição dos equipamentos públicos na área de influência	Assistência social: 0 Cultura: 0 Saúde: 0 Educação: 2 Esportes: 0
Presença de atividades inclusivas no espaço em parceria com o poder público	Teia parelheiros (ADESAMPA); Escola de agroecologia de parelheiros (UMAPAZ).; Trilha ecológicas organizadas pela SVMA (programa Vai de Roteiro)
Presença de atividades organizadas pela governança local e pela comunidade	Aula de afromix.
Presença de atividades econômicas formais e informais	Feiras de artesanato aos domingos, promovida pelo TEIA.

A distribuição de equipamentos públicos na área de influência do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia (ver Mapa 21) evidencia uma escassez geral, especialmente de espaços culturais, esportivos, de assistência social e de saúde, além da presença limitada de apenas dois equipamentos educacionais.

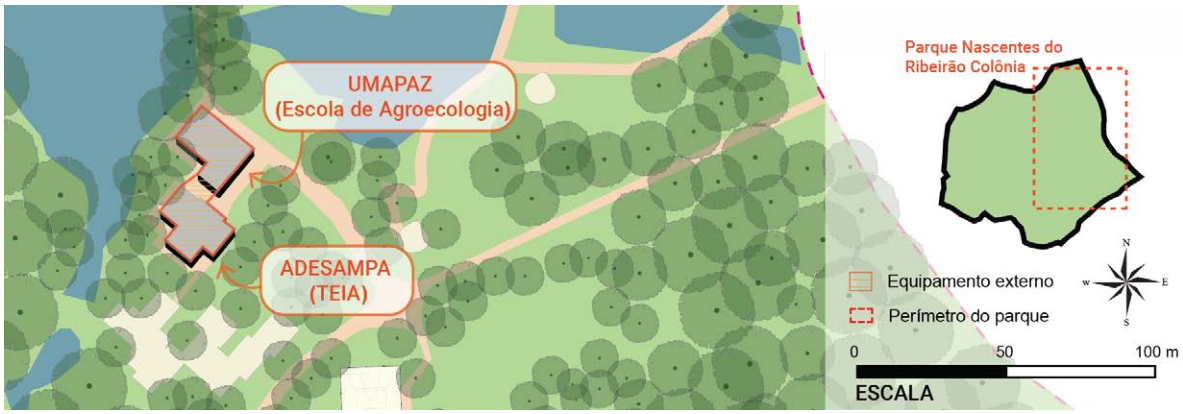


A carência de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço para fomentar atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde, atendendo às necessidades da população local que tem acesso restrito a esses serviços.

De acordo com a gestão do parque, no período da Avaliação (outubro de 2024), existem dois equipamentos no parque que fazem parceria com outras secretarias: o TEIA Parelheiros, administrado pela ADESAMPA e a Escola de Agroecologia de Parelheiros, administrada pela UMAPAZ (ver Figura 76). Ambos os equipamentos são de grande importância para o espaço, por promoverem atividades diversas como oficinas de artesanato, incluindo feiras aos domingos, e programações culturais e de educação ambiental.

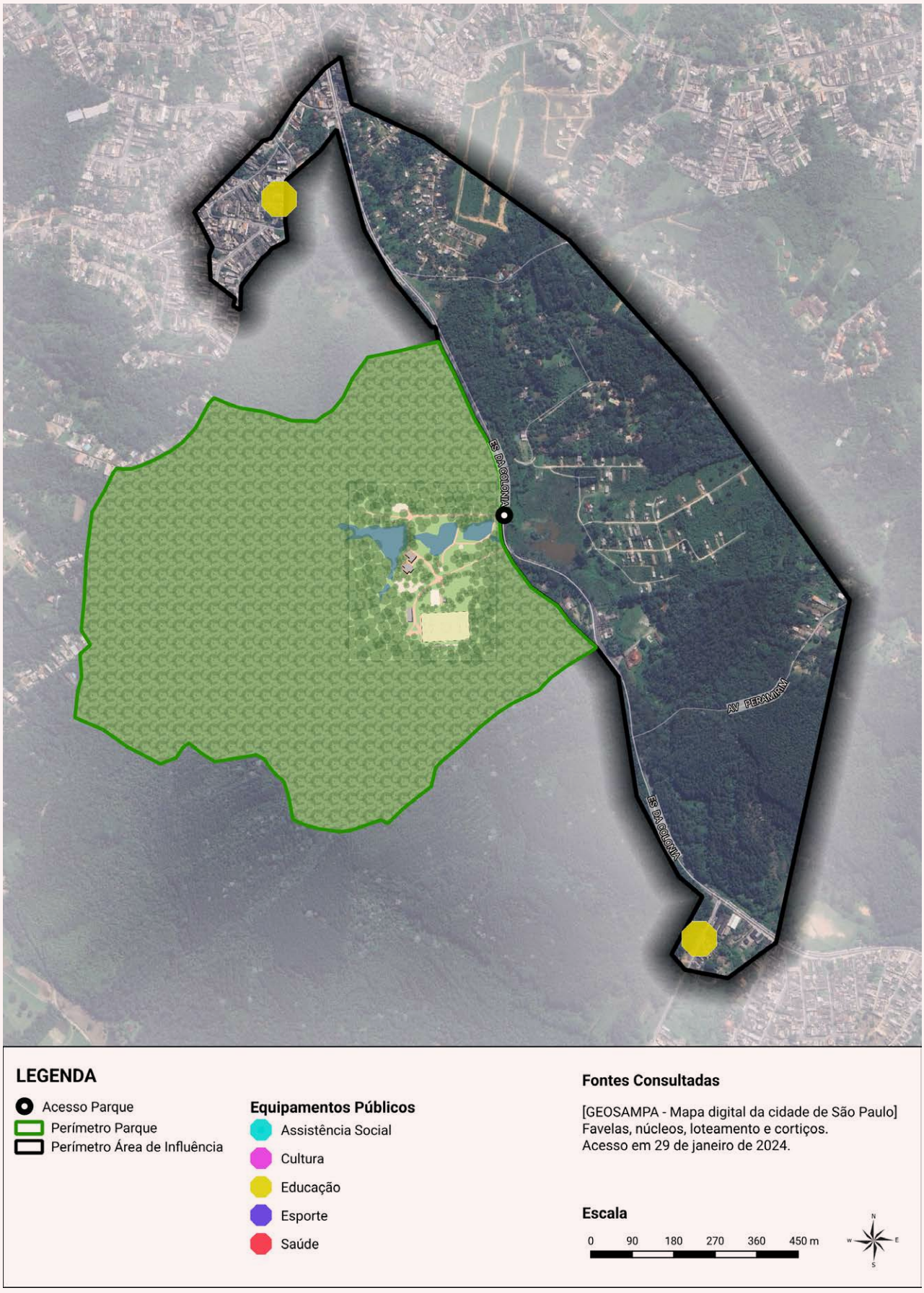
Além disso, o parque também sedia trilhas ecológicas organizadas pela SVMA e a Secretaria Municipal de Turismo, através do programa Vai de Roteiro. Com relação à atividades organizadas pela governança comunitária, foi identificada apenas a aula de afromix organizada por pessoas voluntárias, que acontece duas vezes por semana no parque.

Figura 75: Localização dos equipamentos externos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Mapa 21: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Elaboração: Elaboração própria, ONU-Habitat

A avaliação dos aspectos de governança do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia incluiu a análise de indicadores relacionados à governança comunitária, com o objetivo de compreender se, e como os moradores do entorno se envolvem na gestão do parque, a existência de associações ou grupos representativos no bairro e região, e a realização de atividades promovidas pela comunidade no local.

A investigação da governança comunitária é fundamental para entender o nível de apropriação local, que, quando ocorre, contribui para que o parque seja utilizado de forma mais frequente e responsiva pela comunidade. Essa apropriação fortalece o cuidado e a vitalidade do espaço, além de auxiliar na gestão e na reivindicação de demandas e desejos coletivos (Laboratório Arq. futuro e Diagonal, 2023). Um parque apropriado de maneira inclusiva e responsável promove o bem-estar comunitário e reforça seu papel como um espaço público acessível a todas as pessoas (UNOPS e Semeia, 2019).

Governança comunitária	
Indicador	**Dado**
Mapeamento das associações e organizações do entorno	Espaço Semeador; Planta feliz
Existência e funcionamento do conselho gestor	Conselho gestor inexistente.
Nível de conhecimento comunitário sobre o conselho gestor e mecanismos participativos	67% das pessoas entrevistadas não sabem da existência do conselho gestor 67% das pessoas entrevistadas sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque

De acordo com relatos das participantes do grupo de capacitação da sociedade civil que representam o parque, as organizações sociais mais atuantes no espaço são o Espaço Semeador, que promove atividades para a terceira idade, e o Planta Feliz, organização que faz compostagem no entorno do parque.

Atualmente, nenhuma dessas organizações fazem atividades em parceria com o parque.



Atualmente, o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia não possui um conselho gestor eleito.

Durante entrevistas realizadas com frequentadores do parque na oficina aberta (ver Seção 2. Processo participativo), 67% afirmaram não saber da existência do conselho, o que indica um baixo nível de conhecimento sobre esse canal participativo, e 67% sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque.

Entre os principais desafios apontados pela comunidade na Seção 2 Processo participativo, foi apontada a falta de um conselho gestor e, por consequência, um distanciamento da gestão com a comunidade.

Em consulta à equipe da CGC da SVMA, foi informado que a gestão do parque, por estar mais próxima das questões locais, deveria ser responsável pela divulgação do conselho e pela promoção de espaços de debate público. No entanto, gestores locais respondem à Divisão de Gestão e não diretamente à equipe de colegiados, o que, somado a outras demandas urgentes, dificulta essa atuação.

Diante da alta demanda gerada por todos os parques de São Paulo, a CGC também enfrenta desafios para absorver essa função, apesar de ser uma de suas atribuições legais.



Esses dados indicam uma lacuna na comunicação entre comunidade, entidades e gestão, o que pode estar impactando o engajamento na governança do parque.

Equipe operacional		
Indicador		**Dado**
Dados sobre o gestor	Perfil	Gênero: Mulher; Escolaridade: Ensino médio completo; Início de gestão: 12/7/2022
	Número de parques que administra	Um.
	Presença de administração no parque	Sim.
Número de pessoas funcionárias dedicados à segurança, desagregado por gênero.		22, sem moto-ronda. Seis mulheres.
Número de pessoas funcionárias de manutenção desagregado por gênero		33, sendo 4 mulheres.

Com relação à equipe operacional, a gestora é apenas administrador do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, e o parque contém uma sede administrativa.

No que se refere à equipe de segurança, das 22 pessoas, apenas seis são mulheres. Nessa equipe não existe moto-ronda. Já na equipe de manutenção, composta por 33 pessoas, apenas quatro são mulheres.



Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres no quadro de pessoas funcionárias, algo também identificado como negativo na Seção 2 Processo participativo.

O QUE SE DESCOBRIU?

1. A falta de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço estratégico para fomentar atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde, suprindo a demanda da população local, que possui acesso limitado a esses serviços;

2. O Parque Nascentes do Ribeirão Colônia não conta com um conselho gestor eleito;

3. Foi identificada uma lacuna na comunicação entre a comunidade, entidades e a gestão, o que pode impactar tanto o engajamento na governança do parque quanto a inatividade do conselho gestor;

4. Há baixa representatividade de mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

4. Diagnóstico das dimensões

Com base na avaliação do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, realizada por meio da investigação de sete dimensões, o diagnóstico apresenta a sistematização das principais descobertas em cada dimensão.

Principais descobertas do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia

Pessoas no parque e área de influência



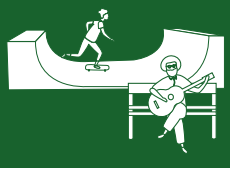
- Poucas pessoas vivem dentro da área de influência estabelecida para o parque.
- O perfil etário predominante é de crianças entre 0 e 9 anos.

Acessibilidade



- A oferta de transporte público é limitada, restringindo a integração do parque com o restante da cidade.
- Não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, dificultando o acesso de ciclistas.
- No entorno do parque, 56% das calçadas não atendem à largura mínima exigida pela legislação.
- O acesso ao parque apresenta desafios significativos em termos de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando-o menos inclusivo.
- Problemas de pavimentação e inclinação comprometem a acessibilidade universal em 62% dos setores internos do parque analisados.

Instalações e mobiliário



- Apesar do perfil etário na área de influência ser predominantemente infantil (0 a 9 anos), no momento da coleta de dados não foram identificados equipamentos dedicados a essa faixa etária.
- Nenhum dos três setores de sanitários possuem chuveiros, vestiários e fraldários.
- Não há bancos, lixeiras e bebedouros na maioria dos setores.

Segurança



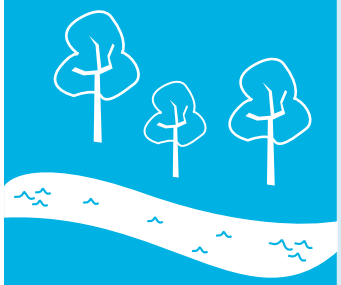
- Ao longo da Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe, ao sul do acesso, foram identificados dois pontos com alta concentração de ocorrências, além de um núcleo urbano ao norte da área de influência que também apresenta um alto número de registros.
- Mulheres relatam se sentir mais inseguras em comparação aos homens.
- As mulheres apontaram como áreas de maior insegurança um ponto do parque próximo ao vestiário, onde não há presença de vigilância.

Conforto e ambiente



- Falta sombreamento no Espaço de esportes e Lazer 2 (quadra de basquete).
- Há uma percepção positiva da população em relação ao parque, refletida em percepções acerca da presença de sons agradáveis, ausência de descarte irregular de resíduos e desconhecimento de ocorrências criminais.

Ambiente verde e azul



- O parque é relevante no sistema de drenagem da região: integra a bacia do Reservatório Billings e suas áreas de proteção, sendo importante, inclusive, para o abastecimento do Reservatório Guarapiranga. Deve seguir as diretrizes da APRM-B.
- Há oportunidade de articulação com a Subprefeitura de Parelheiros e outras secretarias instituições, como a CET, para a realização de melhorias no entorno do parque e seus acessos.
- Há grande potencial de conectividade entre o parque e as APAs Capivari-Monos e Bororé Colônia, reforçando sua proximidade com o Corredor Ecológico da Mata Atlântica Sul para preservação do bioma, manutenção do fluxo gênico entre espécies e manutenção da biodiversidade.
- Há uma área potencial para ampliação do parque, na porção leste do território.
- É necessário ampliar o potencial de serviços ecossistêmicos prestados pelo parque, manter altos seus índices de biodiversidade e potencializar o local como refúgio climático.
- O parque tem potencial para melhorar as estratégias sustentáveis e de mitigação e tornar-se referência no município e região.
- Local de grande beleza cênica e atributos verdes e azuis, com potencial para melhoria na manutenção da vegetação e na infraestrutura de visitação para maior aproximação das pessoas com a natureza.

Governança



- A falta de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço estratégico para fomentar atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde, suprindo a demanda da população local, que possui acesso limitado a esses serviços.
- O Parque Nascentes do Ribeirão Colônia não conta com um conselho gestor eleito.
- Foi identificada uma lacuna na comunicação entre a comunidade, entidades e a gestão, o que pode impactar tanto o engajamento na governança do parque quanto a inatividade do conselho gestor.
- Há baixa representatividade de mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

5. Recomendações

Para a definição das recomendações para o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia foram compilados todos os elementos de diagnóstico obtidos via processos participativos, incluindo os quatro grupos (*ver* Seção 2: Processo participativo), junto com o diagnóstico das dimensões (*ver* Seção 4: Diagnóstico das dimensões), resultado da aplicação dos indicadores da Avaliação Específica de Espaços Públicos. Posteriormente, foi feita a verificação se o projeto já desenvolvido para o parque contempla cada uma das recomendações propostas.

Em algumas das recomendações foram inseridos os desejos de futuro, que se referem a ações, propostas ou aspirações advindas do processo participativo (ver Seção 2.2: Principais Contribuições) e que demandam um estudo de viabilidade. Os desejos de futuro também compreendem recomendações não previstas no projeto desenvolvido para o parque, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente As recomendações foram organizadas em três eixos, relacionados à natureza da ação necessária: **gestão do parque, projeto de intervenção e articulação institucional**, definido da seguinte forma:

- **Gestão do parque:** apresenta os elementos de diagnóstico e recomendações específicas para o parque avaliado e que são de responsabilidade ou deverão ser articuladas pela pessoa gestora do parque. Estão relacionadas, sobretudo, ao manejo e atividades cotidianas do parque;
- **Projeto de intervenção:** relacionado ao diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações e que requerem, portanto, recursos para o desenvolvimento de projeto e implementação;
- **Articulação institucional:** engloba o diagnóstico e recomendações que demandam ações intersecretariais ou de responsabilidade de outro setor externo à SVMA. Também apresenta diretrizes na escala da cidade, **algumas das quais são aplicáveis a todos os parques**. As ações necessárias para implementação das recomendações do eixo de *Articulação Institucional* serão apresentadas em relatório específico de *Estratégias e Recomendações Políticas para a Cidade*.

Em cada eixo, os elementos do diagnóstico foram classificados dentro das sete dimensões da Avaliação e aborda tanto aspectos referentes ao interior do parque, quanto à área de influência e à bacia hidrográfica na qual o parque está inserido. É importante ressaltar que, tão importante quanto a realização de melhorias no interior do parque, é a adequação de sua área de influência, que deve ser entendida como uma extensão do parque e que é fundamental para a garantia de maior acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público.

Legenda

Pessoas no parque e área de influência | Acessibilidade | Instalações e mobiliário | Segurança | Conforto e ambiente | Ambiente verde e azul | Governança

Descrição	Fonte	Recorte Espacial	Atendido no projeto existente?	Código	Recomendações
GESTÃO DO PARQUE					
A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R01	Desenvolver atividades periódicas, em parcerias com outras secretarias e organizações, com o objetivo de atender à diversidade de perfis no parque considerando pessoas idosas, mulheres, crianças e jovens, fomentando atividades já existentes e aproveitando a infraestrutura construída para abrigar novas atividades. Incluir atividades voltadas a meninas e mulheres para aumento da frequência desse público.

De acordo com as pessoas frequentadoras, há mais homens do que mulheres no parque.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	**R01**	
As mulheres relatam se sentir mais inseguras no parque em comparação aos homens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R02**	Incentivar igualdade de gênero nos processos de tomada de decisão, possibilitando que as mulheres que identifiquem e informem os aspectos que tornam o espaço mais inseguro.
Maioria das pessoas trabalhadoras do parque são homens, tendo poucas mulheres nas equipes.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	**R03**	Implementar políticas de igualdade de gênero na composição dos quadros de pessoas funcionárias do parque.
As mulheres apontaram como áreas de maior insegurança um ponto do parque próximo ao vestiário, onde não há presença de vigilância.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R04**	Incentivar mecanismos de vigilância ativa, aumentando o número de pessoas na equipe de vigilância em pontos fixos pelo parque, principalmente nos locais próximos à identificação de ocorrências criminais. Promover atividades que garantam circulação constante de pessoas, e ofertar equipamentos inclusivos e espaços que favoreçam a visibilidade mútua.
Falta regularidade e/ou estruturação das atividades de manutenção da vegetação existente e intervenções que ampliem o contato das pessoas com a natureza.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	N/a	**R05**	Implementar ações de comunicação à população acerca da periodicidade e das ações de manejo (vide recomendação R21).
				R06	Estabelecer plano de atividades para equipe de manejo e jardinagem com cronograma para as atividades básicas de manutenção, tais como manutenção dos canteiros, despraguejamento, plantio, rega, poda, varrição, retirada de lixo. Garantir treinamento e número suficiente de pessoas na equipe para realização das tarefas.
É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	N/a	**R07**	Realizar melhorias na infraestrutura de visitação existente visando ampliação do potencial de espaço de lazer. Vide recomendações específicas em “Projeto de intervenção”.
				R08	Implementar recomendação R1.
				R09	Aumentar os índices de biodiversidade, através do controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação dos atributos naturais e do levantamento e registro das espécies no parque.
O parque possui importância estratégica no sistema de drenagem da região, por abrigar diversas nascentes e cursos d’água que se conectam ao Reservatório Billings e influenciam o Reservatório Guarapiranga.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	N/a	**R10**	Realizar atividades regulares de conservação, limpeza e manejo do córrego para o equilíbrio ambiental da região, incluindo a análise de qualidade da água.

O parque possui importância estratégica no sistema de drenagem da região, por abrigar diversas nascentes e cursos d'água que se conectam ao Reservatório Billings e influenciam o Reservatório Guarapiranga.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	N/a	R11	Os corpos hídricos deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação. Se necessário, realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas na área das nascentes para contenção das margens e redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos. Realizar manejo e limpeza do lago e pontos de mau cheiro próximos aos quiosques.
				R12	Implementar recomendação R21 com foco na questão de descarte de resíduos nos cursos d'água e visando a delimitação e sinalização das nascentes presentes no parque.
				R13	Garantir que as intervenções no parque devem estejam em consonância com as diretrizes para a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings
Há uma deficiência nos mecanismos de divulgação, tanto interna quanto externamente ao parque, no que se refere à comunicação dos eventos e atividades realizadas em seu interior.	Participativo		N/a	R14	Desenvolver plano de comunicação, incluindo a instalação de quadros de avisos e divulgação de eventos atualizados em todos os acessos, na subprefeitura e em equipamentos do entorno, e avaliar viabilidade de criação de mídias sociais do parque para a divulgação de eventos, com gestão realizada por pessoa representante do conselho gestor.
As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.	Participativo		N/a	R15	Estabelecer uma grade semanal de trilhas monitoradas organizada pela gestão do parque, em conjunto com o conselho gestor, que inclua a contratação de profissionais qualificados para realizar o monitoramento.
O parque não conta com um conselho gestor eleito	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R16	Fortalecer o vínculo entre a gestão do parque e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária. Essas ações incluem a organização de encontros, cursos e capacitações promovidos em parceria com a CGC e a gestão do parque, com o objetivo de incentivar a articulação comunitária e formação de associações de bairro, apropriação comunitária do espaço e a participação ativa no conselho gestor.
Faltam estratégias de gestão voltadas ao engajamento da comunidade do entorno do parque, o que compromete o fortalecimento comunitário e enfraquece a governança participativa.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a		
Falta equidade de gênero na composição do quadro de equipe de pessoas funcionárias.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R03	Implementar recomendação R3.
PROJETO DE INTERVENÇÃO					
Falta de acessibilidade na portaria de acesso e calçadas adjacentes ao parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Não	R17	Requalificar o acesso do parque e seu perímetro adjacente, para que atendam as normas de segurança e acessibilidade universal.

Há problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal em 62% dos setores analisados.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Sim	R18	Requalificar os caminhos principais que conectam os diferentes setores do parque, garantindo sua integração ao longo de toda a extensão do parque e sua conformidade com as normas de acessibilidade universal.
Falta acessibilidade no parque de forma geral, com destaque para o banheiro.	Participativo	Perímetro do parque	Sim		
É limitada a presença de infraestruturas para ciclistas no interior do parque, como paraciclos, via de bicicletas e/ou trilhas para ciclistas.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	R19	Implementar infraestruturas para ciclistas, como a instalação de paraciclos em pontos estratégicos do parque, e estudar possibilidade de implementação de trilha para ciclistas.
Falta corrimão e guarda-corpo no trecho entre o estacionamento e a administração.	Participativo	Perímetro do parque	Parcialmente	R20	Estudar a possibilidade de implementação de proteção por meio de guarda-corpo e/ou corrimão no trecho entre o estacionamento e a administração.
Faltam elementos de sinalização e comunicação no parque, como placas de indicação dos acessos e setores, mapeamento e quadro de avisos, alertas e informações úteis.	Participativo	Perímetro do parque	Não	R21	Desenvolver plano de comunicação visual para o parque, que deverá conter: sinalização nos setores, advertências e restrições de uso (Ex.: uso obrigatório de coleiras), sinalização de atributos naturais (Ex.: represa), informações de conscientização e educação ambiental (Ex.: identificação das árvores alerta de descarte de lixo).
A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcialmente	R22	Elaborar projeto de parquinho, com novos brinquedos de forma a incluir pessoas com deficiência, crianças pequenas e pessoas de todas as idades.
Apesar de estarem em condições adequadas de manutenção, os espaços de brincar necessitam diversificação dos equipamentos, sobretudo para atender a todas as faixas etárias e promover acessibilidade universal.	Participativo	Perímetro do parque	Parcialmente		
Faltam bancos, lixeiras e mesas e bancos para piquenique.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Sim	R23	Garantir que todos os setores e áreas de circulação tenham mobiliário urbano.
Problemas de infraestrutura de saneamento.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	R24	Implementar infraestrutura de drenagem, sobretudo próximo aos setores e áreas de circulação.
Alguns equipamentos carecem de manutenção, como quiosques, biblioteca e guarita.	Participativo	Perímetro do parque	Parcialmente	R25	Desenvolver projeto de requalificação dos quiosques e biblioteca.
Banheiros compartilhados causa desconforto nas mulheres e meninas.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	R26	Realizar manutenção em todos os sanitários e incluir chuveiros, vestiários e garantir que todos os setores de sanitários tenham fraldário que possam ser acessados por qualquer pessoa, independente do gênero.
Nenhum dos três setores de sanitários possuem chuveiros, vestiários e fraldários.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	Parcialmente		
O banheiro não funciona corretamente, e está localizado longe da administração.	Participativo	Perímetro do parque	Parcialmente		

Falta sombreamento no Espaço de esportes e Lazer 2 (quadra de basquete) e em alguns locais do parque.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente	R27	Garantir que todos os setores e áreas de circulação tenham mobiliário urbano, incluindo infraestruturas de sombreamento, natural ou artificial.
	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Parcial-mente	R28	Estudar viabilidade de instalação de cobertura na quadra.
	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Não	R29	Garantir que todos os setores tenham elementos de sombreamento, naturais ou artificiais.
Faltam mecanismos de segurança ao redor do lago e na ponte.	Participativo	Perímetro do parque	Não	R30	Implementar estratégias de comunicação (ver R21) para alertar sobre distanciamento do lago e solicitar estudo para implantação de guarda-corpo.
O parque conta com estratégias de mitigação em andamento, que demandam aprimoramento e ampliação por meio da adoção de novas tecnologias e soluções baseadas na natureza.	Diagnóstico técnico e participativo	Perímetro do parque	Não	R31	Adotar Soluções Baseadas na Natureza (SBN) na resolução de demandas e instalações no parque; além de manter as estratégias existentes, implementar outras medidas para gestão hídrica (mecanismo de economia de água, reuso de águas, filtragem de água); eficiência energética (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, dentre outros mecanismos de economia de energia); gestão de resíduos (separação de resíduos orgânicos); drenagem (jardins de chuva, pavimentos permeáveis, etc).
				R32	Integrar as estratégias a programa de educação ambiental.
				R33	Implementar horta acessível a pessoas com deficiência.
Foi identificada uma área contígua ao parque, ainda não integrante de seu perímetro e com potencial para ampliação do parque ao leste.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R34	Acompanhar andamento do processo de ampliação do parque.
Falta alerta sobre risco de incidentes com fauna.	Participativo	Perímetro do parque	Sim	R35	Implementar R21 com foco nos riscos de incidentes com fauna.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL					
Poucas pessoas vivem dentro da área de influência estabelecida para o parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R36	Elaborar e instituir, por meio de portaria intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, o Território-Parque como escala operativa de governança para a articulação intersetorial entre equipamentos públicos e subprefeituras nas áreas de influência dos parques, integrando, inclusive, ações de segurança urbana, acessibilidade e mobilidade ativa, entre outras.
	Diagnóstico técnico	Área de influência	Não	R37	Reavaliar perímetro da área de influência para definição do Território-Parque considerando meios de transporte diferentes da caminhada.

A proposta de futura implantação da sede da Polícia Militar no parque é vista pelas pessoas frequentadoras como uma ameaça de descaracterização do espaço.	Participativo	Área de influência	N/a	R38	Desenvolver estratégia de comunicação para população sobre o projeto de sede da Polícia Militar caso a construção do projeto seja confirmada.
Falta conectividade dos equipamentos públicos e núcleos urbanos próximos ao parque com o parque.	Participativo	Área de influência	N/a	R39	Implementar ponto de ônibus em frente ao acesso do parque.
A oferta de transporte público ao parque é limitada.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R40	A partir de parcerias institucionais, promover a ampliação da oferta de transporte público nos bairros adjacentes ao parque, com oferta de linhas que conectem os principais equipamentos públicos como escolas, centros esportivos e de saúde com o parque.
Faltam ciclovias ou ciclofaixas conectadas aos principais equipamentos e eixos de transporte na área de influência do parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R41	Implementar uma malha cicloviária nos bairros adjacentes que façam integração com o acesso ao parque.
Na área de influência do parque, 56% das calçadas não atendem à largura mínima exigida pela legislação.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R42	Promover acessibilidade universal das calçadas no entorno do parque.
Ao longo da Estrada da Colônia Mário Reimberg Christe, à direita do acesso, foram identificados dois pontos com alta concentração de ocorrências, além de um núcleo urbano ao norte da área de influência que também apresenta um alto número de registros.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R43	Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes ao parque, principalmente nas que foram diagnosticadas com uma maior concentração de ocorrências criminais.
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para prevenir o abandono de animais no parque.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R44	Implementar recomendação R21 junto a uma articulação da gestão do parque com a zoonoses, em relação aos cachorros abandonados.
Há oportunidade de articulação com a Subprefeitura de Parelheiros e outras secretarias instituições, como a CET, para a realização de melhorias no entorno do parque e seus acessos.	Diagnóstico técnico	Área de influência	N/a	R45	Observar projetos existentes para a área de influência do parque e solicitar, junto à subprefeitura, ações de melhorias no entorno e acesso do parque.
Há baixa conectividade física e pouca integração na gestão entre o parque e as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia. Dada a proximidade com o Corredor Ecológico da Mata Atlântica Sul, essa articulação é fundamental para a preservação do bioma, a manutenção do fluxo gênico entre espécies e a conservação da biodiversidade.	Diagnóstico técnico	Bacia hidrográfica	N/a	R46	Articular com a Subprefeitura de Parelheiros para implementação de ações de conectividade no entorno do parque, como a criação de rotas ou outras estratégias entre as APAs e os parques do entorno.
				R47	Implementar estratégias no parque e entorno para garantir conectividade entre as áreas para circulação da fauna silvestre, tais como arborização urbana com espécies nativas, incentivo a iniciativas de reflorestamento, implantação de jardins polinizadores e jardins de chuva e infraestrutura amiga da fauna (como adequação da iluminação urbana, passagens de fauna, redução da emissão de ruídos, entre outros).

Inclusão em programas como o “Vamos Trilhar” (da SVMA) e outros programas direcionados a parques naturais.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R48	Regulamentar o Território-Parque (ver recomendação R36) e fomentar parcerias com escolas, equipamentos esportivos e a subprefeitura para incentivar a realização de atividades culturais e esportivas no parque. Além disso, desenvolver programas de saúde, cultura e esportivos em colaboração com a subprefeitura, atendendo às necessidades locais e priorizando atividades que estejam relacionadas com o caráter natural do parque.
Área propícia para atividades ao ar livre, como piquenique e bicicleta	Participativo	Perímetro do parque	N/a		
A falta de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço estratégico para fomentar atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde, suprindo a demanda da população local, que possui acesso limitado a esses serviços.	Diagnóstico técnico e participativo	Área de influência	N/a		
Existe uma infraestrutura de biblioteca, contudo, não tem livros e falta manutenção.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R50	Implementar parceria com a Secretaria de Cultura para reativar a biblioteca do parque.
Potencial local para UMAPAZ realizar atividades de educação ambiental.	Participativo	Perímetro do parque	N/a	R51	Ampliar a grade de cursos e atividades ofertadas pela UMAPAZ, incluindo atividades de fortalecimento da prática de agricultura familiar e venda de produtos locais.
Espaço poderia atuar como fortalecimento da agricultura familiar do entorno. Ex: feiras de venda dos produtos agrícolas das famílias da região.	Participativo	Área de influência	N/a		

Figura 76: Imagem do setor coberto do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



© ONU-Habitat Brasil

Dentre as recomendações de **gestão** do parque, destaca-se a necessidade de promover ações que possam fomentar a frequência no parque por mulheres e meninas, a partir da diversificação de atividades e priorização das recomendações relacionadas à segurança, como ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – para além do posto administrativo, priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança. Com o objetivo de aumentar a percepção de segurança, sobretudo de mulheres, é necessário aumentar a representatividade feminina na equipe de segurança.

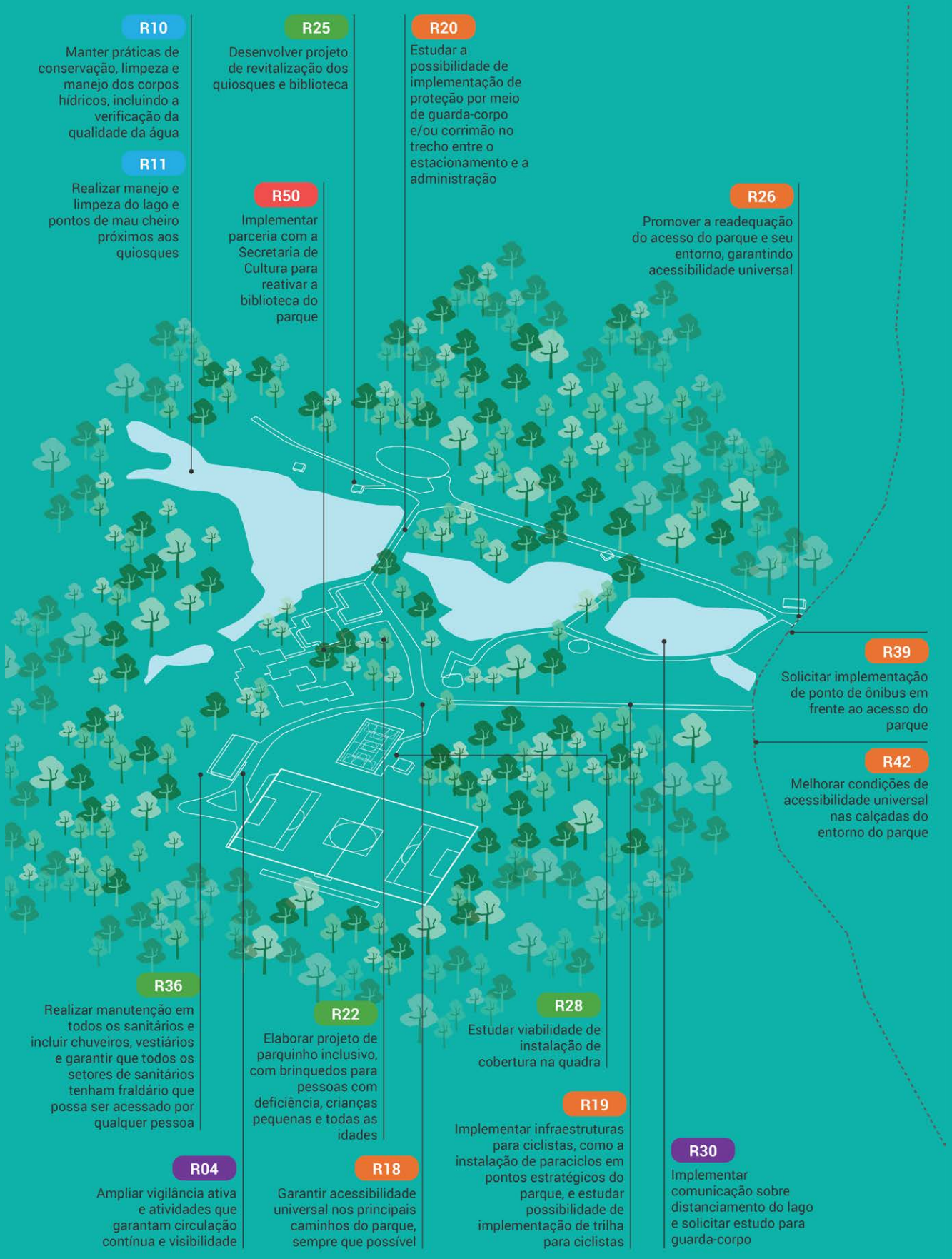
Considerando os atributos naturais do parque, é necessário garantir uma manutenção contínua, bem como criar espaços de maior contato e contemplação com a natureza, adotando Soluções Baseadas na Natureza e vinculadas a ações de educação ambiental. O fortalecimento do vínculo entre gestão e a comunidade é um dos principais elementos no eixo de gestão, sobretudo considerando os desafios de infraestrutura para acesso ao parque, o que já compromete naturalmente a relação entre a população e o parque.

As recomendações para **projeto de intervenção** se relacionam, sobretudo, com a adequação dos equipamentos existentes, promoção de acessibilidade e melhorias de infraestrutura nos sanitários, promoção de drenagem e manutenção geral. A promoção de elementos de sombreamento também se apresenta como uma prioridade, onde a população demanda por cobertura em uma das quadras, de forma a possibilitar seu uso em condições de calor extremo.

Por último, as recomendações do eixo de **articulação institucional** apontam para diversas ações que devem ser articuladas com outras secretarias e órgãos, sobretudo em intervenções dentro da área de influência do parque. Para isso, é necessário que a área de influência passe a ser também um limite administrativo, além de um limite físico. A exemplo dos Territórios CEUs - programa que visa articular intervenções urbanas baseadas na integração com demais equipamentos públicos de relevância local e regional, buscando a qualificação do espaço livre público no entorno dos CEUs ao formar uma rede de percursos entre os equipamentos- pode-se aplicar o conceito de Território-Parque, sendo, portanto, uma unidade de governança compartilhada e planejamento territorial em escala local com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções.

A criação do território possibilitará o desenvolvimento de diretrizes para o estabelecimento de sinergias entre equipamentos públicos e associações comunitárias. Uma das prioridades identificadas para o estabelecimento de parcerias para a promoção de acessibilidade para acesso ao parque e para a integração de conectividade com a APA, ações para proteção da fauna silvestre e integração da rede hídrica.

Figura 77: Mapa de recomendações do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Elaboração: ONU-Habitat Brasil

5 CONCLUSÃO

A Avaliação permitiu estabelecer pontos comuns entre o diagnóstico regional e o diagnóstico específico dos dois parques avaliados na Região Sul. Também houve convergências entre o diagnóstico técnico, representado pelas sete dimensões, com o diagnóstico obtido via processos participativos.

Dentre os elementos desta Avaliação que coincidem o diagnóstico regional apresentando no Item 3.1 Diagnóstico regional- Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo, destacam-se:

- **Governança:** ainda que na Região Sul predominem parques sem conselho gestor eleito, dos três parques avaliados, dois possuem conselho gestor. Contudo apresentam fragilidades em sua estrutura de governança, uma vez que o conselho gestor do Parque Prainha está inativo e o do Parque Sete Campos, apesar de ativo, não conta com representantes do poder público em suas reuniões.

- **Acessibilidade:** seguindo a tendência dos parques da Região Sul, os três parques apresentam algum grau de comprometimento da acessibilidade universal em seus acessos, sobretudo relacionado à inclinação e ausência de piso tátil.

- **Instalações e mobiliário:** os problemas de iluminação dos setores dos parques da Região Sul foram observados, sobretudo no Parque Sete Campos, pois cinco dos 12 setores não contam com elementos de iluminação. No caso do Parque Jardim Prainha há uma demanda para iluminação da trilha, local de alta utilização pelas pessoas. Contudo, a iluminação deve ser projetada de forma a não comprometer à fauna e flora do local.

- **Conforto e ambiente:** a falta de elementos de sombreamento é percebida principalmente no Parque Sete Campos, onde somente um setor possui estrutura de sombreamento.

- **Biodiversidade:** assim como na maior parte dos parques da Região Sul, os três parques avaliados possuem relação com corpos hídricos, com nascentes e córregos em seu interior, além do limite com a represa, no caso do Parque Jardim Prainha.

Apesar do diagnóstico regional ser fundamental para o estabelecimento de parâmetros em larga escala, há especificidades que só podem ser identificadas através de avaliações especificas.

O diagnóstico obtido com a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos apontou para elementos específicos, sobretudo relacionados à infraestrutura, que irão resultar em recomendações de gestão e para o desenvolvimento de projeto nos Parques Sete Campos, Jardim Prainha e Nascentes do Ribeirão Colônia.

Figura 78: Registro da oficina de capacitação com servidores municipais no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 79: Registro do Parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

6 ETAPAS SEGUINTES

A integração das metodologias de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024) com a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020) permitiu a identificação de tendências regionais na caracterização dos parques municipais e de, posteriormente, aprofundar em aspectos particulares a cada localidade. Ambas as abordagens são fundamentais para a elaboração de estratégias e políticas públicas.

Enquanto a análise em escala regional irá subsidiar a elaboração de estratégias políticas, a análise em escala local orientará a elaboração de projetos urbanísticos para os parques. Junto com os resultados obtidos nos processos participativos conduzidos nesta etapa, fornecerá subsídios para o desenvolvimento de projetos para cinco parques, etapa prevista no cronograma do Viva o Verde SP. A sistematização das etapas, materiais e métodos aplicados para a condução das Avaliações permitirá ao município aplicar periodicamente a ferramenta para o monitoramento acerca da situação de seus parques. Isso possibilita a continuidade do projeto dentro da esfera municipal.

Dessa forma, as etapas futuras consistem na elaboração de projetos à nível de Estudo Preliminar para cinco dos 10 parques avaliados, paralelamente ao desenvolvimento de estratégias e recomendações políticas, e reporte dos aprendizados coletados.

A relação entre esta Avaliação Específica de Espaços Públicos com as demais etapas da iniciativa Viva o Verde está ilustrada no diagrama da próxima página.

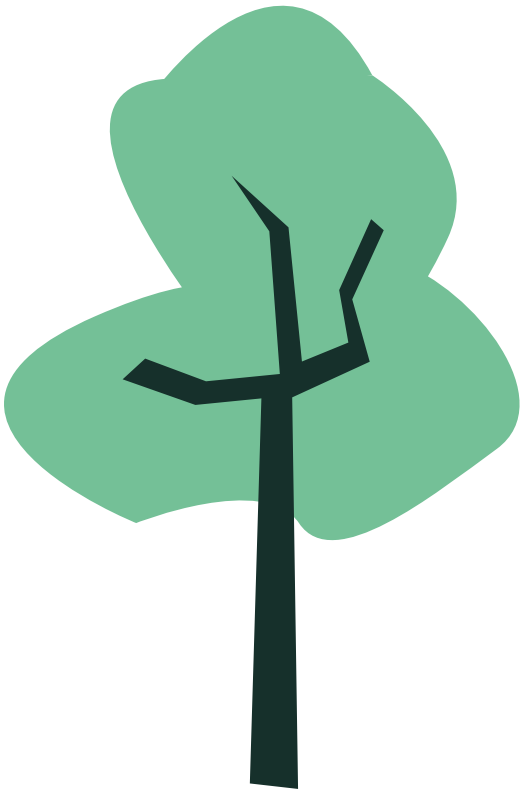




Figura 80: Relação da Avaliação Específica de Espaços Públicos com demais produtos do Viva o Verde SP



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

7 GLOSSÁRIO

Área verde: Conjunto de áreas urbanas ou rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa, são prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (SVMA, 2022).

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).

Adaptação: Em sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima real ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas (IPCC, 2024).

Assentamentos humanos: Conceito integrador que compreende componentes físicos de abrigo e infraestrutura, bem como serviços, como educação, saúde, cultura, bem-estar, lazer e nutrição (PNUD, 2018).

Biodiversidade: Biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, entre outras coisas, ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas (IPCC, 2024).

Caminhabilidade: Medida que avalia a qualidade dos espaços públicos para o deslocamento a pé. Desde a concepção do termo, em 1993, foram desenvolvidas inúmeras metodologias adaptadas ao contexto local para avaliar quão agradáveis, acolhedoras e seguras podem ser as ruas, os bairros e as cidades a partir da perspectiva de uma pessoa que se desloca a pé (SAMPAPÉ!, 2019).

Conforto térmico: Satisfação física, fisiológica e psicológica de um indivíduo com as condições térmicas do ambiente. Os fatores físicos determinam as trocas de calor do corpo com o meio; os fisiológicos referem-se a alterações na resposta fisiológica do organismo e os fatores psicológicos, que são aqueles que se relacionam às diferenças na percepção e na resposta a estímulos sensoriais, frutos da experiência passada e da expectativa do indivíduo (SVMA, 2021).

Corredor Verde: Área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL – São Paulo, 2022).

Distribuição espacial igualitária: A disposição dos espaços públicos em toda a extensão da cidade. Um sistema bem distribuído e hierarquizado de espaços públicos abertos que podem ser acessados por todos, independentemente de renda, gênero, raça ou condição de deficiência (UN-HABITAT, 2020).

Equidade de gênero: Equivalência nos resultados na vida para mulheres e homens, reconhecendo suas diferentes necessidades e interesses, o que pode exigir uma redistribuição justa de poder, recursos, oportunidades e responsabilidades (BID; CAF; UN-HABITAT, 2020).

Equipamentos públicos: Infraestruturas urbanas destinadas a serviços essenciais, como saneamento, transporte, energia, comunicação, educação, saúde, cultura, assistência social, segurança, esportes, lazer e abastecimento (BRASIL, 2023).

Espaço público: Todos os lugares de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todas as pessoas sem necessidade de pagamento e sem fins lucrativos. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas (ONU-Habitat, 2015).

Gênero: Papéis, deveres e responsabilidades atribuídos cultural ou socialmente a mulheres, homens, meninas e meninos (BID; CAF; UN-HABITAT, 2020).

Igualdade: Envolve a (re)distribuição sistemática dos benefícios do crescimento ou do desenvolvimento, com estruturas legais que garantam "condições de igualdade" e instituições que protejam os direitos dos pobres, das minorias e dos grupos vulneráveis (ONU-Habitat, 2015).

Inclusão: O conceito de inclusão, no planejamento, reconhece que todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano. Em termos de processo, promove a participação no planejamento e a diversidade de representação. Em termos de resultados, promove o acesso de todas as pessoas a serviços, empregos e oportunidades, e à vida cívica e política da cidade (PNUD, 2018).

Infraestrutura urbana: Conjunto de instalações físicas e serviços essenciais que sustentam o funcionamento das cidades, incluindo sistemas de transporte, abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, telecomunicações, entre outros (IBGE, 2021).

Infraestrutura verde-azul: Nome dado ao conjunto de sistemas naturais da cidade, relacionados às áreas verdes e às águas urbanas, integrando funções ambientais, hidráulicas, paisagísticas e sociais. Quando conectadas entre si, como parte de uma rede, essas infraestruturas podem promover a conservação de funções ecossistêmicas, gerando benefícios ao meio ambiente natural e urbano, assim como diversos ganhos sociais (São Paulo, 2022).

Mitigação (das mudanças climáticas): Uma intervenção humana para reduzir emissões ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa (IPCC, 2024).

Mobilidade urbana: Característica das cidades que engloba elementos que promovem deslocamentos mais qualificados e eficientes, como transporte de alta capacidade, acessibilidade universal, prioridade ao transporte coletivo, terminais intermodais, redes cicloviárias, infraestrutura para bicicletas, comunicação eficiente com usuários, tarifas acessíveis e logística eficiente para transporte de cargas (São Paulo, 2016).

Mobilidade ativa/ modos ativos de deslocamento: Refere-se ao deslocamento de pessoas utilizando modos de transporte não motorizados, como caminhada e bicicleta, com o objetivo de promover um estilo de vida mais saudável e sustentável (ITDP, 2021).

Mudanças climáticas: Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (São Paulo, 2009).

Partes interessadas: Pessoas ou organizações que podem afetar, ser afetadas ou perceber-se afetadas por uma decisão ou atividade (ABNT, 2018).

Papéis de gênero: Atividades, tarefas e responsabilidades consideradas pela sociedade como "naturais" para mulheres ou homens (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

Parque de conservação: Parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (SVMA, 2022).

Parque linear: Parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (SVMA, 2022).

Parque Natural Municipal: Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SVMA, 2022).

Parque de orla: Parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL – São Paulo, 2022).

Parque urbano: Parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (SVMA, 2022).

Pessoas com deficiência: De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e a Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual Pessoas afetadas por catástrofes ou pessoas com deficiência ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (PNUD, 2018).

Resiliência: A capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver distúrbios, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e mudança, voltando rapidamente ao estado de normalidade (PNUD, 2018).

Áreas de risco ambiental: regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL – São Paulo, 2022).

Saúde urbana: Efeito das condições urbanas no bem-estar físico, mental e social dos habitantes das cidades, incluindo aspectos ambientais, sociais e comportamentais que determinam a saúde (OMS, 2021).

Serviços ecossistêmicos: Processos ou funções ecológicas que possuem valor monetário ou não monetário para indivíduos ou para a sociedade em geral. Estes são frequentemente classificados como (1) serviços de suporte, como produtividade ou manutenção da biodiversidade, (2) serviços de provisão, como alimentos ou fibras, (3) serviços de regulação, como regulação do clima ou sequestro de carbono, e (4) serviços culturais, como turismo ou apreciação espiritual e estética (IPCC, 2024).

Soluções Baseadas na Natureza: ações para proteger, conservar, restaurar, utilizar de forma sustentável e gerir ecossistemas naturais ou modificados, que abordam de forma eficaz e adaptativa os desafios sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que proporcionam bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade (UNEA, 2022).

Vulnerabilidade: Conjunto de condições físicas, sociais, econômicas e ambientais que aumentam a suscetibilidade de indivíduos, comunidades ou sistemas aos impactos de desastres. Pessoas em situação de pobreza e insegurança são as mais afetadas, enfrentando maior risco de remoção, perda de subsistência e dificuldades na recuperação. (PNUD, 2018).

8 ANEXOS

Lista de figuras

Figura 1: Caminhada exploratória no Parque Jardim Prainha 01
Figura 2: Acesso Avaliação Específica de Espaços Públicos: Parques Municipais de São Paulo 05
Figura 3: Agente de coleta de dados fazendo a observação do Parque M'Boi Mirim para a Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade 05
Figura 4: Diagrama com descrição das fases da Avaliação Específica de Espaços Público 07
Figura 5: Caminhada exploratória feita com meninas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 07
Figura 6: Definição do perímetro da área de influência dos parques 08
Figura 7: Exemplo de representação dos setores no Parque Sete Campos 09
Figura 8: Grupos alvos participantes da Avaliação Específica de Espaços Públicos 10
Figura 9: Painel feito junto às mulheres lideranças que participaram da capacitação "Metodologias ONU-Habitat" 11
Figura 10: Registro do Parque Sete Campos 15
Figura 11: Maria José da Silva, 54 anos, líder comunitária e gestora do Parque Sete Campos entre abril de 2022 e outubro de 2024 16
Figura 12: Mapa de localização do Parque Sete Campos relação ao município e região 18
Figura 13: Imagem do Parque Sete Campos 19
Figura 14. Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Sete Campos utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação 20
Figura 15. Pessoas participantes da Oficina Bloco a Bloco do Parque Sete Campos 21
Figura 16: Meninas adolescentes explicando sua proposta para o Parque Sete Campos às mulheres lideranças e gestora do parque 21
Figura 17. Mapeamentos das partes interessadas do Parque Sete Campos, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação 22
Figura 18. Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória 23 35
Figura 19. Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação 24
Figura 20: Oficina no "Coliseu" do Parque Sete Campos 25
Figura 21: Residências e córrego situados no limite do parque 26
Figura 22: Tipologia urbana predominante 26
Figura 23: Ilustração das portarias de acesso do parque Sete Campos 33
Figura 24: Localização dos setores do Parque Sete Campos 35
Figura 25: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque 41
Figura 26: Locais com descarte irregular de lixo identificado 43
Figura 27: Localização das estratégias sustentáveis adotadas 52
Figura 28: Vegetação significativa presente no parque 53
Figura 29: Localização dos equipamentos externos 54
Figura 30: Mapa de recomendações do Parque Sete Campos 69

Figura 31: Registro do Parque Jardim Prainha 71
Figura 32: Valéria Aparecida de Carvalho Silva, 55 anos, líder comunitária 72
Figura 33: Mapa de localização do Parque Jardim Prainha relação ao município e região 74
Figura 34. Imagem do Parque Jardim Prainha 75
Figura 35. Pessoas participantes da oficina bloco a bloco no Parque Jardim Prainha realizando a caminhada exploratória 76
Figura 36. Oficina aberta no Parque Jardim Prainha 77
Figura 37: Oficina bloco a bloco do Parque Jardim Prainha 77
Figura 38. Mapeamentos das partes interessadas do Parque Jardim Prainha, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação 78
Figura 39. Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória 79
Figura 40. Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação 80
Figura 41. Oficina no Parque Jardim Prainha 81
Figura 42: Tipologia urbana predominante 82
Figura 43: Via de acesso ao Parque Jardim Prainha 82
Figura 44: Ocupações dentro do perímetro do Parque Jardim Prainha 82
Figura 45: Ilustração do acesso do Parque Jardim Prainha 89
Figura 46: Localização dos setores do Parque Jardim Prainha 91
Figura 47: Imagem de setor infantil do Parque Jardim Prainha 93
Figura 48: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque 97
Figura 49: Local de descarte irregular de lixo. 98
Figura 50: Locais com descarte irregular de lixo identificado 99
Figura 51: Registro de oficina técnica com servidores municipais no Parque Jardim Prainha 101
Figura 52: Estratégias de mitigação no Parque Jardim Prainha 108
Figura 53: Vegetação significativa presente no parque 109
Figura 54: Registro da equipe ONU-Habitat com funcionários do Parque Jardim Prainha e representantes da SVMA 123
Figura 55: Mapa de recomendações do Parque Jardim Prainha 125
Figura 56: Registro do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 127
Figura 57: Isabela Scarpelli Bellemo, 33 anos, arquiteta e urbanista na Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (DIPO) 128
Figura 58: Mapa de localização do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia relação ao município e região 130
Figura 59: Imagem do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 131
Figura 60: Meninas adolescentes e lideranças femininas na oficina bloco a bloco no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 132
Figura 61: Pessoa funcionária da PMSP no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação 133
Figura 62: Oficina bloco a bloco no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 133
Figura 63: Mapeamentos das partes interessadas do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação 134
Figura 64: Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória 135
Figura 65: Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação 136

Figura 66: Oficina no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 137
Figura 67: Tipologia urbana predominante 138
Figura 68: Acesso do parque Nascentes do Ribeirão Colônia 145
Figura 69: Localização dos setores do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 147
Figura 70: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque 153
Figura 71: APAs e corredores ecológicos no entorno do parque 158
Figura 72: Estratégias de mitigação no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 160
Figura 73: Vegetação significativa presente no parque 161
Figura 74: Elementos verdes e azuis do parque e algumas das estratégias de sustentabilidade (jardim filtrante e horta) 163
Figura 75: Localização dos equipamentos externos 164
Figura 76: Imagem de setor coberto do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 177
Figura 77: Mapa de recomendações do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 179
Figura 78: Registro de oficina de capacitação com servidores municipais no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 181
Figura 79: Registro do Parque Sete Campos 181
Figura 80: Relação da Avaliação Específica de Espaços Públicos com demais produtos do Viva o Verde SP 183

Lista de mapas

Mapa 1: Localização dos parques objeto da Avaliação Específica de Espaços Públicos 03
Mapa 2: Núcleos urbanos informais e favelas na área de influência 27
Mapa 3: Mapa de identificação dos modos de deslocamento 31
Mapa 4: Registro de ocorrências desagregado por tipo 39
Mapa 5: Parques, áreas verdes e drenagem da Bacia do Córrego Apucas, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque 47
Mapa 6: Potencial de conectividade do Parque Sete Campos 49
Mapa 7: Áreas de risco geológico e hidrológico no parque e área de influência 51
Mapa 8: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Sete Campos 55
Mapa 9: Núcleos urbanos informais na área de influência 83
Mapa 10: Mapa de identificação dos modos de deslocamento 87
Mapa 11: Registro de ocorrências desagregado por tipo 95
Mapa 12: Parques, áreas verdes e drenagem da Área de Contribuição Direta de Escoamento Difuso - Varginha/Cocaia, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque 103
Mapa 13: Potencial de conectividade do Parque Jardim Prainha 105
Mapa 14: Áreas de risco geológico no parque e área de influência 107
Mapa 15: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Jardim Prainha 111
Mapa 16: Núcleos urbanos informais na área de influência 139
Mapa 17: Mapa de identificação dos modos de deslocamento 143
Mapa 18: Registro de ocorrências desagregado por tipo 151
Mapa 19: Parques, áreas verdes e drenagem da Bacia do Ribeirão Colônia, com delimitação das Áreas de Intervenção da APRM-B que influenciam o parque 157
Mapa 20: Potencial de conectividade do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 159
Mapa 21: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Nascentes do Ribeirão Colônia 165

Lista de gráficos

Gráfico 1: Faixa etária das pessoas na área de influência 28
Gráfico 2: Gênero das pessoas na área de influência 28
Gráfico 33: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência 28
Gráfico 4: Perfil de renda das pessoas na área de influência 28
Gráfico 5: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque 29
Gráfico 6: Gênero das pessoas que frequentam o parque 29
Gráfico 7: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque 29
Gráfico 8: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque 30
Gráfico 9: Acessibilidade nos setores do parque 32
Gráfico 10: Percepção de acessibilidade pelo público 32
Gráfico 11: Caracterização da sinalização no parque 34
Gráfico 12: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero 38
Gráfico 13: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque 42
Gráfico 14: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque 42
Gráfico 15: Reputação do parque por gênero 45
Gráfico 16: Recomendação do parque por gênero 45
Gráfico 17: Faixa etária das pessoas na área de influência 84
Gráfico 18: Gênero das pessoas na área de influência 84
Gráfico 19: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência 84
Gráfico 20: Perfil de renda das pessoas na área de influência 84
Gráfico 21: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque 85
Gráfico 22: Gênero das pessoas que frequentam o parque 85
Gráfico 23: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque 85
Gráfico 24: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque 86
Gráfico 25: Acessibilidade nos setores do parque 88
Gráfico 26: Percepção de acessibilidade pelo público 88
Gráfico 27: Caracterização da sinalização no parque 90
Gráfico 28: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero 94
Gráfico 29: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque 98
Gráfico 30: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque 98
Gráfico 31: Reputação do parque por gênero 100
Gráfico 32: Recomendação do parque por gênero 101
Gráfico 33: Faixa etária das pessoas na área de influência 140
Gráfico 34: Gênero das pessoas na área de influência 140
Gráfico 35: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência 140
Gráfico 36: Perfil de renda das pessoas na área de influência 140
Gráfico 37: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque 141
Gráfico 38: Gênero das pessoas que frequentam o parque 141
Gráfico 39: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque 141
Gráfico 40: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque 142
Gráfico 41: Acessibilidade nos setores do parque 144
Gráfico 42: Percepção de acessibilidade pelo público 144
Gráfico 43: Caracterização da sinalização no parque 146

Gráfico 44: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero 150
Gráfico 45: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque 154
Gráfico 46: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque 154
Gráfico 47: Reputação do parque por gênero 155
Gráfico 48: Recomendação do parque por gênero 155

Quadro de Priorização

Parque	Subprefeitura	Categoria	Região	Nota	Prioridade
1. Zilda Arns Neumann	Sapopemba	Linear	Leste	1.78	Muito alta
2. Vila do Rodeio	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.08	Muito alta
3. Sapopemba	São Mateus	Urbano	Leste	2.14	Muito alta
4. Sete Campos	Cidade Ademar	Urbano	Sul	2.3	Muito alta
5. Córrego Água Vermelha	Itaim Paulista	Linear	Leste	2.47	Muito alta
6. Sape	Butantã	Linear	Centro-Oeste	2.5	Muito alta
7. Raposo Tavares	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	2.56	Muito alta
8. Bananal - Canivete	Freguesia do O/ Brasilândia	Linear	Norte	2.61	Muito alta
9. Consciência Negra	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.64	Muito alta
10. Anhanguera	Perus	Urbano	Norte	2.68	Muito alta
11. Itaim Paulista	Itaim Paulista	Linear	Leste	2.69	Muito alta
12. Nascentes do Ribeirão Colônia	Parelheiros	Urbano	Sul	2.69	Muito alta
13. São Domingos	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	2.69	Muito alta
14. Santa Amélia	Itaim Paulista	Urbano	Leste	2.85	Muito alta
15. Guanhembu	Capela do Socorro	Urbano	Sul	2.9	Muito alta
16. Ciência	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.94	Muito alta
17. Jardim Prainha	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.03	Muito alta
18. Nove de Julho	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.03	Muito alta
19. Ribeirão Caulim	Parelheiros	Linear	Sul	3.03	Muito alta
20. Chico Mendes	Itaim Paulista	Urbano	Leste	3.04	Alta
21. Águas	Itaim Paulista	Urbano	Leste	3.11	Alta
22. Parelheiros	Parelheiros	Linear	Sul	3.16	Alta
23. Aricanduva - Viaduto Badra	Aricanduva/ Formosa/Carrão	Linear	Leste	3.18	Alta
24. Jardim da Conquista	São Mateus	Urbano	Leste	3.2	Alta
25. Jardim Sapopemba - Maria de Fátima Diniz Carrera	São Mateus	Urbano	Leste	3.22	Alta
26. Piqueri	Mooca	Urbano	Leste	3.27	Alta
27. Mongaguá - Francisco Menegolo	Ermelino Matarazzo	Linear	Leste	3.32	Alta
28. Luz	Sé	Urbano	Centro-Oeste	3.34	Alta
29. Guarapiranga	M'boi Mirim	Orla	Sul	3.35	Alta
30. Paraisópolis	Campo Limpo	Urbano	Sul	3.35	Alta
31. Ribeirão Oratório	Sapopemba	Linear	Leste	3.36	Alta
32. Ipiranguinha	Aricanduva/ Formosa/Carrão	Linear	Leste	3.41	Alta
33. Tatuapé	Mooca	Urbano	Leste	3.49	Alta
34. Mboi Mirim	M'boi Mirim	Urbano	Sul	3.54	Alta
35. Casa Modernista	Vila Mariana	Urbano	Sul	3.62	Alta
36. Vila dos Remédios	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	3.67	Alta
37. Jardim Herculano	M'boi Mirim	Urbano	Sul	3.7	Alta
38. Sena	Jaçanã/Tremembé	Urbano	Norte	3.7	Alta
39. Tiquatira - Engenheiro Werner Zulauf	Penha	Linear	Leste	3.7	Alta

40. Ribeirão Cocaia - Op. Brasil	Cap. do Socorro	Linear	Sul	3.76	Média
41. Castelo (Orla do Guarapiranga)	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.82	Média
42. Raul Seixas	Itaquera	Urbano	Leste	3.88	Média
43. Lina e Paulo Raia	Jabaquara	Urbano	Sul	3.89	Média
44. Nabuco	Jabaquara	Urbano	Sul	3.93	Média
45. Tenente Siqueira Campos - Trianon	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	4.03	Média
46. Eucaliptos	Campo Limpo	Urbano	Sul	4.07	Média
47. Central do Itaim Paulista	Itaim Paulista	Urbano	Leste	4.1	Média
48. Ribeirão Cocaia - Chácara Tanay	Capela do Socorro	Linear	Sul	4.18	Média
49. Guabirobeira	São Mateus	Urbano	Leste	4.21	Média
50. Jardim Felicidade	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.21	Média
51. Juliana de Carvalho Torres - COHAB Raposo Tavares	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.22	Média
52. Praia de São Paulo - Praia do Sol	Capela do Socorro	Orla	Sul	4.23	Média
53. São José	Capela do Socorro	Orla	Sul	4.26	Média
54. Ecológico Profa Lydia Natalizio Diogo	Vila Prudente	Urbano	Leste	4.27	Média
55. Rio Verde	Itaquera	Linear	Leste	4.33	Média
56. Previdência	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.34	Média
57. Cidade de Toronto	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.39	Baixa
58. Guaratiba	Guaianases	Linear	Leste	4.39	Baixa
59. Lions Club Tucuruvi	Santana/Tucuruvi	Urbano	Norte	4.43	Baixa
60. Santo Dias	Campo Limpo	Urbano	Sul	4.47	Baixa
61. Chácara do Jockey	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.49	Baixa
62. Trote/Vila Guilherme	Vila Maria/Vila Guilherme	Urbano	Norte	4.49	Baixa
63. Ermelino Matarazzo - Dom Paulo Evaristo Arns	Ermelino Matarazzo	Urbano	Leste	4.53	Baixa
64. Shangrilá	Capela do Socorro	Urbano	Sul	4.54	Baixa
65. Chuvisco - Paulo Nogueira Neto	Santo Amaro	Urbano	Sul	4.58	Baixa
66. Severo Gomes	Santo Amaro	Urbano	Sul	4.64	Baixa
67. Benemérito José Brás	Mooca	Urbano	Leste	4.65	Baixa
68. Cantinho do Céu - Adolfo Duarte 'Ferruge'	Capela do Socorro	Linear	Sul	4.76	Baixa
69. Prefeito Mário Covas	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	4.76	Baixa
70. Zilda Natel	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	4.83	Baixa
71. Barragem de Guarapiranga	Cap. do Socorro	Orla	Sul	4.84	Baixa
72. Córrego Rapadura	Aricanduva/ Formosa/Carrão	Linear	Leste	4.86	Baixa
73. Senhor do Vale	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.87	Baixa
74. Buenos Aires	Sé	Urbano	Centro-Oeste	4.91	Baixa
75. Nebulosas	São Mateus	Urbano	Leste	4.98	Baixa
76. Colina de São Francisco	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.99	Muito baixa
77. Cordeiro - Martin Luther King	Santo Amaro	Urbano	Sul	5.06	Muito baixa

78. Vila Silvia - Izaias Wingter	Penha	Urbano	Leste	5.12	Muito baixa
79. Carmo - Olavo Egídio Setubal	Itaquera	Urbano	Leste	5.16	Muito baixa
80. Chácara das Flores	Itaim Paulista	Urbano	Leste	5.17	Muito baixa
81. Luiz Carlos Prestes	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	5.18	Muito baixa
82. Augusta Pref. Bruno Covas	Sé	Urbano	Centro-Oeste	5.21	Muito baixa
83. Aclimação	Sé	Urbano	Centro-Oeste	5.27	Muito baixa
84. Nair Bello	Itaquera	Linear	Leste	5.29	Muito baixa
85. Jacinto Alberto	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	5.44	Muito baixa
86. Alto da Boa Vista	Santo Amaro	Urbano	Sul	5.5	Muito baixa
87. Burle Marx	Campo Limpo	Urbano	Sul	5.52	Muito baixa
88. Lajeado - Izaura Pereira de Souza Franzolin	Guaianases	Urbano	Leste	5.55	Muito baixa
89. Alfredo Volpi	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	5.58	Muito baixa
90. Ibirapuera	Vila Mariana	Urbano	Sul	5.63	Muito baixa
91. Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima	Vila Maria/Vila Guilherme	Urbano	Norte	5.8	Muito baixa
92. Jardim das Perdizes	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	6.2	Muito baixa
93. Independência	Ipiranga	Urbano	Sul	6.41	Muito baixa
94. Povo - Mário Pimenta Camargo	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	6.87	Muito baixa

Errata Edição 2025

Após a publicação do relatório **Avaliação Específica de Espaços Públicos: Parques Municipais – Região Sul**, disponibilizado online em sua versão original (2025) até **20 de julho de 2026**, foram identificados e realizados ajustes de natureza editorial, textual e gráfica. Em razão disso, foi elaborada a presente errata, que consolida as correções efetuadas e indica sua localização no documento.

As revisões apresentadas restringem-se a aspectos editoriais, textuais e gráficos, não alterando a metodologia empregada, as análises realizadas, os resultados apresentados ou as conclusões do relatório.

Revisões textuais

Localização	Revisão
Página IX – Sumário	Correção da paginação (a partir de Jardim Prainha – Seção 4)
Páginas 14 e 140 - Título	Correção do texto
Página 130 - Corpo do texto	Correção do texto
Páginas 11, 86 e 129 - Corpo do texto	Correção de erro ortográfico
Páginas 42, 80, 86, 90, 144 e 158 - Corpo do texto	Complemento de texto
Páginas 29, 30, 32, 58, 66 e 146 - Corpo do texto	Correção do valor (%) indicados no texto
Página 86 - Destaque	Complemento de texto
Páginas 61, 63, 64, 66, 120, 173 e 174 - Quadros de recomendações	Correção de itens do quadro
Páginas 34, 90 e 146 - Descrição dos gráficos	Correção de erros ortográficos
Páginas 69, 125 e 179 - Rodapé	Correção de texto
Página 188 - Lista de Figuras	Correção do título da figura de acordo com tabela a seguir
Páginas 188 a 190 - Lista de Figuras	Correção da paginação das figuras
Página 190 - Lista de Mapas	Correção da paginação dos mapas
Páginas 191 e 192 - Lista de Gráficos	Correção da paginação dos gráficos

Revisões relacionadas a elementos gráficos

Localização	Revisão
Páginas 25, 147 e 161- Figuras 20, 69 e 73	Correção do título da figura
Páginas 22, 78 e 134 - Figuras 17, 38 e 63	Correção de textos
Página 23 - Figura 18	Acréscimo de texto
Página 41, 53, 164 e 183 - Figuras 25, 28, 75 e 80	Correção da referência das figuras
Página 147 - Figura 69	Substituição da figura
Página 31, 87, 143 - Mapa 3, 10, 17	Correção do título do mapa
Página 39 - Mapa 4	Correção da referência do mapa
Páginas 87 e 107 - Mapa 10 e 14	Substituição do mapa
Página 18 - Tabela 1	Substituição da tabela
Página 36 - Tabela 2	Correção dos ícones utilizados

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS -**ABNT. NBR ISO 31000:2018 - Gestão de riscos – Diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **O que são equipamentos públicos**. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacaode-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos. Publicado em 2023. Acesso em: 15 jan. 2025.

CIOCOLETTO, A. et al. Urbanismo feminista: por una transformación radical **de los espacios de vida.** Primera edición ed. Barcelona: Virus, 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP). Programa Córrego Limpo: Relação de Córregos do Programa. 2022. Disponível em: https://www.sabesp.com.br/assets/pdf/corregos_relacao.pdf . Acesso em 13 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ARON BIRMANN. **Indicador de Parques de São Paulo**. São Paulo, 2022.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. **Infraestrutura urbana**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 2 jul. 2024.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP). 2021. **Mobilidade ativa.** Disponível em: https://www.itdp.org/. Acesso em: 15 jan. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Glossary**. Disponível em: https://apps.ipcc.ch/glossary/. Acesso em: 13 jan. 2025.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidade**s. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MEA. **Avaliação do Ecossistema do Milênio - Ecossistemas e bem-estar humano: síntese**. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

PARRA, G. **O Parque Linear do Sapé no contexto das políticas ambientais do município de São Paulo**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIZARRO, E.; LINO, S. Parque linear do Sapé: O descompasso entre consciência e ação. **Revista LABVERDE**, São Paulo, Brasil, n. 4, p. 87–106, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). **Avaliação Específica de Espaços Público: Diretrizes para alcançar espaços públicos de qualidade em nível de bairro**. ONU-Habitat, 2020. Versão em inglês disponível em: Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality Public Spaces at Neighbourhood Level | UN-Habitat. Acesso em: 15 jan. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). **Relatório de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo**. São Paulo: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: https://onu-habitat.org/index.php/avaliacao-de-espacos-publicos-da-cidade-parques-municipais-de-sao-paulo. Acesso em: 14 jan. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Glossário ODS 11**. 2018. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/publications/glossario-ods-11. Acesso em: 15 jan. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/ Acesso em: 10 jan. 2025.

SAMPAPÉ!. **Índice técnico de caminhabilidade sensível a gênero**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: https://issuu.com/sampape/docs/20191025_curitiba_apostila_ic. Acesso em: 11 mar. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). **GeoSampa: Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2025. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 10 jan. 2025.

_____. Lei Municipal nº 16.402. Atualizada pela Lei nº 18.081 de 19 de janeiro de 2024. **Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo – LPUOS**.

_____. Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009. **Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo**.

_____. Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Atualizada pela Lei nº 17.968, de 20 de junho de 2023. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PD**E.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Índice BIOSAMPA 2023: 28 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionad**a. Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos; OLIVEIRA, Patricia do Prado; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. São Paulo: SVMA, 2024.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Índice BIOSAMPA 2022: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada.** Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos; OLIVEIRA, Patricia do Prado. São Paulo: SVMA, 2023.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Linear Sapé**. SVMA, 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_centrooeste/22543. Acesso em 10 jan. 2025.

_____. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras / Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (Organizador). **Caderno de bacia hidrográfica: córrego Jaguaré**. São Paulo : SIURB/FCTH, 2016.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Guia dos parques municipais de São Paulo - Flora e vegetação.** SVMA, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/FloraVegeta%C3%A7ao.pdf . Acesso em 10 jan. 2025

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL).** São Paulo: SVMA, 2022.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Nature-based solutions for supporting sustainable development – Resolution 5/5.** Nairobi: 2022.
Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/39864/NATURE-BASED%20SOLUTIONS%20FOR%20SUPPORTING%2SUSTAINABLE%20DEVELOPMENT.%20English.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15 jan. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME (UN-HABITAT). **Her City: A Guide forCities to Sustainable and Inclusive Urban Planning and Design together with Girls.** 2022. Disponível em:https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/02032021_her_city_publication_low.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

_____. **The Block by Block Playbook:** Using Minecraft as a participatory design tool in urban design and governance. Nairóbi: UN-Habitat, 2021. 94 p. Disponível em: https://unhabitat.org/the-block-by-block-playbook-using-minecraft-as-a-participatory-design-tool-in-urban-design-and. Acesso em: 18 jun. 2024.

THE WORLD BANK. **Poverty and Inequality Plataform - PIP**. Disponível em: https://pip.worldbank.org/home. Acesso em 02 fev. 2025.



VIVA O VERDE SP

ONU-HABITAT

PREFEITURA DE SÃO PAULO